



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Educação e Humanidades – Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

Reitora	Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitor	Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação – PR1	Antonio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa – PR2	Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura – PR3	Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Educação e Humanidades	Roberto Rodriguez Dória
Diretora do Instituto de Letras	Janaina da Silva Cardoso
Vice-Diretor do Instituto de Letras	Rodrigo da Silva Campos
Coord. da Pós-Graduação em Letras	Nabil Araújo de Souza
Vice-Coord. da Pós-Graduação em Letras	Wagner Monteiro Pereira

Matraga é uma iniciativa da Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras da UERJ

Editoras-Executivas do número 66

Patricia Marouvo
Julia Scamparini

Conselho Editorial

Viviane da Silva Vasconcelos (Presidente)
Ana Lúcia Machado de Oliveira
Davi Ferreira de Pinho
Andréa Sirihal Werkema
Vania Lúcia Rodrigues Dutra
Carmen Lúcia Pereira Praxedes
Marina R. A. Augusto (Editor-associado)
Nabil Araújo (Editor-associado)

Revisão

Patricia Marouvo
Julia Scamparini
Nicole Cardoso

**Logomarca da revista *Matraga*,
projetos gráficos de capa e miolo e editoração**

Cláudio Ricardo Corrêa (Egresso do Doutorado do PPG-Letras/UERJ)

Catalogação na fonte: UERJ/REDE SIRIUS/CEH-BWW

M 433 *Matraga* – vol. 33, n. 67 (2026) – . Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Letras, 1986- .
v.

quadrimestral
ISSN eletrônico 2446-6905

1. Letras – Periódicos; 2. Linguística; 3. Artes

CDU: 82(05)

MATRAGA

ISSN eletrônico 2446-6905

Estudos Linguísticos & Literários

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ

67



Miscelânea

Estudos Linguísticos & Literários

EDITORES

Patricia Marouvo

Julia Scamparini

Matraga, Rio de Janeiro, v. 33, n. 67, jan./abr. 2026





Conselho Consultivo

- ▶ Angela Del Carmen B. Romero de Kleiman (UNICAMP)
- ▶ Benjamin Abdalla Jr. (USP)
- ▶ Bethania Mariani (UFF)
- ▶ Carmem Lucia Pereira Praxedes (UERJ)
- ▶ Célia Marques Telles (UFBA)
- ▶ Charlotte Marie Chambelland Galves (UNICAMP)
- ▶ Claudio Cezar Henriques (UERJ)
- ▶ Claudius Armbruster (Universidade de Colônia)
- ▶ Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (UNICAMP)
- ▶ Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi (UNICAMP)
- ▶ Enylton de Sá Rego (Universidade do Texas)
- ▶ Esmeralda Vailati Negrão (USP)
- ▶ Eurídice Figueiredo (UFF)
- ▶ Frank F. Sousa (University of Massachusetts, Dartmouth)
- ▶ Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)
- ▶ Heidrun Friedel Krieger Olinto de Oliveira (PUC – RJ)



- ▶ Helena Carvalhão Buescu (Universidade de Lisboa)
- ▶ Ivo Biasio Barbieri (UERJ)
- ▶ Jacqueline Penjon (Paris 3, Sorbonne-Nouvelle)
- ▶ João Adolfo Hansen (USP)
- ▶ João Roberto Gomes de Faria (USP)
- ▶ Jorge Schwartz (USP)
- ▶ José Luíz Fiorin (USP)
- ▶ José Luís Jobim (UFF)
- ▶ Kenneth David Jackson (Yale University)
- ▶ Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)
- ▶ Laura Padilha (UFF)
- ▶ Letícia Sicuro Corrêa (PUC – RJ)
- ▶ Lucia Helena (UFF)
- ▶ Luiz Costa Lima (UERJ)
- ▶ Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ)
- ▶ Márcia Atália Pietroluongo (UFRJ)
- ▶ Márcia Paraquett (UFF)
- ▶ Maria Aparecida Lino Pauliukonis (UFRJ)
- ▶ Maria Cecília de Souza e Silva (PUC – SP)
- ▶ Maria Conceição Monteiro (UERJ)
- ▶ Maria da Glória Bordini (PUC – RS)
- ▶ Maria da Glória di Fanti (UCPel/Pelotas; UNISINOS)
- ▶ Maria das Graças Dias Pereira (PUC-RJ)
- ▶ Maria Eugenia da Gama Alves Boaventura Dias (UNICAMP)
- ▶ Maria Lúcia Leitão (UFRJ)



- ▶ Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)
- ▶ Maria Zina Gonçalves Abreu (Universidade da Madeira, Funchal)
- ▶ Marisa Philbert Lajolo (UNICAMP)
- ▶ Mary Theresa Seig (Ball State Unniversity)
- ▶ Mônica Rector (University of North Carolina, Chapel Hill)
- ▶ Nadiá Paulo Ferreira (UERJ)
- ▶ Paulo Elias Allane Franchetti (UNICAMP)
- ▶ Peonia Viana Guedes (UERJ)
- ▶ Regina Zilberman (PUC – RS)
- ▶ Rita Terezinha Schmidt (UFRGS)
- ▶ Roberto Acízelo de Souza (UERJ)
- ▶ Rosemary Arrojo (UNICAMP)
- ▶ Severino J. Albuquerque (University of Wisconsin, Madison)
- ▶ Sybille Große (Universidade de Heidelberg)
- ▶ Telê Ancona Lopez (IEB – USP)
- ▶ Victor J. Mendes (University of Massachusetts, Dartmouth)



Sumário

Apresentação

- Mixórdia do agora ou uma (possível) ética da miscelânea** 9
Patricia Marouvo e Julia Scamparini

Artigos — ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

- “Eu acho que tem mais é que assassinar”:** uma análise semiolinguística do discurso de ódio empregado como opinião em entrevistas do documentário *Temporada de Caça* 17
Alan de Paula Brusco, Welton Pereira e Silva
- Gênero e formação docente na perspectiva da complexidade:** caminhos para uma educação integradora e (trans)formadora 31
Aleph Danillo da Silva Feitosa, João Oliveira da Silva Júnior, Cátia Veneziano Pitombeira
- O papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas** 45
Francisco Felipe de Oliveira Rocha, Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra
- Meme, do viral ao mental:** uma abordagem cognitiva 58
José Mauro Pinheiro
- A Gramática de Construções vai à escola:** propostas de atividade para o ensino fundamental 74
Karen Sampaio Braga Alonso
- A construção modalizadora [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}]:** análise sociointeracional dos subesquemas [ter de + infinitivo] e [haver de + infinitivo] 89
Líneker Trajano dos Santos



Artigos — ESTUDOS LITERÁRIOS

- Corpo torturado e o trauma do sobrevivente em *Os bêbados e os sonâmbulos* de Bernardo Carvalho** 103
Analice de Sousa Gomes, Renata Rocha Ribeiro
- Contribuições dos entremezes de Ariano Suassuna para a consolidação do teatro moderno e formação da identidade cultural brasileira** 117
Francisco Cláudio Alves Marques, Cassio Bitencourt de Oliveira
- Vasculhando a obra de Ursula K. Le Guin: panorama propositivo de novas leituras** 134
Gabriel Leibold
- Translating *Mrs. Dalloway*: from German to Urdu, 1928-2024** 142
Jeanne Dubino
- Pós-autonomia e seus outros: apontamentos sobre uma tópica argentina** 162
Maurício Chamarelli Gutierrez
- “Do you know what it is to wrestle with a madwoman?”: loucura e vingança em *Lady Audley’s Secret*** 176
Paula Pope Ramos

ENTREVISTA

- Ieda Magri entrevista Elena Losada, tradutora de Clarice Lispector na Espanha** 189
Elena Losada, Ieda Magri

RESENHAS

- Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso*, de Diego Leite de Oliveira e Karen Sampaio B. Alonso** 200
Roberto de Freitas Junior, Iulo Almeida Alves
- Do poema à canção: a vocoperformance*, de Leonardo Davino de Oliveira** 206
Lucas Leite Borba

- Editoras e colaboradores** 209





Mixórdia do agora ou uma (possível) ética da miscelânea

Uma pergunta sempre abre a expectativa de uma resposta. Mas, em *O que é o contemporâneo?* (2009), Giorgio Agamben não nos oferece nenhuma explicação determinante — a despeito do que intimamente desejamos, mesmo sabendo que o pensamento filosófico ilumina de forma difusa a percepção das coisas do mundo sem jogar luz definitivamente em nenhum porquê. Imbuído de um desejo de compreender uma temporalidade que se inaugura com o século XXI, Agamben entende que enxergar o contemporâneo, ou melhor, vislumbrar o contemporâneo, deve partir de uma postura de aceitação e abertura: aceitar a escuridão que biologicamente se impõe quando olhamos de perto demais, e abrir os olhos para o que é possível ver a partir desta distância. Não é uma escolha, mas sim o que se pode apreender na dinâmica entre o arcaico e o atual, a origem e o fim, nos “retornos que não cessam de se repetir”, como diz a orelha do volume.

“No firmamento que olhamos de noite, as estrelas resplandecem circundadas por uma densa treva”, no entanto, “as galáxias mais remotas se distanciam de nós a uma velocidade tão grande que sua luz não consegue nos alcançar” (Agamben, 2009, p. 64). Por boa parte de seu ensaio, o filósofo situa suas colocações por meio de uma metáfora que opõe luz e escuridão, e quando conclui as colocações amparadas por essa metáfora (para depois passar para outra, a da vértebra fraturada) o faz da seguinte forma: “Perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo” (Agamben, 2009, p. 65). Para que compreendamos melhor, ou parcialmente, o que quer dizer, Agamben dá a moda como exemplo, pois, segundo ele, o que a define

[...] é que ela introduz no tempo uma peculiar descontinuidade, que o divide segundo a sua atualidade ou inatualidade, o seu estar ou o seu não-estar-mais-na-moda [...] Essa cesura, ainda que sutil, é perspicua no sentido em que aqueles que devem percebê-la a percebem impreterivelmente, e, exatamente desse modo, atestam o seu estar na moda; mas, se procuramos objetivá-la e fixá-la no tempo cronológico, ela se revela inapreensível. Antes de tudo, o “agora” da moda, o instante em que esta vem a ser, não é identificável através de nenhum cronômetro. Esse “agora” é talvez o momento em que o estilista concebe o traço, a nuance que definiria a nova maneira da veste? Ou



aquele em que a confia ao desenhista e em seguida à alfaiataria que confecciona o protótipo? Ou, ainda, o momento do desfile, em que a veste é usada pelas únicas pessoas que estão sempre e apenas na moda, as *mannequins*, que, no entanto, exatamente por isso, nela jamais estão verdadeiramente? (Agamben, 2009, p. 66-67)

Não ousamos, neste breve ensaio, pensar a contemporaneidade a partir dos textos que compõem este número da revista *Matraga*. Giorgio Agamben teceu suas considerações sobre o tempo entre os anos 2006 e 2009, desde a conferência que proferiu até o texto revisto e publicado, ou seja, provavelmente consternado pelos “extremos” do novo século, extraordinariamente já visíveis na passagem do vigésimo ao vigésimo primeiro, e tão (ou mais?) impactantes do que Hobsbawm (2006) poderia imaginar. No entanto, olhar as trevas do presente para compreender o que confere suas tantas discontinuidades, o que lhe é inapreensível, pode servir como paralelo, parábola, metáfora do ofício de editar um número de revista que pressupõe a “mixórdia”.

Nesta edição “Miscelânea” da *Matraga*, como é de praxe, não há fio condutor possível que enlace de forma homogênea os trabalhos publicados. Em edições como esta, o número de artigos recebidos é em geral bastante alto, justamente porque a revista se propõe a valorizar “coisas misturadas”, coleções de pesquisas e autorias diversas. Mais trabalho para a editoria convidada, que, operando a partir de uma perspectiva de total amplitude, tem o dever de fazer escolhas não apenas baseadas na qualidade dos escritos, e também não apenas em critérios definidos previamente, o que é inevitável e esperado em edições temáticas, mas a partir do que se recebe enquanto material a ser estudado e, por fim, selecionado.

Neste sentido, o que procuramos fazer foi enxergar estrelas no firmamento, pontos de iluminação sobre o que (mais) importa atualmente, no âmbito do que se oferece como contribuição ao saber a partir das Letras. As duas seções pré-determinadas que organizam nosso campo de atuação em duas grandes áreas, Linguística e Literatura, sugerem, apesar das nítidas fronteiras, uma possível aproximação, uma proposta de amizade entre as áreas. Mantém-se aberta a possibilidade da parceria, da mútua admiração e valorização, do compartilhamento ou, como prefere Agamben, da com-divisão entre os campos de saber que partem, ambos, inevitavelmente, daquilo que se faz com as línguas.

4) Nessa sensação de existir insiste uma outra sensação, especificamente humana, que tem a forma de um com-sentir (SYNAISTHANESTHAIS) a existência do amigo. *A AMIZADE É A INSTÂNCIA DESSE COM-SENTIMENTO DA EXISTÊNCIA DO AMIGO NO SENTIMENTO DA EXISTÊNCIA PRÓPRIA*. Mas isso significa que a amizade tem um estatuto ontológico e, ao mesmo tempo, político. A sensação do ser é, de fato, já sempre dividida e com-dividida, e a amizade nomeia essa divisão. Não há aqui nenhuma intersubjetividade — esta quimera dos modernos —, nenhuma relação entre sujeitos: em vez disso o ser mesmo é dividido, é não idêntico a si, e o eu e o amigo são as duas faces — ou os dois polos — desta com-divisão (Agamben, 2009, p. 88-89, grifos do autor).

No ensaio intitulado “O amigo”, Giorgio Agamben discorre sobre a amizade como conceito que não se atribui, mas se performa. Assim, o amigo, mais que um predicado de denotação objetiva ou um referente no mundo, é uma experiência pura de linguagem. Além disso, pensando a partir de uma passagem de Aristóteles em *Ética a Nicômaco* — a qual comenta de forma enume-

rada, e por isso o número 4 na citação acima —, é amigo um outro de si mesmo, com o qual se convive nas ações e pensamentos que têm em comum. Linguística e Literatura, amigas ou ainda outras de si mesmas, fazem relação nas páginas desta revista.

O que vem a seguir é um vislumbre de cada artigo selecionado para o número 67 da *Matraga*, coleção que materializa o que tentamos fazer para reiterar o que importa no contemporâneo: assuntos concernentes à sociedade e/ou abordagens fundamentais para as áreas de conhecimento que, de alguma maneira, olham para trás, investigam o agora e iluminam o que vem.

Os textos da seção estudos linguísticos discutem: a) educação, tanto com respeito à abordagem de conteúdos escolares quanto no que se refere à formação de professores atualizados; b) a organização dos discursos de opinião, desde sua estrutura até seus não ditos, em pelos menos dois níveis: do mais aparentemente inofensivo, tal é a participação em uma entrevista, ao mais institucional, como artigos de opinião publicados em jornais; c) gêneros textuais diversos, como o meme, tão contemporâneo, ou o documentário fílmico, já consolidado há mais de um século; d) estudos baseados em linhas teóricas de grande força atualmente, como a Análise do Discurso, a Linguística Aplicada, a Linguística Funcional, e suas especificidades teóricas, como a Linguística Cognitiva, a Linguística Textual, a Teoria da Argumentação do Discurso, a Gramática de Construções, a Teoria Semiolinguística do Discurso e a Linguística Forense.

Os textos da seção estudos literários debatem: a) textos da literatura brasileira, sob viés crítico atualizado; b) a recepção crítica de obras estrangeiras no Brasil, propondo novas abordagens do texto literário; c) estudos de tradução literária, o papel do tradutor na mediação da recepção crítica e o valor de mercado da obra literária; d) a construção do feminino no Ocidente e estratégias de representação literária; e) teorias críticas contemporâneas sobre a literatura e a noção de pós-autonomia.

Se os dois parágrafos anteriores procuraram fazer jus a uma das concepções do que se encontra no verbete “miscelânea” do *Dicionário Houaiss* (versão on-line), formando um “conjunto confuso de coisas diferentes”, a seguir apresentamos o que os artigos de cada seção discutem, em busca de organizar a mistura e tornar visíveis contribuições importantes na/da contemporaneidade. Respeitamos a ordem já pré-estabelecida pela revista — antes os trabalhos em Linguística e, em seguida, as pesquisas em Literatura — e optamos pela ordem alfabética (a começar do primeiro nome do primeiro autor de cada texto), de forma a não agregar valor às contribuições a partir de critérios como titulação ou instituição, postura que, a nosso ver, respeita a seleção cega, estimula a amizade entre as áreas e resulta mais democrática.

Em “‘Eu acho que tem mais é que assassinar’: uma análise semiolinguística do discurso de ódio empregado como opinião em entrevistas do documentário *Temporada de Caça*”, Alan de Paula Brusco e Welton Pereira e Silva debruçam-se sobre um tema infelizmente bastante atual, que é o discurso de ódio direcionado à comunidade LGBTQIAPN+. Neste estudo, os autores demonstram que o sintoma contemporâneo é, na verdade, algo que ganhou mais destaque, mas que já estava consolidado há décadas no imaginário sociodiscursivo. Tomando como corpus o documentário *Temporada de Caça*, de 1988, e como ferramenta principal de análise a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, relacionada a alguns postulados da Linguística Forense, os pesquisadores demonstram como o discurso de ódio camufla-se em opinião emitida ou po-



sicionamento enunciativo subjetivo, atenuando uma forma de pensamento estruturalmente ligada ao machismo. O artigo de Brusco e Silva apresenta uma análise de dezesseis entrevistas em que se pode verificar declarações de “um sujeito-agressor que se dirige ao seu destinatário com a intencionalidade de ofender ou incitar uma ideia pejorativa ou violenta sobre determinado grupo marginalizado e minoritário, baseado em imaginários sociodiscursivos pré-existentes”. Partindo do pressuposto legal da livre expressão de ideias, direito defendido na Constituição, os sujeitos entrevistados de ontem e de hoje podem cometer, portanto, crimes de linguagem, já que manifestam em seus depoimentos o discurso estrutural contrário à existência da população homossexual.

No artigo “Gênero e formação docente na perspectiva da complexidade: caminhos para uma educação integradora e (trans)formadora”, Aleph Danillo da Silva Feitosa, João Oliveira da Silva Júnior e Cátia Veneziano Pitombeira abordam uma perspectiva educacional outra, que não é a do conteúdo que se ensina e formas inovadoras de abordá-lo, mas sim a do pensamento que subjaz às práticas docentes na atualidade. Aqui afronta-se o conservadorismo que evita debater diversidade e sexualidade no contexto escolar e nega assumir que gênero é “uma construção cultural e política, sustentada por práticas que normatizam corpos e comportamentos” decorrente do “papel estruturante do patriarcado na organização das subjetividades e na produção de saberes”. Nos últimos quase trinta anos, os documentos oficiais que regem a educação têm apresentado avanços no que diz respeito a discussões sobre gênero e diversidade sexual, mas somente na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, o “reconhecimento das diferenças, de gênero, sexualidade, raça, entre outras, deixa de figurar como referência genérica e passa a integrar de forma consistente a proposta formativa, ampliando a compreensão do papel do professor na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e comprometida com a equidade”. Neste cenário, os autores propõem repensar a formação docente a partir da epistemologia da complexidade, de Edgar Morin, para chegar na auto-heteroeco(trans)formação, uma adaptação da auto-heteroecoformação de Maximina Freire, conceituação que, com o acréscimo do trans, “pode ser compreendida como o processo contínuo e dinâmico pelo qual o sujeito se constitui de forma integrada, em relação consigo mesmo (auto), com o outro (hetero) e com o ambiente (eco), e, sobretudo, como agente de (trans)formação”.

Em “O papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas”, Francisco Felipe de Oliveira Rocha e Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra partem da noção de que a argumentatividade é inerente a textos de opinião e, para compreender melhor como esta estratégia discursiva é construída, exploram as formas como referentes textuais são organizados em rede em textos de Ruy Castro e Hélio Schwartsman para a Folha de São Paulo. Neste trabalho, referentes são “entidades que locutor e interlocutor(es) (re)constroem mentalmente por ocasião do processamento textual” levando em conta uma “superfície textual completa, os dados contextuais e o aparato cognitivo”. O que Rocha e Bezerra entendem por rede referencial é o que explica, por exemplo, como o referente mundo real pode ganhar um sentido ou outro a partir da rede da qual participa em um texto — e exclusivamente em um texto — pois “num jogo de conexões e associações complexas, difusas, dinâmicas e ricas para a construção dos sentidos” verifica-se que “a (re)construção de um referente impacta direta

e decisivamente na (re)construção de outros referentes aos quais esteja vinculado”. Também interessa aos autores aproximar a teorias linguísticas do texto que são distintas, mas complementares, explanando convergências e divergências da Linguística Textual (LT) e da Teoria Argumentativa do Discurso (TAD).

A investigação teórica também interessa a José Mauro Pinheiro. Em seu artigo “Meme, do viral ao mental: uma abordagem cognitiva”, o pesquisador analisa treze definições de meme que pressupõem modelos de comunicação diferentes. No âmbito da Linguística Cognitiva (LC), é bastante profícuo o trabalho com memes, tomados como amostras de enunciados que materializam discursos sociais estruturantes e, portanto, tornam-se corpora de análise de textos linguístico-imagéticos de alta complexidade cognitiva, bem como de alta produtividade político-crítica. Em sendo um gênero recente na história, Pinheiro contribui para o conhecimento e a difusão de conceitos elaborados no âmbito da Comunicação, os quais fortalecem os estudos realizados no âmbito da Linguística, já que, na contemporaneidade, muitos linguistas cognitivos dedicam-se a textos multimodais. Compreender o conceito de meme auxilia estudiosos a tomá-lo como objeto de análise. Mais precisamente, a Semântica de frames, teoria muito profícua no âmbito da LC e principal aparato teórico das análises de Pinheiro, demonstra a rede metafórica que subjaz às três conceituações sobre as quais o pesquisador se debruça. Uma destas análises, por exemplo, demonstra que as escolhas lexicais e metáforas do comunicólogo “apontam para uma tendência flagrante da cultura contemporânea: os memes já não são mais apenas a expressão criativa dos usuários de redes; eles já foram cooptados pela maioria das empresas, que enxergam na rapidez do espalhamento do meme uma forma de ganhar mais dinheiro.”

Em “A Gramática de Construções vai à escola: propostas de atividade para o ensino fundamental”, Karen Sampaio Braga Alonso engendra uma ação importante de diálogo entre a pesquisa contemporânea em Linguística e a escola, espaço que, como se sabe, necessita de atualização ininterrupta. Nesta toada, a pesquisadora contribui para diminuir a escassez de trabalhos que articulam gramática de construções e ensino de língua materna, mais especificamente. A partir de uma forte teoria descritiva, a Gramática de Construções de Goldberg e Croft, “um modelo que se propõe a dar conta da descrição gramatical de línguas específicas [...] da mudança linguística, da aquisição de linguagem” — e, Alonso se pergunta, “por que não?, do ensino de língua materna” — para propor um conjunto de atividades didáticas para turmas do 7º ano do Ensino Fundamental. Esta união entre a pesquisa linguística e o ensino do português ganha materialidade neste seu estudo de caso com quantificadores, tais como as construções binominais “livros pra caramba, um monte de caixas, um tiquinho de água, um bocadinho de pão”, as quais não se encontram em livros didáticos, apesar de sua grande produtividade. São, portanto, expressões que evidenciam a importância de se valorizar na escola não apenas regras estanques, mas também a variação linguística, através de “construções que se alternam na expressão de um dado fenômeno, valorizando os diferentes usos da língua a partir, por exemplo, do continuum oralidade-letramento, do grau de monitoramento e/ ou de formalidade”. A consequência deste tipo de abordagem vai além e chega a um entendimento muito maior do que é lexical ou gramatical, pois faz pensar no texto e tudo o que ele pressupõe: autoria, interlocução, grau de formalidade, adequação lexical, além de apresentar ao alunado uma forma de enxergar a gra-



mática baseada no uso, o que faz muito mais sentido para a faixa etária — senão para todos. O resultado das investigações da pesquisadora, associado à atividade escolar descrita neste artigo, colabora para dar volume à proposta de uma Gramática de Construções Pedagógica Baseada no Uso (GCPBU), um desdobramento da já tão consolidada GCBU.

Fechando a seção de estudos linguísticos, o artigo “A construção modalizadora [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}]: análise sociointeracional dos subesquemas [ter de + infinitivo] e [haver de + infinitivo]” volta ao estudo das construções gramaticais. Nele, Líneker Trajano dos Santos descreve a construção modalizadora “verbo auxiliar + preposição + verbo no infinitivo” a partir da Linguística Funcional Centrada no Uso. Nesta perspectiva, a gramática “é entendida como um inventário estruturado de construções convencionais, cujos significados são moldados pelo uso e pela recorrência em situações comunicativas”, sem que, no entanto, as construções sejam vistas como categorias fixas, mas sim “como formas linguísticas dinâmicas, suscetíveis a variações e reconfigurações de acordo com as demandas discursivas e pragmáticas de cada interação”. Logo, ocorrências como “tive de tomar” ou “há de concordar”, entre outras que se veem no artigo em questão, sofrem variação de sentido determinada pelas propriedades pragmático-discursivas mobilizadas na interação, tais como, por exemplo, o subesquema [haver de + infinitivo], que muitas vezes é empregado “na materialização de atos de fala indiretos, como sugestão, persuasão e afirmação enfática”. O trabalho de Santos representa um enlace entre sistema e uso que simboliza a tendência de boa parte das pesquisas em Linguística contemporaneamente.

Passemos à apresentação dos textos da área de estudos literários. O artigo intitulado “Corpo torturado e o trauma do sobrevivente em *Os bêbados e os sonâmbulos* de Bernardo Carvalho”, de Analice de Sousa Gomes e Renata Rocha Ribeiro, propõe uma análise da construção dos protagonistas do romance de Bernardo Carvalho, interpretando seus relatos de modo a avaliar como a memória traumática do contexto da ditadura militar no Brasil configura testemunho da dor e da violência em tempos de opressão e aniquilação do corpo. Gomes e Ribeiro afirmam que “*Os bêbados e os sonâmbulos* dramatiza o conflito entre lembrar e esquecer, entre testemunhar e silenciar, configurando a literatura como um espaço arquivado, onde as marcas do trauma e da repressão retornam sob forma estética”, entrelaçando questões políticas e estéticas que conectam o trauma individual ao coletivo via ficcionalização e reavaliação do passado histórico brasileiro.

Em “Contribuições dos entremezes de Ariano Suassuna para a consolidação do teatro moderno e formação da identidade cultural brasileira”, Francisco Cláudio Alves Marques e Cassio Bitencourt de Oliveira analisam os entremezes *Torturas de um coração ou Em boca fechada não entra mosquito* e *O homem da vaca e o poder da fortuna*, de Ariana Suassuna, de modo a identificar suas contribuições para o teatro moderno brasileiro e entender a iniciativa do autor na proposição da estética do Movimento Armorial, que objetivava integrar as tradições populares nordestinas ao teatro. Marques e Oliveira enfatizam como o riso em Suassuna é utilizado para criticar a hipocrisia social, argumentando que “O riso suassuniano propõe uma reflexão sobre a identidade cultural brasileira e sobre a criação de um espaço teatral que integre influências modernas às raízes culturais do país”, o que traduz o impulso do teatro moderno em sua concepção não como o rompimento com o passado, mas sim como uma articulação entre novas ideias e tradições consolidadas.

Gabriel Leibold, em “Vasculhando a obra de Ursula K. Le Guin: panorama propositivo de novas leituras”, revisita a recepção crítica brasileira da obra de Ursula K. Le Guin, apontado certa restrição nas abordagens predominantemente materialistas e utópicas, e sugere, com base no projeto fragmentado de tradução de sua obra para o português, “a observação de seus textos como uma rede em movimento”. Sua leitura, de fato, é bastante propositiva ao lançar um olhar global para a obra da autora, sem perder de vista possibilidades de “desdobramentos de instâncias anteriores, escritas e reescritas ao longo de sua carreira nos seus próprios termos — ora complexificando, ora redirecionando por inteiro ideias sobre liberdade, alienígenas, dragões, imaginação ou humanidade...”.

O artigo de Jeanne Dubino, intitulado “Translating *Mrs. Dalloway*: from German to Urdu, 1928-2024”, extensivamente mapeia as traduções do romance *Mrs. Dalloway*, de Virginia Woolf, para diversas línguas no decorrer dos séculos XX e XXI desde sua primeira publicação em 1925, salientando a relevância do papel do tradutor, que media a recepção da obra, ajuda a popularizá-la e contribui para leituras atravessadas por novas perspectivas, entre elas a feminista. Oferecendo um panorama da recepção das traduções de *Mrs. Dalloway* em diversos países, Dubino também avalia o valor de mercado da obra e como diferentes campanhas de marketing ajudam a localizar a publicação de traduções e paratextos, além de delimitar o público consumidor. A abrangência desse longo estudo de Dubino a leva à análise de algumas estratégias que diferentes tradutores utilizaram para a tradução do romance, atentando às diversas teorias do campo de estudos de tradução que embasam suas escolhas.

O artigo de Maurício Chamarelli Gutierrez, intitulado “Pós-autonomia e seus outros: apontamentos sobre uma tópica argentina”, debruça-se sobre aspectos da ideia de pós-autonomia, como propostas por “certo ensaísmo argentino recente” — Florencia Garramuño Reinaldo Laddaga, Josefina Ludmer, entre outros — argumentando que “a autonomia da arte não foi senão um sonho (irrealizado) de parte da arte moderna (a parte talvez menos interessante)”. Gutierrez afirma ainda que “certa inespecificidade e mesmo uma negação da autonomia é inerente à concepção moderna de arte e literatura”, tomando como base teórica o que Jacques Rancière denomina “revolução estética”. Sua conclusão é instigante ao sugerir que a periodização entre “modernidade/autonomia e pós-autonomia/contemporaneidade, na verdade, indica menos uma mudança na literatura ou no modo de sua circulação do que a presença silenciosa, a leitura, circulação e recepção dos autores do ‘pós-estruturalismo’”.

Em “*Do you know what it is to wrestle with a madwoman?*”: loucura e vingança em *Lady Audley's Secret*”, Paula Pope Ramos avalia a loucura e a vingança como formas de resistência à opressão social em *Lady Audley's Secret*, de Mary Elizabeth Braddon. Investigando as condições em que a protagonista do romance se encontra, que, dentre elas, podem ser elencadas “a impossibilidade do divórcio, a sua desvantagem no casamento, a falta de oportunidades e a sua vulnerabilidade”, Ramos entende que a vingança se assoma como única alternativa viável com que retribuir o agravo que Lady Audley não pôde ou quis esquecer. Aponta também como, no romance de Braddon, a mulher vitoriana pode transgredir os interditos em seu caminho, desviando da função primordial que lhe cabe como Anjo do Lar, e resvalar para o que Ramos cunha como “Demônio do Lar”, o que “revela, no imaginário



vitoriano, o perigo absoluto contido no corpo da mulher, a figura angelical que sustenta o pilar da família burguesa”.

Além destes doze artigos, este número traz também uma interessante entrevista, intitulada “Ieda Magri entrevista Elena Losada, tradutora de Clarice Lispector na Espanha”. Essa oportunidade é oferecida por Ieda Magri, que foi recebida por Elena Losada na Universidade de Barcelona em dezembro de 2022 para uma conversa. Losada é uma das principais tradutoras da obra Clarice Lispector ao espanhol e trabalha como Professora Titular de Literatura Portuguesa na Universidade de Barcelona, onde já ministrou cursos sobre diversos autores da literatura brasileira, como Jorge Amado, Rubem Fonseca, Ana Paula Maia e Patrícia Melo.

Por fim, apresentamos uma resenha assinada por Lucas Leite Borba do importante livro de Leonardo Davino de Oliveira, *Do poema à canção: a vocoperformance*, publicado em 2023 pela EDUERJ. Contamos também com a resenha em que Roberto de Freitas Junior e Iulo Almeida Alves apresentam criticamente o livro *Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso*, de Diego Leite de Oliveira e Karen Sampaio Braga Alonso, publicado em 2024 pela Pimenta Cultural.

Ao concluir o trabalho de edição deste número 67 da revista *Matraga*, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos aos autores, aos pareceristas e aos demais colaboradores que contribuíram para o presente volume. Após este trabalho que uniu pesquisas de qualidade, pontos luminosos provenientes de diversas regiões do Brasil, e uniu duas docentes como parceiras de edição, fica a marca de uma bonita convivência — entre textos e entre pesquisadoras. Podemos concluir, então, afirmando que apreciamos como ideia e adotamos como postura ética a amizade entre os estudos linguísticos e literários em territórios de liberdade, qual é o da(s) Miscelânea(s).

Patrícia Marouvo e Julia Scamparini

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo?. In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. O amigo. In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MISCELÂNEA. In: **Dicionário Houaiss Online**. Rio de Janeiro: Objetiva. Disponível em: <https://houaiss.online/houaission/>. Acesso em: 15 dez. 2025.





“Eu acho que tem mais é que assassinar”: uma análise semiolinguística do discurso de ódio empregado como opinião em entrevistas do documentário *Temporada de Caça*

Alan de Paula Brusco

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3845-2902>

E-mail: alandepaulabruscob@gmail.com

Welton Pereira e Silva

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4693-3151>

E-mail: weltonpereira@id.uff.br

RESUMO

Embora o Código Penal brasileiro não apresente legislação que tipifique o discurso de ódio contra a população LGBTQIAPN+, a prática da homofobia é abarcada, em uma tipologia guarda-chuva, como um crime dentro das leis antirracistas. Todo esse aparato jurídico, entretanto, parece não ter surtido efeito, uma vez que há, frequentemente, aumento nos números de ataques LGBTfóbicos, seja por meio do ataque físico, seja por meio da violência verbal. O presente trabalho, de natureza predominantemente qualitativa, embora lancemos mão de quantificações, debruça-se sobre dezesseis entrevistas obtidas no documentário *Temporada de Caça*, de 1988, para evidenciar as estratégias discursivas utilizadas no mascaramento do discurso de ódio dentro do gênero. Para tal, utilizamos a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2003; 2008; 2015) em relação com alguns postulados da Linguística Forense (Shuy, 1993). De forma geral, foi percebido que o discurso de ódio, no corpus analisado, apresenta-se na forma de uma opinião que é solicitada como se fosse apenas um pensamento individual, mas que carrega uma série de descrições pejorativas que não só incitam a violência contra a população que não segue a heteronormatividade, mas também a representa negativamente enquanto grupo. Além disso, foi verificado que o gênero entrevista parece ter um espaço contratual que favorece a expressão do discurso de ódio, a partir do momento em que o enunciador interpela seu interlocutor a responder com o que ele “acha”.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Forense; semiolinguística; discurso de ódio; entrevistas.



“I think they should just be killed”: A semiolinguistic analysis of hate speech used as opinion in the interviews from the documentary *Temporada de Caça*

ABSTRACT

Although the Brazilian Penal Code does not include specific legislation that classifies hate speech against the LGBTQIAPN+ population, the practice of homophobia is encompassed, under a broad categorization, as a crime within anti-racist laws. This legal framework, however, seems to have had little effect, given that the number of LGBTphobic attacks — whether physical or verbal — frequently continues to rise. This study, predominantly qualitative in nature (though we also make use of quantifications), analyzes 16 interviews from the 1988 documentary *Temporada de Caça* (Hunting Season), aiming to highlight the discursive strategies used to mask hate speech within the genre. To do so, we employ Patrick Charaudeau’s Semiolinguistic Theory (2003; 2008; 2015) in dialogue with Forensic Linguistics (Shuy, 1993). Overall, it was observed that in the analyzed corpus, hate speech appears in the form of an opinion posed as merely a personal thought, but which in fact carries a series of derogatory descriptions that not only incite violence against people who do not conform to heteronormativity, but also negatively portray them as a group. Furthermore, it was found that the interview genre seems to offer a contractual space that facilitates the expression of hate speech, particularly when the speaker prompts the interviewee to respond with what they “think”.

KEYWORDS: Forensic Linguistics; Semiolinguistics; Hate Speech; Interviews.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 5º, a igualdade, a liberdade e a segurança de todos os cidadãos brasileiros. A liberdade abarca o direito e o respeito à livre expressão de ideais, como a garantia da atividade intelectual, artística, científica, entre outras, independentemente da censura, como pode ser verificado no inciso IX do texto. Ao mesmo tempo, no inciso X que se sucede, é normatizado que esta livre expressão não pode violar a honra e a imagem de nenhum indivíduo, estando sujeito a indenização por danos materiais e morais:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (Brasil, 1988, s. n.).

Inicialmente, essa construção de ideias pode parecer contraditória. Entretanto, de acordo com Dantas Junior (2023), as cláusulas no texto constitucional não se sobrepõem e muito menos se contradizem. Na verdade, a unidade da interpretação é extremamente importante para entender que o inciso X é uma proposta de limitação para as garantias dadas no inciso IX colocados no texto oficial. Contudo, essa limitação e distinção entre liberdade de expressão e discurso de ódio não se faz de maneira clara e isenta de disputas jurídicas. Conforme explica Dadico (2020, p. 150:



As abordagens predominantes sobre o discurso de ódio partem da ideia de um conflito entre o direito fundamental à liberdade de expressão do emissor da mensagem, potencialmente qualificada como discurso de ódio, o qual se encontraria em situação de conflito com os direitos fundamentais ao igual respeito e dignidade das pessoas ou grupos atingidos pelo conteúdo de ódio.

Desta forma, há constantes interpretações jurídicas acerca do fato de discursos potencialmente ofensivos serem ou não abarcados pela liberdade de expressão. Parece haver uma margem muito tênue para se delimitar o que pode ser entendido como opinião e discurso de ódio, embora muitas vezes a diferença seja mais óbvia. É justamente nesse âmbito que entra a necessidade de um debate que busque explicitar o que vem a ser o discurso de ódio, principalmente orientado por uma visão com fundamentos linguístico-discursivos.

De fato, não há uma cláusula no Código Penal brasileiro que trate do discurso de ódio como tipo penal, embora haja a restrição à prática do racismo desde a Constituição de 1988, que ganhou novos contornos posteriormente, abarcando também a homofobia. Porém, como aponta Pacheco (2022), determinar sob um mesmo “guarda-chuva” os crimes de racismo, homofobia, intolerância, entre outros, não obteve resultados substanciais que diminuíssem tais ocorrências na sociedade. O tratamento que é dado a crimes dessa mesma origem legal — que, na verdade, são diferentes entre si — é bastante reducionista, os identificando frequentemente como injúrias simples (Pacheco, 2021).

Neste artigo, vamos propor uma análise sobre a modalidade elocutiva de opinião como uma estratégia discursiva para o disfarce do discurso de ódio contra a população LGBTQIAPN+ no contexto de entrevistas jornalísticas. De forma mais específica, enfocaremos como esse recurso discursivo tem potencial de violar o inciso X, no Artigo 5º da Constituição Federal, configurando-se como um crime de linguagem. Para o linguista forense Roger Shuy (1993), os crimes de linguagem seriam aqueles cometidos unicamente ou principalmente por meio da língua, como a ameaça, o suborno e, em nosso contexto, os crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação). Para tal, tomamos como corpus dezesseis entrevistas obtidas por meio do documentário *Temporada de Caça*, de 1988, sob a direção de Rita Moreira, a partir do qual pretendemos mostrar que os atos de linguagem construídos como pensamento individuais podem materializar discursos de ódio explícitos, e como a situação de comunicação de uma entrevista fornece brecha para sua externalização.

Silva (2023) destaca a importância de pesquisas que aprofundem o entendimento sobre o discurso de ódio e seu funcionamento linguístico-discursivo, visto tratar-se de uma seara que pode receber contribuições dos estudos da linguagem, visando a contribuir em decisões judiciais que tenham o discurso de ódio como possível evidência. Dessa forma, nossa reflexão e análise se justificam como uma contribuição para uma maior compreensão desse crime de linguagem. Embora os elementos discursivos analisados tenham sido publicados no século XX, eles continuam vigorando até os dias atuais; afinal, apesar da existência de leis, observa-se, ao longo dos anos, um aumento significativo no número de vítimas de crimes motivados por LGBTfobia. Segundo Lucca (2025), em pesquisa publicada na *Folha de S. Paulo*, por exemplo, só entre 2013 e 2023, houve um crescimento de 1.227% nesses casos, contrastando com a recorrente impunidade dos agressores.



O artigo se organiza da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos uma breve revisão de literatura acerca da liberdade de expressão e do discurso de ódio; em seguida, trazemos alguns postulados teóricos e metodológicos da Teoria Semiolinguística do Discurso, os quais iremos empregar em nossas análises; em sequência, trazemos considerações sobre o gênero entrevista e os resultados qualitativos e quantitativos obtidos a partir da análise do corpus são apresentados em sequência.

2. Reflexões acerca do discurso de ódio

O conceito de discurso de ódio pode ser bastante abrangente na literatura, a depender do autor e do seu ponto de vista. Uma das primeiras definições que encontramos acerca dele parte de Ward (1998), que o trata como qualquer expressão que tenha como objetivo final a difamação, a humilhação ou o incentivo a práticas odiosas contra os seus alvos. Em Brisson (1998), de forma semelhante, o discurso de ódio é tratado como uma ferramenta para difamar um indivíduo ou um grupo, em que os agressores se pautam nos seus próprios ideais a respeito de grupos opostos ao seu, a partir das suas concepções de raça, gênero, etnia, sexualidade e religião.

Alguns anos depois, tem-se, em Brugger (2007), que o discurso de ódio são palavras que tendem a insultar, intimidar ou até mesmo assediar outras pessoas com base em questões de raça, cor, etnia, nacionalidade, sexo e religião, ou mesmo palavras que têm o potencial de instigar tais discriminações contra pessoas pertencentes a esses grupos. Silveira (2007) dá seguimento a essa definição, adicionando a ela que o discurso de ódio é qualquer forma de expressão desrespeitosa que desqualifique e que menospreze uma comunidade de seres humanos, reduzindo-os à condição de meros objetos.

Uma outra definição é a de Sponholz (2020), que trata o discurso de ódio como uma “comunicação pública” cuja intencionalidade dos sujeitos, estes conscientes e responsáveis em relação ao seus alvos, é a de promoção de uma inequidade entre humanos, levando em consideração categorias sempre coletivas — novamente, raça, religião, sexualidade. Por fim, em Fortuna e Nunes (2018), esse discurso é um uso linguístico em diferentes estilos, que pode tanto atacar quanto incitar violência ou ódio a grupos marginalizados.

A partir de tais definições, conseguimos levantar alguns traços gerais que caracterizam o discurso de ódio de forma mais prática, tentando integrar todas as proposições. Os pontos principais elencam que o discurso de ódio é composto por um sujeito-agressor que se dirige ao seu destinatário com a intencionalidade de ofender ou incitar uma ideia pejorativa ou violenta sobre determinado grupo marginalizado e minoritário, baseado em imaginários sociodiscursivos pré-existentes.

Em nossas análises, procuraremos desvelar efeitos de sentido de natureza odiosa que, embasados em determinados imaginários sociodiscursivos, podem gerar danos psicológicos e emocionais em membros da população LGBTQIAPN+. Para isso, na próxima seção, apresentaremos nosso referencial teórico.

3. Ódio como discurso: contribuições da teoria semiolinguística

A Teoria Semiolinguística do Discurso se volta para uma análise dos atos de linguagem e seus diferentes contextos sócio-históricos de produção por uma ótica descritiva e interpretativa (Charaudeau, 2008). A construção de sentido acontece envolvendo fatores gramaticais, como sintáticos e semânticos, mas é dependente também de fatores discursivos, como o contrato de comunicação, a identidade dos sujeitos e o projeto de influência, lançando mão de um modelo que dê conta do processo de significação no ponto de encontro entre o enunciador e o seu interpretante. Conforme Charaudeau:

Uma análise semiolinguística do discurso é semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade. Essa última depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes. Diremos também que uma análise semiolinguística do discurso é linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos languageiros (Charaudeau, 2008, p. 21).

Charaudeau (2003) entende o discurso como permeado por um conjunto de saberes partilhados por uma sociedade e como um elemento da encenação presente em diferentes situações de comunicação. Explicitando um pouco mais esse segundo conceito, a encenação discursiva ocorre em dois circuitos distintos: um externo, relacionado ao fazer psicossocial — campo no qual existe uma série de outros discursos e imaginários permeando a situação —, e um interno, ligado ao dizer — o campo da prática linguística, no qual o discurso se materializa. Para Charaudeau (2015), os imaginários sociodiscursivos circulam socialmente por meio do discurso, organizando formas de pensar e construir visões sociais. Embora colocados de forma separada, esses campos estão conectados em uma relação de interdependência.

De forma semelhante, a encenação do ato de linguagem pressupõe a existência de sujeitos de naturezas complexas que se desdobram em diferentes momentos nos circuitos pertencentes à situação comunicativa (Charaudeau, 2003). No campo do fazer psicossocial, temos os participantes do ato de linguagem, tratados na teoria como EU-comunicante (EUC) e TU-interpretante (TUi). O EUC, nesse caso, é o responsável pela encenação do ato, sendo ele um indivíduo que existe no mundo real e está mais ou menos ciente da sua posição em relação ao seu TU. De forma semelhante, TUi tem as mesmas propriedades, sendo quem de fato irá receber e interpretar determinado enunciado, fazendo isso da sua maneira, atendendo ou não às expectativas do seu comunicante.

O ato de linguagem é sempre uma aposta, em que o EUC espera que seu TUi compreenda exatamente o que ele quer passar (Charaudeau, 2008). Para isso, ele se desdobra, no campo do dizer, em uma materialidade linguística, assim como faz com a ideia que tem do seu interlocutor. Ou seja, o EUC projeta um EU-enunciador (EUE), de caráter puramente linguístico, responsável pela enunciação, ao mesmo tempo que visualiza o seu TU-destinatário (TUD) para construir o seu discurso, esperando que este remeta ao TUi no campo do fazer, tendo assim seu projeto comunicativo concretizado.



Toda situação de comunicação também estabelece uma relação contratual, que são as cláusulas mínimas necessárias para que um ato de linguagem seja possível. Essas cláusulas dizem respeito à materialidade da troca, se os parceiros estão presentes ou não, se estão se comunicando por canais orais ou escritos, as identidades de cada um, se estes se reconhecem, se compartilham um mesmo universo temático e se as previsões sobre as intenções do ato são semelhantes (Charaudeau, 2003). Além das restrições, o contrato de comunicação prevê um espaço de estratégias, no qual o sujeito enunciador lança mão de estratégias de legitimidade, credibilidade e captação. EUC, por meio de EUE, ciente dessas restrições e liberdades, utiliza as estratégias para atingir seu objetivo comunicativo.

Investido de uma intencionalidade, EUC, por meio do EUE, pensando no seu TUD idealizado, ciente das diferentes imposições contratuais exigidas pela situação de comunicação, modaliza determinadas categorias de língua em categorias discursivas que visam atender seu projeto de enunciar, descrever, narrar e argumentar. Surgem, assim, o Modo de Organização Enunciativo — que se presta a marcar o enunciador em seu enunciado; o Modo de Organização Descritivo — que se presta a nomear, situar e localizar as coisas do/no mundo; o Modo de Organização Narrativo — que apresenta actantes e suas ações; e o Modo de Organização Argumentativo — por meio do qual o sujeito argumentante defende uma proposta sobre o mundo (Charaudeau, 2008). Nos focaremos, neste trabalho, nos modos Enunciativo e Descritivo.

O Modo de Organização Enunciativo se refere ao comportamento enunciativo do EUC em relação ao seu enunciado e ao TUD. Ele pode ter uma atitude alocutiva, de agir sobre o outro; elocutiva, de expressar sua opinião; ou delocutiva, por meio da qual se afasta (ou passa uma impressão de ausência) do seu enunciado (Charaudeau, 2008). Para tais organizações enunciativas, Charaudeau (2008) demonstra que categorias linguísticas como o uso do imperativo, verbos subjetivos ou citações, por exemplo, podem desvelar o comportamento elocutivo do sujeito. Em seu texto, o autor elenca também uma série de subcategorias que ajudam a explicar esses modos, como injunção, opinião e o discurso relatado.

O Modo de Organização Descritivo se volta para os princípios que fazem existir e distinguem os seres no mundo. Isto é, através do discurso, conseguimos nomear os indivíduos e as coisas, os classificando dentro de determinados conjuntos. Também conseguimos situar (ou não) tais elementos em um determinado espaço-tempo. Ademais, ao passar por esses dois processos, através do discurso é possível, da mesma forma, qualificar os seres dentro de um universo de saberes, gerando assim as suas diferenças e semelhanças em relação a todos os outros (Charaudeau, 2008).

4. Metodologia

O presente trabalho se propõe a analisar dezesseis entrevistas apresentadas no documentário *Temporada de Caça*, lançado em 1988 sob a direção de Rita Moreira. A produção tenta trazer uma reflexão sobre a série de assassinatos contra a comunidade LGBTQIAPN+ que estava acontecendo em diferentes capitais brasileiras, principalmente em São Paulo. Além das entrevistas, a produção faz considerações sobre os crimes, dá espaço para ativistas se manifestarem sobre a causa e elenca personalidades homossexuais importantes. Porém, foram selecionadas apenas as

entrevistas como corpus de pesquisa, visto elas serem um objeto que reflete bem os propósitos da reflexão tomadas como objetivo do nosso estudo.

Foi selecionado, para a análise, um corpus de dezesseis entrevistas cujo tema abordava os crimes de assassinato cometidos em São Paulo e outras capitais do Brasil. Esse corpus representa todos os textos do gênero que aparecem ao longo da curta. Para o tratamento desse conjunto, foi feita uma transcrição desses textos, orais no original, para o meio escrito, na ordem em que elas aparecem, denominando e registrando os diferentes enunciadores envolvidos e seus respectivos turnos de fala, ou seja, diferenciando na transcrição os dizeres do repórter e do entrevistado. Não nos atentamos às questões relacionadas ao registro mais ou menos formal empregado nas entrevistas, nem delineamos os aspectos prosódicos da conversa. Como nosso foco recai sobre o posicionamento dos sujeitos enunciadores, descrevemos e analisamos as diferentes modalidades enunciativas encontradas.

A pesquisa realizada lançou mão da abordagem qualitativa e quantitativa. A Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2008) forneceu tanto o aparato teórico como metodológico. Isto é, seguimos as teorizações do autor para orientar o tratamento do corpus, empregando suas categorias para classificar, descrever e interpretar os elementos encontrados nas entrevistas selecionadas. Além disso, selecionamos como critério e régua para pensar a liberdade de expressão o que está escrito no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Primeiramente, delimitamos o quadro contratual estabelecido na situação de comunicação das entrevistas, levando em conta que o EUC e EUE variam do momento em que o repórter faz a pergunta para o momento em que o entrevistado responde. Então, os enunciados de cada um desses sujeitos foram analisados separadamente, mas demos ênfase aos enunciados produzidos pelos entrevistados.

Em um segundo momento, categorizamos os posicionamentos enunciativos a partir dos procedimentos do Modo de Organização Enunciativo. Também lançamos mão de procedimentos do Modo de Organização Descritivo que também se prestam à marcação do sujeito em seu dizer. Nesse momento, foram utilizadas tabelas que ajudam a elucidar a análise e fundamentar nossas reflexões. A partir do Modo de Organização Enunciativo, buscamos verificar a atitude enunciativa dos enunciadores e a forma como eles se apresentavam no seu discurso. A análise por meio do Modo de Organização Descritivo nos possibilitou verificar as nomeações e qualificações feitas nesses enunciados, não só buscando averiguar se eram subjetivas ou objetivas, mas também elencando a forma como elas nomeiam e qualificam de forma positiva ou de forma negativa a população LGBTQIAPN+. Com os dados gerados, procuramos verificar as recorrências das categorias para levantarmos algumas conclusões sobre o discurso de ódio manifestado no corpus.

5. O contrato de comunicação e a postura elocutiva nas entrevistas do documentário *Temporada de caça*

O primeiro ponto de análise é baseado nos contratos de comunicação presentes nos textos analisados. Charaudeau (2004) define esses contratos como as cláusulas que tornam todas as trocas comunicativas minimamente possíveis. Essas cláusulas são as identidades dos parceiros,

o tema sobre o qual eles conversam, o canal por onde acontece a troca e a intencionalidade que coordena tal ato de linguagem. Aplicando isso ao corpus da pesquisa, conseguimos evidenciar um padrão que define como acontece a relação contratual dentro da situação de comunicação estudada. Vamos utilizar o excerto 1:

Excerto 1:

Repórter: E o que que você acha desses assassinatos que estão ocorrendo, que já ocorreram muitos em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul? Que que você acha de matar homossexuais?

Entrevistado: Ah, eu acho, eu acho que acabar deve acabar, né? De uma forma ou de outra, prendendo, matando. Eu sou contra isso também, homossexuais.

Em relação às identidades dos sujeitos envolvidos, temos no excerto 1, assim como no resto do corpus, a presença de um entrevistador que aparece fazendo as perguntas ao seu entrevistado, e este as responde. O canal em que isso acontece é o canal oral, e a resposta é instantânea, de maneira imediata após o lançamento da pergunta. O tema, sendo o mesmo para todas as entrevistas, é a opinião das pessoas sobre a onda de assassinatos que ocorreu na cidade de São Paulo contra a população LGBTQIAPN+ em meados dos anos 1988. Por fim, a intencionalidade que orienta tais trocas é a de informação, visto que o repórter está em uma posição de querer saber algo que o seu entrevistado conhece, no caso, sua opinião. Para resumir, colocamos o contrato no seguinte quadro:

QUADRO 1. O contrato de comunicação geral nas entrevistas do documentário

CONTRATO DE COMUNICAÇÃO DAS ENTREVISTAS DO DOCUMENTÁRIO				
Identities	Canal	Tema	Intencionalidade	Visadas
Entrevistador/ entrevistado	Oral e instantâneo	Assassinatos de LGBTQIAPN+	Informar	Fazer-saber

Fonte: Produzido pelos autores.

O Quadro 1 mostra que, por ser uma entrevista, e devido ao canal em que ela acontece, temos uma situação em que é possível recuperar mais de um EUe e mais de um TUD. Isso se dá devido a sua realização oral, instantânea e dialogal, por meio da qual conseguimos ter acesso de forma imediata tanto ao ato de linguagem do repórter quanto ao do entrevistado, que vem em resposta. Para a nossa proposta, porém, focando em apreender o conteúdo odioso nos enunciados do entrevistado (doravante EUe-entrevistado), levaremos em consideração os enunciados produzidos por esta instância enunciativa.

Sobre a postura do EUe-entrevistado, nos atentemos ao excerto 2:

Excerto 2:

Repórter: Dá aqui uma entrevistinha pra gente. Você tem ouvido falar em noticiários, jornais, TV, rádio sobre o assassinato de homossexuais?

Entrevistado: Já, já sim.

Repórter: E o quê que você pensa disso?

Entrevistado: Eu acho é que tem mais é que assassinar mesmo.

Descrevendo a postura enunciativa do EUE-entrevistado, e considerando seu ato de linguagem como foco de análise, temos dois momentos: um em que ele responde já ter ouvido falar dos assassinatos e outro em que ele fornece seu pensamento sobre o assunto, por meio da modalidade elocutiva da opinião (Charaudeau, 2008). Por meio dessa modalidade, “um fato ou uma informação é pressuposta e a partir daí o locutor explicita a posição que o fato ou a informação ocupam em seu universo de crenças” (Charaudeau, 2008, p. 93, grifos nossos). Pelo que pede a pergunta, assim como pela modalização por meio do verbo “achar”, fica verificado que o enunciado se apresenta como uma opinião. Marcando-se no discurso com o “eu”, vemos que EUE está revelando o seu posicionamento, apresentando-se como responsável pelo seu ato de linguagem. Nesse processo, EUE revela que coaduna com imaginários sociodiscursivos que entendem que a população LGBTQIAPN+ deve ser exterminada.

Entretanto, o elocutivo não é o único comportamento enunciativo no corpus, como podemos ver pelo excerto 3:

Excerto 3:

Repórter: E o que o senhor acha desses assassinatos?

Entrevistado: É errado. Ninguém tem direito de tirar a vida do próximo por motivo nenhum, muito menos por isso. Isso aí é uma aberração da natureza que hoje é tão comum. Nós temos que aceitar o caso. Hoje considera-se um terceiro sexo, está disseminado no mundo todo, não só no Brasil, não.

No excerto 3, temos a predominância do comportamento delocutivo, evidenciado pelo uso mais frequente de formulações na terceira pessoa, ainda que haja uma passagem elocutiva em “nós temos que aceitar o caso”. Portanto, a postura do EUE-entrevistado diante do seu discurso é de afastamento, retirando-se das afirmações que ele apresenta, terceirizando a responsabilidade do seu enunciado para uma outra instância. As subcategorias delocutivas que são expressas nesse trecho é a de asserção, em forma de uma constatação. Aplicando a mesma análise a todos os enunciados do EUE-entrevistado ao longo dos outros textos, chegamos aos seguintes resultados:

QUADRO 2. Análise do Modo Enunciativo para o EUE-entrevistado

MODALIDADES ENUNCIATIVAS (EUE-entrevistado)	
Modo Alocutivo (4 ocorrências)	
Questionamento	100%
Modo Elocutivo (26 ocorrências)	
Opinião	54%
Obrigação	11%
Constatação	35%
Modo Delocutivo (13 ocorrências)	
Asserção: Constatação	100%

Fonte: Produzido pelos autores.

Os dados do Quadro 2 apontam que, na maior parte das ocorrências — em treze das dezesseis entrevistas —, o comportamento enunciativo do EUe-entrevistado é elocutivo, na subcategoria de opinião. Embora haja também ocorrência de subcategorias como a obrigação e a constatação, assim como a aparição de alguns enunciados delocutivos de asserção e alocutivos de questionamento, o enunciador entrevistado posiciona-se em seu discurso a partir da pergunta apresentada anteriormente pelo repórter. Por este último perguntar o que tal indivíduo acha sobre o tema geral, impondo ali algumas regras para essa comunicação, o parceiro que é entrevistado se protege atrás do seu posicionamento como se esse fosse só um ponto de vista. Contudo, sob uma análise do Modo Descritivo, conseguimos evidenciar o contrário.

6. A construção descritiva nas entrevistas do documentário *Temporada de caça*

O Modo de Organização Descritivo não se volta somente para textos cuja finalidade é descrever algo, mas consiste em um modo de organização que pode ajudar a compor textos com outras organizações predominantes, à medida que descrever, na perspectiva semiolinguística, pode ser entendido como fazer existir (nomear), caracterizar (qualificar) e localizar as entidades do universo biossocial (Charaudeau, 2008). Dessa forma, nesta seção, nos propomos a analisar os enunciados do EUe-entrevistado sob a ótica desse modo de organização. No excerto a seguir, uma qualificação que evidencia o posicionamento subjetivo é encontrada:

Excerto 4:

Entrevistado: Bom, eu acho que o homossexual, hã, ele tem direito a vida. Ninguém é dono da vida, né? Eu não sou o Senhor, eu não posso tirar a vida do meu próximo, do meu semelhante. Embora ache o homossexualismo uma aberração da própria natureza, né?

No excerto em apreço temos acesso somente ao ato de linguagem produzido pelo EUe-entrevistado, em que conseguimos ver os nomes que ele utiliza para nomear os seres do mundo em seu discurso, no caso, o sujeito homossexual. Primeiramente, ele faz referência por meio dos sintagmas “o homossexual”, “meu semelhante” e “meu próximo” para se referir às vítimas dos assassinatos que são retratados ao longo do documentário. Em termos de nomear, como coloca a teoria, tem-se aqui uma identificação genérica, pois não se fala de um sujeito em particular, mas de um grupo, referindo-se a uma classe toda em seu ato.

Porém, EUe qualifica o “homossexualismo” como “aberração da própria natureza”. Faz-se oportuno mencionar que o “homossexualismo” consiste em uma terminologia muito utilizada há algumas décadas para tratar da homossexualidade como doença. Notamos, por meio do emprego de “meu próximo” e “meu semelhante”, um ponto de vista perpassado por imaginários sociodiscursivos de embasamento cristão.

Com isso, passando para uma análise dos procedimentos discursivos para “qualificar”, temos duas possibilidades trazidas por Charaudeau (2008): a de uma qualificação objetiva, verificável por diferentes sujeitos, e de uma qualificação subjetiva, que parte de um universo individual ou

de apenas um grupo. No excerto 4, em contraste com o termo “semelhante”, atribuindo aos homossexuais qualificações parecidas com a do EUe-entrevistado, ele coloca que este é uma “aberração da natureza”, recorrendo então a uma caracterização subjetiva. Além disso, essa escolha lexical promove uma ideia negativa de tal grupo, o que possibilita considerar essa qualificação como subjetiva e negativa, demarcando um posicionamento odioso em relação ao grupo. No excerto 5, isso pode ser explorado mais a fundo:

Excerto 5:

Repórter: Mas especificamente contra eles [homossexuais], o que você pensa?

Entrevistado: Aí eu tenho muito contra eles, tenho muita coisa contra eles. Eu acho que eles estão poluindo a cidade de São Paulo.

Primeiramente, chamamos atenção brevemente para o enunciado da pergunta por parte do repórter, que nesse caso não apenas dá espaço para o entrevistado como direciona a resposta, cerceando a expectativa de resposta. Isto é, ele orienta seu questionamento para um posicionamento antagônico, perguntando o que o entrevistado teria “contra eles”. Em sua resposta, o EUe-entrevistado se dirige aos homossexuais pelo pronome “eles” repetidamente, e aponta ainda que esse grupo está “poluindo” a cidade de São Paulo. Em termos de procedimentos discursivos, há uma nomeação genérica e também uma construção subjetiva do mundo, por meio da qual o enunciador deixa transparecer um imaginário sociodiscursivo que relaciona a homossexualidade à depravação e à sujeira, o que é evidenciado por meio da perífrase verbal “estão poluindo”.

Aplicando os mesmos critérios ao restante do corpus, chegamos aos seguintes dados:

QUADRO 3. Análise do Modo Descritivo no corpus

MODALIDADES DESCRITIVAS	
Procedimentos para nomear (11 nomeações)	
Identificação Genérica	100%
Procedimentos para qualificar (9 ocorrências)	
Construção Subjetiva	70%
Construção Objetiva	30%
Valor da qualificação	
Negativo	90%
Neutro	10%

Fonte: Produzido pelos autores.

Os dados apontam que, de forma geral, a identificação, aparecendo em onze entrevistas, é sempre genérica, referindo-se sempre a um grupo de forma ampla e não necessariamente a um indivíduo particular — porém, ao se referir a uma comunidade, refere-se também a cada indivíduo que a compõe. É uma característica comum ao discurso de ódio que leva à tipificação de racismo, visto que é um ataque à coletividade e não a um indivíduo.

Sobre as qualificações, foram encontradas mais subjetivas do que objetivas, em nove das dezesseis entrevistas, revelando universos de crenças individuais dos diferentes enunciadore. Além disso, as qualificações se apresentaram, majoritariamente, de forma negativa, representando e categorizando de forma pejorativa e ofensiva a população LGBTQIAPN+. A partir dessas qualificações, esse grupo-alvo é representado coletivamente como um grupo “sujo”, “imoral”, “aberração” e como “doentes”, indo contra o que é postulado no texto constitucional, em que é defendido que qualquer violação contra a imagem e a honra do outro ultrapassa o direito à liberdade e à livre expressão, estando sujeito a penalidades.

7. Considerações finais

Diante do crescente aumento no número de crimes contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil — um dos países que lideram o ranking mundial de homicídios contra indivíduos dessa comunidade —, o presente trabalho busca oferecer uma contribuição, ainda que modesta, para a compreensão e caracterização do discurso de ódio. Especificamente, analisa-se sua manifestação disfarçada de opinião em entrevistas jornalísticas, compreendendo-o como um crime de linguagem que infringe os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal vigente.

Para tanto, realizou-se, inicialmente, uma revisão teórica que conceitua o discurso de ódio como direcionado a minorias sociais, ou seja, a grupos vulneráveis, e que os afeta linguisticamente, seja por meio de representações pejorativas, seja pela incitação a outras formas de violência. Em seguida, apresentamos a Teoria Semiolinguística do Discurso por meio das noções de contrato de comunicação, situação de comunicação, imaginários sociodiscursivos e Modos de Organização do Discurso, utilizados como categorias analíticas para atender aos objetivos do trabalho.

Sobre o contrato de comunicação estabelecido pela situação dialogal, que é própria do gênero entrevista, percebemos que em todo o corpus há a presença de um entrevistador que se volta para o seu entrevistado, questionando-o sobre uma informação, essa informação sendo a sua opinião. Houve também ocorrências em que o questionamento já era direcionado para o que o entrevistado tinha contra essa população. Dessa forma, então, percebemos que o contrato de comunicação estabelecido nessas entrevistas dá legitimidade ao Eue-entrevistado a manifestar seus atos de linguagem em forma de opinião, mesmo esses sendo de caráter odioso.

Elucidamos, utilizando as categorias propostas por Charaudeau (2008), que, atendendo ao que pede o repórter e as cláusulas contratuais da situação, os EUE-entrevistados mobilizam seus atos de linguagem de forma elocutiva, em configuração de opinião. Porém, constroem seus enunciados com elementos descritivos que caracterizam o grupo LGBTQIAPN+, sempre tratados de maneira genérica, como um grupo sujo, uma aberração da natureza, pessoas doentes que devem ser assassinadas. Os discursos, assim, são embasados em imaginários sociodiscursivos contrários à existência da população homossexual, em um flagrante discurso de natureza odiosa.

Dessa forma, demonstramos que, ao praticar a livre expressão de ideais, direito defendido na Constituição, a maior parte dos enunciadore do corpus ofendeu a essência de um grupo

minoritário como um todo, possivelmente, violando o que é trazido no inciso X do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, em termos de honra e da imagem de um grupo de indivíduos. Embora os textos tenham sido produzidos em um período remoto, logo após a redemocratização, eles ilustram discursos que ainda ecoam atualmente.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Ambos os autores realizaram pesquisa bibliográfica e escrita do texto colaborativamente.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse a declarar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRISON, Susan J. The autonomy defense of free speech. *Ethics*, v. 108, n. 2, p. 312- 339. 1998.
- BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Direito Público*, v. 4, n. 15. 2007. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418>. Acesso em: 09 set. 2025.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Org.). **Análise do discurso: fundamento e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo da Análise do Discurso - FALE/UFMG, p. 23-37. 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. Contrato de Comunicação. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto. 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização do discurso**. São Paulo: Contexto. 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2015.
- DADICO, Claudia Maria. **Crimes de ódio: diálogos entre a filosofia política e o direito**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.
- DANTAS JÚNIOR, João Fabrício. A liberdade de expressão: Os limites ao discurso de ódio à luz da Constituição Federal. *JURIS - Revista Da Faculdade De Direito*, v. 31, n. 2, p. 52-73. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/juris.v31i2.14451>. Acesso em: 08 maio 2025.



FORTUNA, P.; NUNES, S. A Survey on Automatic Detection of Hate Speech in Text. **ACM Comput. Surv.** Nova Iorque, v. 51, n. 4, p. 1-30, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1145/3232676>. Acesso em: 08 maio 2025.

LUCCA, Bruno. Registros de violência contra pessoas LGBTQIA+ cresceram mais de 1.000% no Brasil, mostra Atlas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 maio 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/05/registros-de-violencia-contr-pessoas-lgbtqia-cresceram-mais-de-1000-no-brasil-mostra-atlas.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PACHECO, Dennis. Lutas por reconhecimento e os indicadores de racismo e lgbtfobia no Brasil em 2021. In: BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SHUY, Roger W. **Language Crimes**: the use and abuse of language evidence in the Courtroom. Malden: Blackwell Publishers, 1993.

SILVA, Welton Pereira. Manipulação pela construção do *ethos* no discurso de ódio. **Gláuks: Revista de Letras e Artes**, v. 23, n. 1, p. 41-62. 2023. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/363>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SILVEIRA, Renata Machado. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 132 p. 2007. Disponível em: <https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas/Home/Visualizar?seq=7732095E2BAF44BFA3972E-F167C78189>. Acesso em: 05 maio 2025.

SPONHOLZ, Liriam. O papel do discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 3, p. 220-243. 2020.

WARD, Kenneth D. Free speech and the development of liberal virtues: An examination of the controversies involving flag-burning and hate speech. **U. Miami L. Rev.**, v. 52, n. 3, 733-792. 1998. Disponível em: <https://repository.law.miami.edu/umlr/vol52/iss3/4/>. Acesso em: 09 jun. 2025.



Gênero e formação docente na perspectiva da complexidade: caminhos para uma educação integradora e (trans)formadora

Aleph Danillo da Silva Feitosa

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5210-5689>

E-mail: q.danillo@gmail.com

João Oliveira da Silva Júnior

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6880-0042>

E-mail: joao.oliver.jr@gmail.com

Cátia Veneziano Pitombeira

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3636-2930>

E-mail: catia.pitombeira@fale.ufal.br

RESUMO

Este artigo analisa criticamente as abordagens de gênero na formação docente, à luz da Epistemologia da Complexidade (Morin, 2015; Freire; Petraglia, 2023), em uma pesquisa qualitativa e bibliográfica (Minayo, 2011), ancorada na Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2009). Fundamentado em autoras e autores como Freire (2009), Freire e Leffa (2013), Lauretis (1994), Beauvoir (2009) e Araújo (2022), o estudo defende práticas formativas que superem visões fragmentadas e tecnicistas, promovendo a religação entre saberes, afetos e subjetividades. Outrossim, propõe-se a ampliar o conceito de auto-heteroecoformação para auto-heteroeco(trans)formação, entendendo a docência como prática ética, política e transgressora. Por fim, a discussão evidencia a urgência de transversalizar as discussões de gênero nos currículos formativos, contribuindo para uma educação crítica, plural e socialmente justa, voltada à construção de uma cidadania planetária.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Formação docente; Epistemologia da Complexidade; Auto-heteroeco(trans) formação; Educação integradora.



Gender and teacher education from the perspective of complexity: paths toward an integrative and (trans)formative education

ABSTRACT

This article critically analyzes gender approaches in teacher education in light of the Epistemology of Complexity (Morin, 2015; Freire; Petraglia, 2023), through a qualitative and bibliographic study (Minayo, 2011) anchored in Undisciplined Applied Linguistics (Moita Lopes, 2009). Grounded in authors such as Freire (2009), Freire and Leffa (2013), Lauretis (1994), Beauvoir (2009), and Araújo (2022), the study advocates for educational practices that move beyond fragmented and technicist views, fostering the reconnection between knowledge, affections, and subjectivities. Furthermore, it proposes to broaden the concept of auto-heteroecoformation to auto-heteroeco(trans)formation, understanding teaching as an ethical, political, and transgressive practice. Finally, the discussion highlights the urgency of making gender discussions transversal within teacher education curricula, contributing to a critical, plural, and socially just education aimed at building planetary citizenship.

KEYWORDS: Gender; Teacher Education; Epistemology of Complexity; Self-hetero-eco(trans)formation; Integrative Education.

1. Introdução

As discussões sobre gênero ainda ocupam um espaço marginal na formação docente universitária, revelando dificuldades institucionais em integrar o tema de forma crítica e valorizada nos currículos (Duarte; Finco, 2024). Nesse sentido, destaca-se que abordar gênero na formação inicial de professores exige mais do que inserir conteúdos: requer repensar as relações sociais a partir de perspectivas feministas e críticas que confrontem padrões tradicionais e revelem desigualdades no contexto escolar e social.

Essa mudança, porém, encontra resistência em contextos conservadores, em que questões como diversidade e sexualidade são evitadas, perpetuando uma formação fragmentada e tecnicista. Essa lógica compartimentalizada dissocia teoria e prática, razão e afeto, sujeito e coletivo, dificultando uma compreensão integral da experiência educativa. Posto isso, este estudo propõe analisar, sob a perspectiva da complexidade, como as questões de gênero são abordadas na formação docente, refletindo sobre os desafios e as possibilidades de integrar saberes, afetos e dimensões sociais de maneira crítica e inclusiva.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base bibliográfica (Minayo, 2011), fundamentada em autores dos campos da Educação (Araújo, 2022), Estudos de Gênero (Lauretis, 1994; Beauvoir, 2009), Epistemologia da Complexidade (Morin, 2015) e auto-heteroecoformação (Freire, 2009; Freire; Leffa, 2013).

Outrossim, alinhada à Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita Lopes, 2009), esta pesquisa adota uma perspectiva multidimensional e integradora, que rompe com fronteiras disciplinares e compreende a formação docente como um processo atravessado por linguagens, afetos e contextos diversos.

Para uma melhor compreensão do leitor, destacamos que esta pesquisa está dividida em seis seções, a saber: (1) Introdução, (2) O gênero mulher: a construção social da alteridade e a di-

nâmica de poder no patriarcado; (3) A questão de gênero em documentos educacionais: avanços e limites; (4) Epistemologia da complexidade como perspectiva integradora; (5) Formação docente, gênero e complexidade: por um currículo que enlace saberes; e, por fim, (6) Reflexões (in)conclusas.

2. O gênero mulher: a construção social da alteridade e a dinâmica de poder no patriarcado

Historicamente inserida em um sistema patriarcal, a construção social de gênero posiciona a mulher em um lugar de alteridade frente ao sujeito universal, masculino, branco e dominante. Nesse contexto, como argumenta Lauretis (1994), o gênero não é uma essência natural, mas uma construção cultural e política, sustentada por práticas que normatizam corpos e comportamentos, promovendo a subordinação feminina. A mulher, portanto, é produzida como um sujeito relacional, definido em oposição ao homem, dentro de uma ordem social que naturaliza sua subordinação.

Essa construção implica não apenas exclusão simbólica, mas objetificação concreta, como discute Firestone (2014), ao demonstrar que o patriarcado se funda no controle do corpo feminino e de sua função reprodutiva. Nesse sentido, o gênero mulher não é um dado biológico, mas um produto histórico que perpassa todas as esferas sociais. Simone de Beauvoir (2009) reforça essa visão ao afirmar que a mulher “torna-se mulher”, a partir de um olhar social que define sua função e identidade, e não por uma essência feminina prévia.

Assim, o entendimento de gênero como categoria sociocultural evidencia o papel estruturante do patriarcado na organização das subjetividades e na produção de saberes, inclusive nas universidades. Logo, ignorar o gênero enquanto categoria fundante das experiências formativas colabora para a manutenção de uma ordem epistemológica excludente, em que as mulheres enfrentam processos de silenciamento e exclusão, explícitos ou sutis (Butler, 2003).

Assim, superar essas desigualdades exige mais do que inserir mulheres em espaços de poder: é necessário transformar profundamente as relações sociais, culturais, políticas e educacionais. No campo da formação docente, é fundamental que discentes assumam uma postura crítica e reflexiva, rompendo com o papel passivo herdado de paradigmas tradicionais, para se constituírem como sujeitos ativos e complexos no processo educativo.

Dado o exposto, passaremos a refletir, nas próximas seções, como a formação docente tem (ou não) incorporado as discussões de gênero, considerando as demandas de uma sociedade plural e em constante transformação.

3. A questão de gênero em documentos educacionais: avanços e limites

Nas últimas décadas, nos documentos oficiais que regem a educação, começou-se a incluir questões como gênero e diversidade sexual, ainda que timidamente. Apesar disso, só recentemente as políticas educacionais brasileiras passaram a reconhecer oficialmente que essas temá-

ticas também devem fazer parte dos cursos de formação docente, como indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 (Brasil, 2015a).

Nesse contexto, faz-se pertinente destacar que documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 começaram a abrir espaço para que temas como respeito, sexualidade e diversidade fossem tratados nas escolas, com foco na formação integral dos alunos, considerando suas realidades sociais. Isso reflete diretamente na formação dos professores, pois passa a exigir que eles estejam preparados para lidar com essas questões de forma crítica, ética e sensível.

Ainda acerca da LDB, sua concepção de ensino encontra-se norteadada pelo seguinte princípio: “Art. 3º [...] IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Brasil, 1996). Como se observa em destaque, o princípio IV do documento preconiza uma educação voltada ao respeito às múltiplas diversidades sociais, o que inclui, por certo, sexo e gênero. Nessa esteira, os PCNs (Brasil, 1997), por sua vez, apresentam que:

[...] o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (Brasil, 1997, p. 83).

Assim, inferimos que o papel da escola, ao tratar de temas como sexualidade, é apoiar e somar à educação que vem de casa. Esse trabalho é feito de forma organizada, com intenção pedagógica, e precisa ser planejado pelos educadores como parte do ensino escolar. Contudo, nos PCNs de 1997, o conceito de gênero é visto de forma restrita, baseado apenas nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, reforçando a ideia de que só existem dois gêneros (homem e mulher), visão, atualmente, considerada ultrapassada.

Dando continuidade ao debate, em 2002, são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais, que correspondem ao documento que organiza os currículos dos cursos de licenciatura. Nesse sentido, chamamos a atenção para o Art. 2º parágrafo II, o qual dispõe sobre “o acolhimento e o trato da diversidade” (Brasil, 2002, p. 1).

Em 2014, por sua vez, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Brasil, 2015b), que estabeleceu metas, diretrizes e estratégias para melhorar a educação no Brasil em todos os níveis. O documento não aborda o conceito de gênero e diversidade de forma direta, mas apresenta uma valorização aos direitos humanos e à inclusão.

No ano seguinte, surge a Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Brasil, 2015a), a qual também vem a reforçar valores como: respeito, solidariedade, acolhimento, diversidade, entre outros.

Quatro anos depois, é publicada a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. No que se refere às temáticas de gênero, identidade e sexualidade, o docu-

mento adota uma abordagem ampla e pouco aprofundada, tratando a diversidade de forma genérica e sem explicitação concreta dessas dimensões.

Ainda que ressalte a importância da inclusão e do reconhecimento das diferenças no processo formativo, prevalece uma orientação centrada no desenvolvimento de competências e habilidades de cunho tecnicista, o que tende a deixar em segundo plano debates mais críticos sobre desigualdades estruturais. A resolução também menciona o enfrentamento de violências e discriminações, com destaque para as de cunho étnico-racial, mas evita enfrentar diretamente as questões de gênero e sexualidade, o que pode favorecer sua omissão nos currículos de formação docente.

Em continuidade, a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que redefine as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica, representa um avanço importante ao tratar com mais clareza e profundidade as temáticas de gênero, identidade e sexualidade. O texto normativo reconhece a necessidade de valorizar as diferenças, destacando a diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual, crenças religiosas, ideias e condições de vida.

Feito esse breve preâmbulo histórico, compreendemos que a introdução das discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras começou, oficialmente, com os PCNs, que incluíram esses temas como parte dos chamados Temas Transversais, junto com pluralidade cultural, meio ambiente e saúde. Contudo, nos últimos anos, percebemos uma redução significativa na presença das temáticas nas práticas pedagógicas das escolas. Essa diminuição ficou ainda mais clara com a aprovação das diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2015c; 2016; 2017), que não trazem a discussão de forma explícita, deixando de reconhecer a importância de tratar essa questão nos espaços educativos (Araújo, 2022).

Por certo, os apagamentos intencionais da temática de gênero e sexualidade na BNCC refletem uma insistente permanência de abordagens normativas e identitárias, baseadas em paradigmas cristalizados que já não dialogam com as demandas da sociedade contemporânea.

Diante do exposto, e para além do que propõe a BNCC, a análise das Diretrizes Curriculares Nacionais mais recentes revela avanços importantes em relação à Resolução CNE/CP nº 2/2019. O novo texto, instituído pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, supera a abordagem superficial e tecnicista da normativa anterior ao tratar as questões de diversidade de forma mais direta, crítica e estruturante. O reconhecimento das diferenças de gênero, sexualidade, raça, entre outras, deixa de figurar como referência genérica e passa a integrar de forma consistente a proposta formativa, ampliando a compreensão do papel do professor na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e comprometida com a equidade.

Posto isso, a próxima seção discute a importância do pensamento complexo, especialmente na construção do currículo dos cursos de licenciatura e na formação de professores, tanto inicial quanto continuada. Essa abordagem vai além da simples normatização de conteúdos, pois valoriza a diversidade, os conflitos, a incerteza e a imprevisibilidade como elementos essenciais na formação docente, dentro de uma perspectiva integradora e de diálogo dos saberes.



4. Epistemologia da complexidade como perspectiva integradora

Nesta seção, partimos da premissa de que, na formação de educadores, os princípios da complexidade desenvolvidos por Edgar Morin (dialógico, recursivo e hologramático) devem servir como pilares para uma abordagem mais ampla e integrada do processo formativo. Nesse sentido, cada princípio contribui para a construção de uma formação pedagógica mais crítica, reflexiva e conectada com a complexidade da realidade educacional.

Assim, de forma geral, destaca-se que o princípio dialógico propõe a convivência entre ideias distintas ou contraditórias, incentivando uma postura aberta e reflexiva diante dos desafios formativos, pois permite articular noções opostas para compreender fenômenos complexos (Ribeiro, 2011). Nesse sentido, a dialogicidade é essencial na formação docente para tratar questões de gênero, que envolvem múltiplas perspectivas marcadas por tensões sociais, culturais e históricas. Assim, abordar gênero na formação inicial de professores vai além de inserir conteúdos pontuais: exige repensar as dinâmicas sociais por meio de perspectivas críticas, muitas vezes feministas, que questionam normas tradicionais e mostram como o gênero influencia o cotidiano escolar, o acesso a direitos e as interações sociais.

A recursividade, por sua vez, destaca que ensinar deve romper com a lógica linear, transformando não só o aluno, mas também o professor, ao destacar o aprendizado contínuo. Nessa perspectiva, “[...] um processo recursivo é onde os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz” (Morin, 2015, p. 74). Isso é especialmente relevante na formação docente ao tratar de gênero, pois os processos educativos constroem saberes e são ressignificados pelas experiências e questionamentos que surgem. Assim, ao trabalhar com estudos de gênero, o professor forma e se forma, revisitando concepções, valores e ampliando sua compreensão das relações sociais, o que reforça o caráter dinâmico e transformador da prática educativa.

Já o hologramático propõe a superação das barreiras entre as disciplinas, estimulando uma visão de conhecimento mais conectada com a realidade e com os saberes cotidianos, isto é, “[...] em que não apenas a parte está no todo, mas o todo está, na parte (Martinazzo, 2002, p. 57). Na formação inicial de professores, essa perspectiva favorece a abordagem do gênero de forma integrada, articulando saberes diversos e reconhecendo a complexidade das experiências humanas no contexto escolar. Juntas, essas noções sustentam uma prática pedagógica mais crítica, colaborativa e alinhada à complexidade do mundo contemporâneo.

Destarte, diante de um mundo cada vez mais interconectado e dinâmico, fica evidente que uma formação docente centrada na fragmentação do conhecimento e no foco exclusivo em aspectos técnicos é limitada. Esse modelo reducionista compartimentaliza saberes e ignora a complexidade do processo educativo e as múltiplas dimensões do ser humano. Ao não articular pensamento crítico, sensibilidade ética e consciência social, essa abordagem se mostra insuficiente para enfrentar desafios contemporâneos, como os debates sobre gênero e a relação entre escola e sociedade, que coexistem em um mesmo contexto socio-histórico-cultural,

[...] não parecem caminhar na mesma direção nem falar a mesma língua: a escola mostra-se previsível, normativa, priorizando uma linguagem prescritiva, atuando em via de mão única, perpetuando a transmissão de conhecimento disciplinar e fragmentado. A sociedade, ao contrário, é



dinâmica, multimidiática e imprevisível, priorizando a multiplicidade e simultaneidade de linguagens, valorizando o conhecimento em rede, transdisciplinar, construído, coconstruído, desconstruído e dinamicamente reconstruído a todo momento e ao longo da vida (Freire, 2009, p. 16).

Diante desse descompasso, que revela a contradição entre dois sistemas que, idealmente, deveriam estar alinhados, destaca-se a necessidade de uma formação docente fundamentada na epistemologia da complexidade, como propõe Morin (2015). Essa perspectiva possibilita a construção de educadores capazes de articular diferentes saberes, compreender as inter-relações da realidade e atuar de forma mais significativa na transformação de seu contexto, respondendo de modo criativo e responsável às demandas da sociedade.

Desse modo, torna-se essencial uma proposta formativa que prepare professores para lidar com a incerteza, a diversidade e a contradição. No campo dos estudos de gênero, problematizar normas sociais, identidades e relações de poder traz à tona realidades plurais e mutáveis, exigindo do docente abertura para enfrentar incertezas, reconhecer a diversidade e conviver com as contradições do cotidiano escolar. Nesse contexto, recorreremos aos estudos de Pineau (1988) e Pineau e Patrick (2005), que propõem a teoria tripolar da formação, estruturada em três movimentos, personalização, socialização e ecologização, originando três polos formativos interdependentes:

- *autoformação*: a ação do eu como sujeito individual e social; ou seja, a apropriação pelo indivíduo de sua própria formação, tornando-se dela objeto;
- *heteroformação*: a ação de indivíduos uns sobre os outros, caracterizando a dimensão social da formação; ou seja, a coformação;
- *ecoformação*: a ação do meio ambiente sobre os indivíduos, indicando a dimensão ambiental e ecológica da formação (Freire, 2009, p. 18, grifos da autora).

Compreender a formação do profissional da educação a partir dessa tríade é repensar a docência sob os fundamentos da complexidade, reconhecendo que os polos são partes interdependentes de um todo inacabado (Freire, 2009). Assim, os três polos se articulam de forma integrada, contrapondo-se a processos formativos baseados em paradigmas reducionistas, pois consideram o sujeito, suas relações e o ambiente.

Em vez de uma lógica linear e fragmentada, a perspectiva da auto-heteroecoformação (Freire; Leffa, 2013) propõe uma abordagem abrangente, que promove o diálogo entre diferentes saberes, reconhece a interdependência e entende os processos educativos como dinâmicos e circulares. Nesse sentido, no que se refere às questões de gênero, é essencial que tais discussões sejam integradas de forma transversal aos currículos da formação docente, evitando abordagens pontuais ou isoladas. Incorporar gênero como dimensão constitutiva do processo educativo fortalece a articulação entre teoria, prática e diversidade, favorecendo uma educação mais comprometida com a pluralidade.

Nas palavras de Freire e Leffa (2013):

Essa visão conceitual contempla um sujeito ativo na construção, *desconstrução* e/ou reconstrução do conhecimento, inserindo-se e agindo crítica e reflexivamente nos dois mundos em que, então,

habita. Dessa forma, na medida em que ele tem contato, seleciona, armazena, gera e interpreta informações, torna-se um cidadão cada vez mais pleno: um sujeito individual, social, tecnológico e, sem dúvida, *planetário*, protagonista e responsável pelo mundo em que vive (Freire; Leffa, 2013, p. 75, grifos dos autores).

Os autores defendem uma concepção de sujeito ativo, capaz de construir e reconstruir o conhecimento de forma crítica e reflexiva, atuando de modo integral nos âmbitos pessoal, coletivo e contextual. Essa formação amplia sua consciência, tornando-o um cidadão engajado e corresponsável pelo mundo em que vive. Assim, valoriza-se uma visão transdisciplinar do conhecimento, que rompe com compartimentos isolados e reconhece os saberes como partes interligadas de um todo em permanente transformação e construção coletiva.

5. Formação docente, gênero e complexidade: por um currículo que enlace saberes

O conceito de auto-heteroecoformação, desenvolvido por Maximina Maria Freire (2009), baseia-se na perspectiva da complexidade e dialoga com o pensamento de Edgar Morin. Nele, a autoformação corresponde à dimensão individual, marcada pelas vivências e reflexões do sujeito; a heteroformação refere-se à influência dos outros, pares, educadores, sociedade; e a ecoformação aborda a relação com o ambiente natural e sociocultural. Essas três dimensões, interdependentes e inacabadas, rompem com visões fragmentadas da educação.

No contexto da formação docente para abordar gênero, é essencial articular essas dimensões, pois, como destaca Lauretis (1994), o gênero é construído socialmente por práticas que historicamente subordinam o feminino, aspecto que pode ser discutido sob a ótica da ecoformação. Assim, integrar auto, hetero e ecoformação favorece a formação de professores críticos, éticos e comprometidos com práticas pedagógicas inclusivas e com a justiça social.

Morin (2015) ressalta que a autoformação depende da consciência de valores construídos na interação com o outro (heteroformação). O encontro com a diversidade cultural, social, institucional, cria oportunidades para diálogo, desconstrução de estereótipos e ressignificação de identidades. Mesmo sem interação direta, comportamentos, discursos e estruturas presentes no ambiente influenciam de forma significativa a formação docente, sobretudo em relação às questões de gênero.

Assim, a heteroformação é essencial para desenvolver sensibilidades e competências para lidar com a diversidade. Já a ecoformação amplia essa dinâmica ao considerar como normas, discursos e contextos simbólicos moldam o sujeito, destacando o caráter multirreferencial e sistêmico da formação.

As dimensões de auto, hetero e ecoformação devem atuar de forma integrada, compondo um processo formativo contínuo, ético-político e complexo, capaz de desafiar visões simplificadoras sobre gênero e superar concepções distantes da realidade material. A Epistemologia da Complexidade oferece, assim, uma via potente para repensar a formação docente, ao acolher multiplicidade, contradição e incerteza como partes constitutivas da educação. Para isso, é necessário

romper com modelos pedagógicos tradicionais, ainda marcados por práticas transmissivas e racionalidade fragmentada (Castro, 2016).

Nesse contexto, torna-se urgente instaurar práticas pedagógicas que rompam com a rigidez curricular e promovam experiências formativas integradoras, entendendo o currículo como construção colaborativa e aberta à diversidade epistêmica e ontológica. Isso implica adotar uma abordagem transdisciplinar que, segundo Nicolescu (1999), reconecta conhecimento e mundo, superando a fragmentação do pensamento moderno e valorizando a dimensão ética e relacional da docência.

Assim, formar professores vai além de competências técnicas: exige rupturas epistemológicas e transformações identitárias, reconhecendo o educador como sujeito situado em redes complexas de dimensões pessoais, coletivas, políticas e planetárias. Destacamos, ainda, que projetos formativos integradores, baseados em temas socialmente relevantes — como violências de gênero, identidades na infância e desigualdades educacionais — são dispositivos potentes para uma formação crítica e sensível, pois articulam autoformação, heteroformação e ecoformação, mobilizando reflexão pessoal, diálogo coletivo e leitura crítica do mundo.

Adotar a complexidade como princípio formativo significa acolher a incerteza e a contradição, afirmando o caráter político da docência e da produção do conhecimento, afinal, como lembra bell hooks (2013), a educação é um espaço multidimensional e complexo, atravessado por disputas de poder e pela construção de subjetividades. Assim, práticas formativas que integram essas dimensões não apenas rompem com a fragmentação do conhecimento, mas também contribuem para a construção de uma docência engajada, consciente e comprometida com a justiça social e a transformação das realidades escolares e comunitárias.

Nesse sentido, embora em concordância com a compreensão da auto-heteroecoformação exposta pelos autores supramencionados (Freire; 2009; Freire; Leffa; 2013), esta seção abre espaço, também, para refletir a necessidade da transformação das estruturas de poder que permeiam o gênero, e não só à compreensão delas, levando-se em consideração, ainda, que nenhuma lente é capaz de capturar toda a multidimensionalidade do ser. Logo, faz-se necessária uma definição mais potente e crítica do conceito de auto-heteroecoformação, que incorpore não só os aspectos da formação integral e situada do sujeito, mas também, e de forma clara, a sua atuação ativa como agente de transformação social, capaz de questionar, resistir e (trans)formar estruturas.

O conceito de auto-heteroecoformação apresenta de maneira robusta e abrange as múltiplas dimensões da formação do sujeito, considerando o individual, o social e o meio ambiente. Ao refletir sobre essa abordagem, por exemplo, percebemos uma articulação dinâmica e contínua entre a auto, a hetero e a ecoformação pautada na epistemologia da complexidade, que contempla de maneira plena o imprevisível, o não estruturado, o acontecimento disruptivo que muitas vezes fundamenta as transformações pessoais e sociais.

Cabe, então, ponderar: o sujeito em formação não é apenas aquele que se articula com esses três domínios, mas também aquele que, muitas vezes, se forma através do inesperado, do não dito, do caos criativo que transcende as estruturas preestabelecidas. Portanto, talvez o verdadeiro desafio da formação humana esteja em sua abertura àquilo que não pode ser previsto, não pode



ser moldado, o espaço do silêncio, da ruptura, do inusitado, que não se encaixa facilmente nas categorias tradicionais.

Tais pontos levam a questionar a própria ideia de formação, que muitas vezes, em especial quando atrelada ao paradigma tradicional, está relacionada ao desejo de “dar forma”, “pôr em caixas”, “padronizar sujeitos”. E se, em vez de formar, o objetivo fosse mais radical: desformar, trans-formar, revolucionar as formas preexistentes e criar novas possibilidades de ser e estar no mundo? É a partir dessa problemática que surge a possibilidade de adaptar o conceito, isto é, agregar o termo “trans” à terminologia auto-heteroecoformação.

Posto isso, a auto-heteroeco(trans)formação pode ser compreendida como o processo contínuo e dinâmico pelo qual o sujeito se constitui de forma integrada, em relação consigo mesmo (auto), com o outro (hetero) e com o ambiente (eco), e, sobretudo, como agente de (trans) formação. Trata-se de um sujeito que, ao construir, desconstruir e reconstruir saberes (Freire; Leffa, 2013), não apenas se insere, mas também intervém crítica e reflexivamente nos mundos que habita.

Esse sujeito é, ao mesmo tempo, individual, social, afetivo, cultural, tecnológico, espiritual e planetário, um cidadão cada vez mais pleno, protagonista e responsável pelas incertezas e imprevisibilidades do mundo em que vive; o qual, munido de uma postura problematizadora, investigadora e crítica (Freire; Leffa, 2013), recusa práticas transmissivo-repetitivas, assim como abraça a pluralidade de subjetividades e de corpos, por exemplo, assumindo uma ação insurgente diante de estruturas obsoletas. Logo, de forma criativa e situada, a auto-heteroeco(trans) formação não apenas transforma, mas também desforma, aquilo que precisa ser superado, rompendo com lógicas dominantes e abrindo espaço para práticas pedagógicas verdadeiramente emancipadoras.

Sugerimos o termo auto-heteroeco(trans)formação, uma adaptação do conceito de auto-heteroecoformação de Maximina Freire, reconhecendo a profundidade dessa proposta que, em sua essência, abrange as múltiplas dimensões da formação do sujeito, individual, social e ambiental. A introdução do prefixo “trans” não visa desmerecer estudos anteriores, mas sim evidenciar, desde a nomenclatura, a necessidade de transformação contínua e dinâmica no processo formativo, especialmente frente aos desafios contemporâneos que exigem uma reflexão crítica e uma atuação transformadora, no sentido mais amplo e urgente, que se desvia da imobilidade do conceito de “formação”.

Ao incorporar o prefixo “trans”, propomos uma prática educativa que não só se adapta, mas também se reconfigura diante das realidades sociais, políticas e culturais vivenciadas, com o intuito de combater as formas de opressão, preconceito e desvalorização do outro, especialmente no que se refere às questões de gênero. Neste sentido, a auto-heteroeco(trans)formação, no campo educacional, visa a transformação real e profunda da sociedade e dos sujeitos, como uma resposta aos tempos de crescente intolerância.

Freire (2009) e Freire e Leffa (2013) já nos propunham uma educação que busca a conscientização crítica e a transformação dos indivíduos, e o conceito de auto-heteroecoformação reflete isso ao abordar as múltiplas dimensões da formação do sujeito. No entanto, com os novos desafios sociais, pós endêmicos inclusive, e a necessidade de uma ação educativa mais urgente

e transformadora, o termo auto-heteroeco(trans)formação reforça a ideia de uma educação que não só educa, mas que também luta pela transformação da realidade, um conceito que se alinha ao pensamento da ação e à urgência de se reconstruir o próprio sistema de valores que sustenta o status quo, e no caso do artigo em tela, especialmente no campo das relações de gênero e direitos humanos.

Nesse horizonte ampliado da auto-heteroeco(trans)formação, torna-se imprescindível reconhecer o gênero como uma dimensão inescapável dos processos formativos. Longe de ser apenas um marcador identitário, o gênero constitui-se como uma tecnologia de poder que regula os corpos, os saberes e os modos de subjetivação. Integrar essa perspectiva ao currículo da formação inicial implica compreender que os sujeitos não apenas se formam em relação a si, ao outro e ao meio, mas o fazem também sob o impacto das normas de gênero historicamente construídas e perpetuadas no paradigma tradicional. Portanto, o princípio da auto-heteroeco(trans)formação assume o caráter insurgente frente às normatividades de gênero que operam silenciamentos, exclusões e violência.

Por fim, destacamos que o trabalho dos(as) professores(as) não segue um modelo fixo e imutável ao longo da história, pois as mudanças locais e planetárias influenciam diretamente como o ensino é organizado e praticado. Os professores, enquanto agentes sociais, desempenham um papel importante, podendo tanto reforçar determinadas visões de educação quanto questioná-las e propor alternativas, desafiando os paradigmas existentes (Silva, 2004), tem-se, portanto, a importância de o(a) professor(a) reconhecer seu papel enquanto agente de trans-formação/(trans)formação.

6. Reflexões (in)conclusas

As discussões deste artigo evidenciam a urgência de superar abordagens fragmentadas e lineares na formação docente contemporânea. A dissociação entre aspectos cognitivos, afetivos, técnicos e sociais tem gerado processos formativos limitados e eticamente frágeis. Diante das persistentes desigualdades, especialmente de gênero, é fundamental repensar a formação inicial a partir de uma perspectiva integradora.

A missão auto-heteroecoformadora, ancorada na epistemologia da complexidade, busca integrar o sujeito individual ao coletivo, reconhecendo sua participação no todo. Conforme Freire e Leffa (2013, p. 78), embora o conceito ainda esteja em processo de formalização institucional, seu primeiro passo é essencial: envolver todos os sujeitos formativos, formadores, professores e futuros educadores, na construção de cidadãos integrais, abrangendo os aspectos individual, social, tecnológico e planetário.

Assim, à luz da epistemologia da complexidade (Morin, 2015) e das contribuições de Freire (2009) e Freire e Leffa (2013), defende-se uma formação dinâmica e relacional, caracterizada como auto-heteroecoformativa. Contudo, propõe-se uma ampliação conceitual, sem deslegitimar o que já foi formulado, a partir da incorporação do prefixo “trans”, que evidencia a natureza transformadora da docência. A noção de auto-heteroeco(trans)formação traduz o compromisso



político e ético do educador com a criação de novas possibilidades de existência, desestabilizando normatividades e operando rupturas em estruturas conservadoras.

A ideia da auto-heteroeco(trans)formação surge, então, não como uma negação, mas como uma ampliação do conceito anterior. Ela busca destacar a ação transformadora do sujeito em formação, que vai além da simples adaptação. Em tempos de retrocessos sociais e culturais, especialmente nas discussões sobre identidades de gênero e direitos humanos, não basta apenas entender o mundo: é preciso agir para mudá-lo.

A formação crítica e reflexiva sobre gênero não pode ser tratada de forma isolada. Assim como a tecnologia é reconhecida como tema transversal nos cursos de licenciatura, o gênero também deve ser abordado como eixo transversal e transdisciplinar, atravessando todas as áreas do currículo. Mais que uma temática, o gênero é uma tecnologia de poder (Lauretis, 1994) que organiza corpos, saberes e subjetividades, devendo ser constantemente interrogado nos processos formativos.

Este artigo propõe deslocar práticas e discursos ainda marcados pela neutralidade e normatividade, defendendo uma formação ao mesmo tempo individual e coletiva, local e planetária, cognitiva e afetiva, crítica e transformadora. A auto-heteroeco(trans)formação, como aqui defendida, convoca docentes a se reconhecerem como sujeitos éticos, capazes de questionar verdades estabelecidas e abrir espaços para novas formas de existir, conviver e aprender.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Aleph Danilo da Silva Feitosa: Conceitualização; Investigação; Metodologia; Escrita – rascunho original; Escrita – revisão e edição;

João Oliveira da Silva Júnior: Conceitualização; Investigação; Metodologia; Escrita – revisão e edição;

Cátia Veneziano Pitombeira: Orientação; Conceitualização; Investigação; Metodologia; Escrita – revisão.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores não têm conflito de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho. Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 1, p. 263-286, 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Leis ordinárias. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 1996.



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior; curso de licenciatura, de graduação plena. Documento aprovado em 18.02.2002, publicado no DOU em 09.04.2002. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014 - 2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 1ª versão**. Brasília, DF, 2015c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 2, p. 41-44, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-20-de-dezembro-de-2019-235078136>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 104, p. 26, 3 jun. 2024. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/legislacao/resolucao_cne_cp_4_2024.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Michele G. Bredel. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. **Movimento: revista de educação**. ano 3, n. 4, p. 225-245, 2016.

DUARTE, Amanda Rodrigues; FINCO, Daniela. Desafios da Inserção de Gênero na Formação Inicial a Partir das Experiências de Professoras Acadêmicas Feministas. **Mediações**, v. 29, n. 2, p. e 48937, 2024.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: o caso para uma revolução feminista**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

FREIRE, Maximina Maria. Formação tecnológica de professores: problematizando, refletindo, buscando... In: SOTO, Ucy; MAYRINK, Mônica Ferreira; GREGOLIN, Isadora Valencise. (Orgs.). **Linguagem, educação e virtualidade: experiências e reflexões**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 13-28.

FREIRE, Maximina Maria; LEFFA, Vilson J. A auto-heteroecoformação tecnológica. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013, p. 59-78.



HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. 15. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MARTINAZZO, Celso José. **A utopia de Edgar Morin da complexidade à concidadania planetária**. Ijuí: Unijuí, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009. p. 11-24.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NICOLESCU, Basarad. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Tradução de Luciane Fellin. São Paulo: TRIOM, 1999.

PINEAU, Gaston. A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. *In*: NÓVOA, António; FINGER, Matthias. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Cadernos de Formação, 1. Lisboa: Ministério da Saúde-Departamento de Recursos Humanos da Saúde, 1988.

PINEAU, Gaston; PATRICK, Paul. **Trandisciplinarité et formation**. Paris: L'Harmattan, 2005.

RIBEIRO, Flávio Nascimento. Edgar Morin, o pensamento complexo e a educação. **Pró-Discente**, v. 17, n. 2, 2011.

SILVA, Maria Emília Pereira. A função docente: perspectivas na nova sociabilidade do capital. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-13. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/a-funcao-docente-perspectivas-na-nova-sociabilidade-do-capital/>. Acesso em: 12 maio 2025.



O papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas

Francisco Felipe de Oliveira Rocha

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9711-2289>

E-mail: felopeoliveira.rocha@gmail.com

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9569-5567>

E-mail: lidianemoraes@uern.br

RESUMO

Este artigo, decorrente de um trabalho de dissertação (Rocha, 2024), analisa o papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas. Para tal, filiamos-nos ao quadro teórico da Linguística Textual, dando ênfase à interface entre esta e a Teoria da Argumentação do Discurso, a partir da qual assumimos a argumentatividade como um princípio inerente ao texto. Adotamos, ainda, os pressupostos de que a referenciação é uma atividade discursiva e de que os referentes se organizam em redes referenciais. As discussões teóricas são aqui empreendidas com base em autores como Mondada e Dubois (2003), Cavalcante *et al.* (2020) e Matos (2018). O corpus da pesquisa constitui-se de duas colunas de opiniões assinadas, veiculadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, das quais são analisados dois excertos, um de cada coluna. Quanto aos resultados, as análises mostraram que os referentes instituídos pelos colunistas mantêm entre si múltiplas relações de sentido, compondo redes referenciais, as quais colaboram para a tentativa de influenciar os leitores, na busca por fazê-los aderir às teses defendidas. Em razão da natureza opinativa do gênero investigado, verificamos que as redes são revestidas de traços explicitamente avaliativos. Conclui-se, assim, que as redes referenciais são um poderoso meio para apreender a argumentatividade, o que reforça a sofisticação teórica, analítica e metodológica da interface entre Linguística Textual e Teoria da Argumentação no Discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Redes referenciais; Argumentação; Colunas de opinião assinadas.



The role of referential networks in the argumentative construction of signed opinion columns

ABSTRACT

This article, resulting from a dissertation (Rocha, 2024), analyzes the role of referential networks in argumentative construction of signed opinion columns. For this, we affiliate to the Textual Linguistics theoretical framework, emphasizing the interface between it and the Theory of Discourse Analysis, from which we assume argumentativeness as a principle inherent to the text. We also adopt the assumptions that referencing is a discursive activity and that referents organize in referential networks. Theoretical discussions are undertaken here based on authors like Mondada and Dubois (2003), Cavalcante *et al.* (2020) and Matos (2018). The research corpus consists of two signed opinion columns, published by the newspaper *Folha de S.Paulo*, from which two excerpts are analyzed, one from each column. As for the results, the analyses show that the referents established by the columnists keep multiple relations of meaning between them, composing referential networks, which collaborate to the attempt of influencing readers, in the search for making them adhere to the theses defended. For reason of the opinative nature of the genre investigated, we verify that the networks are revested of explicitly evaluative traits. It is concluded, thus, that reference networks are a powerful means to apprehend the argumentativeness, what reinforces the theoretical, analytical and methodological sophistication of the interface between Textual Linguistics and the Theory of Argumentation in Discourse.

KEYWORDS: Referential networks; Argumentation; Signed opinion columns.

1. Introdução

Filiado teórica-metodologicamente à Linguística Textual (LT), este artigo decorre de um trabalho de dissertação (Rocha, 2024), do qual contém, em todas as seções, recortes em geral revisados, reformulados, adaptados e, em menor medida, ampliados. O objetivo do trabalho é investigar o papel das redes referenciais na construção argumentativa de colunas de opinião assinadas. Para alcançar tal objetivo, orientamo-nos pelos pressupostos da argumentatividade inerente ao texto e do fenômeno da referenciação, em cujos estudos surgiu a noção de redes referenciais, de importância capital para nossa pesquisa.

A argumentatividade é assumida aqui a partir de estudos como o de Cavalcante *et al.* (2020), que têm proposto um diálogo “simbiótico e retroalimentar” com a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), criada pela analista do discurso Ruth Amossy. Assim, ao mesmo tempo em que se vale dos princípios dessa teoria e, com base neles, passa a defender que a argumentação é uma dimensão constitutiva do texto, a LT oferece, como sua contribuição à interface, caminhos analíticos para o exame textual da argumentação. Os critérios textuais da LT podem, defende Cavalcante (2016), apontar para as trilhas argumentativas do texto, revelando o indiciamento do *logos*, do *ethos* e do *pathos*.

No que diz respeito à referenciação, tomamos como fundamento básico o entendimento de que esse processo constitui uma atividade discursiva (Mondada; Dubois, 2003; Koch, Marcuschi, 1998), além de nos abrigarmos na segunda tendência de estudos sobre o fenômeno, que, em síntese, propõe que o processo de (re)elaboração de referentes se estabelece mediante a participação de uma multiplicidade de fatores, linguísticos e extralinguísticos (Custódio Filho, 2011). Advogamos, com Matos (2018), que a organização textual dos referentes se dá em redes referenciais, o que, a nosso ver, torna redutoras e insuficientes as propostas de análise individual

e isolada dessas entidades. A referenciação é um dos critérios microtextuais “essenciais para a articulação de todos os aspectos das unidades de comunicação e de sentidos em contexto” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 269), de modo que a construção textual dos sentidos — que envolve a argumentação — seria impensável sem o processo de (re)elaboração dos referentes.

O corpus escolhido para a pesquisa constitui-se de colunas de opinião assinadas, gênero pertencente ao campo jornalístico de atividade humana. De acordo com Alves Filho (2006), as colunas cumprem, entre outras funções sociocomunicativas estabilizadas, a de servir como ferramenta para o comentário avaliativo pessoal-profissional acerca de eventos e acontecimentos de natureza diversa e considerados relevantes. A autoria desse gênero, segundo o autor, é do tipo socioprofissional e interna ao jornal, sendo o colunista (jornalista) a instância responsável por assumi-la.

Quanto à organização, este artigo se divide em seis seções, sendo esta introdução a primeira delas; a segunda discute a dimensão argumentativa do texto; a terceira discorre sobre os fundamentos básicos da referenciação e os conceitos-chave atrelados ao fenômeno; a quarta apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa; a quinta analisa as colunas que compõem o corpus do artigo; e a sexta, por fim, expõe as considerações finais.

2. A dimensão argumentativa do texto

A LT tem se dedicado a “descrever e explicar as estratégias de colocar em texto (isto é, de textualizar) os propósitos dos interlocutores que agem em práticas discursivas convencionadas como gêneros do discurso” (Cavalcante *et al.*, 2019, p. 16). Tais estratégias de textualização — e, de modo mais amplo, todo o fazer textual — são essencialmente argumentativas, como defendem Macedo (2018) e Cavalcante *et al.* (2020). Para explicar a argumentatividade que atravessa o texto, esses autores recorrem aos postulados da TAD, estabelecendo com ela um diálogo que tem se revelado produtivo.

Concebendo a argumentação como uma dimensão constitutiva de todo e qualquer discurso, a TAD rejeita a posição clássica segundo a qual a existência de uma tese a ser sustentada por argumentos é uma condição necessária para o empreendimento argumentativo. Com efeito, para Amossy (2011), a defesa de uma tese é apenas um dos modos de argumentar, que se releva em gêneros como o editorial e o artigo de opinião. A argumentação, vista de forma mais ampla, é concebida pela autora como “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (Amossy, 2011, p. 130). Essa visão contempla as manifestações de linguagem que, tradicionalmente, não são classificadas como argumentativas, como nos gêneros notícia e reportagem. A concepção alargada de argumentação proposta pela TAD é compartilhada pela LT, que passa a sustentar que todo texto é argumentativo, uma vez que “ele sempre acontece como resposta a um já-dito e como tentativa de influência sobre seu(s) interlocutor(es)” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 40).

Na troca argumentativa, há, evidentemente, sujeitos que argumentam e sujeitos que são alvo da argumentação, e a compreensão dessa categoria teórica — a do sujeito — é também fundamental à TAD. Para Amossy (2016, p. 172), o sujeito é regulado por fatores de ordem social, mas



“a regulação e as determinações sociais não bloqueiam a possibilidade de uma troca em que os sujeitos se engajam em um projeto de influência mútua”. Sendo assim, a despeito das regulações que inescapavelmente sofre, o sujeito, ainda segundo a autora, é capaz de agir, de influenciar a realidade. Em outras palavras, a TAD não abre mão da agentividade do sujeito advogada pelos estudos retóricos, mas tenta acomodá-la ao princípio das determinações sociais em voga nos estudos do discurso. Na LT, por influência da TAD, o sujeito é concebido de modo semelhante, como salientam Cavalcante *et al.* (2020): ele é, ao mesmo tempo, coagido sócio-historicamente (isto é, não soberano) e capaz de empreender estratégias para a produção e a compreensão de textos.

O compartilhamento das noções de sujeito e argumentação favorece o diálogo entre LT e TAD; no entanto, importa frisar que essas duas abordagens teóricas também apresentam distinções, e queremos destacar duas delas, as quais foram assinaladas por Cavalcante *et al.* (2020). A primeira distinção, seguindo os autores, é atinente ao procedimento metodológico: para a TAD, o texto é uma unidade de análise, mas não seu objeto de investigação — posição ocupada pelo discurso. Disso decorre que, no âmbito da TAD, o olhar para o texto se concentra em elementos como os itens lexicais, a partir dos quais o analista busca apreender o discurso e o interdiscurso; para a LT, por sua vez, o texto é tanto unidade de análise quanto unidade de investigação, e o foco se dirige para sua organização e para a descrição e a compreensão das estratégias de textualização.

A segunda distinção, ainda conforme Cavalcante *et al.* (2020), é de natureza conceptual, residindo na conceituação dada ao texto. Amossy (2020, p. 41) confere à TAD, entre outros tipos de abordagem, uma abordagem textual, concebendo o texto como “um conjunto coerente de enunciados que formam um todo”, cuja construção se dá por meio de “procedimentos de ligação”. Em LT, o texto é visto de modo muito mais complexo: como um enunciado contextualmente situado e que tem uma unidade de coerência negociada pelos sujeitos envolvidos na interação (Cavalcante, 2016). Consequentemente, ao investigar a construção textual, o linguista do texto não pode se limitar ao exame da materialidade textual ou dos procedimentos de ligação, sendo necessário considerar, entre outros fatores, os elementos contextuais e os conhecimentos mobilizados por locutor e interlocutor(es).

Discutidas as convergências e as distinções que estão na base da interface, podemos postular, com base em Cavalcante *et al.* (2022), que todo texto é argumentativo na medida em que o locutor/enunciador que o produz, ao tentar exercer influência sobre seu(s) interlocutor(es) ou, ainda, sobre o terceiro, age de modo intencional e estratégico, gerenciando pontos de vista que podem ser relacionados a diferentes enunciadoreis. Os pontos de vista gerenciados podem ser defendidos de modo programado ou podem se fazer presentes de modo mais implícito, nos casos em que o procedimento argumentativo não se revela tão abertamente.

3. O processo de referenciação e a noção de redes referenciais

Os estudos em referenciação têm se sustentado em uma linha de pensamento caracterizada fundamentalmente como não referencialista, que rejeita a ideia de correspondência rígida entre palavras e coisas. De acordo com Marcuschi (2008), a linguagem, sob esse prisma, é conce-

bida como uma atividade sociocognitiva, o que enfatiza seu caráter interacional e a necessidade de abranger, em seu estudo, aspectos situacionais, sócio-históricos e culturais, bem como os conhecimentos mobilizados pelos sujeitos em interação. Essa é a visão pleiteada por Mondada e Dubois (2003), que criaram o termo *referenciação* para designar o ato de referir e exercem forte influência nos estudos sobre o fenômeno. O cerne da visão não referencialista consiste em que “a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo” (Koch; Marcuschi, 1998, p. 173).

A atividade de *referenciação*, em linhas gerais, promove a criação daquilo a que Mondada e Dubois (2003) denominam “objetos de discurso”, termo usado intercambiavelmente com “referente”, em LT. Os referentes são, na definição de Cavalcante (2011), as entidades que locutor e interlocutor(es) (re)constroem mentalmente por ocasião do processamento textual. Todo texto precisa conter referentes sobre os quais se atribuam predicções, e essas entidades são responsáveis pela significação substancial dos textos (Cavalcante *et al.*, 2014). Ainda é preciso sublinhar, como o faz Cavalcante (2011), o caráter substantivo dos referentes, o que os torna passíveis de nomeação via sintagmas nominais, embora tal nomeação não necessariamente aconteça.

As discussões sobre a não necessidade de nomeação dos referentes por sintagmas nominais ou por expressões referenciais se inserem no âmbito da segunda tendência de estudos em *referenciação* (Custódio Filho, 2011), que alargam o campo de investigação para além do exame das expressões referenciais, superando a limitação característica da primeira tendência. Nos estudos situados na segunda tendência, passa-se a considerar, ainda de acordo com Custódio Filho (2011), fatores outros que concorrem para a (re)elaboração das entidades, a saber: a superfície textual completa, os dados contextuais e o aparato cognitivo. Com isso, o processo passa a ser entendido como mais dinâmico e complexo.

A atividade discursiva de (re)construção dos referentes é descrita, na literatura especializada, em termos de processos referenciais: a introdução referencial, a anáfora e a dêixis. Cavalcante *et al.* (2022) chamam atenção para o fato de que o tratamento adequado de tais processos precisa partir da consideração do texto como unidade delimitada de investigação, uma unidade que tenha início, meio e fim. De outro modo, argumentam os autores, seria difícil precisar quando estaríamos diante de uma introdução referencial ou de uma anáfora. Considerando isso, Cavalcante *et al.* (2014) entendem a introdução referencial como a estreia do referente no texto, enquanto a anáfora consiste em sua continuidade, que pode se dar de três modos distintos: 1) anáfora direta, na retomada de um mesmo referente; 2) anáfora indireta, na retomada de um referente ancorado em outros referentes ou em pistas co(n)textuais, dando a impressão de introduzir uma entidade nova; 3) anáfora encapsuladora, na retomada de porções (con)textuais difusas e de extensão variável. A continuidade do referente geralmente promove transformações na entidade; essas transformações recebem o nome técnico de recategorização e englobam, na proposta de Custódio Filho (2011), as mudanças por acréscimo, por correção e por confirmação, as quais impactam no estatuto do referente. A dêixis, por fim, e ainda segundo os autores, caracteriza-se por sua capacidade de estabelecer um vínculo entre a materialidade textual e a situação enunciativa.



O tratamento cada vez mais complexo que a referenciação tem recebido nos estudos de LT encontrou poder explicativo na noção de redes referenciais, cunhada por Matos (2018), com a qual a autora busca refinar a compreensão sobre como os referentes se organizam e se (re)constróem no texto. O objetivo de Matos, com essa proposta, é substituir noções como as de “cadeia coesiva” e “cadeia referencial”, que dão à questão da referência um tratamento que se impõe limites formais. Como revela o percurso traçado pela autora, as pesquisas em torno das noções de cadeia ou se voltavam para os recursos gramaticais e lexicais que possibilitam o encadeamento de elementos de referência no cotexto (primeiro grupo) ou se debruçam sobre as expressões referenciais e as funções desempenhadas por elas no texto (segundo grupo). Num e noutro caso, não se ultrapassa o exame das expressões referenciais.

A implicação fundamental de se abandonar a noção de cadeias referenciais em favor da noção de redes referenciais, como defende Matos (2018), é o alcance conceitual mais sofisticado que a ideia de redes acarreta, em contraposição à visão restrita das cadeias. Tratar de redes referenciais, para a autora, significa enfatizar e privilegiar o relacionamento entre os referentes na constituição do texto. Nessa perspectiva, redes referenciais são definidas como “entrelaçamentos de sentidos na construção dos referentes, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e se adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos” (Matos, 2018, p. 169). Operando-se dessa maneira, os referentes não são mais vistos de forma isolada, pois o que a dinâmica textual como um todo revela é que eles entram em relação uns com outros, num jogo de conexões e associações complexas, difusas, dinâmicas e ricas para a construção dos sentidos. O que se verifica, portanto, é que a (re)construção de um referente impacta direta e decisivamente na (re)construção de outros referentes aos quais esteja vinculado, de modo a estabelecer uma rede de relações, a que se denomina rede referencial.

A noção de redes referenciais é aprofundada por Matos (2018) a partir da atribuição de quatro características, as quais orientam o caminho analítico operacionalizado pela proposta: 1) a construção das redes referenciais não se assenta necessariamente em unidades lexicais dispostas cotextualmente; 2) a possibilidade de as redes serem divisadas sob o parâmetro formal, ao compor as unidades retóricas do gênero — essa seria uma característica própria da abordagem sociorretórica dos gêneros, mas pode-se afirmar que, em qualquer abordagem teórica, as redes se moldam aos gêneros; 3) o fato de os referentes não se relacionarem apenas léxico-semânticamente: as relações entre eles são principalmente sociocognitivo-discursivas; 4) o fato de as redes requererem, por sua própria natureza, um tipo de abordagem que privilegie as interações discursivas que elas mantêm entre si, diferentemente das cadeias, tratadas isoladamente no texto.

O estudo das redes, portanto, ajuda a referenciação a se estabelecer como um fenômeno situado na dinâmica textual completa, acentuando o rompimento com os limites formais que marcaram as pesquisas sobre o fenômeno em momentos anteriores. Como enfatizam Cavalcante *et al.* (2022, p. 274), os referentes “articulam-se a ações verbais, a atributos, circunstâncias, a conectivos e também a quaisquer outros elementos que estabeleçam com eles certas conexões, de modo a operar-lhes mudanças recategorizadoras”. É preciso considerar, portanto, essa multiplicidade de fatores ao se examinar o processo de (re)construção dos referentes.

4. Procedimentos metodológicos

O corpus deste trabalho compõe-se de duas colunas de opinião assinadas, das quais apresentamos e analisamos dois excertos — o primeiro parágrafo de cada uma delas. O primeiro excerto é da coluna “Ele nos ensinou a odiar”, escrita por Ruy Castro e veiculada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em seu portal on-line no dia 6 de abril de 2023; o segundo excerto é da coluna “Língua livre”, de autoria de Hélio Schwartsman, veiculada pelo mesmo jornal em seu portal on-line no dia 30 de janeiro de 2023.

Optamos por proceder com uma abordagem qualitativa, cujas coordenadas gerais — descrição, explicação e interpretação exaustivas dos dados coletados (Prodanov; Freitas, 2013) — estão em sintonia com o tratamento que se tem dado ao programa analítico da LT, que se encontra entre estudos descritivos e estudos discursivos (Cavalcante, 2016). Considerando isso, elegemos uma das estratégias de textualização do quadro teórico da LT, a referência, conferindo-lhe um tratamento condizente com o tipo de abordagem escolhido.

A originalidade no tratamento dado aos textos que constituem o corpus (no sentido de não terem sido examinados anteriormente a partir dos mesmos critérios analíticos) caracteriza a pesquisa como de cunho documental (Gil, 2008). Em sentido ligeiramente diferente mas complementar, as colunas selecionadas podem ser consideradas documentos também porque dão o testemunho de seu tempo, sob a ótica dos colunistas que assumem sua autoria.

5. Análise das colunas

Apresentamos, a seguir, o primeiro parágrafo da coluna “Ele nos ensinou a odiar”, escrita por Ruy Castro.

Em minha última coluna, escrevi que Bolsonaro corrompeu, estuprou e prostituiu instituições civis e militares. Faltou espaço para acrescentar o que já me passava pela cabeça e que, poucas horas depois, a tragédia de Blumenau — crianças assassinadas a machadadas numa creche — viria confirmar: o embrutecimento e a desumanidade que ele nos legou. Bolsonaro conseguiu acrescentar um fator novo à violência a que já estávamos habituados. Acrescentou o ódio.

Atentemos, primeiro, à introdução de três referentes: “minha última coluna”, “Bolsonaro” e “instituições civis e militares”. Com o primeiro, o colunista situa a afirmação feita em sua coluna anterior, estabelecendo uma relação intertextual. A afirmação envolve e associa, via predicação, os dois últimos referentes, “Bolsonaro” e “instituições civis e militares”: o colunista afirma que Bolsonaro corrompeu, estuprou e prostituiu tais instituições. Assim, Bolsonaro é focalizado (o que promove uma primeira recategorização) por sua ação nefasta para com as instituições civis e militares, uma vez que ele é o agente das ações expressas pelos três verbos que compõem a predicação. As instituições mencionadas, por sua vez, são afetadas pelas ações de Bolsonaro, o

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2023/04/ele-nos-ensinou-a-odiar.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.



que também opera sobre elas uma recategorização. Merece destaque a forte carga axiológica que atravessa a predicação, com a semântica dos verbos “corromper”, “estuprar” e “prostituir”, designando ações negativas e, no caso de “estuprar”, até criminosa. Do ponto de vista argumentativo, verifica-se uma caracterização extremamente negativa do referente “Bolsonaro”.

Na sequência do parágrafo, Ruy Castro institui novos referentes, os quais operam acréscimos importantes para a progressão do texto: “a tragédia de Blumenau”, cuja descrição no aposto é acompanhada pelos referentes “crianças assassinadas”, “machadadas” (em referência aos golpes com o tipo de arma utilizada para o ataque), e “uma creche” (em referência ao local em que ocorreu o ataque). Esses referentes se conectam uns aos outros para compor a (re)construção textual do acontecimento que o colunista tomou como base para a escrita da coluna: o ataque à creche de Blumenau. Tal ataque, como vimos, é categorizado com a expressão “tragédia”, reveladora da apreciação negativa do colunista.

Apresentado o acontecimento em questão, novos referentes entram em cena, relacionados tanto ao ataque à creche quanto a Bolsonaro: “o embrutecimento”, “a desumanidade” e “o povo brasileiro” — este último, embora não se manifeste no texto assim explicitado, pode ser inferido por meio de dados contextuais (como o fato de a coluna tratar de um acontecimento situado em uma cidade brasileira) e cotextuais (a escolha pelo pronome oblíquo “nos”, que o colunista utiliza para se inserir no grupo dos cidadãos brasileiros). Os dois primeiros — “o embrutecimento” e “a desumanidade” — se relacionam a Bolsonaro na medida em que, segundo o colunista, constituem o legado do ex-presidente. A relação desses dois referentes com a tragédia de Blumenau, por sua vez, é de confirmação, pois, conforme o colunista, a tragédia confirmou, para ele, o legado de Bolsonaro, que já lhe passava pela cabeça. Nesse cenário, o povo brasileiro, outro referente em foco, emerge como o “recebedor” do legado de Bolsonaro.

As relações entre os referentes descritas acima operam uma mudança por acréscimo ao referente “Bolsonaro”: a caracterização que ele vinha recebendo anteriormente, centrada em sua ação nefasta para com as instituições civis e militares, agora ganha novos contornos, os quais poderíamos formular da seguinte forma: “responsável por legar embrutecimento e desumanidade ao povo brasileiro”. Com essa nova recategorização, Ruy Castro dá continuidade à sua representação negativa de Bolsonaro, com a qual busca influenciar os leitores da coluna.

Em seguida, o referente “Bolsonaro” mantém-se em foco e é posto em relação com outros três referentes: “um fator novo” (que em seguida é recategorizado como “o ódio”), “a violência” e “o povo brasileiro” (já apresentado no texto e agora retomado a partir da desinência do verbo “estávamos”, pista contextual com o qual o colunista reitera sua inserção no grupo dos cidadãos brasileiros). Bolsonaro se associa ao referente “a violência” em razão da modificação que ele lhe impõe ao acrescentar um novo fator: “o ódio”. O ex-presidente, segundo o ponto de vista defendido pelo colunista, altera, portanto, o estatuto ou a configuração da violência ao somar-lhe esse novo elemento. O referente “o povo brasileiro”, que participa dessa relação por ser quem convive com a violência, é recategorizado como “um povo já habituado à violência”. Essa recategorização, embora não seja homologada na materialidade textual por uma expressão referencial, é plenamente autorizada pelo trecho da coluna em que o colunista faz referência à “violência a que já estávamos habituados”.

As relações de sentido descritas também promovem recategorizações aos referentes “a violência” e “Bolsonaro”: enquanto o primeiro passa por uma mudança por acréscimo, de modo a incorporar o ódio como um de seus fatores, o segundo ganha uma nova representação, que se soma às demais, passando a ser visto como “aquele que acrescentou ódio à violência a que o povo brasileiro já estava habituado”. Com isso, a visão negativa que Ruy Castro tem de Bolsonaro, a qual perpassa todo o primeiro parágrafo, é mais uma vez reiterada.

Todos os referentes (re)construídos no primeiro parágrafo mantêm entre si ligações, conexões, entrelaçamentos de sentido, o que significa dizer que eles se organizam textualmente de modo a compor uma rede referencial. Essa rede referencial gira em torno principalmente do referente “Bolsonaro”, o mais saliente dos referentes (re)elaborados: a ele estão vinculadas as “instituições civis e militares”, que foram alvo de sua ação nefasta; “o embrutecimento” e a “desumanidade”, que constituem seu legado ao “povo brasileiro”, do que é um exemplo marcante “a tragédia de Blumenau”; “o ódio” fomentado por ele, que constitui um novo fator na violência com a qual convive o povo brasileiro. Assim configurada, a rede referencial é reveladora da orientação argumentativa pretendida por Ruy Castro, que se concentra em responsabilizar Bolsonaro pelo ódio que tem acompanhado a sociedade brasileira. O título da coluna, “Ele nos ensinou a odiar”, com o “ele” remetendo a Bolsonaro e o “nos” remetendo ao povo brasileiro, sintetiza a proposta argumentativa do colunista, com a qual ele busca atingir seus leitores.

O próximo excerto a ser analisado é o primeiro parágrafo da coluna de Hélio Schwartzman intitulada “Língua livre²”.

Mais que democrática, a língua é libertária. É verdade que gramáticos prescricionistas tentam agrihoá-la a regras, mas sua autoridade não vai muito além das provas de português, um pedaço pequeno da linguagem. No mundo real, cada falante diz o que quer, imprimindo suas idiossincrasias ao idioma. As inovações são então submetidas a um processo de digestão linguística, ao fim do qual algumas mudanças serão incorporadas, e a maioria, rejeitada, não passando de modismos. Já apanhei por escrever isso, mas não existe erro de português. Só o que temos são utilizações mais ou menos adequadas ao contexto.

O primeiro referente apresentado no parágrafo em análise é “a língua”, que é prontamente recategorizado com o traço de sentido “mais que democrática, é libertária”, a partir do qual o colunista já revela sua percepção sobre ele: dentre as várias possibilidades de se conceber e caracterizar a língua, foi com esse traço de sentido que Hélio Schwartzman optou por representá-la. Essa escolha é reveladora do projeto argumentativo do colunista e permite antecipar expectativas quanto à continuidade das ideias a serem desenvolvidas. Em seguida, é instituído o referente “gramáticos prescricionistas”, naturalmente ancorado ao referente “a língua”, dada a óbvia relação que há entre essas duas entidades na cultura ocidental. Para estabelecer essa relação, é necessário, pois, recorrer aos processos de inferenciação e de mobilização de conhecimentos de mundo. A ancoragem do referente “gramáticos prescricionistas” no referente “a

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2023/01/lingua-livre.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2025.



língua” caracteriza o processo referencial como anáfora indireta. Na continuidade do parágrafo, o referente “gramáticos prescricionistas” é vinculado também ao referente “regras”, com as quais eles buscam, segundo Hélio Schwartsman, “agrilhoar a língua”. Esses gramáticos são focalizados, então, pela sua atitude coercitiva em relação aos fenômenos linguísticos — e isso promove uma transformação que, de certo modo, já está inscrita no modificador “prescricionistas”, utilizado pelo colunista para compor a expressão referencial que homologa o referente. Trata-se, pois, de uma mudança por confirmação, que reitera o traço “prescricionista”.

Na sequência, o referente “gramáticos prescricionistas” é mantido em foco e interligado ao referente “sua autoridade”, estabelecendo um tipo de relação bastante evidente, já que é desses gramáticos, pertencente a eles, a autoridade da qual se fala. Essa associação entre os dois referentes também promove uma recategorização aos gramáticos prescricionistas: eles têm autoridade, notoriedade, propriedade e especialidade — advindas de sua atuação socioprofissional — para tratar de questões de língua, e, como o colunista frisou anteriormente, esse tratamento normalmente se dá pelo viés prescritivo, isto é, pelo estabelecimento de regras que objetivam ditar o certo e o errado no uso — ou em alguns usos — da língua. Esses dados quanto à atitude de gramáticos prescritivistas em relação aos usos da língua dependem também, em grande medida, dos conhecimentos de mundo que o leitor tenha sobre a questão.

Hélio Schwartsman mobiliza, também, o referente “as provas de português”, por meio do qual demarca os limites de atuação dos gramáticos prescritivistas: é apenas no âmbito escolar — e especificamente nas avaliações de língua portuguesa — que, segundo o colunista, tais gramáticos têm “poder”, sendo sua autoridade, portanto, relativa a esse espaço. Outra recategorização possível para o referente “gramáticos prescritivistas” poderia ser expressa da seguinte forma: “figuras cuja autoridade não ultrapassa os limites das provas de português”, uma recategorização não homologada por expressão referencial, mas, como demonstramos pela relação entre os referentes, autorizada pelo cotexto. As provas de português, por sua vez, são recategorizadas como “um pedaço pequeno da linguagem”. Ao (re)elaborar os referentes dessa forma, o colunista busca influenciar o olhar do leitor quanto ao poder reduzido que os gramáticos prescritivos desempenham nos rumos da língua, de modo a operar uma ressalva: mesmo com a atuação de gramáticos prescritivos, não se altera o caráter libertário e democrático da língua.

Posteriormente, o colunista instaura o referente “o mundo real”, que estabelece um universo de referência oposto ao “mundo escolar das provas de português”, ao qual limitou o poder dos gramáticos. Nesse novo universo de referência estabelecido é que se situa o referente “cada falante”, que se conecta a “suas (de cada falante) idiossincrasias” e a “o idioma”, o qual é marcado por essas idiossincrasias. Nesse cenário construído — o do mundo real — a língua se apresenta, sob a ótica de Hélio Schwartsman, “libertária e democrática”, longe das influências exercidas pela autoridade dos gramáticos prescritivos.

Na continuidade do parágrafo, Hélio Schwartsman esmiúça sua forma de conceber a língua ao instituir o referente “um processo de digestão linguística”, ao qual caberia a função de fazer uma espécie de seleção sobre “as inovações” da língua propostas pelos falantes, sendo tais inovações outro referente instituído no texto. Passando por esse processo, as inovações dividem-se em duas categorias (e mais dois referentes): “algumas mudanças”, recategorizadas pela predi-

cação “serão incorporadas”; “a maioria” (das mudanças), recategorizadas como “rejeitadas”, “modismos”. Mobilizando e (re)elaborando esses referentes, o colunista explica como funciona o processo de digestão linguística a que fez referência. Sob esse prisma, então, a língua se abre a inovações, dado seu caráter democrático e libertário, mas nem todas elas (a maioria, na verdade) serão aceitas.

Fechando o parágrafo, Hélio Schwartsman mobiliza o referente “erro de português”, apenas para negar sua existência (esse referente é recategorizado pela predicação “não existe”), e sugere que a ideia de que erro de português não exista é de pouca aceitação, uma vez que “já apanhou” por defendê-la. Em seguida, por fim, o colunista propõe a categoria (um novo referente) “utilizações mais ou menos adequadas ao contexto”, para abarcar, de forma mais adequada, os diversos usos da língua, inclusive aqueles que são tradicionalmente tachados de erro. Essa categoria, mais aberta às diferenças de uso e calcada na relativização (ao contexto), converge com a visão de língua “mais que democrática, libertária”, defendida pelo colunista.

Os referentes (re)construídos no parágrafo analisado, mantendo entre si uma série de associações, compõem uma rede referencial que gira em torno do referente “língua”, o qual atrai para si duas perspectivas distintas: 1) a perspectiva da coerção, advinda dos gramáticos prescricionistas, para a qual são fundamentais os referentes “gramáticos prescricionistas”, “regras”, “sua (dos gramáticos prescricionistas) autoridade” e “provas de português”; e 2) a perspectiva ligada ao falante, de natureza idiossincrática e aberta a inovações, a qual põe em destaque os referentes “mundo real”, “cada falante”, “suas (dos falantes) idiossincrasias”, “As inovações”, “um processo de digestão linguística”, “algumas mudanças”, “a maioria” (das mudanças), “erros de português” e “utilizações mais ou menos adequadas ao contexto”. Organizando os referentes dessa forma e apoiando-se na segunda perspectiva, o colunista orienta sua argumentação para a defesa da tese segundo a qual a língua é mais que democrática, libertária.

5. Considerações finais

Nossas análises demonstraram que os colunistas, ao escreverem as colunas, constroem redes referenciais com o objetivo de influenciar seus leitores e buscar sua adesão sobre os pontos de vista defendidos. Vimos, no primeiro excerto, uma rede construída a serviço da tese de que Bolsonaro ensinou o povo brasileiro a odiar; e, no segundo excerto, uma rede a serviço da tese de que a língua é mais que democrática, libertária. Assim, o exame das redes referenciais desvela posicionamentos, visões de mundo e interpretações dos eventos e acontecimentos comentados nas colunas, de modo que se pode afirmar que elas são um poderoso meio de apreender a argumentação no texto.

Diríamos que a argumentatividade das redes é uma extensão natural da argumentatividade do processo de referenciação. Se, conforme Cavalcante *et al.* (2020), por trás da (re)construção dos referentes há sempre a tentativa do locutor de influenciar o(s) interlocutor(es), podemos, para sermos condizentes com a noção de redes referenciais, expandir essa proposição, formulando-a do seguinte modo: o locutor (re)constrói os referentes e os põe em relação (compondo,



assim, redes) de maneira a tentar exercer influência sobre o(s) interlocutor(es). No caso das colunas, há a particularidade de que as redes referenciais são revestidas de traços de sentido explicitamente avaliativos, de modo a refletir a natureza opinativa do gênero. Isso reforça a ideia de Matos (2018) de que as redes se moldam aos gêneros em que são construídas.

Isto posto, esperamos ter demonstrado a contribuição da noção de redes referenciais para elevar o caráter difuso, dinâmico, complexo e multifacetado do fenômeno da referenciação. Com este trabalho, buscamos colaborar para a compreensão de como as redes são construídas, cabendo a estudos posteriores explorar seu funcionamento em outros gêneros, pois tal empreendimento possibilitará explicações cada vez mais completas e refinadas para a referida noção. Destacamos, ainda, a produtividade da interface LT-TAD, que tem elucidado, com sofisticação teórica, analítica e metodológica, os meios para apreender a argumentação no nível textual.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Francisco Felipe de Oliveira Rocha: Conceitualização; Investigação; Escrita – rascunho original; Escrita – revisão e edição.

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra: Conceitualização; Investigação; Escrita – revisão e edição.

FINANCIAMENTO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) financiou a pesquisa mediante concessão de bolsa de doutorado para o primeiro autor do artigo.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, F. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.

AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 165-190, 2016.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não-ditas. Fortaleza: edições UFC, 2011.



- CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 106-124, 2016.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Cortez, 2020.
- CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes editores, 2022.
- CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A.**, vol. 14, n. especial, p. 169-190, 1998.
- MACEDO, P. S. A de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATOS, J. G. **As redes referenciais na construção de notas jornalísticas**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2 ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013.
- ROCHA, F. F. de O. **Redes referenciais e argumentação em colunas de opinião assinadas**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2024.





Meme, do viral ao mental: uma abordagem cognitiva

José Mauro Pinheiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1087-6551>

E-mail: josemauro2010@yahoo.com.br

RESUMO

O entendimento do conceito de meme vem se mostrando cada vez mais relevante para compreendermos as dinâmicas comunicativas digitais. A partir de uma análise linguística baseada em *frames* (Fillmore; Baker, 2010) e na Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980), foi empreendida a análise de 13 definições de meme propostas por três comunicólogos da área (Dawkins, 1976; Jenkins, 2009a; Chagas, 2021), com o objetivo de compreender como meme vem sendo conceptualizado por especialistas no assunto. O primeiro autor figura aí por ter sido aquele que cunhou o termo “meme”. Jenkins (2009) por ser um conhecido interlocutor de Dawkins (1976). E o pesquisador brasileiro Chagas (2021) por ter feito detalhada revisão de literatura sobre o tema. Os achados apontam para um enquadre de meme que tende a observá-lo como um objeto biológico, mercadológico e de diversas outras naturezas, cuja manipulação discursiva requer letramentos e maior consciência.

PALAVRAS-CHAVE: Meme; Semântica de *frames*; Teoria da Metáfora Conceptual.

Meme, from viral to mental: a cognitive approach

ABSTRACT

The understanding of the concept of *meme* has proven increasingly relevant for grasping the dynamics of digital communication. Based on a linguistic analysis grounded in *frames* (Fillmore; Baker, 2010) and in Conceptual Metaphor Theory (Lakoff; Johnson, 1980), an analysis was carried out of 13 definitions of *meme* proposed by three communication scholars in the field (Dawkins, 1976; Jenkins, 2009a; Chagas, 2021), with the aim of understanding how *meme* has been conceptualized by specialists on the subject. The first author appears here for having coined the term “meme”. Jenkins (2009) is included for being a well-known interlocutor of Dawkins (1976). And the Brazilian researcher Chagas (2021) for having produced a detailed literature review on the topic. The findings point to a framing of *meme* that tends to view it as a biological, market-oriented, and multifaceted object, whose discursive manipulation requires literacies and greater awareness.

KEYWORDS: Meme; Frame semantics; Conceptual Metaphor Theory.



1. Introdução

Não é possível falar em comunicação contemporânea sem se pensar nos memes. Presentes na maioria das plataformas digitais, os memes dinamizam as trocas comunicativas em tais ambientes por conterem uma estrutura bastante sintética, de rápida leitura, quase sempre compostos de imagens conhecidas e forjados com senso de humor. Além disso, a viabilidade do compartilhamento através de um clique torna a replicação da mensagem do meme ainda mais prática. É comum entre os usuários das plataformas reproduzirem os memes que recebem para seus amigos virtuais de modo quase automático, simplesmente porque aquele conteúdo remete a algo que os identifica.

No entanto, o que pode parecer uma troca on-line inócua, pensada para o riso ou para a distração instantânea, trata-se de um ato comunicativo muito análogo a uma conversa comum ou até a um intercâmbio de notícias. No meme, como em qualquer interação humana mediada pela linguagem, certas perspectivas são assumidas em vez de outras possíveis; enquadres e destaques são feitos, iluminando alguns elementos de uma situação e apagando outros. Segundo uma perspectiva linguístico-cognitiva¹ (Langacker, 2008, p. 43), fala-se aqui de nossa habilidade imanente de construir realidades imaginadas distintas a partir de um mesmo evento motivador da comunicação ou de um mesmo meme.

Cada vez que um meme é viralizado ou repercutido em plataformas digitais, reside ali a possibilidade de construção de novas percepções sobre os fatos que eles veiculam. Sobre o processo de viralização de memes de internet, vale destacar o valor metafórico desse conceito. Quando alguém diz que um vídeo se encontra viralizado on-line, tem-se aí a ativação de uma forma de pensamento que busca conceptualizar a complexa dinâmica de difusão de memes em plataformas digitais através de um outro campo experiencial, qual seja, o da doença. É como se os usuários atingidos pelos memes estivessem “infectados” por eles, repassando-os e contaminando metaforicamente outrem, numa espécie de epidemia virtual incontida. Entender essa base metafórica do bom contágio de memes (Pinheiro; Cavalcanti, 2022), posto que para seus usuários eles servem bem, ajuda a iluminar nosso entendimento sobre esse fenômeno tão corriqueiro e complexo.

Tendo em vista tais ponderações, o objetivo geral desse artigo derivado de uma dissertação de mestrado é ampliar a inteligibilidade do conceito contemporâneo de meme, partindo do referencial teórico da Linguística Cognitiva (doravante LC); em especial, lança-se mão nesse trabalho de uma abordagem baseada em *frames* (Fillmore; Baker, 2010) e da Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980). Especificamente, busca-se compreender, numa abordagem qualitativo-interpretativista, quais modelos de comunicação são licenciados pelas conceptualizações de meme presentes em três obras de pesquisadores da comunicação que se dedicaram ao assunto. A saber, como consta no Quadro 1:

¹ Tradução nossa. No original, “the term construal refers to our manifest ability to conceive and portray the same situation in alternate ways”.



QUADRO 1. Escopo de obras e autores analisados

Autor	Obra (lançamento)	Contribuições
Richard Dawkins	<i>O gene egoísta</i> (1976)	Cunha a palavra “meme” a partir de analogias com estudos em Genética e Evolucionismo.
Henry Jenkins	<i>If it doesn't spread, it's dead</i> (2009)	Propõe um modelo de meme com maior participatividade.
Victor Chagas	“Da memética aos memes de internet: uma revisão de literatura” (2021)	Contrapõe diversas correntes dos estudos meméticos. Funda o Museu de Memes.

Fonte: Produzido pelo autor.

O artigo aqui apresentado encontra-se dividido da seguinte forma: na Fundamentação teórica, são discutidos em seções distintas os conceitos de *frame*, metáfora conceptual e metáfora multinível, caros para essas considerações; em seguida, parte-se para a análise em separado das conceptualizações de meme presentes nas produções bibliográficas dos três comunicólogos acima mencionados. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais acerca da matéria aqui ilustrada.

2. O que são *frames*?

De modo a analisar como os teóricos mencionados no Quadro 1 contribuíram para a formulação do conceito de meme, cumpre acionar o conceito de *frame*, conforme definido pelos linguistas Fillmore e Baker (2010, p. 314). Segundo eles, o *frame* pode ser definido como “um conjunto de pacotes organizados de conhecimentos, crenças e padrões de ação que estruturam e nos permitem compreender as experiências que vivemos²”. Para ilustrar melhor o conceito, pense-se alguém que estivesse tentando entender o conceito de “textão” e os elementos incluídos nesse conceito.

Pode-se dizer que o *frame* de “textão” evoca uma determinada cena com atores mais ou menos pré-estabelecidos. A saber: o USUÁRIO-EMISSOR³ que escreve o texto com teor de desabafo; um texto de tamanho considerável — ou seja, o TEXTÃO propriamente dito; a POSTAGEM que contém esse textão; uma PLATAFORMA DIGITAL; os USUÁRIOS-ALVO do textão. Para compreender o conceito, é preciso ativar todos esses elementos pré-armazenados na mente, ou seja, ativar essas estruturas cognitivas, compartilhadas entre falante. Se alguém interpreta a palavra de uma maneira mais direta, como textão = texto grande, alguns sentidos devem se perder na comunicação, justamente porque o *frame* a ser ativado é composto por mais elementos do que um texto de tamanho grande.

² No original: “Many organized packages of knowledge, beliefs, and patterns of practice that shape and allow humans to make sense of their experiences” (Tradução dos autores).

³ Vamos estabelecer aqui que os conceitos, em oposição às palavras, serão grafados em VERSALETE. Por exemplo, à palavra “camiseta” (realidade linguística) corresponde o conceito CAMISETA (realidade cognitiva).

Os *frames* existem porque somos seres humanos vivendo num dado planeta com dadas características físico-químicas, interagindo com uma série de objetos e eventos aí pertinentes, através de nossos sistemas perceptivo-sensoriais, integrantes de uma dada cultura e de comunidades discursivas, respondendo de modo consciente ou não a seus símbolos, artefatos, instituições etc. Destarte, vamos acumulando ao longo do tempo, tanto no eixo ontogenético (relativo ao ciclo de vida de um indivíduo) quanto filogenético (relativo ao período de perpetuação de uma espécie), uma série de saberes compartilhados, que são esquemáticos, ou seja, pouco detalhados e armazenados em nossa memória.

Sem esses “pacotes de conhecimento”, ou seja, os *frames*, seria muito complicado conceber a comunicação humana. Nossa memória é um recurso limitado. Mantemos algumas informações na memória de trabalho, posto que precisamos constantemente revolver problemas e lidar com situações novas no cotidiano. A elaboração dessas soluções sustenta-se justamente nesse conjunto de memórias mais próximas. As memórias que não têm uma aplicação tão imediata passam a ser armazenadas no “inconsciente” cognitivo, ou seja, na memória de longo prazo. Sucede que aquilo que não é imediatamente necessário é armazenado na memória de longo prazo de forma esquemática. Esquemático diz respeito ao fato de que os *frames* são esquemas ou generalizações não detalhadas que fazemos a respeito de uma gama de conceitos com os quais lidamos na nossa realidade cognitiva e que facilitam a interpretação das experiências que nos interpelam. Assim, contamos com uma série de percepções idealizadas (generalizadas conceitualmente) como gravidade, calor, cor, dor, movimento etc. Quando o ato comunicativo se dá, esses *frames* são evocados e podemos construir novas experiências, assim como ativar sentidos relativos a elas.

2.1. Semântica de *frames*

De uma forma geral, a semântica pode ser compreendida como a relação entre as formas linguísticas e seus sentidos. A análise semântica pode partir de qualquer um dos elementos desse binômio, ou seja, da forma linguística para o sentido ou do sentido para a forma linguística. Por exemplo, pode-se pensar a noção de *frame* em uma proposta de análise e/ou interpretação linguísticas da ordem do onomasiológico (Fillmore; Baker, 2010, p. 317), ou seja, que parte de um conceito (ou de um sentido) evocado diante de uma dada experiência. Por sua vez, esse conceito pode ser futuramente decodificado ou materializado em uma dada forma linguística. Por exemplo, se alguém diz:

(1) Hoje minha namorada desabafou na Plataforma P... fiquei um pouco incomodado com a exposição.

Imagina-se que alguém ative o *frame* de TEXTÃO, porque uma série de elementos que o compõem estão aqui: USUÁRIO-EMISSION, texto com valor psicológico de desabafo (“incômodo”), PLATAFORMA DIGITAL, USUÁRIO-ALVO. Ademais, existe uma coerência histórico-cultural para se ativar esse determinado *frame*. Trata-se, assim, de uma operação cognitiva corriqueira de produção de sentidos da experiência, que pode também informar a análise semântica.



Todavia, o caminho inverso pode ser igualmente realizado. Ou seja, pode-se partir de uma dada forma linguística para se tentar entender quais *frames* são ativados por ela. Trata-se, nesse caso, de uma análise da ordem do semasiológico. É dessa forma que Fillmore (1982) modelou em primeira instância sua abordagem de *frames*, ao lançar mão da chamada Semântica de *frames* (doravante SF).

Assim, ao partir de uma pista linguística percebida no discurso, é possível, segundo a SF, deduzir um conceito, ou um *frame*. Pista porque a forma linguística funciona como um acesso a algo mais profundo, ou seja, o conceito que a origina. Importa salientar a natureza cognitivista dos estudos em SF, o que significa dizer que a aposta é que os conceitos, forjados a partir da generalização de nossas experiências, antecedem a forma linguística. A forma linguística é a maneira encontrada para realizar concretamente esse conceito.

2.1.1. Formas de acionamento de um *frame*

A abordagem a ser adotada nesse trabalho partirá, assim, dessas pistas linguísticas relativas ao conceito de MEME, especificamente aquelas encontradas em definições dadas ao conceito por comunicólogos (Quadro 1) que trataram do assunto. Nesse momento, cabe destacar o que Duque (2015, p. 28) afirmou sobre uma análise linguística baseada em *frames*. Segundo o autor, existem três formas principais de acionamento de um *frame*: seleção lexical, arranjo gramatical e mapeamento metafórico.

Seleção lexical é a forma que vem sendo mostrada predominantemente nesse trabalho até agora. Ou seja, a simples escolha de um item lexical pode levar ao acionamento de um dado *frame* em vez de outro. Imagine-se um determinado texto de extensão grande com teor de desabafo que passa a ser compartilhado de modo repetido em uma plataforma digital, ou seja, um textão que é ao mesmo tempo meme. A escolha por chamar esse texto de “textão” ativará um *frame* distinto da designação “meme”. No primeiro caso, fica iluminado o aspecto psicológico do texto, momento de profissão franca de sentimentos por parte do autor, ao passo que, no segundo caso, destaca-se a cena de seu compartilhamento iterado em redes digitais. Dito de outra forma, um mesmo evento motivador, ou a experiência relativa a esse referente, pode evocar cenas cognitivas diferentes, a depender das palavras ou expressões escolhidas para nomear esse evento, o que causará impactos diferentes na comunicação de tal evento.

Em relação ao arranjo gramatical, pensemos nos exemplos abaixo:

- (2a) O vídeo viralizou na segunda-feira.
- (2b) O vídeo virou meme.
- (2c) Os usuários foram contaminados pelo vídeo.

É possível afirmar que os três exemplos, segundo a nomenclatura adotada por Fillmore (1982), evocam o mesmo *frame* de MEME, mas ativam elementos básicos e de fundo distintos. Nos exemplos (2a) e (2b), o MEME (representado por “vídeo”) em si é o elemento básico ou mais central do *frame*. Embora se saiba que esses memes foram direcionados para USUÁRIOS numa PLATAFORMA DIGITAL, esses últimos elementos sequer são mencionados lexicalmente,

ou seja, eles se configuram como elementos de fundo. No exemplo (2c), no entanto, o foco está colocado sobre USUÁRIO, que é percebido como uma espécie de vítima viral do MEME. Essa variação de efeitos dentro de um mesmo *frame* é conseguida por meio da estruturação sintática (da ordem da estruturação gramatical) das orações, diferentemente do exemplo “textão”/“meme” acima, que se diferenciam por meio da seleção de palavras (da ordem da seleção lexical).

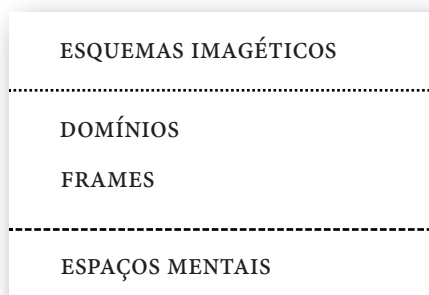
O terceiro elemento diz respeito ao mapeamento metafórico. Nesse caso, levando-se em consideração o exemplo (2c), os usuários de plataformas digitais passam a receber e compartilhar conteúdos de modo iterado. Tal compartilhamento poderia, em primeira instância, ser percebido como algo negativo. Afinal, é como se essas pessoas fossem “contaminadas” pelo vírus do meme, o que faz com que elas acabem, por sua vez, contaminando outrem. Ora, incide aqui a metáfora MEME É VÍRUS/DOENÇA: a experiência de replicação dos memes (digital) é percebida nos moldes da experiência de contágio (biológico). Como formularam Lakoff e Johnson (1980), ao lançarem as bases da Teoria da Metáfora Conceptual (doravante TMC), a metáfora não é apenas um recurso retórico, pensado para ornamentar a linguagem, como até então era o consenso sobre o conceito. Na verdade, trata-se de uma operação cognitiva, que está na base da maioria dos nossos processos mentais, influenciando não apenas a forma como pensamos, mas como agimos também.

Ora, comunicação digital e contágio são campos experienciais não imediatamente relacionáveis; eles dizem de experiências muito distintas. Mas a experiência do contágio por um vírus, por exemplo, é de alguma forma mais concreta do que a da comunicação digital. A primeira sucede no espaço do corpo humano, tem efeitos perceptíveis no nível da nossa constituição biológica, ao passo que as experiências digitais são do âmbito do abstrato, de uma virtualidade menos tangível que os processos corporais. É essa necessidade de simplificação cognitiva que orienta e justifica o pensamento metafórico, segundo a TMC.

Segundo Lakoff e Johnson (1980), a metáfora se estrutura por meio de mapeamentos entre esses dois campos experienciais, quais sejam, entre o campo mais abstrato, o ponto de chegada (conceitos que precisam ser metaforizados), e o mais concreto, ponto de partida (conceitos que dão base à metaforização). Os mapeamentos são correspondências entre esses dois campos, por sua vez, conhecidos na literatura como domínios.

Vale ressaltar que a esses domínios mais gerais podem corresponder *frames* mais específicos, a depender justamente do grau de detalhamento em que um dado fenômeno é conceptualizado/ analisado. A metáfora atravessa essas estruturas cognitivas, podendo atuar tanto no nível de mapeamento de dois domínios quanto no de dois *frames*. É sobre isso que nos fala Kövecses (2017) em seu estudo bastante esclarecedor acerca do que ficou conhecido como metáfora multinível nos círculos brasileiros. Para o autor, como fica evidenciado na Figura 1, esquemas imagéticos, domínios, *frames* e espaços mentais podem ser agrupados em nível de detalhamento ou esquematicidade. Segundo o linguista húngaro, os esquemas imagéticos estão num extremo, sendo os menos detalhados (mais esquemáticos), ao passo que os espaços mentais são os mais detalhados (menos esquemáticos).



FIGURA 1. Estruturas cognitivas em nível de esquematicidade/detalhamento

Fonte: Adaptado de Kövecses (2017).

Seguindo essa proposta teórica elaborada por Kövecses (2017), pode-se entender memes, textões, *fanfics*, *fake news* etc. como realidades mais detalhadas (*frames*) de um guarda-chuva conceptual mais amplo, que na análise aqui empreendida entendemos ser a comunicação digital.

3. Levantamento e análise de dados

Nesse trabalho, conforme consta no Quadro 1, foram analisadas treze definições do conceito de meme a partir do trabalho de três autores. As definições selecionadas seguiram o método de identificação de metáforas MIP (*Metaphor Identification Procedure*), preconizado pelo grupo PRAGGLEJAZ (2007). Segundo esse método, deve-se primeiro identificar o sentido contextual de cada palavra no texto. Depois, compara-se esse sentido com um sentido mais básico ou concreto da palavra. Se houver contraste e o sentido encontrado puder ser entendido nos moldes do sentido mais concreto, entende-se que há uso metafórico. Portanto, as definições que não apresentaram esse contraste foram descartadas.

Do primeiro autor, Richard Dawkins ([1976] 2007), selecionamos quatro definições por ele formuladas no livro *O gene egoísta*. Sobre o segundo autor, Henry Jenkins (2009a), considerado um ferrenho interlocutor de Dawkins, foram retiradas três definições do artigo “If it doesn’t spread, it’s dead (part one): media viruses and memes”. Viktor Chagas (2021) contribui aqui com seis definições, extraídas do artigo de revisão de literatura sobre memes chamado “Da memética aos memes de internet: uma revisão de literatura”.

O trabalho de Dawkins (1976) foi selecionado devido sua relevância na fundação do termo “meme”, ou seja, por ter sido ali o primeiro texto a esboçar esse conceito, o que serviria de base para diversos outros desdobramentos de sentido da palavra no futuro. Jenkins (2009a) é um interlocutor e crítico de Dawkins e, nos textos aqui analisados, fica registrada sua crítica mais direta às conceptualizações propostas por esse autor. Já Chagas (2021) figura aqui por ter realizado um trabalho muito minucioso de revisão de literatura acerca do conceito de meme, revisitando esses dois autores citados e acrescentando outras referências importantes.

3.1. Dawkins (1976) e a origem de MEME É VÍRUS/DOENÇA

O primeiro texto a ser analisado nesse trabalho provém da obra seminal *O gene egoísta*, escrita por Richard Dawkins em 1976, na qual meme foi cunhado. No entanto, o meme que Dawkins (1976) define e analisa ainda não correspondia à noção de meme de internet que adotamos atualmente, ligada a plataformas digitais.

Dawkins (1976) se referia a um conjunto de ideias, crenças, hábitos etc. que eram passados de uma pessoa à outra, em geral por meio de imitação desses modos de agir e de pensar. Para o autor, o convívio em sociedade incentiva a “duplicação” ou cópia de ideias de uma pessoa para outra. Pode-se dizer que a definição de Dawkins para meme (1976) é de natureza também mental, além de comportamental. Afinal, um hábito como ler livros, antes de ser repassado para uma nova pessoa ou geração, deve ser concebido como tal. É por isso que, inclusive, alguns autores como Fillmore e Baker (2010, p. 314) tendem a associar esse conceito primeiro de meme ao de *frame*. Como afirmam os autores acerca das várias definições possíveis para *frame*,

há um conceito geral de *frame* [...], junto a conceitos vizinhos como *schema* [...], modelo cognitivo idealizado (Lakoff, 1987), *script* [...] e até mesmo *meme* (Dawkins, 1976), *narrativa*, especialmente desenvolvido nos anos 1970 pelas ciências cognitivas⁴ (Fillmore; Baker, 2010).

O que se destaca aqui é como Dawkins (1976) estava elaborando a descrição de uma realidade mental com impactos e repercussões culturais. Tanto que ela pode inclusive ser avizinhada a conceitos típicos de abordagens cognitivistas, como *frame*. Sucede que sua linha de formulação é grandemente influenciada por modelos teóricos pertinentes à biologia, em especial no que tange à dinâmica do gene, percebido pelo autor como agente multiplicador de si, egoísta porque ele está apenas “interessado” em repassar seu conteúdo genético e manter seu portador vivo. Tais afirmações podem ser conferidas no Quadro 2.

QUADRO 2. Definições de meme segundo Richard Dawkins

<i>O gene egoísta</i> (2007)	Richard Dawkins D1: “A linguagem parece <u>evoluir</u> por meios não genéticos, a uma <u>velocidade</u> que é várias ordens de grandeza superior à velocidade da evolução genética” (p. 326). D2: “Precisamos de um nome para o <u>novo replicador</u>, um nome que transmita a ideia de uma unidade de <u>transmissão</u> cultural, ou uma unidade de <u>imitação</u>” (p. 330, sobre a cunhagem do termo meme). D3: “Os memes devem ser considerados <u>estruturas vivas</u>, não apenas metafórica, como também tecnicamente. Quando planta um meme fértil na minha mente, você literalmente <u>parasita</u> o meu cérebro, transformando-o num <u>veículo de propagação</u> do meme, da mesma maneira que um <u>vírus</u> pode <u>parasitar</u> o <u>mecanismo genético</u> de uma <u>célula hospedeira</u>” (p. 330). D4: “Deus existe, nem que seja somente na <u>forma</u> de um meme com elevado grau de <u>sobrevivência</u>, ou poder de <u>contágio</u>, no <u>ambiente</u> fornecido pela cultura humana” (p. 331).
---------------------------------	--

Fonte: Adaptado de Dawkins ([1976]2007).

⁴ A frase trazida não está completa porque o objetivo é apenas explicitar a aproximação de conceitos proposta pelos autores. No original: “There is a general concept of frame [...], together with allied concepts like schema [...], idealized cognitive model (LAKOFF, 1987), script [...], and even meme (DAWKINS, 1976), narrative, etc., especially as developed in the cognitive sciences since the 1970s...” (Tradução do autor).

Percebe-se daí que o meme, replicador cultural (D2) e equivalente metafórico de gene (D3), também responde a uma lógica rígida de replicação constante, nos moldes de um contágio biológico. Isso pode ser observado por meio da emergência de palavras como “transmissão” (D2), “estruturas vivas” (D3), “vírus” (D3), “parasitar” (D3), “célula hospedeira” (D3), “mecanismo genético” (D3), “sobrevivência” (D4), “contágio” (D4). Todas essas ocorrências atestam que a metáfora daí emergente MEME É VÍRUS/DOENÇA já estava presente nas primeiras definições de meme, antes de se falar sobre o meme de internet. Ou seja, a ativação de um *frame* biológico para se falar de meme de internet perdura e provavelmente se explica justamente por conta dessas definições iniciais.

Assim, pode-se chegar à seguinte pergunta com esses dados: qual são as consequências cognitivas, atitudinais e culturais de se perfilar o meme a partir de uma metáfora que aciona um *frame* biológico de contágio? Uma possível resposta é que pensamos, agimos e produzimos discursos como se a multiplicação de memes fosse algo inevitável, do qual não se pode escapar. Afinal, pensando no *frame* de contágio, uma pessoa exposta a um fator de contaminação — por exemplo, um vírus —, sem poder se defender ou se proteger dele, será eventualmente contaminada.

Ora, a comunicação digital e a consequente replicação de memes não têm que ser um processo compulsório, inevitável. O usuário tem o poder de decidir se vai passar adiante o meme que recebeu. Existe um grau de decisão, algo que pode nos fazer interromper essa cadeia de compartilhamento.

No entanto, para alguém esse contágio automático do meme de internet deve ser positivo (Pinheiro; Cavalcanti, 2022), ou seja, deve representar um ganho, um bom contágio, pensando-se metaforicamente. Se pensarmos que é do desejo de um autor do meme que seu texto atinja o maior número de leitores possível, a visão do contágio é lucrativa. Se a comunicação em ambientes digitais é pensada como algo automático, que passa e sai de nós sem uma mínima filtragem razoável — e o meme é um protagonista muito relevante da comunicação digital contemporânea —, então vale refletir sobre quão éticas têm sido essas interações nos ambientes digitais. Especialmente porque esses autores de memes “compulsórios” podem ganhar bastante dinheiro com esses compartilhamentos.

Ainda sobre Dawkins (1976), emergem nas definições estudadas duas outras metáforas, a saber, MEME É GENE e MEME É PLANTA. A primeira pode ser percebida a partir de pistas linguísticas como “evoluir” (D1), “velocidade” (D1), “novo replicador” (D2), “imitação” (D2), “veículo de propagação” (D3). A noção metafórica de planta é licenciada por ocorrências como “estruturas vivas” (D3), “planta” (D3), “fértil” (D3). O *frame* de replicação genética serve aqui para ratificar o aspecto pouco participativo ou pouco negociado da comunicação digital, referido no parágrafo anterior.

Vale destacar que a metáfora do contágio e a da réplica observadas no atual trabalho possuem uma série de elementos em comum. O vírus, assim como um gene, busca uma replicação em seus parasitas, ou seja, o repasse de conteúdos genéticos por meio do contágio. Tematicamente, gene e vírus estão ligados ao campo de processos biológicos. Conceptualmente, eles podem ser forjados sob o *frame* de Genética ou Biologia, por exemplo. Do ponto de vista

semântico-metafórico, eles são ativados para significar a noção de comunicação digital pouco participativa.

Já a metáfora da planta destaca o caráter quase inconsciente da comunicação, uma vez que aqui as ideias são metaforicamente plantadas de modo irrefutado nas mentes dos interlocutores. Esse perfilamento também dialoga bem com a noção de comunicação pouco participativa e/ou consciente encontrada nas outras metáforas licenciadas pelo autor. O plantio de sementes não é algo que pode ser evitado pela terra: fatores climáticos e/ou de ação humana costumam “impor” o seu semeio.

Por outro lado, por ser zoólogo, Dawkins (1976) tende a usar elementos de teorias biológicas para compreender fenômenos de natureza sociocultural, como comenta Chagas (2021). Esse autor destaca uma tendência nas várias ciências de cunho social em basear seus modelos teóricos na Genética e em teorias evolucionistas, o que ele nomeia criticamente como darwinismo universal. De fato, essa forma de enxergar as ciências ditas humanas pode ser deletéria, uma vez que reduz o seu escopo epistemológico às formas de enxergar fenômenos ditadas pelas ciências ditas exatas e/ou biológicas.

Por fim, um dos aspectos mais destacados pelos críticos da memética dawkinsiana é a questão participatividade x passividade dos usuários de plataformas digitais. Esse tema será discutido mais detalhadamente na próxima subseção.

3.2. Jenkins (2009) e o aspecto da participatividade digital

Henry Jenkins (2009) é um comunicólogo estadunidense bastante consagrado no tempo contemporâneo. Seu trabalho analisa o meme a partir de uma perspectiva das dinâmicas de coparticipação digital. Ou seja, ele define meme de internet a partir de uma perspectiva de construção coletiva de sentidos. Para Jenkins (2009b), a chamada mídia grudenta (*sticky media*) está associada aos grandes conglomerados digitais, como eBay e Amazon, que alimentam suas cadeias de consumidores por meio de estímulos produzidos deliberadamente para que eles retornem com alta frequência aos seus sites. O retorno constante dos consumidores baseia-se num modelo de cliente individual, que teoricamente não participaria do jogo de produção de sentidos do meio digital junto a outros usuários/consumidores. A empresa ali tem bastante controle dos conteúdos viralizados.

Ocorre que, com o tempo, emergiu um outro modelo de comunicação digital, baseado na produção e no espalhamento de conteúdos realizados pelos próprios usuários, o que corresponde à chamada mídia espalhável (*spreadable media*). Esse modelo corresponde à fatia da internet habitada por memes, *fanfics*, *fake news* etc. Ela se contrapõe à dinâmica grudenta porque o foco aqui recai sobre as dinâmicas de interação entre usuários, suas reações aos produtos digitais, sua relativa independência, fatores que não podem ser ignorados pelos grandes empresários da internet. Para Jenkins (2009a), o modelo espalhável fala de uma internet mais complexa e substituiria com eficácia o modelo biológico/viral que, com sua suposta camada de validação científica, faz-nos compreender de modo incompleto tais dinâmicas digitais.



Cumpre analisar as definições de Jenkins (2009a) para meme segundo esses paradigmas:

QUADRO 3. Definições de meme segundo Henry Jenkins

<i>If it doesn't spread, it's dead (part one):</i> Media viruses and memes (2009a) / <i>Se não espalha, está morto (parte um):</i> Vírus midiáticos e memes	Henry Jenkins D5: “Talking about memes and viral media places an emphasis on the <u>replication</u> of the original idea, which fails to consider the everyday reality of communication — that ideas get <u>transformed</u>, <u>repurposed</u>, or <u>distorted</u> as they <u>pass</u> from <u>hand to hand</u>” / “Falar sobre memes e vírus midiáticos coloca uma ênfase na <u>replicação</u> da ideia original, que não considera a realidade da comunicação diária — na qual as ideias são <u>transformadas</u>, <u>ressignificadas</u> ou <u>distorcidas</u> conforme elas passam de <u>mão em mão</u>”. D6: “Given these limitations, we are proposing an alternative model which we think better accounts for how and why media content <u>circulates</u> at the present time, the idea of <u>spreadable media</u>. A <u>spreadable media</u> model emphasizes the activity of <u>consumers</u> [...] in <u>shaping</u> the <u>circulation</u> of media content, often expanding potential meanings, and opening up <u>brands</u> to unanticipated new <u>markets</u>” / “Dadas essas limitações, estamos propondo um modelo alternativo que supomos melhor descrever como e por que conteúdos midiáticos <u>circulam</u> atualmente, a ideia da mídia espalhável. Um modelo de mídia espalhável destaca a atividade dos <u>consumidores</u> [...] em dar forma à <u>circulação</u> de conteúdos midiáticos, frequentemente expandindo sentidos possíveis e criando <u>marcas</u> para novos <u>mercados</u>”. D7: “As such, we would like to suggest [...] that viral media and internet memes are not <u>nutritionally bereft</u>, meanings <u>snacks</u>” / “Para tal, gostaríamos de sugerir [...] que vírus midiáticos e memes de internet não são <u>lanches pobres</u> <u>nutricionalmente</u>”.
--	--

Fonte: Adaptado de Jenkins (2009a).

A análise das definições desse autor, dado seu posicionamento contrário aos *frames* biológicos/virais para meme, tende a demonstrar como ele evita tais conceptualizações. Jenkins (2009a) está propondo, de formas distintas, a conceptualização de meme a partir do conceito geral de OBJETO. As pistas linguísticas que corroboram tal análise estão mais concentradas na D5: “distorcidas”, “passam”, “de mão em mão”. Um objeto comum, como uma folha de papel, dada sua materialidade física e seus contornos tangíveis, pode sofrer a ação de ser manuseado, transportado, distorcido por um ser humano. Todas essas são ações que costumamos aplicar a objetos; no entanto, como aqui o assunto de fato é meme, vê-se emergir a metáfora MEME É OBJETO.

Todavia, embora esse caráter mais assumidamente reificante esteja mais marcado na D5, tanto D6 quanto D7 trazem noções metafóricas de objeto. Na D6, tem-se um objeto de valor mercadológico, ou seja, um objeto-mercadoria: “circulação”, “consumidores”, “marcas”, “mercados”. Na D7, nota-se um objeto de (pouco) valor nutricional, ou seja, um objeto-alimento: “lanches”, “pobres nutricionalmente”. Dito de outra forma, se a D5 fala de um objeto menos detalhado conceptualmente, mais esquemático, no âmbito do esquema imagético da Figura 1, D6 e D7 ativam *frames* específicos a partir dessa matriz de objeto, a saber, o *frame* de comércio e de alimentação, respectivamente. Entre D6 e D7, pode inclusive haver uma interseção, uma vez que, na cultura ocidental, muitas vezes alimento é percebido como mercadoria. Vide a expressão em língua inglesa *junk food* (literalmente: comida lixo), em que o conceito de comida é metaforizado como lixo, ou seja, como um objeto deteriorado, com pouco valor.

Aqui cabe uma consideração: é razoável considerar que mesmo o meme de internet às vezes pode assumir o sentido primeiro de meme como proposto por Dawkins (1976), qual seja, um pacote de ideias compartilháveis, comparáveis inclusive com o *frame*. O conceito de meme é, portanto, polissêmico. Existe o meme = objeto digital, uma realidade virtual do ambiente das plataformas, que pode ser compartilhado, apagado, baixado; mas existe também meme = conjunto de ideias veiculadas pelo meme-objeto-digital. Afinal, o meme representa a construção de uma série de imagens, vídeos, textos etc. numa estrutura coesa, que pode ser interpretada por alguém. Pode-se, portanto, estabelecer que o meme também representa uma ideia veiculada num determinado espaço.

Nas definições de meme elaboradas por Jenkins (2009a), essa ideia-meme, como dito anteriormente, é conceitualmente pensada como um objeto; às vezes, ela é um objeto com valor comercial, ou seja, a noção de objeto é ampliada, especializada. Lakoff e Johnson (1980, p. 37) já haviam falado da natureza extensível dos conceitos metafóricos. Como afirmam, “se uma ideia é um objeto, nós podemos vesti-la com roupas sofisticadas, fazer malabarismo com uma ideia, alinhá-la direitinho⁵”. Inclusive os autores formulam em 1980 a metáfora IDEIAS SÃO BENS DE CONSUMO (IDEAS ARE COMMODITIES), mais bem observável na definição D6 de Jenkins (2009a). Vide um exemplo retirado de *Metaphors we live by* (1980):

(3) Suas ideias não têm chance no mercado intelectual⁶.

É interessante notar que, embora Jenkins (2009b) esteja em busca de uma definição de meme que reconheça seu sentido mais participativo, emergente de uma dada comunidade, ele acaba não conseguindo escapar da noção de meme pensado como objeto ou bem de consumo. Suas escolhas lexicais e suas metáforas apontam para uma tendência flagrante da cultura contemporânea: os memes já não são mais apenas a expressão criativa dos usuários de redes; eles já foram cooptados pela maioria das empresas, que enxergam na rapidez do espalhamento do meme uma forma de ganhar mais dinheiro. Pensando que MEME = IDEIA, as definições na D6 de Jenkins (2009a) não são muito diferentes do exemplo (3) acima: nos dois casos, uma ideia é tratada como comercializável, apenas sendo a ideia de D6 expandida para a noção de “ideia digital”.

3.3. Chagas (2021) e a proposta de uma nova memética

Viktor Chagas, pesquisador brasileiro e fundador do site *Museu de Memes*⁷, no qual memes de relevância cultural são descritos, classificados e analisados, é um nome que se destaca no que pode se chamar de memética, ou a ciência dos memes. Uma de suas maiores provocações teó-

⁵ No original: “Thus, if ideas are objects, we can dress them up in fancy clothes, juggle them, line them up nice and neat, etc.” (Tradução do autor).

⁶ No original: “Your ideas don’t have a chance in the intellectual marketplace” (Tradução do autor).

⁷ Disponível em: <https://museudememes.com.br/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ricas diz respeito a uma percebida falta de delineamento epistemológico do conceito de meme. Como Chagas (2021) descreve em sua revisão de literatura da história do meme, o conceito passou por uma série de modulações até alcançar as chamadas ciências de interesse sociocultural (ver Figura 2).

FIGURA 2. Áreas de migração do conceito de meme

biologia > filosofia > psicologia cognitiva > comunicação e ciências sociais

Fonte: Produzido pelo autor.

Observando-se a Figura 2, nota-se uma dada versatilidade do conceito de meme, tendo já migrado para diversas áreas do saber ao longo de sua trajetória, embora esse caminho tenha começado na seara biológica. Segundo o comunicólogo brasileiro (Chagas, 2021), a analogia biológica nunca abandonou as descrições de meme, mesmo depois que o conceito já se encontrava definido de outras formas. A Figura 2 fala de quatro grandes percepções sobre meme, a saber: meme pensado como um organismo, como uma ideia presente em nossas cabeças, como uma ideia compartilhada e como uma ideia negociada.

Chagas (2021) e Pinheiro (2023) defendem que a tendência de se aplicar uma moldura biologizante — em geral evolucionista — às categorias de pesquisa relativas às ditas humanidades contém riscos. Tal tendência, por vezes denominada darwinismo universal, pode produzir efeitos de eugenia e segregação. Por exemplo, segundo o evolucionismo de Darwin, as espécies mais preparadas tendem a sobreviver, ao passo que as menos adaptadas desaparecem em seu percurso filogenético. Ora, se conceitos como meme ou ideia passam a ser compreendidos por meio de parâmetros evolucionistas, como ocorre na D1, incorre-se o perigo de começar a sugerir que algumas ideias não deveriam existir, pois são menos “evoluídas” que outras. Uma vez que as ideias não são descoladas daqueles que as pensam, e que esses seres pensantes provêm de determinados estamentos da sociedade, a noção de ideia não evoluída pode representar o silenciamento de certas classes da sociedade.

Conforme afirma Pinheiro (2023, p. 61),

o modelo evolucionista aplicado às [...] ciências humanas ou sociais tende a desconsiderar os estudos empreendidos em análise de discurso que [...] falam-nos sobre as complexas dinâmicas de poder e os padrões hegemônicos que forjam a permanência ou o apagamento de determinadas ideias. Assim, [...] não seria plausível atribuir às ideias um valor intrínseco, como se elas estivessem descoladas dos contextos e dos agentes histórico-sociais e culturais que as produzem, sob o risco de incorrer em uma postura essencialista (Pinheiro, 2023, p. 61).

Assim, o gene, valor intrínseco para o evolucionismo, de fato pode ter um efeito determinante para as espécies, uma vez que produz impactos nos seus fenótipos. No entanto, o gene metafórico, ou seja, a ideia de um gene para o âmbito da cultura, não se sustenta porque, diferentemente da Biologia, a História se constrói a partir de construções discursivas que refletem e respondem aos interesses das camadas hegemônicas da sociedade.

Entre as definições propostas por Chagas (2021), destacam-se as seguintes:

QUADRO 4. Definições de meme segundo Viktor Chagas

“Da memética aos memes de internet: uma revisão de literatura” (2021)	Viktor Chagas D8: “A compreensão assumida pelo conceito nos últimos anos contribuiu para que o meme de internet fosse reconhecido como uma <u>linguagem nativa</u> do <u>ambiente digital</u>” (p. 2). D9: “O conceito de meme [...] é uma nota de pé de página para o debate que pretende travar acerca do darwinismo universal, uma abordagem da teoria darwiniana que sustenta que é possível aplicar o mesmo princípio <u>algorítmico</u> da <u>seleção natural</u> a outros cenários que extravasam o campo estrito da biologia”(p. 3, citando Dawkins, 2007[1976]). D10: “Exatamente como outros <u>replicadores</u>, os memes são <u>selecionados naturalmente</u>, de forma que as crenças mais bem aceitas, as ideias mais razoáveis, ou simplesmente aquelas que têm maior apelo entre as pessoas, são as que se <u>disseminam</u> com maior eficácia” (p. 3, citando Dawkins, 2007[1976]). D11: “Segundo o filósofo, uma vez que o substrato é finito e os memes, como qualquer outro <u>replicador</u>, dependem dele para serem passados adiante, não resta alternativas se não a <u>disputa</u> entre si, como <u>força motriz da evolução</u>. [...] na visão de Dennett, os memes <u>competem</u> entre si pelos <u>recursos</u> de nossas mentes. Uma vez que esses <u>recursos</u> — isto é, nossa capacidade de <u>armazenar</u> e <u>acionar</u> essas ideias — são <u>limitados</u> e que há um conjunto limitado de mentes em <u>disputa</u>, essa <u>competição</u> se torna feroz” (p. 3, citando Dennett, 1991; 1996). D12: “Em 1997, como afirmam Michele Knobel e Colin Lankshear (2020), a ideia de que os memes constituíam uma forma de texto ou comportamento iterado, assumido de modo <u>contagioso</u> por meio de redes, já ganhava corpo”(p. 8, sobre memes de internet). D13: “Knobel e Lankshear (2020) contam que, já em 2020, ministravam conferências sobre memes como uma nova forma de letramento social [...]. É também nesse momento que os estudos de mídia começam a se aproximar do tema, inicialmente como uma abordagem próxima ao campo da publicidade e do <i>marketing</i>, que fazia perceber os memes como <u>recursos estratégicos de propaganda</u>, um <u>vírus da mídia</u>” (p. 8, citando também Rushkoff, 1996).
--	--

Fonte: Adaptado de Chagas (2021).

As definições D9 e D10 referem-se ao debate sobre darwinismo universal, conforme já explorado no início dessa subseção. Também a D11 pode ser uma ilustração desse debate. No entanto, aqui um novo *frame* é acionado, qual seja, o *frame* da disputa. Diversas pistas linguísticas corroboram essa afirmação, como “disputa”, “competem”, “competição”. Ademais, pode-se detectar aí a metáfora cognitiva COMUNICAÇÃO É GUERRA. Nela, é possível estabelecer mapeamentos do tipo:

guerreiros → memes/ideias
 recursos materiais → memória
 arma → disseminação de ideias
 exército → mente

Ou seja, como estabelece a TMC, um domínio de experiência mais concreto (GUERRA) é utilizado como base de estruturação de um outro, mais abstrato (COMUNICAÇÃO). Ao iluminar o conceito de guerra, essa metáfora acaba deixando de lado um outro possível modelo de co-

municação que é aquele construído a partir da cooperação dos seus partícipes. Trata-se aqui de um debate fortemente espalhado nas comunidades discursivas ocidentais sobre qual polo do binômio competição x cooperação teria corroborado para o sucesso evolutivo do *Homo sapiens sapiens*. Dawkins (1976), por exemplo, era um grande defensor da hipótese da competição.

Nas definições D8 e D12, também é reacendido um debate destacado anteriormente. Aqui, fica clara a questão da polissemia fundante da ideia de meme. Por um lado, a seleção lexical por “linguagem” fala de uma certa materialidade que o meme deve ter, seja ela os artefatos culturais que concretizam crenças e paradigmas, assim como a realidade digital das grandes redes. Por outro lado, pode-se ativar o aspecto mental de meme — “MEME É IDEIA” —, ou seja, os conceitos mesmos que constroem crenças e paradigmas.

Por fim, na D13, fica destacada a complexidade intelectual e social que constitui o meme e os modelos de comunicação por compartilhamento acelerado, o que acaba por demandar da sociedade contemporânea uma espécie de nova inteligência digital, um letramento memético. Aqui também se pode notar a conceptualização de meme a partir da metáfora cognitiva MEME É BEM DE CONSUMO, já comentado em outro ponto. Apenas ocorre aqui uma maior especialização dessa noção de bem de consumo e/ou extensão da metáfora que o ativa, que passa a localizar o objeto meme no mercado da propaganda.

4. Considerações finais

O meme, figura central da atual cena comunicativa digital, tem se mostrado discursivamente como um conceito muito atrelado a uma materialidade, seja biológica (gene, vírus), comercial (bem de consumo), mas com dimensão mental inegável. Afinal, “meme como objeto digital” não exclui “meme como ideia”. Nesse sentido, meme também é uma realidade cognitiva, comparável aos conceitos que os linguistas cognitivos têm elaborado ao longo dos anos, embora ele esteja ligado a outros campos de saber. Isso fala da necessidade humana de categorizar a mente e suas ideias, tarefa assumida por teóricos dos mais diversos do espectro transdisciplinar.

No âmbito do conceito de meme como formador de discursos, se uma ideia pode ser manipulada, (re)enquadrada, reconceptualizada, como basicamente qualquer ideia pode, então ela demanda atenção, educação e consciência por parte de seus pensadores/compartilhadores, de modo a se evitar sua réplica automática.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor não tem conflito de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Viktor. Da memética aos memes de internet: uma revisão de literatura. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 95, p. 1-22, 2021.



- DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, [1976] 2007.
- DENNETT, Daniel Clement. **Consciousness explained**. Boston: Little, Brown and Co., 1991.
- DENNETT, Daniel Clement. **Darwin's dangerous ideas**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1996.
- DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 39, p. 25-48, jul./ago. 2015.
- FILLMORE, Charles. Frame Semantics. In: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Ed.). **Linguistics in the morning calm**. Seul: Hanshin Publishing, 1982. p. 111-137.
- FILLMORE, Charles; BAKER, Colin. A Frames Approach to Semantic Analysis. In: HEINE, Bernd. NARROG, Haiko (Ed.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 313-340.
- JENKINS, Henry. **If it doesn't spread, it's dead (part one)**: media viruses and memes. [on-line]. Disponível em: https://henryjenkins.org/blog/2009/02/if_it_doesnt_spread_its_dead_p.html. 2009a. Acesso em: 22 dez. 2024.
- JENKINS, Henry Jenkins. **If it doesn't spread, it's dead (part two)**: sticky and spreadable – two paradigms. [on-line]. Disponível em https://henryjenkins.org/blog/2009/02/if_it_doesnt_spread_its_dead_p_1.html. 2009b. Acesso em: 28 jan. 2025.
- KNOBEL, Michele; LANKSHEAR, Colin. Memes online, afinidades e produção cultural (2007-2018). In: CHAGAS, Viktor (org.). **A cultura dos memes**: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital. Salvador: EdUFBA, 2020. p. 85-125.
- KÖVECSES, Zoltan. Levels of metaphor. **Cognitive Linguistics**, v. 2, n. 28, p. 321-347, 2017.
- LAKOFF, George. JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LANGACKER, Ronald. **Cognitive grammar**: a basic introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MUSEU de memes**. [on-line]. Disponível em: <https://museudememes.com.br/>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- PINHEIRO, José Mauro; CAVALCANTI, Fernanda. Meme no pensamento e na ação: o conceito do bom contágio. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 38, p. 200-213, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/65181>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- PINHEIRO, José Mauro. **Memes de internet**: modelos de comunicação digital pelo viés da Teoria da Metáfora Conceptual. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- PRAGGLEJAZ. MIP: a method for identifying metaphorically used words in discourse. **Metaphor and Symbol**, Oxford, v. 22, n. 1, p. 1-39, 2007.
- RUSHKOFF, Douglas. **Media vírus**: hidden agendas in popular culture. Nova Iorque: Ballantine Books, 1996.





A Gramática de Construções vai à escola: propostas de atividade para o ensino fundamental

Karen Sampaio Braga Alonso

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7853-0015>

E-mail: karensampaio@letras.ufrj.br

RESUMO

Este artigo propõe um conjunto de atividades didáticas para o estudo de português como língua materna em turmas do 7º ano do Ensino Fundamental a partir da Gramática de Construções Pedagógica Baseada no Uso (GCPBU), pensada especificamente, neste artigo, para a realidade do ensino de língua materna. A pesquisa parte do pressuposto de que a Gramática de Construções, ao buscar representar o conhecimento linguístico, deve também ser aplicável a contextos pedagógicos. Para tanto, toma-se como estudo de caso a quantificação indefinida no português. Assim, busca-se aproximar resultados acadêmicos de contextos escolares, enfrentando lacunas na literatura, tais como a escassez de trabalhos que articulam gramática de construções e ensino de língua materna e a ampliação das construções quantificadoras que entram em materiais com fins didáticos. O artigo discute a relação entre linguística e ensino, apresenta dados sobre quantificadores indefinidos e oferece propostas de atividades para trabalhar com esses elementos em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Quantificação indefinida; Gramática de Construções, Ensino de Línguas

Construction Grammar Goes to School: Activity Proposals for Elementary School

ABSTRACT

This article proposes a set of activities for teaching Portuguese for Brazilian students in 7th grade classes of Elementary School, drawing on Pedagogical Usage-Based Construction Grammar (PUBCG), conceived here specifically for the reality of mother tongue teaching. The research assumes that Construction Grammar, as it seeks to represent linguistic knowledge, must also be applicable to pedagogical contexts. To this end, the study takes indefinite quantification in Portuguese as a case study. The aim is to bring academic results closer to school contexts, addressing gaps in the literature, such as the scarcity of studies connecting Construction Grammar and mother tongue teaching, as well as the need to expand the range of quantifying constructions included in didactic materials. This article discusses the relationship between linguistics and teaching, presents data on indefinite quantifiers, and offers activity proposals for working with these elements in the classroom.

KEYWORDS: Indefinite quantification; Construction Grammar; Language Teaching



1. Introdução

Este artigo pretende oferecer um conjunto de atividades didáticas para o estudo dos quantificadores indefinidos do português para uma turma de sétimo ano do Ensino Fundamental. Nessa proposta, tomaremos como base o modelo chamado aqui de Gramática de Construções Pedagógica Baseada no Uso (doravante, GCPBU). A opção se justifica pelo fato de que a proposta didática é pautada em um alinhamento entre premissas básicas do modelo construcionista baseado no uso e a literatura na área de Ensino voltada à língua materna.

Mais diretamente, a questão de pesquisa aqui delimitada pode ser formulada dentro do seguinte raciocínio: entendendo que a Gramática de Construções (Goldberg, 2006; Croft, 2001) é um modelo que se propõe a dar conta da representação do conhecimento linguístico, uma conclusão daí decorrente é a de que ela deva ser capaz, por exemplo, de dar conta tanto da descrição gramatical de línguas específicas quanto da mudança linguística, da aquisição de linguagem e, por que não?, do ensino de língua materna.

Para dar conta dessa questão e assumindo, desde já, a relevância de se alinhar resultados das pesquisas acadêmicas com prática escolar, toma-se como estudo de caso os quantificadores indefinidos (ex.: livros à beça, vários livros, um monte de livros), que vêm sendo analisados a partir de aspectos variados de seu uso. Sendo assim, pretende-se aproveitar resultados de pesquisa sobre quantificação indefinida como base para o direcionamento das atividades pedagógicas, promovendo um aproximação muito bem-vinda entre universidade e escola.

Delimitando a proposta de pesquisa dessa forma, pretende-se especificamente contribuir para avançar sobre duas lacunas da literatura da área. A primeira, que diz respeito à escassez de trabalhos que articulam gramática de construções e ensino de língua materna. A segunda, mais específica, que visa incorporar em sala de aula um conjunto de quantificadores indefinidos que são, de um lado, muito usados no uso corrente da língua; de outro, não são incorporados na lista de quantificadores dos materiais elaborados para fins didáticos.

No âmbito deste artigo, tomam-se como ponto de partida os problemas detectados no ensino de gramática em ambiente escolar tal como resumido por Franchi (2006, p. 79), ou seja: (a) a manutenção de um viés normativo restrito à modalidade culta e escrita; (b) a apresentação de definições e critérios insuficientes para a descrição de uma língua natural, o que compromete a reflexão e exploração do conhecimento do aluno sobre sua própria língua; (c) a redução das práticas pedagógicas a reconhecimento e classificação de partes da oração; e (d) a não exploração dos fatores que motivam o sentido dos usos da língua.

Tendo tudo isso em vista, o presente texto está dividido da seguinte forma: além desta breve introdução, há uma seção que trata da relação entre Linguística e ensino de língua materna no ambiente escolar, seguida por outra que buscar trazer resultados de pesquisa acerca dos quantificadores indefinidos. Além delas, há uma seção que vai apresentar a GCPBU e as propostas de atividades para o ensino desses quantificadores e, por fim, encontram-se as considerações finais e as referências.

2. Linguística e escola

A norma gramatical do português comumente retratada nas chamadas Gramáticas Tradicionais se mostra, em vários momentos, distante da prática real da língua, inclusive das normas de uso realizadas pelo falante culto do português brasileiro, em situações mais monitoradas (Faraco, 2008). Nesse sentido, as pesquisas linguísticas podem contribuir tanto para a descrição da variedade dessas normas quanto para a investigação de construções linguísticas que compõem a língua, mas que são recorrentemente omitidas nesses manuais.

O compromisso pedagógico deste trabalho toma corpo a partir de dois vieses entendidos aqui como basilares. O primeiro é aquele que prevê que uma proposta didática deve apoiar-se nos três eixos do ensino (Vieira, 2018), quais sejam: a reflexão linguística (eixo 1); a produção de sentidos (eixo 2) e a variação linguística (eixo 3), com ênfase nos dois primeiros. O segundo, apresentado em Vieira (2022), que entende que devemos estabelecer com clareza os objetivos do ensino; escolher quadros teóricos que sejam boas bases para o cumprimento dos objetivos traçados; e experimentar estratégias pedagógicas que visem o êxito dos objetivos no processo ensino-aprendizagem.

Com relação aos três eixos de Vieira (2018), entende-se o primeiro eixo como aquele que vai tratar dos elementos e mecanismos que estruturam a gramática, de forma a promover uma reflexão linguística crítica dentro de sala de aula e trazer consciência a estratégias de organização gramatical da língua. Esse primeiro eixo vai ao encontro do que foi proposto por Franchi (2006) em relação a atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas. De acordo com o autor, atividades linguísticas nada mais são do que o “exercício pleno, circunstanciado, intencionado e com intenções significativas da própria linguagem” (Franchi, 2006, p. 95).

Ademais, o trabalho com a gramática em sala de aula deve explorar atividade epilinguística, isto é, a “prática que opera sobre a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as, experimenta novos modos de construção canônicos ou não, brinca com a linguagem, investe as formas linguísticas de novas significações” (Franchi, 2006, p. 97). Por fim, o autor fala sobre atividades metalinguísticas, já que, a partir dos fatos relevantes de sua língua, o/a estudante “pode fazer hipótese sobre a natureza da linguagem e o caráter sistemático das construções linguísticas, e pode um dia falar da linguagem, descrevê-la em um quadro nocional intuitivo ou teórico” (Franchi, 2006, p. 98).

O eixo 2 de Vieira (2018), referente à produção de sentidos, visa principalmente a relação entre as formas linguísticas e a produção de sentido do texto tanto no nível micro como no nível macroestrutural. A proposta inclui, portanto, uma aproximação com análises discursivo-funcionais e com as normativas oficiais do trabalho com o texto em sala de aula, a fim de promover aprofundamento das práticas de leitura/escuta e produção de textos (cf. Brasil, 2017).

Por fim, o eixo 3 dá conta da variação linguística, pensando em construções que se alternam na expressão de um dado fenômeno, valorizando os diferentes usos da língua a partir, por exemplo, do continuum oralidade-letramento, do grau de monitoramento e/ ou de formalidade, entre outros. Neste artigo, vamos tratar das expressões de quantidade indefinida e

explorá-las, basicamente, a partir dos eixos 1 e 2, pois são os eixos que mais se adequam ao fenômeno aqui selecionado para estudo.

As construções quantificadoras promovem uma grande exploração dos eixos estabelecidos por Vieira (2018) e são bastante produtivas na língua; apesar disso, algumas são consideradas menos canônicas e ficam de fora dos materiais didáticos do português. No âmbito da quantificação indefinida, os materiais privilegiam tratar de construções como muito ou vários, reduzindo o ensino muitas vezes à identificação de certas propriedades morfológicas (são variáveis ou não) e/ou semânticas e funcionais (dão sentido vago, impreciso aos substantivos que os acompanham ou substituem tais substantivos) das categorias gramaticais.

Assim, as atividades propostas visam sanar lacunas como essas, oferecendo aos alunos a exploração da micro e da macroestrutura do texto, promovendo formulação de hipóteses e reflexão sobre os usos linguísticos. As atividades buscaram também despertar a curiosidade e gerar desafios para os/as estudantes. Ao final, é proposto um jogo, inspirado na metodologia ativa e no uso de materiais concretos para a formulação das atividades escolares, conforme Pillati (2017).

Adotam-se também práticas reflexivas de leitura e escrita, de substituição e reorganização das unidades da língua e de sistematização do conhecimento. Para sua produção, toma-se o princípio de que a sala de aula de língua materna pode ser encarada como um laboratório em que o aluno é o grande protagonista de seu processo formativo. Ela deve fomentar o espírito científico provocando curiosidade, visão interdisciplinar, pensamento crítico, raciocínio lógico e consciência social (Oliveira; Quarezemin, 2016).

Partindo de trabalhos anteriores (Pilati, 2017; Gerhardt, 2016; Nascimento; Freire, 2018; Vieira, 2018; Martins; Tavares, 2013), assume-se uma atitude importante frente às orientações educacionais oficiais mais recentes (cf. Brasil, 2017). Isso porque essas se mostram insuficientes (com atividades de reconhecimento e classificação) ou pouco claras quanto ao trabalho com a manipulação das unidades da língua no nível microestrutural em prol do nível macroestrutural. A proposta que se pretende defender é a de que ambos os níveis são igualmente importantes e ambos contribuem para o desenvolvimento das capacidades de leitura/escuta e de produção textual, constituindo, se articulados, uma relação significativa entre texto e gramática. A presente reflexão busca favorecer uma abordagem crítica e consciente sobre a gramática, a partir da consideração de seus diferentes graus de expressividade e distribuição no uso da língua.

3. Quantificadores indefinidos em foco

Um dos princípios norteadores para o desenvolvimento das atividades didáticas que serão apresentadas na próxima seção é o de que o trabalho com a língua materna em sala de aula deve estar articulado com os resultados advindos da pesquisa linguística. Assim, abordaremos quantificadores indefinidos de modo geral, com especial atenção à construção binominal quantificadora, tal qual se vê em expressões do tipo um monte de informações ou uma enxurrada de dólares. Os quantificadores indefinidos foram tratados por Alonso (2010), Alonso *et al.* (2019),



Brodbeck (2010), Talmy (2006), Castilho (2008), Travaglia (1997), Fumaux (2023) e Azeredo (2008), entre outros.

Neste artigo, incluem-se as construções binominais, pois são um conjunto muito produtivo na língua e não são mencionadas em gramáticas normativas e livros didáticos. Castilho (2008) e Alonso (2010) oferecem um panorama interessante desses quantificadores. A partir desses trabalhos, pode-se, por exemplo, tomar parâmetros para determinar a classe dos quantificadores indefinidos frente àqueles quantificadores que indicam uma quantidade exata. Comparando as construções muitos livros e dez livros, temos que: enquanto na primeira a quantidade de livros se apresenta como incerta, na segunda sabemos que é igual a dez. Isso se relaciona também com o fato de que algumas expressões de quantidade na língua se associam a construções de ideia de quantidade mais subjetivas, no sentido de o que é concebido como muitos livros para uma pessoa pode ser concebido como poucos livros para outra.

Em termos gerais, gramáticas normativas e livros didáticos tendem a apresentar uma lista mais ou menos fixa dos ditos pronomes indefinidos. São elas: muito(s), pouco(s), bastante(s), vários, e assim por diante. O que não se fala nas gramáticas normativas e nos livros didáticos é que existe uma série de quantificadores indefinidos que são comumente usados, cuja omissão afasta o/a estudante das aulas de língua materna. É o caso do que ocorre nas construções quantificadoras binominais, que podem expressar grande quantidade — um monte de coisas, livros pra caramba, dezenas de caixas — ou pequena quantidade — um tiquinho de água, um bocadinho de pão.

Talmy (2006), estabelecendo uma diferença entre léxico e gramática, propõe que as especificações gramaticais de uma construção funcionam como um esqueleto imagético, enquanto as lexicais dariam conta do conteúdo a ser afetado pela estrutura gramatical. Nesse sentido, o autor associa as construções aqui em foco com a categoria da plexidade, sendo multiplexas construções do tipo um monte de livros (no sentido de que multiplica a quantidade de livros) e uniplexas construções do tipo um pouco de feijão (no sentido de que extrai uma porção do total de feijão).

Os quantificadores indefinidos apresentam uma estrutura bastante variada e se diferenciam em relação à posição e concordância com o nome a que se ligam. Por exemplo, em muitas crianças, observa-se que muitas ocorre antes do nome crianças e apresenta marca expressa de concordância de gênero e número com ele. Já em uma construção que apresenta uma configuração estrutural diferente como um monte de crianças, não se coloca a questão da concordância, embora ambas se aproximem em termos da posposição do referente lexical quantificado em relação a uma sequência sintagmática que vai ser interpretada com uma função quantificadora dentro de uma construção quantificadora binominal.

Diferentemente dessas construções, em exemplos como crianças pra caramba ou crianças à beça, a posição entre o quantificador e o quantificado se inverte. Em ambos os casos, o elemento lexical quantificado se antepõe a uma estrutura quantificadora preposicionada. Novamente, não se coloca a questão da concordância, por conta de como se dá a configuração mais global da construção. Propriedades formais como essas podem ser problematizadas e apresentadas em sala de aula, de forma a provocar manipulação e sistematização das construções gramaticais, fa-

zendo da sala de aula uma oportunidade de reflexão e formulação de hipóteses por parte dos(as) estudantes em relação à sua língua materna.

Alonso *et al.* (2019) e Fumaux (2022), entre outros, estudaram as construções quantificadoras binominais e demonstraram que a construção um monte de N (em que N = nome, como, por exemplo, em um monte de coisas), seleciona para preencher o lugar de N preferencialmente nomes com sentido negativo, bem como os itens lexicais gente e coisa(s). Ainda, que essa construção tende a não selecionar nomes massivo-abstratos do tipo tempo, amor etc.

Ainda sobre a construção um monte de N, Fumaux (2018) e Brodbeck (2010) associam o surgimento dessa construção com o acionamento da metáfora MAIS É PRA CIMA (Lakoff; Jonhson, 1987). Isso se deveu ao fato de que a ideia de elevação presente nos primeiros usos de monte em contexto de construção binominal previa algum nível de elevação, associada por vezes à noção de empilhamento, para além da de agrupamento, também presente nesses usos iniciais, em que os elementos quantificados se apresentavam de forma contígua no tempo e no espaço.

Construções binominais estão fortemente associadas a usos hiperbólicos, tais como se pode ver em um mar de gente, em que a imensidão e percepção de infinitude do mar é usada para passar a ideia de um grande número de pessoas. A hipérbole também pode ser observada em construções como a que se tem em milhares de pessoas, dezenas de crianças. Por serem indefinidos e, nesse caso, expressarem uma quantidade grande, esses usos funcionam bem para exagerar a quantidade do referente. Também são usados em situações nas quais, para fins argumentativos, é vantajoso não informar uma quantidade específica ou, ainda, é impossível calcular o número exato.

Feitas essas considerações acerca dos quantificadores indefinidos em português, com enfoque nas construções binominais, passemos a tratar mais propriamente da proposta pedagógica que se anuncia neste artigo. Assim, propõe-se a área da GCPBU como uma alternativa que oferece subsídios interessantes para um trabalho com a língua materna em sala de aula.

4. A Gramática de Construções vai à escola

Para o desenvolvimento de uma proposta alinhada à GCPBU, tomam-se, neste artigo, três postulados básicos do modelo, os quais serão retomados mais adiante como diretrizes para o ensino de língua materna. São eles:

1. saber uma língua é conhecer um inventário estruturado de unidades simbólicas (rede de construções). Tendo isso em vista, é preciso reconhecer que a análise linguística em sala de aula deve abranger tanto aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos quanto dimensões semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Além disso, há de se reconhecer que as construções gramaticais não se organizam em termos de listas de unidades não interrelacionadas, mas a partir de unidades conectadas tal como uma rede. Essa rede permite observar graus de semelhança e diferença entre construções, perceber que algumas são mais gerais e outras são mais específicas, que algumas são mais composicionais e outras mais idiomáticas etc.;
2. as construções gramaticais são frequentemente tomadas como idiomáticas. Tradicionalmente, a escola tende a associar idiomaticidade com exceção, adorno de linguagem. Essa visão reduz o



- alcance do ensino gramatical, pois privilegia construções mais previsíveis — como muitos gatos, poucos cachorros, vários livros — e exclui formas de uso corrente, como um monte de tarefas, uma chuva de mensagens, em que o sentido do todo não equivale à soma do sentido das partes; e
3. falantes armazenam detalhes da sua experiência com a língua. Isso contrasta com abordagens tradicionais que partem, muitas vezes, de critérios rígidos de classificação baseados em parâmetros insuficientes, o que compromete o trabalho com a língua em sala de aula.

4.1. Diretrizes iniciais para a aplicação da GCPBU

Uma abordagem construcionista baseada no uso traz para a escola uma série de premissas que podem, sim, oferecer uma abordagem inovadora e reflexiva para aulas de língua materna. Tendo isso em vista, passemos a um conjunto de diretrizes da GCPBU para o Ensino:

- (a) Não apresente às/aos estudantes construções linguísticas de forma isolada dentro de listas, mas valorize os contextos em que essas unidades aparecem e a sua relação com outras com que compartilhem semelhanças e/ou das quais se diferenciem. Valorize o trabalho com a percepção de padrões linguísticos e de construção de hipóteses. Toda construção de uma língua tem um significado e uma forma que lhe são próprios e que são parcialmente compartilhados com outras construções dessa mesma língua.

Os quantificadores indefinidos são geralmente abordados em gramáticas normativas e materiais pedagógicos a partir de algumas de suas propriedades, como, por exemplo, a concorância em gênero e número (observada em exemplos como muitos alunos / muitas alunas), a presença ou ausência do nome substantivo (vieram muitas pessoas / vieram muitas) ou o fato de que todas as expressões indicam uma quantidade indeterminada. A abordagem construcionista, por sua vez, amplia o modo de olhar para os aspectos formais e de sentido dessas construções.

Por exemplo, fatores discursivo-textuais que gozam de pouco espaço em materiais escolares podem ser beneficiados por uma abordagem que olha para o sentido das construções linguísticas de modo mais abrangente. Vejamos: quando uma manchete informa que milhares de torcedores foram ao estádio, não apenas informa uma quantidade indefinida, mas constrói um efeito de valorização da magnitude do evento. De modo análogo, usos cotidianos como pouca gente compareceu à reunião ou alguns vizinhos reclamaram do barulho também carregam avaliações implícitas sobre a relevância da situação.

Com isso, esses quantificadores estão longe de poderem ser tratados como listas de formas tomadas como intercambiáveis. As diferenças entre elas não apenas ampliam repertório, como também produzem nuances de sentido distintas que são incrementadas dependendo do gênero textual, da modalidade da língua (oralidade ou escrita) e do grau de formalidade da situação. Trabalhar tais aspectos permite superar a visão reducionista de que quantificadores são intercambiáveis ou equivalentes em qualquer contexto, visão essa tipicamente associada a um vocabulário apresentado em lista.

Podemos também expandir as relações em rede para relacionar, por exemplo, construções binominais de quantificação indefinida (uma avalanche de problemas) com construções de mo-

dificação nominal não-quantificadora (uma avalanche de neve). Essas diferenças oferecem um campo fértil para reflexão em sala de aula, mostrando como as construções podem ser interpretadas diferentemente, a depender do contexto de uso.

Atividades epilinguísticas que exploram tais relações — como propor agrupamentos, identificar contrastes, estabelecer paráfrases — ajudam os estudantes a sistematizar o conhecimento e criar categorias a partir de observação e comparação. Entende-se, desse modo, que essa abordagem em rede transforma a sala de aula em um espaço investigativo, no qual a análise promove a construção ativa do conhecimento linguístico.

- (b) Amplie a reflexão em sala de aula para além dos exemplos aparentemente mais fáceis de analisar formal e/ou semanticamente; incorpore nas suas aulas usos linguísticos que provoquem desafios de interpretação e análise, que ampliem o olhar e a visão crítica sobre as unidades da língua. Não trate construções de uso cotidiano como exceções e não tome as construções idiomáticas meramente como meios de embelezar o texto.

As construções linguísticas manifestam diferentes graus de idiomaticidade. Muitas vezes, construções idiomáticas apresentam produtividade, no sentido de serem capazes de gerar outras construções a partir delas (de uma construção como um monte de N, é possível produzir um monte de problemas ou, ainda, a partir de um esquema binominal ainda mais geral como um N de N, sem especificação também do nome quantificador, o falante constrói um oceano de complicações, uma galáxia de beijos). Incluir construções idiomáticas como parte da linguagem corrente amplia a visão do(a) estudante sobre sua própria língua e evita a redução do trabalho com quantificadores indefinidos, como muitos homens e vários lugares.

Trazer tais construções para a sala de aula impacta no rol de construções com que se pode lidar e sobre o qual é possível refletir; além do mais, toma como objeto usos mais reais e reconhecidos como familiares por parte dos/as estudantes. Trabalhar com diferentes graus de idiomaticidade permite ainda explorar a criatividade linguística: novas expressões podem surgir a partir de padrões existentes, como em uma tempestade de memes, em função de práticas comunicativas contemporâneas.

- (c) Explore o conhecimento rico que os/as estudantes trazem de sua língua para a sala de aula e amplie a reflexão sobre categorias linguísticas, de modo a evitar definições rígidas que limitem o modo de ver e categorizar a língua.

Tradicionalmente, as categorias gramaticais se definem por meio de um conjunto restrito de propriedades que geralmente estão presentes nos membros mais centrais dessa mesma categoria. As categorias linguísticas organizam-se de modo prototípico, ou seja, de forma radial, e algumas construções serão entendidas como mais centrais ou mais periféricas. No caso da classe dos quantificadores indefinidos, essa apresenta membros centrais, como poucos, muitos, e periféricos, como uma enxurrada de críticas. Tais classificações muitas vezes descartam o conhecimento que o falante possui de sua experiência com sua língua. A proposta, então, é a de valorizar o conhecimento do(a) estudante no trabalho em sala.



Essa valorização da experiência como recurso didático é privilegiada na GCPBU e pode ser explorada através da combinação do trabalho com o texto em sala de aula (na escuta/leitura e na produção) e das atividades linguísticas e epilinguísticas (Franchi, 2006). Explorar o conhecimento multifacetado dos(as) estudantes legitima a sua própria experiência, confere autonomia, confiança e oferece uma experimentação com a língua materna em ambiente escolar que vai além do que está previsto, estabelecido nos manuais.

Tendo isso em vista, passemos ao conjunto de atividades didáticas que visam oferecer uma proposta prática de como a GCPBU pode contribuir para o Ensino.

4.2. Atividades didáticas

Na próxima seção, encontram atividades que visam colocar em prática as colocações e orientações defendidas ao longo do texto. Nesse sentido, retomam-se os dois objetivos principais deste texto: o primeiro, o de demonstrar que estudar as microestruturas da língua promove ganhos no desenvolvimento das capacidades de escuta/leitura e produção textual, uma vez que leva o aluno a fazer interpretações mais críticas e escolhas linguísticas mais conscientes. O segundo, o de que a GCPBU promove um ensino mais produtivo do português.

Para o desenvolvimento da sequência, foram consideradas duas etapas principais: a primeira, uma atividade voltada para a produção textual, de modo que o professor possa avaliar quais estruturas de quantificação indefinida a/o estudante tende a usar de forma mais intuitiva. É um tipo de atividade a partir do qual é possível orientar a aula e as atividades, introduzir o tema, avaliar e resolver dúvidas, por exemplo.

A segunda etapa está dividida em dois momentos: o primeiro inclui de um conjunto de atividades desenvolvidas em torno de dois textos, com desdobramentos para a manipulação, sistematização e reflexão sobre os quantificadores indefinidos no português. O segundo corresponde à proposta de um jogo que promove manipulação e reflexão sobre a língua.

Feitos esses primeiros esclarecimentos, segue a proposta didática:

4.2.1. Atividade diagnóstica

Nesta primeira etapa, a ideia é provocar o uso de quantificadores indefinidos, a partir de uma atividade de produção textual, na qual o/a estudante deve escrever um diálogo entre ele/ela e seu/sua responsável, a partir de um contexto sugerido.

Produção textual:

Imagine que quer ir em um show que vai acontecer na praia e sua/seu responsável (sua mãe, seu pai, sua avó, seu tio etc.) não quer deixar você ir porque tem medo de que você se perca na multidão. Para conseguir ir ao show, você oferece vários argumentos, mas sua/seu responsável vai rebatendo todos eles, dizendo, cada vez de uma forma diferente, que o número de pessoas na praia será muito grande. Agora, escreva em seu caderno um diálogo entre você e sua/seu responsável para ilustrar a situação apresentada.

4.2.2. Trabalho com o texto

Nesta segunda etapa, encontram-se questões que trabalham o gênero textual, a interpretação dos textos propostos e a quantificação indefinida a partir de perguntas que levem à reflexão, solução de problemas e sistematização do fenômeno. Também nesta etapa, observa-se a aplicação das diretrizes da GCPBU, como o reconhecimento de padrão e diferenciação de sentido entre construções quantificadoras, bem como a incorporação de quantificadores clássicos e não clássicos e o aproveitamento da experiência do/a estudante com a sua própria língua.

Observe a manchete da reportagem do *Portal UOL*, publicada no dia 29/09/2024.¹

Texto 1

“CHUVA DE TRISTEZA chega para 3 SIGNOS a partir de AGORA”

Agora responda às questões a seguir:

Questão 1: Com base na leitura da manchete, é possível saber sobre qual assunto a reportagem vai tratar? Se sim, diga qual é.

Questão 2: Você sabe qual a função da manchete em um portal de notícias da internet? Você acha que a manchete do Texto 1 gera interesse nos leitores do portal? Por quê?

Questão 3: Volte ao texto da manchete e circule duas expressões (considere o numeral como parte de uma expressão) e uma palavra que aparecem em destaque. Em seguida, responda:

- (a) Qual o motivo de se destacarem palavras e/ ou expressões em um texto de manchete de jornal eletrônico?
- (b) Qual o significado da expressão “chuva de tristeza” e da palavra “agora”, que aparecem em destaque na manchete?
- (c) Após ter refletido um pouco sobre o texto da manchete, reescreva-o, substituindo a expressão “chuva de tristeza” e a palavra “agora” por sinônimos.
- (d) Há duas expressões DESTACADAS na manchete que indicam uma ideia de “mais de um”. Quais são elas? Elas expressam a mesma quantidade ou quantidades diferentes? É possível determinar exatamente a quantidade indicada em cada uma das expressões?

Neste primeiro texto, a proposta foi a de introduzir o tema dos quantificadores indefinidos, bem como falar sobre gênero textual e dialogar também com estratégias gráficas e imagens que compõem o sentido do texto. Segue-se, assim, para o segundo texto:

Texto 2

No dia 27 de fevereiro de 2022, o *Portal UOL de Notícias* publicou a seguinte matéria sobre protestos ocorridos em Berlim, na Alemanha.² Leia o fragmento do texto publicado pelo *UOL* e realize as atividades que se seguem.

“Centenas de milhares de pessoas protestam em Berlim contra a guerra

Centenas de milhares de pessoas saíram as ruas de Berlim neste domingo para se manifestarem contra a guerra na Ucrânia. Várias outras cidades da Europa e do mundo também tiveram manifestações contra a invasão russa.

¹ *Portal UOL de Notícias*, disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/horoscopo/noticias/redacao/2024/09/29/chuva-de-tristeza-chega-para-3-signos-a-partir-de-1-de-outubro.htm>

² *Portal UOL de Notícias*, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/02/27/centenas-de-milhares-protestam-em-berlim-contr-a-guerra.htm>



Os organizadores do ato na capital alemã, que aconteceu sob o lema ‘Pare a guerra. Paz para a Ucrânia e toda a Europa’, estimaram o número de participantes em cerca de meio milhão — cifra bem acima dos 20 mil inscritos originalmente para participar do protesto.

A polícia falou em ‘algumas centenas de milhares’ de manifestantes concentrados entre o Portão de Brandemburgo e a Coluna da Vitória e no vizinho parque Tiergarten. Os jornais alemães noticiaram mais de 100 mil pessoas no ato.

A manifestação foi convocada por uma ampla aliança de organizações pela paz, direitos humanos, meio ambiente, como o Greenpeace, além de igrejas e sindicatos.”

Agora que você leu o Texto 2, faça o que se pede a seguir:

Qual o tema central do texto 2?

- (a) No texto 2, foram utilizadas diferentes expressões de quantidade, como, por exemplo, “várias outras cidades”, “20 mil inscritos”, entre outras. Liste abaixo todas as expressões de quantidade que você encontrou no texto.
- (b) Após identificar as expressões de quantidade listadas, preencha o quadro a seguir, indicando se as expressões correspondem a quantidades determinadas (que exprimem uma quantidade exata) ou indeterminadas (que não exprimem uma quantidade exata).

QUADRO 1. Quantidade determinada ou indeterminada

Quantidade determinada	Quantidade indeterminada
<i>20 mil inscritos</i>	<i>Centenas de milhares de pessoas</i>

Fonte: elaboração própria

- (c) Observando o quadro da questão anterior, qual foi o tipo de expressão de quantidade mais usada: aquelas que expressam quantidade determinada ou indeterminada? Qual a relação entre a sua resposta e o fato de o texto falar da quantidade de manifestantes participando de um protesto de rua? Nesse texto, expressões de quantidade determinada correspondem exatamente à realidade do número de pessoas na rua? Justifique suas respostas.
- (d) O número de participantes no ato foi referido no texto por meio de diferentes expressões: “centenas de milhares de pessoas”, “cerca de meio milhão”, “algumas centenas de milhares de manifestantes” e “mais de 100 mil pessoas”. Volte ao texto e identifique quem ou qual entidade usou cada uma dessas expressões.
- (e) Identifique as duas expressões da questão anterior que sugerem, na sua opinião, a presença de um maior número de participantes no protesto.
- (f) Ao escolher a expressão “centenas de milhares de pessoas” você acha que o *Portal UOL* está se posicionando a favor ou contra a guerra na Ucrânia? Justifique.
- (g) Considerando as expressões de quantidade vistas até o momento, preencha o quadro abaixo, dividindo as expressões em dois blocos: o primeiro, Bloco 1, que é responsável por identificar a quantidade atribuída a algo, e o segundo, Bloco 2, que identifica o elemento que recebe quantidade.

QUADRO 2. Bloco 1 e Bloco 2

Bloco 1: identifica a quantidade atribuída a algo	Bloco 2: identifica o elemento que recebe quantidade
<i>Centenas de milhares de</i>	<i>pessoas</i>
<i>Várias</i>	<i>cidades</i>

Fonte: elaboração própria

- (h) Volte ao quadro anterior e responda: se as expressões de quantidade a serem inseridas no quadro fossem “gente à beça”, “manifestantes pra caramba”, “cidades a doidado”, a ordem dos blocos 1 e 2 se manteria igual? Justifique.
- (i) Ao responder as questões anteriores, você acha que, na língua portuguesa, poderíamos dividir as expressões de quantidade em dois grupos: o primeiro em que o bloco 1 aparece antes do bloco 2, como no quadro acima, e o segundo, em que o bloco 2 ocorre depois do bloco 1?
- (j) Agora converse com sua/seu colega sobre os dois grupos da questão anterior e responda: é mais fácil lembrar de expressões do tipo [Bloco 1 + Bloco 2] ou do tipo [Bloco 2 + Bloco 1]? Para responder a essa pergunta, escrevam no caderno uma lista das expressões de quantidade com o máximo de expressões que vocês consigam se lembrar.

Nas atividades propostas em relação ao texto 2, procurou-se trabalhar texto e gramática de maneira crítica e engajar o/a estudante em atividades significativas. Além disso, princípios da GCPBU foram aplicados na forma como as construções de quantificação indefinidas foram trabalhadas em relação ao texto, avançando no trabalho com as diferentes construções. Também nas questões de sistematização, com identificação de padrões tanto de forma como de sentido, valorizou-se o conhecimento prévio da/o estudante e a incorporação de quantificadores não clássicos.

4.2.2. Material concreto

Jogo “Dados linguísticos”.

FIGURA 1. Jogo Dados Linguísticos



Fonte: elaboração própria³

³ Esta imagem foi feita com auxílio do ChatGPT.

Este jogo deve ser jogado em dupla. Ele é composto de dez rodadas e vence quem conseguir formar mais expressões de quantidade do português. Cada dado usado para formar uma expressão válida corresponde a um ponto. Se usar dois dados, dois pontos, três dados, três pontos, e assim por diante. Ao final das dez rodadas, vence quem somar mais pontos.

Para a produção dos dados, fez-se uso de uma tabela tal qual a que aparece abaixo:

TABELA 1. Tabela do jogo “Dados Linguísticos”

DADO 1	DADO 2	DADO 3	DADO 4
Um	monte	De	gente
Dois	chuva	À	beça
Uma	vários	Pra	dedéu
Nossos	muitos	Os	cadernos
Presentes	milhares	Amigos	papel

Fonte: elaboração própria

O objetivo deste jogo é de o(a) estudante reconhecer padrões de combinação da sua língua e também é uma oportunidade de ele reconhecer marcas de concordância, perceber que certos quantificadores como muitos ou vários podem ocorrer sozinhos na construção quantificadora, além de ser uma ótima oportunidade de inserir novas expressões que talvez não sejam de conhecimento deles/delas.

5. Considerações finais

As atividades propostas exploraram parcialmente o fenômeno da quantificação indefinida, tendo deixado de lado muitas das propriedades que as construções apresentam. Explorar construções quantificadoras de grande e pequena quantidade, por exemplo, pode levar o(a) estudante à descoberta de um fato empírico, que é o de que construções que indicam grande quantidade (que estão focalizadas na sequência proposta) existem em maior abundância no português do que aquelas que expressam quantidade pequena.

Há, de fato, muitas possibilidades de se trabalhar com quantificadores indefinidos em sala de aula, e as atividades apresentadas procuraram demonstrar como a GCPBU pode contribuir nesse sentido. Princípios básicos do modelo não apenas valorizam o conhecimento linguístico do falante e a sua capacidade analítica, como também embasam aulas produtivas e coerentes com as propostas mais modernas para o ensino de língua materna.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora não tem conflitos de interesse a declarar.



FINANCIAMENTO

Este artigo está associado ao Projeto “Articulando análise de corpus e atividades didáticas para o Ensino Fundamental”, que recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (Projeto referente ao processo de número 316598/ 2023-2) e Tecnológico e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Projeto associado ao processo de número E-26/210.731/2024).

REFERÊNCIAS

ALONSO, Karen Sampaio Braga. **Construções Binominais Quantitativas e Construção de Modificação de Grau**: Uma abordagem baseada no uso, 2010. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

ALONSO, Karen Sampaio Braga; LEITE DE OLIVEIRA, Diego; FUMAUX, Nuciene Caroline Amphilo-phio. Construções binominais quantitativas em perspectiva distintiva. **Revista Odisseia**, [S. l.], v. 4, n. esp., 2019, p. 173-193. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21680/1983-2435.2019v4nesp.id18659>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília**. DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRODBECK, Regina Celia Martins Salomão. **Um monte de problemas gera uma chuva de respostas**: um estudo de caso de desencontro na quantificação nominal em português. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

CASTILHO, Celia Maria Moraes de. In: ILARI, R., MOURA NEVES, M. H. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

CROFT, William. **Radical Construction Grammar**: Syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. SP: Parábola, 2008.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** SP: Parábola Editorial, 2006.

FUMAUX, Nuciene Caroline Amphilóphio. **Um monte de quantificadores**: uma análise colostrucional da construção quantificadora um(a) N1 de N2. Tese (Doutorado em Linguística) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://ppglinguistica.letas.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/10/Tese-Nuciene-Caroline-A.-Fumaux.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GERHARDT, Ana Flávia. **Ensino de gramática e desenvolvimento metalinguístico**: teorias, reflexões e exercícios. Campinas, SP: Pontes, 2016.

GOLDBERG, Adele. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Woman, fire and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.



LEITE DE OLIVEIRA, D; ALONSO, K. **Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. (Orgs.) **Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de língua portuguesa**. Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, volume V. Natal: EDUFERN, 2013.

PILATI, Eloisa. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TALMY, Leonard. Grammatical construal: the relation of grammar to cognition. *In*: GEERTS, Dirk. (Org.). **Cognitive Linguistics: Basic Readings**. Berlin/Nova York: Mouton de Gruyter, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Leitura em uma perspectiva micro: os recursos linguísticos. *In*: ANDRADE, Carlos Augusto Batista de (org.). **Texto, discurso e suas práticas**. São Paulo: Terracota, 2009. P.61-77. Disponível em: <https://www.ileel.ufu.br/travaglia/>. Acesso em: 18 out. 2025.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Três eixos para o ensino de gramática. *In*: VIEIRA, Silvia Rodrigues. (Org.). **Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Letras UFRJ / FAPERJ, 2017, v. 1, p. 64-82.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. O tratamento do componente gramatical nos cadernos pedagógicos da rede municipal de ensino: breve diagnose. *In*: VIEIRA, Silvia Rodrigues (org). **Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas**. RJ: Blusher Open Access (FAPERJ), 2018.



A construção modalizadora [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}]: análise sociointeracional dos subesquemas [ter de + infinitivo] e [haver de + infinitivo]

Líneker Trajano dos Santos

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer, Rio Grande do Norte, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4401-2076>

E-mail: prof.linekertrajano@gmail.com

RESUMO

Este artigo focaliza a construção modalizadora [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}], que licencia padrões como tenho de reconfigurar, hei de ver, está para nascer, ficou de mandar, cujos sentidos apontam para noções de obrigação, necessidade, compromisso e volição. O objetivo geral do artigo é examinar a atuação de processos sociointeracionais subjacentes às instâncias de uso da referida construção. Fundamentamo-nos teoricamente na Linguística Funcional Centrada no Uso, conforme proposto por Furtado da Cunha e Bispo (2023), Bispo e Lopes (2022), Rosário e Oliveira (2016), particularmente na interface dessa vertente teórica com o modelo da Gramática de Construções (Traugott; Trousdale, 2013). Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-explicativa. O banco de dados consiste em ocorrências extraídas do *Corpus do Português on-line*, especificamente da seção Web/Dialetos. Os resultados apontam para a existência de uma gradação intersubjetiva para cada uso linguístico de um mesmo padrão subesquemático a depender do contexto sociocomunicativo. Desse modo, alguns usos se alinham mais a uma dimensão intersubjetivamente “não marcada”, enquanto outros reforçam um viés mais intersubjetivo, tendo em vista seus possíveis efeitos perlocucionários, como convencer, inspirar, revoltar, comprometer o presumido ou conhecido interlocutor. Além disso, salientamos a materialização de atos de fala indiretos em algumas instâncias da construção sob enfoque, mais precisamente no subesquema [haver de + infinitivo], aliada a outros mecanismos pragmáticos de regulação da interação, como a preservação da face, a polidez comunicativa, a manutenção de interação fictícia, dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Construção modalizadora; Linguística Funcional Centrada no Uso; Gramática de Construções; Padrões construcionais; Pragmática.



THE MODALIZING CONSTRUCTION [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}]: a socio-interactional analysis of the subschemes [ter de + infinitive] and [haver de + infinitive]

ABSTRACT

This article focuses on the modalizing construction [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}], which licenses patterns such as *tenho de reconfigurar*, *hei de ver*, *está para nascer*, *ficou de mandar*, whose meanings point to notions of obligation, necessity, commitment, and volition. The general objective of the article is to examine the role of socio-interactional processes underlying the instances of use of the aforementioned construction. Our theoretical framework is based on Usage-Based Functional Linguistics, as proposed by Furtado da Cunha and Bispo (2023), Bispo and Lopes (2022), Rosário and Oliveira (2016), particularly at the interface of this theoretical approach with the Construction Grammar model (Traugott; Trousdale, 2013). Methodologically, the study adopts a qualitative approach, of a descriptive-explanatory nature. The database consists of occurrences extracted from the online *Corpus do Português*, specifically from the Web/Dialects section. The results indicate the existence of an intersubjective gradation for each linguistic use of the same subschematic pattern depending on the sociocommunicative context. Thus, some uses align more with an intersubjectively “unmarked” dimension, while others reinforce a more intersubjective bias, considering their possible perlocutionary effects, such as convincing, inspiring, revolting, or committing the presumed or known interlocutor. Furthermore, we highlight the materialization of indirect speech acts in some instances of the construction under focus, more precisely in the subscheme [*haver de + infinitive*], combined with other pragmatic mechanisms for regulating interaction, such as face preservation, communicative politeness, and the maintenance of fictional interaction, among others.

KEYWORDS: Modalizing construction; Usage-Based Functional Linguistics; Construction Grammar; Constructional patterns; Pragmatics.

1. Introdução

A linguagem transcende a mera transmissão de informações, configurando-se como um instrumento essencial na construção e negociação de significados durante a interação social. Nesse panorama, a modalização exerce um papel crucial na regulação discursiva, ao expressar variados graus de compromisso, necessidade, possibilidade e intenção do falante acerca do conteúdo proposicional enunciado (Narrog, 2012; Traugott; Trousdale, 2013). Especificamente no português, diversas construções gramaticais veiculam valores modais, destacando-se a construção [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}]. Esta estrutura licencia subesquemas, como [ter de + infinitivo], [haver de + infinitivo], [estar para + infinitivo] e [ficar de + infinitivo]¹, os quais frequentemente se associam a noções de obrigação, necessidade, volição e compromisso (Santos, 2023).

Este estudo, portanto, dedica-se a investigar a influência dos processos sociointeracionais nas ocorrências de uso da referida construção modalizadora, com foco particular nos efeitos pragmáticos que emergem da dinâmica entre os interlocutores. Partimos da hipótese central de que existe uma gradação intersubjetiva para cada uso linguístico de um mesmo padrão subes-

¹ A seleção desses subesquemas deve-se ao fato de apresentarem realização formal estável e frequência suficiente no corpus, além de permitirem observar contrastes relevantes para a investigação. Outros padrões potencialmente modalizadores, tais como [precisar de + infinitivo], [deixar a + infinitivo] e/ ou [pensar em + infinitivo], foram excluídos por questões metodológicas, como baixa recorrência, pesquisas paralelas já em desenvolvimento ou alta variabilidade formal (cf. Santos, 2023).

quemático, dependendo do contexto sociocomunicativo em que se insere, hipótese que orienta a organização da análise e o enquadramento interpretativo adotado.

Para tanto, fundamentamo-nos teoricamente na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), no âmbito do Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática, conforme desenvolvida por Furtado da Cunha e Bispo (2023), Bispo e Lopes (2022), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013) e Rosário e Oliveira (2016). A LFCU, em nossa abordagem, dialoga com os pressupostos e conceitos da Gramática de Construções (GC), defendida por pesquisadores como Goldberg (2006), Croft (2001) e Traugott e Trousdale (2013). Adicionalmente, incorporamos as noções de intersubjetividade, conforme Traugott e Dasher (2002) e Tantucci (2021), e a teoria dos Atos de Fala de Austin (1990) e Searle (1969 [1981], 1979 [1995]), para analisar a relação entre padrões gramaticais e os aspectos interacionais.

Adotamos uma concepção de língua(gem) como atividade cognitivo-discursiva e socialmente situada, que reflete as práticas comunicativas dos falantes em contextos interacionais específicos. A gramática, sob essa perspectiva, é entendida como um inventário estruturado de construções convencionais, cujos significados são moldados pelo uso e pela recorrência em situações comunicativas (Goldberg, 2006; Traugott; Trousdale, 2013). Assim, os padrões modais aqui analisados não são vistos como categorias fixas, mas como formas linguísticas dinâmicas, suscetíveis a variações e reconfigurações de acordo com as demandas discursivas e pragmáticas de cada interação.

A relevância deste artigo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre como os processos pragmático-discursivos influenciam a interpretação modal dessas construções, possibilitando uma análise mais abrangente do fenômeno da modalização no português. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza descritivo-explicativa. Os dados analisados foram extraídos da seção Web/Dialetos do *Corpus do Português On-line*², que contém aproximadamente um bilhão de palavras de páginas da internet de quatro países lusófonos. Concentramo-nos em ocorrências da construção modalizadora [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}] e seus subesquemas [ter de + infinitivo] e [haver de + infinitivo] na variedade do Português Brasileiro (PB).

O artigo está organizado da seguinte forma: a próxima seção detalha a fundamentação teórica que norteia o estudo, além dos procedimentos metodológicos. Posteriormente, discutimos as análises realizadas, com ênfase nos efeitos interacionais e pragmáticos da construção modalizadora investigada. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa.

2. Apontamentos teórico-metodológicos

Fundamentamo-nos teoricamente na LFCU, uma vertente que conjuga pressupostos da Linguística Funcional norte-americana e da Linguística Cognitiva. Adicionalmente, recorremos ao modelo da GC, cujo aparato teórico-metodológico é crucial para a compreensão do fenômeno em estudo.

² Disponível em <https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>.

Partimos de uma concepção de linguagem como um complexo mosaico de atividades comunicativas, cognitivas e sociais (Tomasello, 1998). Nessa perspectiva, a linguagem não pode ser dissociada de outras capacidades cognitivas humanas, sendo moldada por nossas experiências com o mundo e pelas práticas interacionais situadas em que nos engajamos cotidianamente. A língua, por sua vez, é entendida como um sistema dinâmico e maleável, sujeito às pressões do uso. Sua estrutura é, portanto, diretamente influenciada pelos aspectos dos contextos comunicativos em que é empregada (Bybee, 2016). Consequentemente, a gramática é concebida como um conjunto heterogêneo de padrões que emergem da rotinização e regularização das estruturas linguísticas na interação social.

A LFCU postula uma estreita correlação entre forma e função, o que significa que as estruturas linguísticas são diretamente afetadas pelas funções que desempenham na comunicação. Assim, a codificação linguística reflete as motivações diversas que orientam os falantes em seus modos de expressão, vinculadas às demandas interacionais, às expectativas projetadas e às condições situacionais do uso. Isso implica a necessidade de observar a língua(gem) em seu uso efetivo, em situações reais de interação, analisando a recorrência dos fenômenos linguísticos a partir dessas motivações comunicativas. A inter-relação entre forma e função é capturada, dentro deste direcionamento teórico, pelo conceito de construção. As construções são pareamentos de forma-função cujo significado não é meramente a soma das partes que as compõem (Goldberg, 2006; Traugott; Trousdale, 2013).

Na visão da GC, os falantes elaboram generalizações a partir das estruturas linguísticas que utilizam rotineiramente, associando-as a aspectos semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos dos contextos em que ocorrem. Para a GC, as línguas constituem complexas redes de construções inter-relacionadas, que variam em níveis de tamanho, especificidade e tipo de conteúdo que veiculam.

Considerando que o uso é o lócus da negociação de sentidos, partimos da premissa de que elementos presentes na situação de comunicação e os sentidos que emergem do uso de uma construção em um dado contexto podem se rotinizar e passar a ser percebidos como parte integrante desse pareamento forma-função. Nesse sentido, destacamos a importância dos processos sociointeracionais que atuam na língua(gem), pois eles podem ser responsáveis, em certa medida, pela convencionalização, rotinização e fixação de sentidos de uma construção no repertório linguístico dos falantes.

Para a análise da construção modalizadora [V1AUX + PREP + V2INF], os aspectos interacionais relacionados à (inter)subjetividade e às inferências pragmáticas são de particular relevância. Neste estudo, articulamos duas perspectivas complementares: (1) a de Traugott e Dasher (2002), que compreendem subjetividade e intersubjetividade como orientações do falante para suas próprias atitudes, crenças e avaliações, bem como para as atitudes e expectativas atribuídas ao interlocutor; e (2) o modelo de Tantucci (2021), que descreve diferentes graus de projeção do interlocutor — do subjetivo ao intersubjetivo imediato e ao intersubjetivo estendido. Assim, ao entendermos a comunicação como atividade inerentemente (inter)subjetiva, reconhecemos que os falantes não apenas transmitem conteúdo proposicional, mas também gerenciam relações in-

terpessoais, expectativas interpretativas e imagens públicas (face), mobilizando diferentes níveis de orientação ao outro conforme o contexto de uso.

A subjetividade manifesta-se na expressão do eu, na perspectiva do falante sobre o mundo e sobre os outros. As escolhas linguísticas operadas pelo falante para cumprir suas intenções comunicativas revelam seu ponto de vista e seu engajamento com o que é dito. Por sua vez, a intersubjetividade envolve a consideração ativa do outro na interação. Isso inclui a antecipação das possíveis reações do interlocutor, a adaptação da mensagem para facilitar a compreensão ou para alcançar determinados efeitos perlocucionários, e a sinalização da atenção do falante à face e ao estado mental do interlocutor. Traugott (2010) argumenta que os significados intersubjetivos frequentemente se desenvolvem a partir de significados subjetivos, através de um processo de inferência pragmática em que o falante começa a codificar explicitamente sua atenção à perspectiva do ouvinte.

Tantucci (2021) propõe que a intersubjetividade seja compreendida como um “excedente de significado” que se adiciona à informação proposicional e aos efeitos perlocucionários de um ato linguístico. Ele critica visões dicotômicas (uma forma é intersubjetiva ou não) e defende a existência de uma gradação intersubjetiva. A mesma construção pode, dependendo do contexto, situar-se em diferentes pontos desse continuum, manifestando desde um baixo grau de orientação ao outro até uma intersubjetividade mais explícita, seja ela imediata (orientada a um interlocutor específico e presente na interação) ou estendida (orientada a um grupo, à comunidade ou a normas sociais mais amplas).

As inferências pragmáticas são centrais para esse processo de construção e negociação de sentidos. Conforme Traugott e Dasher (2002), os falantes frequentemente utilizam expressões de maneira inovadora, convidando os interlocutores a inferir significados que vão além do que é literalmente dito. Essas inferências, inicialmente contextuais e dependentes da negociação local, podem se tornar convencionalizadas se forem recorrentemente associadas a determinadas formas em contextos semelhantes. Esse processo de pragmatização é um dos principais motores da mudança semântica e da emergência de novas polissemias.

O uso linguístico é o terreno fértil onde os significados são negociados, e os sentidos das construções são continuamente moldados e reconfigurados. Elementos presentes na situação comunicativa, bem como os sentidos que emergem da utilização de uma construção em contextos particulares, podem se rotinizar e, com o tempo, passar a ser percebidos como parte integrante do próprio pareamento forma-função. Nesse processo, os fatores sociointeracionais desempenham um papel crucial, podendo ser responsáveis pela convencionalização, generalização e fixação de novos sentidos ou nuances de sentido de uma construção no repertório linguístico de uma comunidade de fala (Traugott, 2010).

A teoria dos Atos de Fala, inaugurada por Austin (1990) e desenvolvida por Searle (1969 [1981], 1979 [1995]), também contribui para a compreensão da dimensão pragmática da construção modalizadora. Ao enunciar, os falantes não apenas dizem algo (ato locucionário), mas também realizam ações (ato ilocucionário) e produzem efeitos nos interlocutores (ato perlocucionário). A modalização, ao expressar noções como obrigação, necessidade, possibilidade, permissão ou volição, está intrinsecamente ligada à força ilocucionária dos enunciados. Por



exemplo, um enunciado modalizado pode funcionar como uma diretiva (pedido, ordem), uma comissiva (promessa, oferta) ou uma assertiva com diferentes graus de comprometimento epistêmico.

A análise dos atos de fala, incluindo os atos de fala indiretos (em que a força ilocucionária primária difere da forma literal do enunciado), é fundamental para entender como os falantes utilizam a construção [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}] para realizar diferentes ações sociais e alcançar seus objetivos comunicativos. Estratégias de polidez (Brown; Levinson, 1987), como o uso de atos de fala indiretos ou a atenuação de asserções, podem estar associadas a determinados usos da construção modal, refletindo a preocupação dos falantes com a gestão da face e a manutenção da harmonia interpessoal.

Em síntese, a fundamentação teórica aqui apresentada, que articula a LFCU, a GC e as teorias sobre (inter)subjetividade, inferências pragmáticas e atos de fala, oferece um quadro robusto para investigar como os processos sociointeracionais atuam na construção e interpretação dos sentidos modalizadores veiculados pela construção [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}]. Este embasamento permite uma análise aprofundada de como os falantes empregam essa construção em diferentes contextos, negociando significados e gerenciando suas interações sociais.

Em relação aos aspectos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza descritivo-explicativa, com abordagem qualitativa. O caráter descritivo-explicativo da pesquisa reflete a dupla preocupação em documentar sistematicamente as manifestações da construção modalizadora nos dados e, simultaneamente, explicar os processos pragmático-discursivos e/ou sociointeracionais que motivam essas manifestações. Esta orientação metodológica alinha-se com os princípios da LFCU, que postula a necessidade de observar a língua em seu uso efetivo para compreender adequadamente os fenômenos linguísticos.

O banco de dados que serve de base para esta pesquisa foi constituído a partir do levantamento de ocorrências da construção modalizadora [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}] no *Corpus do Português*, especificamente na seção Web/Dialetos. O corpus completo da pesquisa fundamenta este artigo, conforme se encontra em Santos (2023), foi constituído por 3.650 ocorrências da construção modalizadora sob enfoque, sendo seus subesquemas distribuídos da seguinte forma:

- 1.798 ocorrências de [ter de + infinitivo] (49,3% do total)
- 960 ocorrências de [haver de + infinitivo] (26,3% do total)
- 540 ocorrências de [estar para + infinitivo] (14,8% do total)
- 352 ocorrências de [ficar de + infinitivo] (9,6% do total)³

A coleta de dados na pesquisa original seguiu uma metodologia sistemática que combinou dois procedimentos complementares. O primeiro consistiu no levantamento manual de *tokens*, selecionando um número equivalente a 10% do total de dados disponíveis no *Corpus do Português*, mas limitando a 100 construtos por flexão verbal para aquelas que apresentavam quantida-

³ Devido ao recorte adotado e às restrições de escopo deste artigo, as ocorrências dos subesquemas [estar para + infinitivo] e [ficar de + infinitivo] não foram contempladas nas análises.

de elevada de *tokens*. O segundo procedimento baseou-se na identificação de *types*, referindo-se às diferentes estruturas gramaticais geradas pela construção modalizadora.

Para o presente artigo, foi realizado um recorte qualitativo do corpus original do banco de dados de Santos (2023), focalizando especificamente os aspectos sociointeracionais da construção modalizadora. Dos 3.650 construtos originalmente analisados, foram selecionadas ocorrências representativas que melhor exemplificassem a gradação intersubjetiva, os atos de fala indiretos, a variabilidade pragmática e o *continuum* modal entre os diferentes subesquemas.

3. Análise de dados

Nesta subseção, procedemos às discussões sobre as questões pragmáticas percebidas nos diferentes dados da construção sob enfoque e à análise de outras implicações sociointeracionais, vinculadas a noções de (inter)subjetividade, atos de fala etc. nas instâncias de uso selecionadas.

A análise dos processos sociointeracionais expande a compreensão sobre determinados fenômenos linguísticos, já que permite a demonstração do que não se pode flagrar simplesmente na observação de aspectos morfosintáticos, semânticos e mesmo cognitivos. Dessa forma, é preciso que se observe a interação entre os (possíveis) interlocutores, com o fito de (tentar) flagrar as estratégias pragmáticas utilizadas por eles na comunicação, a partir do que se sabe sobre os envolvidos, bem como sobre as normas sociais, as emoções esperadas, as crenças e os comportamentos dos outros membros de determinado grupo social.

Isso posto, reforçamos, aqui, a necessidade de olhar para a interação linguística em larga escala com uma metodologia baseada em dados reais, tal qual fazemos nesta pesquisa, a fim de tentar estabelecer um *continuum* refinado de habilidades dos falantes para marcar seus enunciados como (inter)subjetivos. Nesse sentido, de acordo com Tantucci (2021), isso pode ser alcançado metodologicamente ao abordar a intersubjetividade como uma forma aberta de “excedente de significado” que é adicional à informação proposicional e aos efeitos perlocucionários de um ato linguístico, conforme apresentado na seção anterior.

Como forma de demonstrar os diferentes níveis de (inter)subjetividade entre [ter de + infinitivo] e [haver de + infinitivo], analisemos o conjunto de dados a seguir (01) – (03). Ei-los:

- (01) [...] Sim, quantos sapos engoli até o fatídico dia. Quantas drogas lícitas tive de tomar sorrindo e sem vontade? Sem contar o estresse de manter o controle enquanto sentia náuseas. E a hipertensão arterial mal controlada?⁴
- (02) [...] O Brasil nunca esteve tão bem economicamente e esse desenvolvimento não caiu do céu. É fruto de muito trabalho. A oposição ainda há de se desculpar pelo que fez enquanto governou o país.⁵
- (03) [...] Escolher a melhor cadeirinha do carro para o seu bebê pode ser uma decisão complicada, mas quando você conhece algumas noções básicas sobre os tipos de assentos de carro dispo-

⁴ *Corpus do Português*. Disponível em: <http://cinezencultural.com.br/site/2013/06/02/o-dia-que-enfartei/>. Acesso em: 30 out. 2021.

⁵ *Corpus do Português*. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/noticias/2009/10/13/amp/lula-refaz-a-caravana-com-dilma.html>. Acesso em: 28 ago. 2021.



níveis, suas escolhas podem ser mais fáceis. MUITO IMPORTANTE: Seu bebê terá de ser transportado em um bebê conforto a partir do momento em que deixar o hospital, e até que ele ou ela complete oito anos de idade.⁶

Segundo alguns autores (cf. Nuyts; 2012; Traugott, 2019; Tomasello, 2020, entre outros), os atos linguísticos manifestam diferentes níveis de (inter)subjetividade, tendo em vista que existem atos linguísticos que visam alcançar algo que é benéfico “apenas” para o falante; os que expressam, marcadamente, a preocupação do falante com a forma como o interlocutor pode reagir em função do que está sendo dito; e, por fim, os atos que apresentam um significado social, isto é, quando a preocupação do falante se dá em relação a como qualquer pessoa na sociedade reagiria ao que é proferido.

Com efeito, os dados (01) – (03) ilustram esses diferentes propósitos. A forma como o texto é organizado na ocorrência (01), em que consta “tive de tomar”, indica que o objetivo do relato é expor uma situação ocorrida com o escrevente, de modo a compartilhar sua experiência com os demais leitores. Ele relata sua experiência diante de uma doença como uma possível forma de desabafo. Esse uso representa uma dimensão intersubjetivamente “não marcada” (Tantucci, 2021) e, portanto, mais subjetiva, pois a preocupação do falante é com sua própria experiência e não com a reação do interlocutor.

O enunciado (02), por sua vez, apresenta a construção “há de se desculpar” em um contexto de debate político. O falante, ao expressar sua expectativa de que a oposição se desculpe, projeta um posicionamento para o interlocutor (a oposição) e para o público leitor. Esse uso é marcado por uma intersubjetividade imediata, pois o falante está preocupado com a reação e o posicionamento do interlocutor específico (a oposição) e do público que acompanha o debate.

Já o construto (03), com “terá de ser”, é extraído de um blog de maternidade e parentalidade. O uso da construção modalizadora aqui está ligado a uma norma social ou legal (a obrigatoriedade do uso da cadeirinha até os oito anos). A preocupação do falante não é com um interlocutor específico, mas com a comunidade de pais em geral, que deve seguir a regra. Esse uso é um exemplo de intersubjetividade estendida, pois o falante se orienta para uma norma social e projeta a adesão de um público genérico.

Portanto, fica claro que os padrões construcionais por si só não carregam noções mais ou menos (inter)subjetivas, sendo estas deduzidas a partir da análise de todo o contexto (linguístico, cultural, situacional etc.). Nos três dados analisados, elementos como o gênero discursivo (blogs pessoais, textos informativos ou opinativos), o modo de endereçamento (direcionado a um interlocutor específico, presumido ou genérico), a função argumentativa local e a projeção de expectativas sobre o posicionamento do outro concorram diretamente para o tipo de inferência (inter)subjetiva articulada. À vista disso, essas diferentes nuances podem atestar a formação semântica de novas polissemias de uma única construção.

⁶ *Corpus do Português*. Disponível em: <http://blog.mommysconcierge.com/como-escolher-o-melhor-bebe-conforto-cadeirinha-do-carro/>. Acesso em: 30 out. 2021.

De fato, os usos de [ter de + infinitivo] discutidos até então podem ser interpretados como apresentando diferentes matizes intersubjetivos, pois ora se alinham aos desejos exclusivos do falante quanto ao que é dito, ora ao que se espera do(s) outro(s) a partir de determinado ato linguístico. Nessa perspectiva, particularmente a partir do modelo proposto por Tantucci (2021), é possível conceber uma gradação intersubjetiva segundo a qual a mesma construção se situa em diferentes estágios, variando entre usos mais ou menos subjetivos, intersubjetividade imediata ou intersubjetividade estendida. Cabe notar, contudo, que essa leitura não constitui consenso na literatura, uma vez que outros autores, como Traugott (2010), propõem modelos graduais distintos, baseados em critérios próprios de mudança semântica e de orientação ao interlocutor. Assim, considerar a intersubjetividade apenas de forma dicotômica (se uma forma é ou não intersubjetiva) pode limitar a compreensão das maneiras pelas quais os falantes “mentalizam” e projetam interlocutores específicos ou genéricos — embora os modos de gradação variem conforme o quadro teórico adotado.

O construto em (02), por exemplo, analisado anteriormente como representante da intersubjetividade imediata, de modo algum encerra as diferentes possibilidades de classificação que o subesquema [haver de + infinitivo] apresenta. Para demonstrar isso, vejamos as ocorrências a seguir:

- (04) Acho que sou uma vampira! Não sei o que hei de fazer mais, acho que sou uma vampira ou então estou a tornar-me uma vampira, ontem à noite quando fui para a cama só conseguia pensar em sangue mas ignorei esse desejo [...].⁷
- (05) O materialismo continuará a fazer sofrer aqueles que insistem em tapar os olhos. [...] Sempre devemos tomar cuidado com seres supostamente “iluminados” consoante gostam de ser denominados pelos novos grupos dos movimentos NOVA ERA, porquanto ANJOS CAÍDOS também possuem certa capacitação de influenciar humanos que se deixam serem influenciados por suas supostas BOAS INTENÇÕES. Havemos de NÃO idolatrar os referidos seres pois são entidades que não conhecemos. [...] Deus semeou o universo de mundos não para enfeitar o céu, mas para que humanidades semelhantes à nós, façam a sua evolução.⁸
- (06) [...] E, nesses quesitos, nada melhor do que os orgânicos! Quem começa a comprar alimentos orgânicos, há de concordar: eles são viciantes! Afinal, a qualidade, o sabor, o cheiro... Não tem comparação.⁹

O enunciado presente na ocorrência (04) apresenta um relato de uma jovem que está com hábitos estranhos, como desejo por sangue, e que, por isso, escreve para um blog em que são esperadas livres manifestações de qualquer ordem, cujo título sugestivo é *desabafa.com*. Nesse lugar, ao expressar “não sei o que hei de fazer mais”, a falante quer compartilhar esse fato com os leitores do citado blog. Dessa maneira, tem-se uma dimensão intersubjetivamente não marcada, um uso mais subjetivo, já que não há elementos evidentes que demonstrem a preocupação da jovem com as possíveis reações dos destinatários.

⁷ *Corpus do Português*. Disponível em: <http://www.desabafa.com/2011/acho-que-sou-uma-vampira/>. Acesso em: 22 set. 2021.

⁸ *Corpus do Português*. Disponível em: <http://arquivoconfidencial.blogspot.com/2005/11/aliengenas-curam-quatro-crianas-de.html>. Acesso em: 30 out. 2021.

⁹ *Corpus do Português*. Disponível em: <http://conversandocombernardo.com/>. Acesso em: 28 ago. 2021.



Já a argumentação elaborada em (05), qual seja, a de que se deve sempre questionar o porquê das coisas e suspeitar dos que se autointitulam “iluminados”, prontamente prepara o leitor para o apelo que é feito mais adiante, quando o falante aduz que “havemos de não idolatrar os referidos seres”. Apesar do emprego do pronome “nós”, esse uso não se estrutura como uma inclusão genérica da coletividade, mas como um recurso retórico que alinha o falante e um interlocutor específico — o leitor participante daquele blog — num mesmo espaço argumentativo, convocando-o a aderir ao posicionamento do enunciador. O “nós” funciona, portanto, como estratégia de aproximação e coesão pragmática com um público delimitado, e não como indexação de uma comunidade social ampla e abstrata. Nesse fragmento, fica evidente o forte viés de intersubjetividade imediata: o falante projeta o leitor direto como copartícipe, orientando seu enunciado para a forma como esse interlocutor deve avaliar e reagir à proposição. Trata-se de um ato de fala perlocucionário, uma vez que o subesquema [haver de + infinitivo], reforçado pelo “NÃO” em caixa alta, é mobilizado para produzir um efeito persuasivo direcionado, e não para instaurar uma orientação social generalizada.

No construto em (06), por seu turno, os argumentos giram em torno do poder e da importância de uma alimentação saudável mediante o uso de alimentos orgânicos. O texto, como um todo, apresenta um forte índice subjetivo devido aos usos dos verbos e pronomes em 1ª pessoa (sou, minha, busco, meu, acredito etc.). No entanto, o arremate final, conflagrado pelo uso de “Quem começa a comprar alimentos orgânicos, há de concordar” indicia que a preocupação da blogueira não é somente demonstrar algo que é benéfico para ela, mas demarcar que há um falante genérico presumido (i.e., um significado social). Assim, há uma procura de adesão por parte de seus leitores, devido à estratégia de reforço ampliada pela incorporação de todos que “compram alimentos orgânicos”. Em outras palavras, o dado (06) é marcado intersubjetivamente estendido e, por isso mesmo, o uso de “Quem começa a comprar alimentos orgânicos, há de concordar” expressa uma mensagem metalinguística às linhas do que se segue: “tenho certeza a respeito do que estou falando, quero que você saiba que não sou somente eu que pensa assim e espero que você concorde com o que falo”.

Conforme observamos, os subesquemas [ter de] e [haver de + infinitivo] apresentaram diferentes interpretações pragmáticas, ora alinhando-se a ações altamente subjetivas, ora demonstrando distintos níveis de intersubjetividade — imediata e/ou estendida. Em alguns casos, os falantes construíram uma forma de argumentação virtual (cf. Verhagen, 2005) ou interação fictiva (cf. Pascual, 2014), considerando leitores presumidos ou personas genéricas, dadas as limitações dos gêneros textuais quanto ao encontro face a face. Esse resultado indica que não é o subesquema em si que determina o grau de (inter)subjetividade, mas sim as propriedades pragmático-discursivas mobilizadas na interação, tais como o modo de endereçamento, o tipo de projeção do interlocutor, a orientação epistêmica do falante e a função argumentativa do enunciado. Assim, o papel central dessas propriedades está em ativar diferentes efeitos de sentido nas instanciações, permitindo que uma mesma configuração morfossintática seja empregada para expressar atitudes, avaliações, expectativas ou pressões sociais diversas, configurando usos subjetivos, intersubjetivos imediatos ou intersubjetivos estendidos. Portanto, não se pode afirmar com nitidez que as instâncias de um ou de outro subesquema correspondam, por si só, a

contextos mais ou menos (inter)subjetivos, pois tais nuances emergem da interação situada e da forma como o falante constrói e gere o espaço discursivo.

Outro aspecto pragmático que podemos destacar a partir da análise das ocorrências de [haver de + infinitivo] é relacionado à presença de Atos de Fala Indiretos em algumas instâncias de uso. Para analisar melhor essa questão, apresentamos, adiante, os construtos (07) e (08):

- (07) Acreditamos que se esse não é o momento de inovar, que outro será? Acreditamos que se esse não é o momento de ser e parecer diferente dos seus concorrentes, que outro haverá de ser? Acreditamos que se não for essa a hora de falar, enquanto muitos se calam de medo, que outra hora estará à nossa disposição para fazê-lo?¹⁰
- (08) Acho que para os homens, o maior problema é arrumar mulher legal, divertida e parceira. É meu filho, é difícil mesmo, até para a amiga é uma raça em extinção. Já fui casado com uma assim, mas o destino quis que terminasse. O que me “consola” é saber que, se aconteceu uma vez, pq não haveria de acontecer de novo??? Em contrapartida, sei que para as mulheres também está difícil.¹¹

Em (07), o construto “haverá de ser” indica uma expectativa em relação a algo que precisa acontecer na visão do locutor. A esse respeito, o falante expressa uma ideia de certeza ou probabilidade em relação a algo que ainda não aconteceu, mas que se espera que aconteça. No contexto do excerto, a pergunta retórica “que outro haverá de ser?” indica uma expectativa de que, se não for agora o momento de se diferenciar dos concorrentes, não haverá outro momento mais oportuno para fazer isso. A ideia, pois, é asseverar que é necessário inovar e se destacar no mercado em momentos de crise, e se não for feito agora, não haverá outra oportunidade tão boa para fazê-lo.

Quanto ao Ato de Fala Indireto presente nesse construto, podemos identificar a estratégia de sugestão ou persuasão, pois o locutor está sugerindo que é importante inovar e se diferenciar dos concorrentes, e que se não for feito no momento sugerido, pode ser tarde demais. Portanto, ele está tentando persuadir o interlocutor a concordar com sua visão e a agir de acordo com ela. Este, por sua vez, ativa (ou não) essa interpretação via inferência pragmática, uma vez que o texto não fornece todas as informações necessárias para que se entenda completamente a mensagem transmitida. Por meio da análise do contexto e dos elementos linguísticos utilizados, como a argumentação em torno do que o falante acredita ser o correto, o leitor ou ouvinte pode construir uma interpretação que corresponde necessariamente ao que o falante “realmente quer dizer”, pois, como argumentam Traugott e Dasher (2002), trata-se de um convite inferencial (*invited inference*), que o interlocutor pode aceitar, rejeitar ou reinterpretar conforme seu próprio conhecimento, expectativas e posicionamento na interação.

Já em (08), a ocorrência “não haveria de acontecer de novo???” é um exemplo de pergunta retórica que, na verdade, funciona como uma assertiva de que é provável que o evento se repita. O falante utiliza a construção modalizadora para expressar uma alta probabilidade ou certeza,

¹⁰ *Corpus do Português*. Disponível em: <http://blog.fabioseixas.com.br/archives/2008/10/>. Acesso em: 30 out. 2021.

¹¹ *Corpus do Português*. Disponível em: <http://elaeles.blogspot.com/2009/08/mal-me-quer-bem-me-quer-por-que-eu-nao.html>. Acesso em: 21 out. 2021.

disfarçada de questionamento. O ato de fala indireto aqui é a afirmação enfática da possibilidade de um novo relacionamento, servindo como um mecanismo de autoconsolo e projeção de futuro. A análise do contexto, que envolve o relato de um divórcio e a dificuldade em encontrar um novo parceiro, reforça a interpretação de que a pergunta retórica é, na verdade, uma forma de autoasseveração.

No excerto (08), o subesquema [haver de + infinitivo] ocorre na forma “haveria de acontecer”, isto é, no futuro do pretérito, o que intensifica o valor de suposição e possibilidade futura. Essa forma verbal, diferentemente do futuro simples, aciona um efeito de sentido que combina hipótese, atenuação e projeção do ponto de vista do falante: trata-se de algo que não é afirmado como certo, mas concebido como plausível diante de experiências anteriores. No fragmento, o locutor usa a pergunta retórica para expressar sua crença na possibilidade de um novo relacionamento, atenuando a afirmação direta e convidando o leitor a compartilhar dessa esperança.

Esses exemplos demonstram que a construção modalizadora é um recurso linguístico valioso para a realização de atos de fala indiretos, permitindo ao falante gerenciar a força ilocucionária de seus enunciados e as expectativas do interlocutor, o que é crucial para a regulação da interação social.

Nesta seção, analisamos os processos sociointeracionais da construção sob investigação, observando como a (inter)subjetividade e os atos de fala se manifestam em instâncias de uso de cada subesquema. Ademais, demonstramos que há um *continuum* entre os vieses subjetivos e intersubjetivos, de modo que o mesmo *type* construcional pode apresentar multifuncionalidade em diferentes contextos de uso, cuja definição de papéis mais específicos depende, sobretudo, das propriedades pragmático-discursivas que orientam cada ocorrência. De modo geral, as análises revelam que a variação interpretativa dos subesquemas decorre menos da forma em si e mais das condições de interação que a atualizam, evidenciando que padrões construcionais semelhantes podem assumir funções distintas conforme o modo como o falante projeta o interlocutor — específico ou genérico — e negocia sentidos no evento comunicativo.

4. Considerações finais

Este estudo investigou a atuação de processos sociointeracionais na construção modalizadora [V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}] no Português Brasileiro, com foco nos subesquemas [ter de + infinitivo] e [haver de + infinitivo]. A análise, fundamentada na LFCU e na GC, revelou que a construção é um domínio fértil para a manifestação de diferentes graus de (inter)subjetividade.

Os resultados confirmam a hipótese de que existe uma gradação intersubjetiva nos usos da construção, variando entre usos mais subjetivos (orientados ao falante), intersubjetivos imediatos (orientados a um interlocutor específico) e intersubjetivos estendidos (orientados a normas sociais ou a um público genérico). Essa variação é determinada pelas propriedades pragmático-discursivas mobilizadas na interação, como o modo de endereçamento, o tipo de projeção do interlocutor, a orientação epistêmica do falante e a função argumentativa do enunciado.



Adicionalmente, demonstramos que a construção, em particular o subesquema [haver de + infinitivo], é frequentemente empregada na materialização de atos de fala indiretos, como sugestão, persuasão e afirmação enfática. Isso sublinha o papel da construção como um importante mecanismo de regulação da interação, permitindo ao falante gerenciar a força ilocucionária e as expectativas do interlocutor.

Em suma, a construção modalizadora [$V1_{AUX} + PREP + V2_{INF}$] não é uma categoria fixa, mas uma forma linguística dinâmica, cujo significado é continuamente moldado pelos processos sociointeracionais. Sugerimos que futuras pesquisas explorem a diacronia da construção e a variação em outros gêneros discursivos, a fim de aprofundar a compreensão sobre a pragmatização e a emergência de novos sentidos.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BISPO, E. D.; LOPES, M, G. Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria e prática, método e aplicação. **Revista Odisséia**, v.7, n. Especial, p. i-x, 2022.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016 [2010].
- CROFT, W. **Radical Construction Grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CORPUS do português. Disponível em <<https://www.corpusdoportugues.org/>>. Acesso entre 2021-2023.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística Centrada no Uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013. p. 13-39.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 54, p. 12-28, 2023.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- NARROG, H. **Modality, subjectivity, and semantic change**: a cross-linguistic perspective. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- NUYTS, J. **Notions of (inter)subjectivity**. *English Text Construction*, v. 5, n. 1, p. 53-76, 2012.



PASCUAL, E. **Fictive interaction**: the conversation frame in thought, language, and discourse. Amsterdam: John Benjamins, 2014.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.

SANTOS, L. T. **Abordagem funcional centrada no uso da construção modalizadora [V1_{AUX} + Prep + V2_{INF}]**. 233f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN: Natal-RN, 2023.

SCHEGLOFF, E. A. Interaction: The infrastructure for social institutions, the natural ecological niche for language, and the arena in which culture is enacted. In: ENFIELD; N. J.; LEVINSON, S. C. (Eds.), **Roots of human sociality**: Culture, cognition and interaction (pp. 70–96). Oxford/New York: Berg, 2006.

SEARLE, J. R. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. [Tradução brasileira: Os actos de fala. Coimbra: Almedina, 1981].

SEARLE, J. R. **Expression and meaning**: studies in the theory of speech acts. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. [Tradução brasileira: Expressão e significado. São Paulo: Martins Fontes, 1995].

TANTUCCI, V. Intersubjectification as semiotic alignment: the case of Chinese evidential adverbs. **Language and Cognition**, v. 13, n. 1, p. 1-39, 2021.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

TOMASELLO, M. The moral psychology of obligation. **Behavioral and Brain Sciences**, 43, 2020.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VAN-DELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Eds.). **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. p. 29-71.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VERHAGEN, A. **Constructions of intersubjectivity**: discourse, syntax, and cognition. Oxford: Oxford University Press, 2005.



Corpo torturado e o trauma do sobrevivente em *Os bêbados e os sonâmbulos* de Bernardo Carvalho

Analice de Sousa Gomes

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação, Goiás, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1920-1294>

E-mail: prof.analicegomes@gmail.com

Renata Rocha Ribeiro

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1714-3182>

E-mail: renatarribeiro@ufg.br

RESUMO

Neste texto, propõe-se uma reflexão acerca da constituição das personagens do romance *Os bêbados e os sonâmbulos*, do autor Bernardo Carvalho, no que diz respeito à relação do contexto da ditadura militar no Brasil e os eventos traumáticos que envolvem esse cenário sócio-histórico com as vivências dos sujeitos representados ficcionalmente. Assim, a leitura que se faz aqui do romance parte do pressuposto de que na impossibilidade de materializar o trauma por meio de palavras ou não sendo possível compreender a razão dos acontecimentos, há uma transferência do recalcado para o corpo, para os sentimentos, para as ações das personagens como manifestação da memória corporal. Nesse sentido, apresenta-se os episódios traumáticos do acidente de avião de Guilherme e o desaparecimento e tortura de Filkelstone, o psiquiatra louco, com o propósito de, mediante análise e interpretação dos relatos dessas personagens, identificar de que modo a memória traumática é representada nessa narrativa como testemunho da dor e da violência que silencia e anula os corpos em tempos de opressão. Partindo, então, desse escopo, o texto busca contribuições nos pressupostos de Freud (1930), Ricoeur (2007), Seligmann-Silva (2008), Ferenczi (2011) e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Memória traumática; Identidade; Testemunho; Ditadura; Bernardo Carvalho.



The tortured body and the survivor's trauma in Bernardo Carvalho's *Os bêbados e os sonâmbulos*

ABSTRACT

This text proposes a reflection on the constitution of the characters in the novel *Os bêbados e os sonâmbulos*, by Bernardo Carvalho, with regard to the relationship between the context of the military dictatorship in Brazil and the traumatic events that involve this socio-historical scenario and the experiences of the subjects represented in fiction. Thus, the reading of the novel here is based on the assumption that when it is impossible to materialize the trauma through words or when it is not possible to understand the reason for the events, there is a transfer of the repressed to the body, to the feelings, to the actions of the characters as a manifestation of bodily memory. In this sense, the traumatic episodes of Guilherme's plane crash and the disappearance and torture of Filkelstone, the mad psychiatrist, are presented with the purpose of identifying, through analysis and interpretation of the accounts of these characters, how traumatic memory is represented in this narrative as a testimony of the pain and violence that silences and nullifies bodies in times of oppression. Based on this scope, the text seeks contributions from the assumptions of Freud (1930), Ricoeur (2007), Seligmann-Silva (2008), Ferenczi (2011) and others.

KEYWORDS: Traumatic memory; Identity; Testimony; Dictatorship; Bernardo Carvalho.

1. Introdução

O romance *Os bêbados e os sonâmbulos*, lançado em 1996, traz em seu enredo a representação ficcional da ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964. Nessa narrativa de Bernardo Carvalho, por meio de memórias conturbadas, um ex-militar homossexual conta em primeira pessoa a trajetória investigativa iniciada por ele para encontrar pistas que o levem à reconstrução de sua identidade, perdida em consequência de um tumor no cérebro. O narrador-personagem, Guilherme, narra a condição de sua mãe enferma, os passos por ele percorridos para encontrar uma testemunha do acidente que sofrera quando criança, a iminente perda da memória, a necessidade de retomar conexões com pessoas com as quais se relacionou no passado e sua candidatura a aspirante militar em um momento conturbado do país.

Em meio a tais circunstâncias, o protagonista se vê envolvido em situações de difícil compreensão, mistérios sobre seu passado sem respostas claras, acesso a informações repletas de lacunas, o esquecimento torturante e o embaralhamento de identidades que o impede de se reconhecer e de reconhecer os sujeitos que atravessam seu caminho. Inclusive, esse embaralhamento de identidades concede um caráter espiral ao enredo e traz em seu cerne os dilemas do narrador-personagem, tendo ele sua vida marcada pelos acontecimentos passados de outros sujeitos, como o repatriamento sanitário de um psiquiatra brasileiro, desaparecido na década de 1970, que reaparece louco numa pequena cidade do Chile.

Os relatos e a investigação do passado das personagens apresentam-se como testemunho, que se torna possível somente com o trabalho de rememoração, da busca pelos rastros constituintes das identidades perdidas e atravessadas pelo horror. Nesse romance, embora o movimento de (re)construção identitária das personagens pareça distanciá-las dos acontecimentos, física ou psicologicamente — elas passam pela loucura, sucumbem-se ao esquecimento, à autocondena-

ção, são coniventes à obediência cega, à censura e ao silenciamento —, tais vivências, na verdade, são necessárias para que as personagens sejam capazes de lembrar e, sobretudo, testemunhar, manter viva a memória das dores sofridas pelos indivíduos permeados pelo trauma em tempos de opressão.

É a memória do trauma, é o indizível que pulsa na tentativa de se fazer dito, materializado por meio do testemunho. Para Seligmann-Silva, em “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas” (2008), a “memória da barbárie tem, portanto, também este momento iluminista: preservar contra o negacionismo, como que em uma admoestação, as imagens de sangue do passado” (Seligmann-Silva, 2008, p. 75). É o que ocorre em *Os bêbados e os sonâmbulos*. Isto é, por meio da memória das personagens são reativadas lembranças essenciais para o entendimento de como as engrenagens do poder funcionam e operam sobre os corpos dos indivíduos torturados e alienados durante a ditadura militar no Brasil.

Em todo caso, é importante destacar que o termo “admoestação” mencionado por Seligmann-Silva (2008) acompanha o ato de testemunhar, pois este se articula, conforme propõe Ricoeur (2007), ao dever de memória — o compromisso de lembrar e narrar para resistir ao esquecimento. Em outras palavras, a partir dos conflitos bélicos europeus, a partir do século XX, emerge um sentimento de justiça no soldado ferido, no judeu carregado de traumas, no sobrevivente assombrado pelas lembranças. Cada um deles possui em seu cerne a necessidade de narrar, pois, embora conscientes de sua impossibilidade, ainda depositam em seus relatos a esperança daquela justiça negada aos mortos, às vítimas desaparecidas e apagadas pela história, esquecidas em meio aos abusos da memória resultante do culto ao discurso de poder.

É possível perceber, assim, que o dever da memória está entrelaçado a uma necessidade de justiça e toma forma nos sujeitos humanos como um dever de não esquecer, de manter vivo o passado, a lembrança daqueles que não podem mais dizer por si a violência sofrida, daqueles que pereceram sob a barbárie. De tal modo, Ricoeur explica que, diante do caráter imperativo do dever da memória, prevalece “o duplo aspecto do dever, como que se impondo de fora ao desejo e exercendo uma coerção sentida subjetivamente como obrigação” (Ricoeur, 2007, p. 101). A necessidade de justiça, então, se divide em duas linhas tênues, que por vezes se confundem: a primeira está no dever imperativo de narrar, sentido como uma necessidade; e a segunda, na impossibilidade de fazê-lo.

Sob tal perspectiva, é possível afirmar que testemunhar significa revitimizar os sujeitos, pois eles não desejam dizer, porém sentem a obrigação de fazê-lo, apesar de as pessoas não estarem aptas a ouvir. As personagens aqui analisadas, por exemplo, não querem ouvir, falar ou pensar sobre o ocorrido, reviver os acontecimentos que atravessaram suas vidas, então se esquivam. No entanto, diante da negação, seus corpos revelam a experiência da dor. Neles ainda estão vivas as marcas da violência, da opressão e do controle. Na impossibilidade de narrar, seus corpos dizem; neles está impressa a dor do trauma que precisa ser transmitida e testemunhada, pois não há palavras que possam traduzir a experiência da dor. Isto é, “o trauma é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito” (Gagnebin, 2009, p. 110, grifo da autora).



Nesse sentido que se direciona o trabalho de rememoração e sua relação com o trauma. Embora a lembrança não seja passível de verbalização, ela pode se materializar de modos distintos. Como aponta Ferenczi (1990) em *Diário Clínico*, quando o autor discute a ambivalência das lembranças, explica que elas podem ocorrer sob duas direções: uma subjetivamente narcísica, ligada às sensações corporais; e outra objetiva, atrelada às sensações projetadas ou despertadas pelo meio externo. Dessa forma, de acordo com as observações ferenczianas as lembranças resultariam de marcas psíquicas que permanecendo no corpo elas se “encenariam”, presentificar-se-iam a partir da ação, constituindo uma memória de marcas, denominada como memória corporal. Memória imutável que irrompe fora do tempo da narrativa e apresenta uma forma de conservação das vivências mais dolorosas e catastróficas, as quais o sujeito não consegue “esquecer”.

O testemunho do trauma, a partir de então, ocorre de modo intrínseco traduzido nos impulsos e nos comportamentos obsessivos de cada personagem. Em *Os bêbados e os sonâmbulos*, Guilherme e o psiquiatra louco perseguem e, ao mesmo tempo, fogem da loucura, esquecem e buscam rastros de seu passado, que, incompreendido pelas personagens, é projetado nas identidades embaralhadas, pelo primeiro, e no silêncio do segundo.

2. Compulsão e nostalgia: o mal de arquivo em *Os bêbados e os sonâmbulos*

A memória, nesse romance, é construída por meio dos rastros, de testemunhos, sobretudo, pelos esquecimentos. Esses últimos promovem os deslocamentos das personagens, ora como testemunhas, ora como vítimas¹. Os testemunhos são pequenas partículas de eventos com proporções maiores, são rastros de memórias traumatizadas, marcadas pela perda, pela dor e pela iminência da morte:

Quando nos acidentes há uma testemunha, alguém que estava passando pelo local por uma coincidência ou que vivia no local e foi surpreendido pelo acidente, essa pessoa tem uma função e seu testemunho não serve apenas para fins legais ou jornalísticos, mas para alguma outra coisa que eu nunca soube bem o quê, e foi ainda no meio desse raciocínio confuso e inacabado que decidi procurar a mulher que tinha sido entrevistada pelos jornais da época (Carvalho, 1996, p. 11, grifos nossos).

Ao final da narrativa as identidades, embora expostas, continuam embaralhadas, e a história das personagens que se entrelaçam em meio a história sociopolítica da ditadura no Brasil e suas consequências apontam para um movimento cíclico. Isto é, repetidas vezes eles desejam, ao

¹ Por exemplo, quando Guilherme viaja para os EUA para entregar a carta a Elena, figura como testemunha. Por outro lado, quando procura pelo Rio de Janeiro a mulher que presenciara o acidente aéreo, ele é vítima de um evento esquecido. Outro exemplo é o do jovem norte-americano que esquece de sua posição social, como filho de empresário e diplomata, e interessa-se pelo movimento de resistência. Com a hipótese de ser ele um opositor, o poder militar o captura — vítima — e o leva para o Chile. No ambiente de tortura, ele mata o psiquiatra — testemunha da violência — e toma seu lugar, vagando por cidades chilenas para não colocar Elena em perigo, que por sua vez, se autoexila nos EUA — vítima — mas, antes, sobrevive a um acidente aéreo e salva uma criança — testemunha ocular.

longo do enredo, “lembrar para esquecer” (Gagnebin, 2009, p. 47). A partir disso, a investigação de Guilherme, mais do que uma busca pessoal, inscreve-se na cena maior daquilo que Jacques Derrida (2001) chamou de mal de arquivo: o impulso compulsivo de registrar e reviver o que, justamente, resiste ao registro.

Derrida (2001) descreve o “mal de arquivo” como uma força paradoxal que move o ser humano em direção ao desejo incessante de guardar, registrar e retornar às origens, mesmo quando se reconhece a impossibilidade plena de fazê-lo. Trata-se de uma batalha pela afirmação da vida e da palavra, travada no limite entre o existir e o desaparecer, entre lembrar e esquecer. O arquivo, nesse sentido, não é apenas um lugar de conservação, mas um espaço de tensão e ambivalência: nele coexistem vida e morte, presença e ausência, memória e apagamento. O “mal de arquivo” é essa paixão ardente e inquieta, uma febre que impede o sossego e impulsiona a busca contínua pelo que se perdeu ou pelo que talvez nunca tenha existido plenamente.

É um movimento compulsivo e nostálgico, marcado pelo desejo de retorno a uma origem idealizada, uma casa, um começo absoluto, o acidente, que, no entanto, nunca se deixa alcançar. Assim, o “mal de arquivo” é tanto o motor quanto a ferida da memória: ele nasce da impossibilidade de fixar o passado e da necessidade vital de continuar tentando fazê-lo. Em *Os bêbados e os sonâmbulos*, por sua vez, o mal de arquivo é:

[...] arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo [testemunhas] onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está já com mal de arquivo (Derrida, 2001, p. 118-119).

A ficção de Carvalho dá forma a essa patologia do arquivo (Derrida, 2001), pois o narrador não busca apenas reconstituir o passado, mas também compreender as ruínas da memória coletiva que emergem no corpo e na voz das testemunhas. Como observa Karl Erik Schøllhammer (2011, p. 125), “Carvalho usa livremente fatos incisivamente referenciais na estrutura da ficção [para] amarrar a ficção a uma outra noção do real, um real inevitável, percebido em seu nível trágico, talvez como força de um destino irremediável”, em que o testemunho e o real se misturam à criação artística, produzindo uma tensão entre a experiência histórica e a liberdade ficcional. Nesse sentido, *Os bêbados e os sonâmbulos* dramatiza o conflito entre lembrar e esquecer, entre testemunhar e silenciar, configurando a literatura como um espaço arquivar, onde as marcas do trauma e da repressão retornam sob forma estética.

Ao mesmo tempo, essa dinâmica se articula a um movimento mais amplo da obra de Bernardo Carvalho, em que a pergunta “Quem sou eu e de onde venho?” ecoa em diferentes romances — de *As iniciais* (1999) a *Os substitutos* (2023). Em cada um deles, o autor explora a divisão do sujeito e a multiplicidade identitária como respostas literárias à fragmentação histórica e moral do país. Claudete Daflon (2013), em *Espiraís: a escrita de Bernardo Carvalho*, observa que a escrita do autor se organiza em torno da incompletude e do desdobramento do eu, que se cons-



trói “por fragmentos” e “no jogo de espelhamentos e duplos” que sustentam sua narrativa. Esse processo, que remete ao trauma e à impossibilidade de narrar integralmente o passado, reforça o caráter metaficcional, sobretudo o jogo ficcional e testemunhal da obra. A partir da análise da ficção de Carvalho, segundo Daflon:

[...] pode-se refletir como a ficcionalização participa dessa construção e aponta para a complexidade da leitura de um texto construído sobre o outro, uma vez que essas camadas de histórias estão dadas em experiências de escrita que tencionam as fronteiras entre ficção e realidade. [...] Desse modo, a escrita põe em cena o embate da subjetividade que se constrói por fragmentos. A sua parcialidade vem diretamente associada à ausência de explicações, às muitas frestas que se acumulam na percepção de si mesmo e do mundo. Precisamente essa incompletude está no jogo da criação ficcional (Daflon, 2013, p. 43).

Os relatos e a investigação do passado das personagens apresentam-se, portanto, como testemunhos da dor e da violência e como sintomas de um arquivo corrompido. A lembrança traumática, incapaz de se organizar em discurso linear, retorna por meio do corpo, da loucura e do delírio, instaurando o mal de arquivo como força narrativa. Assim, o romance em análise inscreve a literatura no campo ético da memória, revelando o modo como a ficção pode funcionar, simultaneamente, como um gesto de conservação e de falha na tentativa de dizer o indizível e de fixar o que, por natureza, escapa. É a partir dessa perspectiva, que articula memória, corpo e arquivo, que se desenvolve a análise proposta neste artigo, examinando como o trauma e a culpa atravessam as personagens de *Os bêbados e os sonâmbulos* e como, nelas, a violência histórica da ditadura brasileira se converte em memória corporal e testemunho literário.

3. Testemunho e culpa: a memória traumática e a ditadura

Em *Os bêbados e os sonâmbulos*, a memória traumática da personagem Guilherme, antes recalcada, é evidenciada a partir da descoberta do tumor e da progressiva ameaça da perda de sua identidade. Ao saber que o tumor não poderia ser operado, segundo o neurologista, pois causaria estragos ainda maiores do que os apresentados naquele estágio da enfermidade, o protagonista decide procurar a testemunha do acidente de avião, como também tornar-se aspirante militar para estar mais perto de Jorge, seu amor e amigo de infância. Tais medidas têm por finalidade a conservação da memória, cuja natureza corre o risco de entrar em colapso, logo que o processo de formação de outra identidade começa a realizar-se.

É no presente, motivado pelo medo da perda identitária e pelos espaços que Guilherme escolhe adentrar, que o passado esquecido começa a ser evocado pela personagem. Em outras palavras, a memória traumática, nesse caso, é despertada pelo presente (Freud, 1930), pela atual condição da personagem, sendo o tumor e a iminente perda da identidade os elementos disparadores que sobrepõem o eu de Guilherme e despertam a compulsão pela busca de seu passado, manifestando em seu corpo enfermo a memória reprimida. Durante o processo de busca pelo passado, o curso da narrativa vai delineando as manifestações compulsivas das experiências traumáticas vivenciadas por Guilherme em sua infância, refletidas na incompreensão dos pro-

cessos sociopolíticos da ditadura. A compulsão de Guilherme e de outras personagens de *Os bêbados e os sonâmbulos* por investigar o passado, embora abrupta e excessiva, expressa uma forma de o psiquismo tentar inscrever essas marcas num sistema de representações simbólicas a fim de lhes dar um sentido.

Com o “raciocínio confuso e inacabado” (Carvalho, 1996, p. 12), Guilherme, nas primeiras páginas do romance, demonstra a incompreensão dos fatos, condição que se estende ao longo da narrativa. Por exemplo, o protagonista não reconhece Bob, antigo amor de sua mãe, com o qual teve contato na infância. É na infância, também, que ele começa a viver a culpa por sobreviver ao acidente, por não entender o ocorrido e, por isso, sente-se perseguido e até ouve os loucos do Hospício Pinel chamá-lo:

Vi que um deles também olhava fixo para mim. Comecei a vomitar logo depois de ele gritar o meu nome. Ouvi muito bem: Guilherme! [...]. Ninguém mais ouviu, porque os ônibus entravam a toda pela curva [...] e ninguém ouvia nada. Os loucos chamavam (Carvalho, 1996, p. 22).

Apesar de ninguém ser capaz de ouvir o chamamento dos loucos pelo nome de Guilherme, o trauma inscrito, mas recalcado em sua memória, ganha contornos de fantasia na cena acima descrita. Isso porque o sentimento de culpa e a falta de sentido de tal sentimento são transferidos para uma situação concreta. Dito de outro modo, incapaz de conceber os acontecimentos sob a luz do pensamento lúcido, as incertezas — “passei a vida com várias dúvidas martelando a minha cabeça [...], sempre que ouvia a história do avião que me irritava” (Carvalho, 1996, p. 14) — levam Guilherme a temer e a enxergar na loucura o convite à explicação do inexplicável, à busca de sentido da desrazão, paradoxos interiorizados e vividos pela vítima. No entanto, diante das incertezas ele toma para si o papel de algoz de sua história e lamenta: “não é nada fácil. Sobrebrei eu” (Carvalho, 1996, p. 21).

É para o corpo dessa personagem que a memória traumática é transmitida, resposta aos eventos violentos inesperados ou arrebatadores que não foram inteiramente compreendidos quando aconteceram, mas que retornaram em flashbacks, confusão psíquica e outras compulsões. De acordo com o narrador-personagem, desde o terceiro aniversário, quando a mãe “trancava-se no quarto, soluçando” (Carvalho, 1996, p. 20), ele entristecido refletia: “todos cantam parabéns. Parabéns por ter nascido? Demoraram para entender que aquilo (toda aquela indignação de estar ali, entre eles, que já estava registrada nas fotografias nos jornais: a criança que berrava) ia durar” (Carvalho, 1996, p. 20). Guilherme era a criança estampada nos jornais que berrava pós-acidente, continuava berrando a cada aniversário e depois como adulto berrava no hospital (Carvalho, 1996, p. 12), indicações de que seu choro seria, talvez, a indignação, o ensurdecido ruído do trauma, a dor por ter sobrevivido manifestando-se como memória corporal.

Anos depois, mais velho, porém ainda criança, o vômito e a confusão psíquica ao passar pelo Hospício Pinel demonstram que a indignação do sobrevivente durava. Ele ainda não é capaz de dar sentido àquele sentimento e nem entendia sua atração pela loucura. No entanto, decide tornar-se psiquiatra, talvez para ser o médico que lida com a desrazão, ou talvez, encontrar na medicina a explicação que precisava. Desiste da psiquiatria, pois não encontra as respostas que

buscava e por seu medo dos cadáveres — o protagonista repete e reafirma seu medo dos cadáveres diversas vezes. Posteriormente, ele decide procurar a testemunha do acidente: “queria tanto saber [...] sem entender bem a razão, [...] a testemunha do acidente talvez pudesse me dar uma explicação, uma pista” (Carvalho, 1996, p. 15).

O corpo enfermo de Guilherme funcionaria como a metáfora do aniquilamento de si, da culpa pela existência. A perda da memória devido ao tumor e o esquecimento do que ele é ou fora, como trauma recalado, parecem ser um meio de expurgo para o personagem, pois, ao se tornar outro, ele deixaria de ser aquele que sobreviveu ao acidente enquanto irmão e pai foram mortos naquela ocasião. Movido por esse desejo de transformação, há um momento na narrativa em que ele se transfere para Jorge, seu grande amor do passado.

Guilherme afirma: “transformei-o na imagem do que eu tinha sido, fora de mim, para me preservar nele”. No entanto, Jorge também se constituía como um corpo reprimido, diante do preconceito e da censura próprios do contexto opressor da ditadura. Sob a ideologia intensamente disseminada naquele período em que o homossexual não é tido como parte da sociedade, ao incorporar-se a Jorge, Guilherme percebe que ele também fora impelido a torna-se outro, pois o narrador-personagem: “soube que [ele] decidira entrar para escolas de cadetes porque não tinha chances. Ia ser militar” (Carvalho, 1996, p. 23). Em outras palavras, Jorge não tinha chance, não tinha uma existência livre e, então, reprime o eu para se proteger, silencia-se e une-se aos articuladores da atmosfera de terror e domínio da ditadura militar, levando o narrador-personagem, após alguns anos, ao mesmo caminho.

De acordo com os estudos de Ferenczi, o trauma silenciado e recalado encontra na transferência uma forma de expressão, funcionando como um prolongamento do processo de reordenação da memória traumática diante da ausência total de palavras. O silêncio, nesse caso, poderia ser considerado como resistência, aproximando-se de um mecanismo de proteção narcísica. Daí surge o conceito de introjeção, formulado por Ferenczi em 1912, ressaltando o amor objetual como um produto da introjeção do eu, os objetos passam a existir somente a partir do investimento do eu. Em artigos compilados na coletânea *Obras completas: psicanálise* (2011), o psicanalista húngaro explica que a introjeção é um processo que cria, ao mesmo tempo, o eu e o objeto e é um processo inerente às relações, isto é, “o homem só pode amar-se a si mesmo e a mais ninguém; amar a outrem equivale a integrar esse outrem no seu próprio ego. É na união entre os objetos amados e nós mesmos, essa fusão desses objetos com o nosso ego, que designamos por introjeção” (Ferenczi, 2011, p. 209).

Teresa Pinheiro, em *Ferenczi: do grito a palavra* (1995, p. 45), ressalta que, para o autor, “unicamente através da introjeção é que um sentido torna-se passível de ser apropriado [...] é a introjeção que, pela inclusão do objeto, começa a povoar de representações o aparato psíquico”. Tal processo pode ser feito tanto de forma imaginária, com representações e significações, quanto através do corpo, e é o corpo, conforme destaca Ferenczi, que oferece as vias pelas quais os objetos vão sendo encontrados e incluídos dentro da esfera do eu. A partir desse aspecto, é importante ressaltar que os processos de simbolização não se restringem à linguagem ou à capacidade de representar, mas se estendem à possibilidade de estabelecer semelhanças no plano da sensorialidade.

Embora Ferenczi descreva o processo de introjeção como um fator do desenvolvimento infantil e alargamento do eu, o psicanalista, a partir do conceito de introjeção, esboça uma compreensão meta-psicológica da constituição psíquica como algo originário de uma contínua integração com o mundo. Perspectiva que ressalta a *transferência* como um processo introjetivo e criador que não se limita à atualização de memórias infantis recalcadas, mas, sobretudo, expõe a constituição da memória corporal. Diante da incompreensão dos eventos acarretadores do trauma pelo sujeito, em seu caráter desestruturante (Ferenczi, 2011), este tipo de trauma vem perturbar e reforçar os operadores psíquicos mais precoces, tais como a introjeção e a projeção, devido à falta de representação, de figuração e de simbolização que geram. Incapaz de materializar a dor do trauma com palavras, o indizível retorna através dos atos e do corpo por meio dos fenômenos histéricos, das materializações corporais e das somatizações.

Como pode ser visto, esses fenômenos corporais, elementos da transferência da memória traumática, são percebidos em Guilherme, no romance em discussão. Sem respostas para questionamentos geralmente inaudíveis, sem compreender a experiência traumática, a personagem desenvolve a compulsão pela busca de significados; vê-se inquieto diante do quadro d'*Os banhistas ao sol*, na casa da testemunha: “o quadro me incomodava também [...] puxava para dentro. Obrigava o espectador a querer viver num outro tempo, que nunca era o dele, eu achei” (Carvalho, 1996, p. 21); ele deseja ser outro, viver em outro tempo; assombrado por uma constante desconfiança, tem medo dos loucos, e seu corpo reage a essa repulsa com o vômito; sente culpa por ter sobrevivido ao acidente e escolhe se tornar aspirante militar naquele contexto, contra tudo o que ele era (Carvalho, 1996, p. 23) para estar ao lado de Jorge. Todos esses elementos, por sua vez, podem ser vistos como traços da memória corporal do trauma ao qual Guilherme fora submetido. Assim, o reprimido e o recalcado emergem por meio dessas ações como movimentos impelidos pela subjetividade do protagonista, aquilo que ele guarda profundamente, mas insiste em permanecer na superfície, em seu corpo e pensamento.

Além desses aspectos, dos movimentos, por sinal, ainda insuficientes para a construção do sentido necessário ao entendimento da identidade e das somatizações memoriais que perturbam o protagonista, a subjetividade do narrador-personagem se coloca em processo de reflexão sobre o presente e a relação entre o contexto, o eu e suas memórias por meio do mergulho numa outra subjetividade, com a qual o narrador estabelece um jogo. Mais uma vez ocorre a transferência, a introjeção de uma outra identidade que vai se incorporando ao protagonista. O psiquiatra louco torna-se expressão de um eu em ruínas, sem referências identitárias e marcado por grande confusão mental resultante de um corpo torturado.

“Por que um militar?” (Carvalho, 1996, p. 25), por que um aspirante deveria ser designado ao repatriamento de um paciente psicossomático, o psiquiatra louco? Questionamentos não esclarecidos, mas que levam Guilherme a deixar em segundo plano, pelo menos enquanto estava naquela missão, a busca de sentido das experiências traumáticas que vivera, preocupando-se em dar sentido àquela situação, o repatriamento, carregada de silêncios e temores. A partir de sua designação para o repatriamento, Guilherme mais uma vez transfere a inquietude do trauma, as dúvidas e as paranoias que o envolviam, para o caso do psiquiatra louco. É na loucura e no



trauma que as subjetividades se embaralham e ambas as personagens se identificam pela culpa de terem sobrevivido. Guilherme, então, diz:

Por um instante, senti todo meu corpo relaxar diante da constatação de que, de fato, aquele homem não estava em pleno domínio de suas faculdades mentais [...] mas foi só por um instante, porque em seguida as cartas voltaram a se embaralhar e fui novamente capturado pelo que ele tinha a me dizer, até a surpresa final, para mim pelo menos, por me incluir de certa maneira naquele delírio, tornando-me personagem virtual [...] senti que eu estava me afundando na minha confusão, que ele estava me enredando naquela loucura (Carvalho, 1996, p. 58-59).

Duas subjetividades que se relacionam devido aos traumas da ditadura, as memórias de testemunhas que sobreviveram, a loucura e a iminência da morte: Guilherme devido ao tumor e o psiquiatra como represália do poder militar, como é relatado pela personagem no trecho “acordei nas mãos deles [...] vão me matar” (Carvalho, 1996, p. 111). Eles, então, rompem com o silêncio e, por meio da identificação entre os dois indivíduos supostamente desconhecidos, vão surgindo na narrativa pistas que auxiliam o leitor a encaixar as peças do complexo quebra-cabeça desenhado pelo narrador-personagem nesse romance.

Além disso, a confusão gerada pelas identidades perdidas, ou melhor, exatamente a perda dessas identidades é uma forma de materialização do trauma no corpo do sujeito. Diante da incapacidade de suportar a dor causada, além das compulsões, ocorre a clivagem do eu, isto é, o indivíduo deixa uma parte de si, aquela que o faz reviver a experiência traumática sem sentido concebível, e a “corta” de si. Ferenczi compara a clivagem do eu com a autotomia, um termo das ciências biológicas que se refere à automutilação de uma parte do corpo de alguns animais. De modo mais claro, a autotomia é um comportamento essencialmente defensivo desempenhado por um animal que se expressa na capacidade de se desvencilhar ou se separar de partes do próprio corpo “que estiveram submetidos a uma irritação excessivamente intensa ou que, de algum modo, o façam sofrer” (Ferenczi, 2011, p. 334). Assim, a culpa por existir e o trauma por ter sobrevivido à catástrofe configuram-se como os motivos que levam tanto Guilherme quanto o psiquiatra a sofrer. Essas experiências impulsionam tais personagens a romperem com suas respectivas identidades, a “cortar” o eu, perderem-se a si mesmos. Tal mecanismo funcionaria, assim, como um processo de autodefesa da memória corporal causada pelo trauma.

A culpa que perturbava o psiquiatra estava inteiramente ligada aos eventos da ditadura militar no Brasil. Além da confusão mental e da troca de identidades com o torturador, ele traz em seu corpo as marcas da experiência traumática. Após manter-se em inteiro silêncio durante o percurso do repatriamento (Carvalho, 1996, p. 50) e concentrar-se na contemplação de sua própria loucura manifestada através da paisagem geográfica (Carvalho, 1996, p. 47), o psiquiatra começa seu relato como se ele fosse o agressor, o agente do poder, responsável pelos interrogatórios e torturas. Ele quebra o silêncio, porém sob a perspectiva do algoz, de modo que as experiências narradas vão dando pistas de que “ele tomou a identidade de um outro” (Carvalho, 1996, p. 110). O psiquiatra busca, ao romper com o silêncio, alguma justificativa para a violência e crueldade que testemunhara, sofrera e cometeu: “matei um homem [...] muita gente morreu. Mas é diferente. Eu nunca tinha matado um homem” (Carvalho, 1996, p. 56). E continua:

No começo [...] achava que estava ali para colocar limites, mas forjado pelo deles, eu era a lei, [...] a nova lei que era criada ali dentro, numa realidade totalmente extrema. Mesmo a barbárie tem suas regras e achei que eu era o representante delas [...]. Queriam que eu pensasse assim. E era fácil. Todo mundo pensava assim no começo. Depois a confusão vai se desfazendo, e talvez você até tenha um minuto de consciência, um lapso, mas aí já é tarde, você está dentro, não dá mais para sair. E quando percebe, quando quer sair, é porque já matou (Carvalho, 1996, p. 59).

O psiquiatra sentia-se aterrorizado por ter matado aquele homem e declara: “carreguei aquela consciência por nove anos praticamente. Todo mundo enlouquece para poder viver” (Carvalho, 1996, p. 56). Quando ele sai do estado de letargia, confessa sua culpa, autojustifica-se e simula em seus relatos o possível funcionamento da mente do agressor, expondo a sequência de possíveis eventos que poderiam dar sentido à experiência da tortura vivida. Dentro do processo de busca para a construção de sentido do trauma, a falta de razão para explicar por que alguém estaria disposto a torturar um outro martela nos pensamentos do psiquiatra, ele se questiona: “O que você ganha fazendo esse trabalho? [...] Nunca entendi o que pode levar uma pessoa àquilo” (Carvalho, 1996, p. 56-57) e assim, imagina, cria possíveis justificativas, sob o olhar do verdadeiro psiquiatra, o agente da tortura.

Entende-se que tal processo configura um mecanismo de suporte para manter a introjeção, nesse caso, a vítima se identifica como o agressor e coloca-se no lugar de culpado pela agressão, já que não é capaz de constituir sentido para o ocorrido, causando insegurança e a impossibilidade de, por meio das palavras, tornar a experiência crível. Certo de que não encontrará alguém que irá escutá-lo, acreditar nele, compreendê-lo e ajudá-lo a entender o que aconteceu, diante do desmentido — por exemplo, Guilherme duvida e se questiona sobre a lucidez da outra personagem, nomeando seus relatos como delírios (Carvalho, 1996, p. 59). Diante da desautorização do seu relato, fator essencialmente traumático, a consequência é a identificação com o agressor, “a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento [...] é isso o que torna o traumatismo patogênico” (Ferenczi, 2011, p. 92).

Em outras palavras, para a teoria do trauma de Ferenczi, o impacto do desmentido torna o sujeito confuso e leva-o a incorporar em si próprio o sentimento de culpa do agressor, tornando-se clivado: culpado e inocente ao mesmo tempo. Isso porque, diante do sentimento de abandono, de solidão, parece mais seguro aceitar (no sentido de incorporar) o sentimento de culpa do agressor do que abrir mão do objeto de introjeção. Esse momento, no entanto, equivaleria ao risco de aniquilamento, de despedaçamento psíquico representando tanto a morte física quanto psíquica.

Por nove anos, o psiquiatra abre mão do objeto de introjeção, ou seja, ele mesmo, e assume outra identidade, cliva-se, afunda-se na loucura e provoca a morte do seu eu, tentando sobreviver com o trauma. Mas, ao “acordar nas mãos dos inimigos” (Carvalho, 1996, p. 111), ainda dominando pelo silêncio do desmentido, se identifica com Guilherme: “suponho que [ele] seja o único aqui de boa fé” (Carvalho, 1996, p. 55), e inicia o relato que se configura, sobretudo, como um processo de reflexão e busca de sentido.

As marcas físicas ainda são notadas naquele corpo, como destaca o narrador-personagem: “notei as cicatrizes na têmpora esquerda e do lado do nariz” (Carvalho, 1996, p. 57). Resquílios



de pavor e medo, essas marcas dizem no lugar das palavras que não são possíveis de serem ditas. A partir da descrição dessas cicatrizes desencadeiam-se reflexões sobre os motivos de a vítima da tortura, ou seja, ele mesmo, o jovem Filkelstone, “colocar-se” naquela situação. À época do sequestro pelos agentes do governo, não havia nenhuma evidência que pudesse apontá-lo como um subversivo, pois Filkelstone era apenas um simpatizante, alguém que dera dinheiro a um grupo por dois anos. Ele justifica, ainda, que fazia isso apenas porque “dava-lhe um pouco de emoção” (Carvalho, 1996, p. 61), mas nada sabia ao certo sobre o movimento, principalmente, ele desconhecia completamente os motivos para o sequestro e a tortura a que fora submetido. Filkelstone é preso, torturado, e permaneceu desaparecido por cinco anos nas mãos das autoridades brasileiras (Carvalho, 1996, p. 108). Localizado, ele rompe com o silêncio, confia em Guilherme e narra para o protagonista a cena da tortura:

Quando cheguei ele estava sozinho no cubículo frio e escuro. Conversei com ele. Disse que era melhor falar logo tudo, melhor para ele e para mim. Mas não abriu a boca. Por isso, resolveram começar as sessões naquela mesma noite. [...] ele não falava desde que tinha chegado. [...] ainda que tenha falado do advogado [...] exigia um advogado, até alguém rir e lhe dar um murro na cara. Quando cheguei parece que estava com a cara arrebatada [...]. Não é que estivesse imbuído de uma coragem heroica ou de brios de consciência [...] estava apavorado. Não falava, simplesmente porque não tinha o que dizer (Carvalho, 1996, p. 60).

Apavorado, Filkelstone enlouquece e tira a vida do verdadeiro psiquiatra e assim, embora sendo vítima, identifica-se como o opressor, perde sua identidade e carrega consigo a culpa daquele que sobreviveu, pois, para isso, precisou matar. Guilherme e o psiquiatra compartilham, além do sentimento de culpa, o conflito emocional gerado pelas histórias obscuras de seus pais. O primeiro vivia sob a dúvida da verdadeira finalidade ou razão do acidente de avião, especulando se o pai causara tudo por ciúmes, numa tentativa de matar ao descobrir que seu irmão era filho de Bob: “era a história oficial que eu ouvi. [...] ouvi minha mãe, na loucura, [...] insinuar que aquele não tinha sido um acidente, mas um suicídio e um assassinato (Carvalho, 1996, p. 20, grifos nossos). Enquanto o segundo se interessa pelo movimento contra a ditadura como meio de afrontar seu pai: ele teria “agido contra o pai, em represália ao pai? [...] estava mesmo em contradição com o que fazia, com seu papel, com os negócios de papel da família” (Carvalho, 1996, p. 61). Seu pai inclusive, após seu desaparecimento, tenta convencer Elena, esposa de Filkelstone, de que aquilo era passado e aconselha que ela deveria seguir sua vida e esquecê-lo: “você nunca o conheceu, ele nunca existiu. Eu também estou tentando, ele não vai voltar. Todos nós sabemos o que aconteceu” (Carvalho, 1996, p. 105).

Isso quer dizer, segundo Freud traz no texto “O Mal-estar na Civilização” (1930), que as experiências constitutivas do sujeito não perecem, pois elas são de alguma maneira preservadas. Os traumas desencadeados por experiências negativas com os pais dessas duas personagens, Guilherme e o psiquiatra, impossíveis de serem compreendidos, são elaborados sempre em forma de questionamentos sem respostas, compelindo seus corpos ao anulamento, suas vozes aos silêncios e suas escolhas à impulsos desmedidos. Nesse processo, segundo Freud, pode ocorrer que a realidade imponha, por exemplo, determinadas condições aos indivíduos contrárias ao

propósito de felicidade intrínseca ao homem, conferindo a sensação de que a vida é “árdua demais para nós” (Freud, 1930, p. 93).

Tal sentimento, por sua vez, produzindo sofrimento, “nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, [...]; do mundo externo [...]; e de nossos relacionamentos com os outros homens” (Freud, 1930 p. 95). Freud postula que, diante da condição de desprazer, depreendem-se várias técnicas para afastar o sofrimento e consecução da busca da felicidade como alguns “derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela” (Freud, 1930, p. 93). Nesse sentido, em *Os bêbados e os sonâmbulos*, a memória traumática sucumbe-se na incessante negação do eu pelas personagens, devido ao sentimento de culpa por sobreviver ao horror, carregar as marcas da violência e testemunharem a dor.

4. Considerações finais

Observa-se, assim, que as subjetividades de ambas as personagens são constituídas por traumas que as silenciam diante das experiências passadas, mas que ainda determinam suas escolhas ou caminhos no presente. Guilherme e o psiquiatra nunca tiveram a oportunidade de obter as respostas que procuravam, elas se perderam no esquecimento como outras tantas histórias ficaram sem solução, sem explicação ou jazem juntamente com os corpos desaparecidos e ceifados, como ocorre com tais personagens, pelos crimes ou “acidentes” ocasionados pelo controle implantado naquele contexto de ódio, violência e opressão.

Assim, a catástrofe sócio-histórica da ditadura brasileira, ocultada pela história e pelo discurso tendencioso da necropolítica ao longo do anos, ignorando a tortura, as mentiras, a censura e a violência desmedida, tem na arte — no caso de *Os bêbados e os sonâmbulos* e outros registros literários — seu valor de arquivo, trazendo ao leitor verdades intencionalmente desconstruídas e ignoradas na sociedade, mas mantidas nas mentes assombradas pelo trauma e na memória corporal de diversos sujeitos, as testemunhas e as vítimas das agruras da barbárie.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Analice de Sousa Gomes: Conceitualização; Investigação; Escrita: rascunho original; Escrita: revisão e edição.

Renata Rocha Ribeiro: Conceitualização; Investigação; Escrita: rascunho original; Escrita: revisão e edição.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARVALHO, Bernardo. **Os bêbados e sonâmbulos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAFLON, Claudete. Espirais: a escrita de Bernardo Carvalho. In: CHIARELLI, Stefania; DEALTRY, Giovanna; VIDAL, Paloma. **O futuro pelo retrovisor**: inquietudes da literatura brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- DERRIDA, JACQUES. **Mal de arquivo**. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FERENCZI, Sándor. **Diário Clínico**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FERENCZI, Sándor. **Obras completas**: Psicanálise (I, II, III, IV). Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FREUD, Sigmund. **O Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol XXI). Rio de Janeiro: Imago, 1930.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- PINHEIRO, Teresa. **Ferenczi**: do grito A palavra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora: UFRJ, 1995.
- SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



Contribuições dos entremezes de Ariano Suassuna para a consolidação do teatro moderno e formação da identidade cultural brasileira

Francisco Cláudio Alves Marques

Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2752-8879>

E-mail: fransclau@gmail.com

Cassio Bitencourt de Oliveira

Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5828-6741>

E-mail: cassio.bitencourt@unesp.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar dois entremezes de Ariano Suassuna produzidos na década de 1950 — *Torturas de um coração ou Em boca fechada não entra mosquito* (1951) e *O homem da vaca e o poder da fortuna* (1958) — buscando identificar suas contribuições para a consolidação do teatro brasileiro moderno e compreender os primeiros passos do autor na proposição da estética armorial. Em *Torturas de um coração*, a trama se passa em Taperoá, onde personagens típicos dos folguedos nordestinos, como Benedito e Marieta, vivem situações cômicas e burlescas, repletas de referências à oralidade e à vivência popular. Em *O homem da vaca e o poder da fortuna*, Suassuna retoma a estrutura do entremez para abordar temas universais, como sorte e destino, sempre ancorado em personagens e situações do cotidiano sertanejo. A relevância dessas obras reside na habilidade do autor em mesclar elementos eruditos e populares, promovendo um diálogo entre texto letrado e tradição oral, e revelando sua fase experimental, quando buscava consolidar os princípios que dariam origem à estética armorial.

PALAVRAS-CHAVE: Ariano Suassuna; Entremez; Movimento Armorial.



Contributions of Ariano Suassuna's interludes to the consolidation of modern theater and the formation of Brazilian cultural identity

ABSTRACT

This article aims to analyze two interludes by Ariano Suassuna produced in the 1950s — *Torturas de um coração* ou *Em boca fechada não entra mosquito* (1951) and *O homem da vaca e o poder da fortuna* (1958) — with a view to identifying the contributions of these plays to the consolidation of modern Brazilian theater and understanding the role of the armorial aesthetic in the process of forming Brazilian cultural identity. In *Torturas de um coração*, for example, the plot unfolds in the fictional city of Taperoá, where typical characters from Northeastern popular festivities, such as Benedito and Marieta, star in comic and burlesque situations full of references to orality and popular experience. Meanwhile, in *O homem da vaca e o poder da fortuna*, Suassuna revisits the interlude structure to explore universal themes such as luck and destiny, always anchored in characters and situations from everyday *sertanejo* life. The importance of these works lies in Suassuna's ability to blend erudite and popular elements, promoting a dialogue between literary text and oral tradition, which contributes to the consolidation of modern Brazilian theater by valuing national and regional culture. Moreover, the armorial aesthetic, idealized by Suassuna, proposes the creation of a refined art based on popular roots, uniting literature, music, and visual arts into a unique artistic expression capable of rescuing and celebrating Northeastern identity and, by extension, Brazilian cultural identity.

KEYWORDS: Ariano Suassuna; Interlude; Armorial Movement.

1. Introdução

Respeitável público!
 Termina aqui este doloroso drama,
 este empório de riso e de paixão,
 essa amostra do rebanho humano,
 de seu confuso e triste coração,
 à qual se deu o nome tão poético
 de *Em Boca Fechada não Entra Mosquito*
 ou *Torturas de um Coração*.
 (Ariano Suassuna. *Torturas de um coração*)

1º CANTADOR (*Vestido de Vaqueiro.*)
 Tem gente por este mundo
 que já nasce afortunada
 e que, embora passe um tempo
 sem poder arranjar nada,
 chega por trás a Fortuna,
 vem pegá-la de emboscada.

2º CANTADOR (*Vestido de Caçador.*)
 Por isso, conto uma história
 que ouvi contar, “em trancoso”,
 de um Cantador muito pobre



e, além disso, preguiçoso,
casado com uma mulher
de coração generoso.
(Ariano Suassuna. *O homem da vaca e o poder da fortuna*).

A escolha dos dois entremezes de Ariano Suassuna como recorte para a elaboração deste texto — *Torturas de um coração ou Em boca fechada não entra mosquito* (1951) e *O homem da vaca e o poder da fortuna* (1958) — justifica-se pela relevância de suas temáticas e pela forma como abordam questões universais que atravessam de modo semelhante a cultura popular nordestina e brasileira.

Torturas de um coração dramatiza temas centrais como a solidão e a busca por amor em um contexto de marginalização, ambientados no Nordeste do coronel e do abuso de poder; aborda ainda o tema da traição, da hipocrisia social e da condição humana, utilizando humor e crítica social para revelar determinadas verdades por trás dos rochedos agrestes que permeiam as relações sociais, estabelecendo a diferença entre o que as pessoas dizem e o que realmente sentem ou fazem. Através de situações cômicas e trágicas, a peça convida à reflexão sobre a condição humana, suas fraquezas e a busca por felicidade, mostrando que o riso pode ser uma resposta ao sofrimento e às intempéries da vida.

O uso do humor e da sátira nas peças de Suassuna é uma característica assídua, ora emprestada dos folhetos de cordel, ora dos espetáculos populares como o Circo, do Mamulengo e do Bumba, ora da farsa ibérica ou ainda de suas leituras e estudos de teóricos do riso, como Bergson (2018). Suassuna utiliza o riso como uma ferramenta para criticar a hipocrisia social e as injustiças, refletindo uma tradição de contestação que permeia tanto a literatura de cordel como todas as outras manifestações artístico-populares do Nordeste brasileiro. Essa abordagem permite que temas sérios sejam tratados de forma leve e acessível, facilitando a reflexão do público, seguindo uma vertente do riso mais alinhada às teorias bergsonianas e bakhtinianas, aliás, vertentes teóricas que oferecem um entendimento do riso que, em muitos aspectos, serve de esteio à obra de Suassuna, mas com enfoques distintos.

Enquanto Bergson concebe o riso como uma forma de correção social e crítica à rigidez da vida, Bakhtin o considera uma ferramenta de subversão e celebração da cultura popular. Suassuna leu Bergson e deu aulas sobre o teórico, conforme relata em *Iniciação à Estética* (2023), e, embora provavelmente não tenha lido Bakhtin à época em que compôs seus entremezes, ele tinha no Nordeste a motivação necessária para propor uma estética pautada no riso popular da praça pública medieval, bastando, para isso, ir à feira ou à praça de sua cidade natal, Taperoá, e isso desde sua infância, nas ocasiões em que esteve na praça, ouvindo os cantadores, ou no Circo, quando tinha a oportunidade de assistir a diversificadas performances cômicas, como ele mesmo relata no ensaio “O teatro, o circo e eu”, constante do seu *Almanaque armorial* (2008, p. 209):

Nos circos sertanejos da minha infância, havia figuras importantíssimas de homens e mulheres. Havia o Dono-Do-Circo, que se vestia um pouco como um Capitão de Cavalo-Marinho e que dirigia o espetáculo. Havia mulheres que eu achava belíssimas, as equilibristas do arame ou dos cavalos, moças que usavam saiotas, meias até as coxas e sombrinha na mão, como se fossem versões sertane-



jas e pobres das dançarinas do balé tradicional. Depois elas reapareciam, como atrizes e dançarinas, nas peças trágicas ou cômicas e nas pantomimas que encerravam o espetáculo.

Ao mesclar essas influências, Suassuna cria um espaço onde o riso não apenas diverte o espectador, mas também o convida à cena, à reflexão e à crítica, quebrando a quarta parede do teatro realista. Em *Iniciação à Estética* (2023), Suassuna aborda o conceito de riso de maneira profunda, relacionando-o com a sua visão estética e filosófica, tratando-o não apenas como um elemento cômico, mas uma ferramenta crítica capaz de revelar as contradições da condição humana e da sociedade.

Em *Torturas de um coração*, a crítica social é feita de forma leve, com tons humorísticos, mas com a profundidade necessária ao alcance do universal, de modo que Suassuna utiliza o riso para abordar questões sérias, como a traição e a desilusão amorosa, desafiando o público a refletir sobre suas próprias experiências e a sociedade em que vive. Nessa dinâmica, evidencia a luta entre os valores tradicionais e as realidades contemporâneas, questionando o que realmente importa nas relações humanas.

O homem da vaca e o poder da fortuna, por sua vez, envereda pela mesma crítica social do entremez anterior e aborda temas como a avareza e a relação entre poder e fortuna, utilizando o humor e a sátira para uma reflexão sobre a condição humana e determinadas práticas. Nessa perspectiva, ambas as peças suscitam reflexões que são fundamentais para a construção de um teatro que se propõe a ser um espaço participativo de questionamento, interação e transformação social e artística: social porque induz à reflexão; artística porque transforma o texto do folheto de feira em outro produto que se mescla ao erudito para levar ao público uma nova proposição, como bem observou Idelette F. dos Santos (2018) ao tratar do entremez *O homem da vaca e o poder da fortuna*, cuja escritura, mais tarde amadurecida, daria origem à peça *Farsa da boa preguiça* (1961).

Sobre o entremez em tela ter sido adaptado de um folheto de cordel homônimo, de Francisco Sales Arêda, Idelette Santos explica que as transformações operadas por Suassuna para levar o texto de cordel ao palco erudito consistem na

integração dos elementos populares resultado de movimento duplo: a) mesclagem de elementos formais e textuais populares, às vezes díspares e oriundos das mais diversas fontes, num texto e espetáculo coerentes; b) emprego de personagens populares para colocar em confronto e diálogo a relação popular/letrado na arte (Santos, 2018, p. 8).

O processo de reescritura dos folhetos, realizado por Ariano Suassuna em chave dramática, conforme destacado por Idelette Fonseca (2018, p. 8), revela uma dinâmica recorrente em grande parte de sua produção teatral. Nesse processo, ainda segundo Santos (2018; 2009), Suassuna introduz novas dimensões e perspectivas que, embora não sejam exclusivas de seu teatro, tampouco são injetadas de maneira artificial sobre o texto popular, haja vista que essas inovações surgem de uma reflexão profunda e de um confronto criativo com a tradição.

Cada cena demonstra uma busca constante por equilíbrio: a seriedade é sempre compensada pelo humor, e a moralidade é relativizada por meio de anedotas espirituosas. O embate entre

o popular e o intelectual, por vezes intenso e quase caricatural, expressa a postura de Suassuna diante da cultura popular e de seus artistas. Ele evita tanto a postura de superioridade do intelectual quanto uma admiração ingênua ou desmedida. Para Suassuna, o poeta popular é um homem como qualquer outro; sua superioridade e lucidez derivam de sua visão poética, não de sua condição social ou de pertencimento a uma classe oprimida.

2. A farsa, o entremez e o processo de modernização do teatro brasileiro

Nos dois excertos que servem de epígrafe à introdução deste texto, a distribuição dos temas, situações e atores já apontam para a natureza cômica, farsesca e intertextual das peças de Suassuna que servem de mote para este trabalho. A farsa e o entremez, gêneros teatrais de origem ibérica, tiveram um papel significativo na formação do teatro brasileiro moderno. A introdução e a influência desses gêneros no Brasil podem ser compreendidas através de sua história e características, que passamos a comentá-las sucintamente.

Os gêneros farsescos e o entremez foram trazidos para o Brasil durante o período colonial, especialmente entre os séculos XVI e XVIII, por meio da colonização portuguesa. O entremez, que se desenvolveu como uma forma de teatro popular em Portugal, caracterizava-se por suas representações cômicas e pela inclusão de elementos musicais e dançantes, frequentemente apresentando situações cotidianas e críticas sociais. Essas características tornaram o entremez um gênero acessível e atrativo para o público, tanto nos seus primórdios, na Europa, quanto no Brasil, conforme Ornar Levin (2013) e Roseli Bodnar (2017).

A popularização do entremez no Brasil se deu em parte pela sua adaptação em feiras e festivais, ocasiões em que se misturavam elementos da cultura local com as tradições ibéricas, fusão que contribuiu sobremaneira para a formação de um gosto por comédias que representassem a realidade brasileira (Levin, 2013), permitindo que dramaturgos como Suassuna incorporassem essas influências em suas composições (Bodnar, 2017).

Para a composição da maioria de suas peças, como *O Auto da Compadecida*, por exemplo, Suassuna utiliza elementos típicos do entremez e da farsa, como a presença de personagens populares, o uso de ditados e provérbios, e a representação cômica de situações cotidianas, de modo que sua dramaturgia é marcada por uma crítica social que se expressa através do humor, traduzindo a vida e os costumes do povo nordestino (Bodnar, 2017; Oliveira, 2017).

Para além da tradição ibérica aqui aportada, as composições de Suassuna flertam com a cultura local, especificamente com a Literatura de Cordel, com o Mamulengo, o Bumba meu boi, a Catarina, e outros artefatos da cultura popular nordestina, os quais, mesclados aos eruditos, majoritariamente de origem ibérica, vão dando combustível para a formação de uma poética e estética cujos fundamentos se consolidariam com a fundação do Movimento Armorial, em 1970, no Recife. Após várias provocações para apresentar uma definição para o Movimento, Suassuna publica um texto na coluna Almanaque Armorial do Nordeste, no *Jornal da Semana* do Recife, em 20 de maio de 1973, delimitando os parâmetros de sua poética nos seguintes termos:

A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos “folhetos” do Romanceiro Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus “cantares”, e com a Xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das Artes e espetáculos populares com esse mesmo Romanceiro relacionados. (Suassuna, 1974, p. 7).

Suassuna defendia a ideia de que a Arte Armorial tinha como finalidade refletir as aspirações e o espírito do povo brasileiro, unindo diferentes formas de expressão em um único gênero. O Movimento é descrito pelos estudiosos de Suassuna, tais como Ligia Vassallo (2022), Idelette M. Fonseca dos Santos (2009), Eduardo Dimitrov (2011) e Carlos Newton Júnior (2018), só para citar os mais proeminentes, como uma resposta ao processo de descaracterização da cultura brasileira, com Suassuna buscando resgatar e afirmar a identidade cultural através de uma arte que dialogasse com as tradições populares e as elevasse a um patamar erudito, e que o Armorial funcionasse também como um “movimento aberto”, permitindo a inclusão de diversas influências e expressões artísticas com vistas a refletir sobre o complexo cultural brasileiro e colocar o teatro nacional nos rumos da modernidade.

Para Luís Adriano Mendes Costa (2011), a estética armorial, integrando a cultura popular/erudita do Nordeste brasileiro, é também uma vertente na qual podemos encontrar uma representação simbólica de resistência, de originalidade e uma identidade cultural, aspecto que está presente no pensamento armorial como resistência ao processo de “achatamento” da cultura brasileira por fatores externos, como bem advertiu Suassuna (*apud* Didier, 2000, p. 51-52):

Não sei se o pessoal do Sul já se apercebeu suficientemente da importância, para o Brasil, do movimento artístico que está se realizando atualmente no Nordeste. Os escritores e artistas nordestinos não se preocupam com a “crise” que, segundo os alarmistas, vai exterminando a cultura brasileira. E, enquanto os do Sul, parece que apavorados por essa notícia criada artificialmente, vão entrando pelos becos-sem-saída do desespero, do vanguardismo, do som universal, da arte cosmopolita, os nordestinos vão levando adiante seu trabalho criador de modo cada vez mais atuante, mais profundo, mais ligado às raízes da cultura brasileira.

A dramaturgia de Suassuna dialoga também com outras vertentes da tradição medieval ibérica, ao incorporar a estrutura do teatro católico e profano, que se entrelaça com a farsa e o entremez. Essa confluência resulta em uma obra que não apenas entretém, mas provoca reflexão sobre a realidade social e cultural do Brasil, além de buscar resgatar e valorizar a cultura popular utilizando-a como base para a construção de uma identidade teatral brasileira que é ao mesmo tempo moderna e enraizada nas tradições do Nordeste do Brasil (Bodnar, 2017).

Ao adaptar e valorizar a farsa e o entremez, Suassuna buscou levar ao palco peças que dialogassem com a cultura popular nordestina e brasileira, fazendo da intersecção entre o popular e o erudito um dos legados mais marcantes de sua dramaturgia.

De acordo com Orna Levin (2013), o entremez, enquanto forma de teatro popular, consolidou-se como uma expressão cultural ao refletir as experiências e as realidades do povo brasileiro, servindo como um meio de resistência cultural e de afirmação da identidade nacional. Ainda segundo Levin, o que evidencia o aspecto popular dos entremezes “é o fato de extrair os

temas principalmente da realidade local e situar suas ações em ambientes conhecidos pela audiência, como praças, ruas, mercados e lugares públicos” (Levin, 2013, p. 187). Daisy Sardinha Ribeiro da Silva observa que também as ações que compõem as pequenas intrigas permitem a compreensão imediata, garantindo o riso fácil dos espectadores:

[...] teatro do cotidiano, e por isso popular, os entremezes oferecem ao espectador o dia a dia da vida real: as discussões em família, os namoricos, as declarações de amor, as conquistas, os ciúmes, a astúcia feminina, a guerra conjugal, os preparativos das festas e serões, as dificuldades financeiras, as cobranças, os imperativos da moda, as brigas entre vizinhos, as intrigas, os problemas com os criados, as touradas, as aulas de dança e canto, as festas, a venda de entremezes pelos cegos etc. (Silva, 1979).

Ao longo da década de 1930, o teatro brasileiro começou a passar por um processo de modernização, impulsionado por transformações sociais e políticas que culminaram na busca por uma dramaturgia capaz de dialogar com a realidade cultural, social e política brasileira. A partir da década de 1940, com a encenação de peças como *Vestido de noiva* (1943), de Nelson Rodrigues, o teatro moderno brasileiro começou a se consolidar, incorporando novas temáticas e formas de expressão. Esta peça é considerada um divisor de águas, introduzindo uma nova estética e temática que abordava questões psicológicas e sociais. A partir de 1948, com a profissionalização de companhias como o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e o Teatro de Arena, o teatro brasileiro começou a se afirmar como uma forma de arte mais orgânica, voltada para a realidade nacional e não apenas para a elite urbana.

Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho foram figuras centrais na construção do teatro moderno brasileiro, especialmente com suas contribuições ao Movimento Armorial, que buscava integrar as tradições populares nordestinas ao teatro. Ao lado de Suassuna, Borba Filho foi um dos fundadores do Teatro Popular do Nordeste (TPN) em 1958, formando um grupo que teve um papel crucial na promoção do teatro regional e na valorização da cultura popular nordestina.

Borba Filho escreveu, dirigiu e atuou em diversas peças, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento do teatro moderno no Brasil, especialmente na perspectiva defendida pelo Teatro Popular do Nordeste (TPN). Liderado por ele, o TPN buscava criar um teatro com identidade nordestina, inspirado nas manifestações culturais locais, como o Bumba meu boi e o Mamulengo, e comprometido com a realidade social. Essa visão foi formalizada no Manifesto do Teatro Popular do Nordeste, de 1961, que defendia um teatro profissional de qualidade artística, comprometido com a cultura regional e com um diálogo fecundo com a realidade do povo nordestino. O manifesto também posicionava o grupo em oposição a outras formas de teatro da época, buscando um teatro comprometido, sem ser nem “frívolo” nem “alistado”, e enfatizando a necessidade de levar arte de qualidade às camadas socialmente menos favorecidas, seguindo as seguintes pautas:

- O rechaço tanto ao teatro de mero entretenimento burguês (“frívolo”) quanto ao teatro de prioritária instrumentalização política (“dirigido”); opondo esses extremos, um teatro realmente ligado aos anseios do povo, fiel às tradições e às raízes populares de cada cultura;



- A valorização, um tanto idealizada, do espírito do povo brasileiro, sobretudo do nordestino, vendo-o em seus aspectos mais positivos: “vivo, vigoroso, amante da paz, religioso, irreverente e chocarreiro com o pomposo, o falso, o grandiloquente, mas respeitoso diante da verdade dos heróis, do grandioso, do trágico.” (Suassuna; Borba Filho *apud* Reis, 2018, p. 14-15).

Uma década antes da assinatura do Manifesto de 1961, os entremezes de Ariano Suassuna, *Torturas de um coração ou Em boca fechada não entra mosquito* (1951) e *O Homem da vaca e o poder da fortuna* (1958), entre outros, emergem como importantes contribuições para a formação de um teatro que visasse não apenas o entretenimento, mas também provocasse reflexões críticas sobre a sociedade e suas questões políticas, sociais e culturais.

Na base da criação de *Torturas de um coração*, encenada no Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), em 1951, encontra-se a figura do mamulengueiro Cheiroso, criador de personagens como o Cabo Setenta e o Capitão, dois tipos de valentões que se espelham no *Miles gloriosus* (soldado fanfarrão) da *Commedia dell'arte*; uma farsa de García Lorca, *Amor de Dom Perlimplín com Belisa em seu Jardim*, e o “mestre de mamulengo” de Suassuna, conhecido como Benedito — nome de sua marionete predileta, malandro negro, inteligente e manipulador —, que influenciou esta e outras encenações posteriores das comédias suassunianas (Newton Júnior, 2018, p. 6).

Entre as inúmeras situações farsescas que compõem o entremez, podemos destacar algumas bastante significativas, responsáveis pela criação de mal-entendidos e artimanhas típicas da farsa, uma delas dramatizada na cena em que Benedito, para se mostrar mais corajoso que seus rivais, finge ser um “malassombro” (assombração) e os amedronta, chegando a dar-lhes uma “surra de pau”, gerando uma cena de humor exagerado:

Um uivo horroroso e aparece o MALASSOMBRO. Os dois valentes lançam-se nos braços um do outro, tremendo.

VICENTÃO

Ai, meu Deus, que é alma de viúvo!

CABO SETENTA

É nada! É pior! É alma de enjeitado!

VICENTÃO

Valei-me, Nossa Senhora do Bom Parto!

Ai! Ai! Meus saís! Vou desmaiar!

CABO SETENTA

Vou ter um troço, vou ter um chilique,
vou me acabar!

Morre quem quer e quem não quer!

Ai! Passei debaixo de um arco-íris,

Ai, que eu virei mulher!



OMALASSOMBRO se descobre: é BENEDITO.

BENEDITO

Bom, os cabras deram o cagaço,
já vi que eles são frouxos.
Se é assim, o pau vai comer,
o cacete vai cantar!
Com quem tem coragem, não,
mas, com gente dessa qualidade,
minha especialidade é brigar.
Cheguem, venham pro pau,
venham pro cacete,
pro cipó de boi!

Aparecem MARIETA e AFONSO GOSTOSO.

BENEDITO

Primeiro, o valentão,
o bigodudo atrevido,
o safado do Vicentão!

Dá-lhe uma surra de pau.

VICENTÃO

Ai! Ai não! Ai não! Ai não!
Dê em todo canto, menos nesse,
esse é o canto mais doído,
é o canto da fraqueza,
do amor e do coração!
Ai não, ai não, ai não!
Ai, Benedito, tenha dó de Vicentão!

BENEDITO

Agora, o deus-me-perdoe vai trabalhar
nas costas da polícia!

CABO SETENTA

Benedito, eu sempre fui seu amigo!

BENEDITO

Não tem isso não, venha pro quiri!
Aqui é Benedito, o Caximbiro,
o João Redondo, o Babau!
Você não disse que virou mulher?
Então venha pro pau!

Dá-lhe uma surra de pau.

CABO SETENTA
Dê em todo canto,
mas não dê no figueiredo!

BENEDITO
Não tem isso não,
deixe de conversa!
Apanha no figueiredo...
E, agora, no vice-versa!

CABO SETENTA
Ai! Ai não, aí não, aí não!
(Suassuna, 2018, p. 134-136).

Constituem-se situações farsescas as que resultam da recorrente disputa amorosa entre Benedito, Vicentão e Cabo Setenta pelo coração de Marieta, uma mulher que é ao mesmo tempo sonhadora e solitária. Depois de terem sido surrados a pau por Benedito, uma situação farsesca se desenrola com Marieta no centro da cena:

BENEDITO
Pronto, estão exemplados!
Agora já sabem, não é?
Quem manda aqui agora sou eu.
Respondam todos dois,
aqui, na frente de Marieta e sem demora:
quem manda nessa desgraça agora?

CABO SETENTA
É Benedito!

BENEDITO
E você, bigodudo? O que é que diz?

VICENTÃO
É você, Benedito!

BENEDITO
Marieta agora é de quem?

OS DOIS
De Benedito!

BENEDITO
Puxem todos dois por ali!



Os dois saem correndo.

Pronto, Marieta, ganhei o cartaz, dei em Setenta,
dei em Vicentão! Agora,
tenho seu coração?
(Suassuna, 2018, p. 136-137).

Quanto ao entremez *O homem a vaca e o poder da fortuna*, Newton Júnior destaca que este é o texto “que realiza de modo mais criativo a articulação do folheto e de outros elementos na elaboração do texto teatral”, que ostenta um subtítulo detalhado: “adaptado de um folheto de Francisco Sales Arêda e de uma peça nordestina para mamulengos, assim como de um ‘romance’ medieval ibérico, ainda hoje cantado no sertão”. Este entremez será reelaborado por Suassuna e integrado à peça *Farsa da boa preguiça*. (Newton Júnior, 2018, p. 10).

Neste entremez, sobressaem situações farsescas que revelam tanto o humor popular quanto a crítica social. Uma delas ocorre quando o protagonista, Joaquim Simão, recusa-se a trabalhar apesar das necessidades da família, recorrendo a uma série de desculpas e justificativas cômicas para justificar sua preguiça. Esse traço exagerado do personagem é típico da farsa, que utiliza a caricatura para provocar o riso:

1º CANTADOR

No Sertão, há muitos anos,
numa pequena cidade,
esse pobre residia
já no fim de um arrabalde,
tão cheio de precisão
que causava piedade!

2º CANTADOR

Com a mulher e dez filhos
o poeta Joaquim Simão
sofria fome e nudeza,
dormindo todos no chão.
Muitas vezes, pra comer,
tinha que pedir o pão!

1º CANTADOR

Além da grande pobreza,
a preguiça o devorava
e quando a mulher, às vezes,
em trabalhar lhe falava,
ele, todo aborrecido,
dentro de casa, exclamava:

SIMÃO

Trabalhar pra quê, mulher?
Trabalho não me convém!



O que tiver de ser meu,
 às minhas mãos inda vem!
 Se trabalhar desse lucro,
 jumento vivia bem!
 Eu vejo esses que se matam
 para ajuntar o que é seu.
 Quando morrem, deixam tudo:
 trabalho, de que valeu?
 E há gente por esse mundo
 que está pior do que eu!

MULHER
 É mesmo! É mesmo, meu velho!
 Você é quem tem razão!
 Mas, então, vamos mudar-nos
 para outra região.
 Pode até ser que a Fortuna
 nos dê sua proteção!

SIMÃO
 Mulher, meu juízo é muito
 e eu o guardo, aqui, quase todo!
 Não saio da minha terra
 nem arrastado de rodo!
 Pedra que muito rebola
 nunca pode criar lodo!
 Se eu tiver de possuir
 qualquer coisa, com fartura,
 não é por sair pro mundo,
 enfrentando essa aventura!
 Se a Sorte tiver vontade,
 ela mesma me procura!
 (Suassuna, 2018, p. 54-59).

Nesse entremez, o farsesco manifesta-se ainda na sequência de trocas absurdas feitas por Joaquim com a vaca recebida de presente: ele troca a vaca por um burro, o burro por uma cabra, a cabra por um galo e o galo por um pão francês. Essa cadeia de trocas inusitadas, acompanhada da aposta feita por um homem rico que duvida do sucesso da negociação, cria situações cômicas e inesperadas, típicas da farsa popular brasileira:

O RICO (*Do limiar da cena.*)

É o poeta preguiçoso!
 Ele não me pressentiu!
 Ou então virou as costas,
 Fingindo que não me viu!

Um homem falou com ele,
 fez uma troca e saiu!
 Eu vou lá! Joaquim Simão!
 Gosta de trocar, também?
 Você sabe, eu sou banqueiro,
 e entendo essas coisas, bem!
 Que é que inda tem pra trocar?

SIMÃO
 Aqui, nada mais se tem!
 Eu fiquei com uma vaca
 que minha mulher ganhou:
 Fiz, porém, quatro negócios
 e o que eu tinha se acabou!
 Tenho um pão e dez mil-réis:
 foi tudo quanto sobrou!

O RICO
 Pode explicar essas trocas?
 Voltaram? Você voltou?
 Pra sobrar só dez mil-réis,
 o pessoal o enganou!
 Diga lá todas as trocas
 que você, aqui, fechou!

SIMÃO
 Eu troquei, primeiro, a vaca,
 pelo burro dum freguês.
 Dei o burro numa cabra
 e esta num galo pedrês.
 Me deram por esse galo
 dez mil-réis e o pão francês!

O RICO
 Você é besta, Simão!
 Você é burro, Joaquim!
 E uma coisa eu lhe digo:
 sua mulher vai achar ruim!
 Porque você pegou, hoje,
 a vaca dela e deu fim!
 (Suassuna, 2018, p. 75-76).

Esta cena do entremez de Suassuna apresenta um diálogo que revela a crítica social e o humor característicos do dramaturgo, especialmente no uso da literatura popular e do teatro popular nordestino. O RICO representa o olhar crítico da sociedade sobre a ingenuidade e a esperteza popular. Quando ele chama Simão de “poeta preguiçoso” e “burro”, ironiza a forma como Simão



fez as trocas, que resultaram em perdas para ele e para sua mulher. Simão, por sua vez, mostra a dinâmica das trocas populares, onde bens vão sendo trocados sucessivamente, numa espécie de jogo de sorte e azar. O riso atua aqui ao transformar em comédia a trajetória da vaca, que passa de bem valioso a simples pão e dinheiro, evidenciando de forma exagerada a fragilidade da fortuna e a imprevisibilidade da vida do homem simples. Ao carnavaizar essa situação, a cena satiriza a relação entre poder econômico e saber prático: o RICO, banqueiro, aparece como alguém experiente e astuto, enquanto Simão se mostra incapaz de administrar suas posses. Essa oposição, apresentada de forma cômica, reforça a crítica à desigualdade social e à exploração dos mais pobres, subvertendo valores e expondo, através do riso, a injustiça social que permeia o cotidiano sertanejo — um tema recorrente na obra de Suassuna.

3. Suassuna e os Centros Populares de Cultura

O riso suassuniano propõe uma reflexão sobre a identidade cultural brasileira e sobre a criação de um espaço teatral que integre influências modernas às raízes culturais do país. Ao fundamentar seus entremezes em elementos folclóricos e no teatro popular, Suassuna ressalta a importância de preservar tradições locais e a autenticidade cultural, em contraposição a um cenário muitas vezes dominado por referências estrangeiras. O humor crítico e a ironia presentes nessas obras convidam o público a questionar o verdadeiro sentido de “modernidade” no teatro: para Suassuna, ser moderno não significa romper com o passado, mas sim articular de maneira harmoniosa novas ideias e tradições consolidadas.

Suassuna enfatiza a importância da participação comunitária e da acessibilidade da arte, distinguindo o Movimento Armorial da abordagem dos Centros Populares de Cultura (CPC), ativos na década de 1960. Enquanto os CPCs propunham que os intelectuais conduzissem a desalienação cultural das massas em uma dinâmica de cima para baixo, o Armorial buscava articular a erudição com as expressões populares de forma colaborativa e integrada. Apesar de ser liderado por intelectuais com formação acadêmica, o movimento funcionava como um projeto coletivo: valorizava a contribuição direta dos artistas e do público, promovendo a inclusão social e a democratização cultural. Os entremezes de Suassuna, com seu caráter popular e narrativas voltadas à população, ilustram como a arte poderia dialogar com a comunidade, conectando tradição e contemporaneidade sem estabelecer hierarquias rígidas entre criadores e espectadores.

Renato Ortiz esclarece que, enquanto Gramsci via o intelectual como expressão orgânica das massas, estabelecendo uma relação de baixo para cima, os agentes dos CPCs invertiam essa lógica, acreditando que eram eles os responsáveis por levar cultura e consciência política às massas:

Para Gramsci, a categoria de intelectual é distinta do significado que lhe atribuem os agentes do CPC; o intelectual é, na realidade, a expressão das massas, pois se encontra vinculado organicamente aos interesses populares. A relação partido-massa é interna, e se realiza de baixo para cima, isto é, ela emerge junto às classes subalternas que secretam seus próprios intelectuais orgânicos. Para o CPC, a relação encontra-se invertida: são os intelectuais que levam cultura às massas. Fala-se sobre o povo, para o povo, mas dentro de uma perspectiva que permanece sempre como exterioridade.

Apesar das intenções, o distanciamento público-autor é uma constante; um exemplo patético disto são as produções artísticas realizadas pelo CPC. Devido à ênfase colocada na instrumentalização dos bens artísticos, resulta que o elemento estético seja praticamente banido. Basta analisar-se algumas peças teatrais para se convencer de que elas operam no fundo com estereótipos que banalizam a vida social: o estudante, o sacerdote, o operário, o burguês etc. (Ortiz, 1986, p. 73).

No trecho apresentado, fundado nas ideias de Gramsci, Renato Ortiz destaca uma diferença fundamental entre a concepção gramsciana de intelectual e a perspectiva adotada pelos agentes dos Centros Populares de Cultura (CPCs). Para Gramsci, o intelectual não é uma figura externa ou superior às massas, mas sim uma expressão orgânica delas, surgindo de dentro dos próprios grupos populares e subalternos. A relação entre partido e massa é interna e se constrói “de baixo para cima”, ou seja, os intelectuais orgânicos emergem das necessidades, experiências e lutas das classes populares, atuando em sintonia com seus interesses e aspirações, implicando que o intelectual gramsciano não “leva” cultura ao povo, mas sim traduz, elabora e potencializa as experiências e saberes já existentes nas massas, promovendo uma elevação coletiva da consciência e da cultura.

Em suma, segundo Ortiz (1986), os agentes dos CPCs invertem esse significado, uma vez que, para eles, os intelectuais são aqueles que detêm a cultura e têm a missão de transmiti-la às massas, numa relação “de cima para baixo”, postura que cria uma distância entre público e autor, pois a cultura é vista como algo externo ao povo, a ser levada por um agente esclarecido, e não como uma construção coletiva. Nesse processo, há uma tendência à instrumentalização da arte, transformando-a em mera ferramenta de conscientização política, o que empobrece seu valor estético e resulta em produções estereotipadas e pouco sensíveis à complexidade da vida social.

Ao contrário dessa perspectiva, o movimento armorial se fundamenta na colaboração entre artistas e comunidade, valorizando as tradições populares como ponto de partida para a criação erudita. A cultura deixa de ser um objeto externo a ser transmitido e passa a ser um espaço de participação ativa, em que literatura, música, teatro e artes visuais se entrelaçam de forma coletiva. Dessa maneira, o movimento promove não apenas uma arte rica e estética, mas também uma expressão autêntica da identidade cultural nordestina e brasileira, fortalecendo o vínculo entre criador e público.

4. Considerações finais

Quando inserimos os entremezes de Ariano Suassuna no debate sobre a inauguração de um teatro moderno e nacional, à luz da estética armorial, pretendíamos promover uma discussão ampla e multifacetada sobre um teatro que valorizasse a tradição, questionasse a modernidade e enfatizasse a inclusão, aspectos que consideramos essenciais para a construção de uma cena teatral representativa da cultura nordestina, nacional e brasileira, ultrapassando a dicotomia entre “erudito” e “popular”.

Ao articular elementos da cultura popular nordestina com tradições teatrais, tanto eruditas quanto populares, conforme a estética armorial, os entremezes de Suassuna propõem uma re-



flexão sobre a construção da identidade nacional brasileira. Mais do que buscar uma origem “pura” ou homogênea no povo, suas obras revelam a complexidade das relações sociais e culturais, mostrando que a valorização das manifestações regionais não implica na idealização de uma autenticidade imutável, mas sim na afirmação de múltiplas vozes e perspectivas diante das pressões de padronização cultural e cosmopolitismo.

De forma mais ampla, para além do que comentamos na introdução deste texto, toda a escrita de Suassuna, ao explorar a música, as lendas e os costumes do Nordeste, estabelece um diálogo com a diversidade cultural do Brasil, funcionando, assim, como um complemento necessário à história cultural brasileira, que frequentemente é contada a partir das perspectivas do Sul e Sudeste do país. Os entremezes, como peças teatrais que intercalam drama e comédia, refletem a vivência do povo e suas questões sociais, permitindo que o público se reconheça e se identifique com a cena apresentada.

Além disso, a busca por uma identidade nacional plural se mostra especialmente relevante no contexto atual, em que o teatro popular funciona como forma de resistência cultural e espaço de afirmação da identidade regional. Sob essa perspectiva, a análise dos entremezes de Suassuna contribui para a compreensão das dinâmicas da cultura brasileira e a diversidade que a caracteriza.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Ambos contribuíram igualmente.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores não têm conflito de interesses a declarar.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP. Processo n. 2024/16229-1

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 5. ed. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Peculiaridades do gênero, do enredo e da composição das obras de Dostoiévski. In: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. revista. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 115-206.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre o significado do riso**. Tradução e notas Maria Adriana Camargo Cappello. São Paulo: Edipro, 2018.



BODNAR, Roseli. **Entremez**: jogos de espelhos em um labirinto sem fim. A dramaturgia de Ariano Suassuna, Francisco Pereira da Silva e Hermilo Borba Filho. Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — PUCRS, Porto Alegre, tese de doutorado, 2017.

COSTA, Luís Adriano Mendes. **Antonio Carlos Nóbrega em acordes e textos armoriais** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

DIDIER, Maria Thereza. **Emblemas da sagração armorial**: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial (1970 — 76). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000.

DIMITROV, Eduardo. **O Brasil dos espertos**. Uma análise da construção social de Ariano Suassuna como criador e criatura. São Paulo: Alameda, 2011.

LEVIN, Orna Messer. A rota dos entremezes: entre Portugal e Brasil. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 181-192, jul.-dez. 2013.

NEWTON JÚNIOR, Carlos. Apresentação geral e critérios de organização. In: SUASSUNA, Ariano. **Comédias. Teatro Completo**, vol. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 7-21.

OLIVEIRA, Helder Canal de. Uma arte engajada: Ariano Suassuna, Cultura e Política. **XXXI Congresso ALAS Uruguay**: Las encrucijadas abiertas de América Latina. La sociología en tiempos de cambio, Montevideo, p. 1-23, 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Luís. **TPN — Teatro Popular do Nordeste**. O palco e o mundo de Hermilo Borba Filho. Recife: Cepe, 2018.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. Entremez, espaço de transformação. In: SUASSUNA, Ariano. **Entremezes. Teatro Completo**, vol. III. Org. Carlos Newton Júnior. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p.7-17.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. **Em demanda da poética popular**: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial. 2. ed. rev. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009.

SILVA, Daisy Sardinha Ribeiro da. **Apresentação do teatro colorido e folgazão contido nos entremezes de cordel do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em Letras), FFLCH-USP, São Paulo, 1979.

SUASSUNA, Ariano. **O Movimento Armorial**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1974.

SUASSUNA, Ariano. O Movimento Armorial. **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**. Recife, v. 4, n. 1, p. 139-164, jan./jun. 1977.

SUASSUNA, Ariano. **Almanaque Armorial**. 2. ed. Seleção, organização e prefácio Carlos Newton Júnior. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SUASSUNA, Ariano. **Teatro Completo. Entremezes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. 18. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023.

VASSALLO, Ligia. **O sertão medieval e o teatro de Ariano Suassuna**. 2. ed. revista, corrigida e atualizada. Rio de Janeiro: Topbooks, 2022.



Vasculhando a obra de Ursula K. Le Guin: panorama propositivo de novas leituras

Gabriel Leibold

Colégio de Aplicação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9738-5263>

E-mail: gleibold6@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe uma revisão crítica da recepção brasileira da obra de Ursula K. Le Guin, destacando a predominância de abordagens materialistas e utópicas em sua análise, influenciadas por teóricos como Fredric Jameson e Darko Suvin. Ao longo destas páginas, argumento que essa perspectiva limitada ignora a complexidade e os desdobramentos da literatura de Le Guin, que se desdobra em estruturas cada vez mais sofisticadas ao longo de sua carreira. Além disso, aponto a escassez de estudos brasileiros sobre a vasta produção literária de Le Guin, com um grupo restrito de seus romances e contos sendo explorados academicamente, enquanto outras obras relevantes para a sua carreira, como sua poesia e a série de *Terramar*, permanecem majoritariamente negligenciadas pela crítica nacional. Proponho, portanto, uma leitura mais abrangente, considerando outras influências presentes em sua obra — por exemplo, a filosofia taoísta, as cosmovisões indígenas e o anarquismo pacifista, todos assuntos que enriquecem suas narrativas para além do viés utópico. Dessa forma, sugiro que a obra de Le Guin seja lida como uma rede dinâmica, em constante transformação, convidando a uma crítica mais plural e menos fragmentada de seus textos.

PALAVRAS-CHAVE: Ursula K. Le Guin; Crítica literária brasileira; Futuro Ancestral.

Exploring the Work of Ursula K. Le Guin: a proposed overview of new interpretations

ABSTRACT

This article proposes a critical reassessment of the Brazilian reception of Ursula K. Le Guin's work, highlighting the predominance of materialist and utopian approaches in its analysis, both influenced by theorists such as Fredric Jameson and Darko Suvin. Throughout these pages, I argue that this limited perspective overlooks the complexity and the development of Le Guin's literature, which unfolds in increasingly sophisticated structures throughout her career. Additionally, I note the scarcity of Brazilian scholarly studies on Le Guin's vast literary output, with only a select group of her novels and short stories being academically explored, while other works central to her career — such as her poetry and the Earthsea series — remain largely neglected by national criticism. I thus propose a broader reading, one that takes into account other influences present in her work — for instance, Taoist philosophy, Indigenous cosmologies, and pacifist anarchism — all of which enrich her narratives beyond the utopian lens. In this way, I suggest that Le Guin's work should be read as a dynamic, ever-evolving network, inviting a more plural and less fragmented critical engagement with her texts.

KEYWORDS: Ursula K. Le Guin; Brazilian literary criticism; Ancestral Future.



O percurso deste artigo toma por início um desvio, originado não na autora sob cuja obra irei me debruçar, mas antes em um ensaio brasileiro de 1969, intitulado “A Retórica da Verossimilhança”, no qual o professor e pesquisador Silviano Santiago propõe uma nova forma de olhar para os textos literários, jornalísticos e críticos de Machado de Assis. Essa reavaliação da obra do autor sob um olhar mais abrangente foi central, na época, para avançar alguns dos debates internos à fortuna crítica machadiana. Observando a estagnação do debate em torno da obra de Machado, então restrito a uma crítica cuja perspectiva fragmentária acabava por rejeitar alguns de seus primeiros romances enquanto “menores” ou “monótonos” frente aos títulos mais famosos, como *Dom Casmurro* (1899) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), Santiago abre seu texto afirmando que

Já é tempo de se começar a compreender a obra de Machado de Assis como um todo coerentemente organizado, percebendo que, à medida que seus textos se sucedem cronologicamente, certas estruturas primárias e primeiras se desarticulam e se rearticulam sob a forma de estruturas diferentes, mais complexas e mais sofisticadas (Santiago, 2019, p. 31).

Ainda que Santiago não desenvolva essas afirmativas no ensaio acima citado, optando por se debruçar sobre uma análise aguda do ciúme em *Dom Casmurro*, é possível depreender desse parágrafo de abertura uma metodologia crítica muito produtiva para investigar outras escritoras e escritores da cena literária mundial cuja análise crítica das obras também padece de uma estagnação semelhante. Penso naqueles que convidam à leitura e releitura constantes de uma produção literária vasta e diversa. Afinal, não é apenas na obra de Machado que “certas estruturas primárias e primeiras se desarticulam e se rearticulam sob a forma de estruturas diferentes, mais complexas e mais sofisticadas” (Santiago, 2019, p. 31). Muito antes, há certas trajetórias na história da literatura que se constroem justamente a partir desse movimento em espiral, segundo o qual retornar a um tema, conceito ou pensamento previamente abordado faz dele uma nova instância de observação.

Sendo assim, nesta breve apresentação, meu intuito é apontar um limite que observo no conjunto da crítica acadêmica brasileira que vêm sendo produzida sobre a obra de Ursula K. Le Guin (1929-2018), compreender o impacto disso no projeto fragmentado de tradução da sua obra e propor uma estratégia ainda pouco explorada de enquadramento crítico para as pesquisas desenvolvidas em torno de seus livros, isto é, a observação de seus textos como uma rede em movimento, lançando-se a cada nova obra para um desdobramento posterior. Logo de início, é preciso salientar uma tendência na recepção da obra de Le Guin que me parece prevalecer no Brasil: a leitura de seus textos sob a perspectiva teórica exclusiva do materialismo histórico, o qual se interessa em analisar criticamente as utopias inscritas em sua literatura.

Feito esse preâmbulo, é preciso também sinalizar que o intuito desta proposição não é desmerecer a tradição crítica do materialismo histórico-dialético como abordagem teórica frente aos textos de ficção científica. Inclusive, há de se reconhecer que boa parte da seriedade no



tratamento da literatura *sci-fi* no meio acadêmico se deve às formulações sólidas de Darko Suvin em *Positions and Presuppositions in Science Fiction* (1988), bem como, mais recentemente, às leituras de Fredric Jameson em seu *Archaeologies of the Future: The Desire Called Utopia and other fictions* (2005). Sendo assim, não é de surpreender que, na recepção brasileira de Le Guin, formou-se uma tradição hermenêutica de viés materialista, a qual parece ter forte influência dos artigos e das aulas da professora-pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Elisa Cevasco.

Em muitos sentidos, essa tradição se estabeleceu em um diálogo crítico mais próximo do gênero literário da Utopia do que da discussão mais ampla da ficção científica como parente histórica da literatura gótica e fantástica. É por isso que o já mencionado teórico Fredric Jameson, no primeiro capítulo de sua obra *Archaeologies of the Future*, propõe que o ponto de partida para o debate teórico sobre os escritores e as escritoras de *sci-fi* investigados em seu livro seja “[...] a distinção entre a forma Utópica e o anseio Utópico; entre o texto ou gênero escrito e algo como um impulso Utópico detectável na vida cotidiana e em suas práticas por uma hermenêutica especializada” (Jameson, 221, p. 23). O desdobrar dos argumentos de Jameson, portanto, o leva a afirmar que

[...] o autor de [Ficção Científica] está em uma posição de criação divina muito além de qualquer coisa que Agatha Christie ou mesmo Aristóteles poderiam ter imaginado: em vez de inventar um crime de certo tipo, o escritor de [Ficção Científica] é obrigado a inventar todo um universo, toda uma ontologia, todo um outro mundo — muito precisamente, esses sistema de diferença radical ao qual associamos a imaginação da Utopia (Jameson, 2021, p. 175).

Essa visão de Jameson pode até se justificar quando pensamos em um conto como “The Ones Who Walk Away from Omelas”, republicado por Le Guin, em 1975, na sua coletânea *The Wind’s Twelve Quarters*, em que ela reconhece uma certa dívida entre a sua história e o dilema sugerido pelo filósofo William James diante do hipotético esvaziamento das ficções utópicas dos socialistas do final do século XIX como Charles Fourier, Edward Bellamy e William Morris. Uma vez que insisto na percepção de que a tradição materialista da crítica brasileira à obra de Le Guin tem se debruçado, em particular, sobre o gênero Utópico como chave de leitura para suas histórias, não é de surpreender que “The Ones Who Walk Away From Omelas” esteja entre os textos da autora mais citados e interpretados em nossa academia. As exceções mais instigantes se debruçam sobre a relação de cosmovisões indígenas com o debate sobre o Antropoceno trazido à tona em romances como *The Word for World is Forest*, como é o caso dos mais recentes textos da pesquisadora Ana Rüsche (2022).

No entanto, pensar que a escritora de ficção científica estará sempre às voltas, como afirma Jameson, com a obrigação de “inventar todo um universo, toda uma ontologia, todo um outro mundo”, é perder de vista que ela é uma escritora como outra qualquer no sentido que lacunas não totalizantes sempre poderão fazer parte dos seus exercícios de imaginação. Nem toda ficção científica se pretende criadora de mundos monolíticos ou perfeitamente amarrados em seus mínimos detalhes; muitas vezes as histórias *sci-fi* são vislumbres que só se desdobram em minúcias na imaginação de quem as escrevem e descrevem para nós.

Dito isso, cabe ainda apontar que, dos romances de Le Guin pesquisados em teses e dissertações brasileiras nas últimas duas décadas, só figuram três de suas 44 obras de ficção e poesia. Segundo os dados disponíveis na Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações, cuja coleta ocorre desde o final de 2002 e reúne o banco de teses e dissertações de 149 instituições brasileiras, somente *The Left Hand of Darkness* (1969), *The Dispossessed* (1974) e *The Word for World is Forest* (1974), além do já citado “The Ones Who Walk Away From Omelas”, aparecem como objeto central entre as 17 pesquisas abordando, direta ou indiretamente, os livros da autora. Observa-se, de imediato, o quão pouco se estudou sobre essa escritora em termos de sua obra como um todo em que, para retomar Silviano Santiago, “à medida que seus textos se sucedem cronologicamente, certas estruturas primárias e primeiras se desarticulam e se rearticulam sob a forma de estruturas diferentes, mais complexas e mais sofisticadas” (Santiago, 2019, p. 31). Frente a esses dados, é notável que não haja registro de um só estudo acadêmico brasileiro cuja pesquisa tenha se debruçado sobre as suas extraordinárias coletâneas de poesia ou mesmo sobre sua famosa série de histórias de fantasia, *O Ciclo Terramar* (apesar de que este cenário pode se modificar nos próximos anos, uma vez que a Editora Morro Branco vem publicando, desde 2022, os volumes da série sob tradução de Heci Regina Candiani). A fragmentação desse projeto de tradução, contudo, é parte de um sintoma que poderia ser revisto diante de uma avaliação sobre o rumo dos caminhos aos quais nos habituamos quando pensamos a obra de Le Guin.

O problema que procuro apontar é o de seguir lendo Le Guin apenas como expoente de utopias (mesmo que ambíguas, como nos convida a pensar o subtítulo de *The Dispossessed*, encenação ficcional dos conflitos de um personagem que é fruto de uma utopia anarquista). Em outras palavras, o problema se encontra em subordinar a maior parte dos caminhos de leitura suscitados por suas obras apenas ao parâmetro teórico do materialismo histórico-dialético e das suas interpretações da Utopia. Este é um problema que acarreta perder de vista justamente como certos vieses propostos ao longo de seus livros parecem figurar como desdobramentos de instâncias anteriores, escritas e reescritas ao longo de sua carreira nos seus próprios termos — ora complexificando, ora redirecionando por inteiro ideias sobre liberdade, alienígenas, dragões, imaginação ou humanidade...

Para me ater a exemplos breves, algumas perguntas talvez venham a nos ajudar. Seria possível inferir em Le Guin uma postura exclusivamente anarquista diante do seu processo artístico somente por conta de que no caso do romance *The Dispossessed* ela lida explicitamente com o anarquismo utópico como tema? Parece-me que não. Antes, parece mais interessante pensar como as teorizações sobre anarquismo, que Le Guin declara ter estudado pelos textos de Bakunin e Kropotkin, respondem a uma forma de participação social que a própria Le Guin já vinha pensando a partir de seus próprios caminhos formativos, neste caso, a filosofia taoísta — epistemologia central para um romance como *Planet of Exile*, de 1966; complementar para certos capítulos de *The Left Hand of Darkness*; e cujo livro central, o *Tao Te Ching* de Lao Tzu, ela viria a traduzir para o inglês em 1997. O Taoísmo, afinal, é a filosofia de um autor mítico que pode ter vivido próximo à época de Confúcio e sobre o qual Le Guin irá afirmar, na introdução à tradução dos seus poemas, que fora “[...] sortuda por descobri-lo tão jovem, de modo que pude viver



com seu livro durante toda a minha vida” (Le Guin, 2019a, p. IX)¹. Le Guin, como ninguém, tem orgulho e celebra as influências que lhe fizeram a escritora que ela viria a se tornar.

É por isso que esse movimento se repete na obra da autora. Pensemos em sua tão reproduzida convocação ao receber a National Book Foundation Medal em 2014, na qual Le Guin prevê que, em um futuro próximo, “Nós precisaremos de escritoras e escritores que sejam capazes de lembrar da liberdade — poetas, visionárias — realistas de uma realidade mais ampla” (Le Guin, 2019b, p. 113)². A ela jaz uma ideia de liberdade que, caso ponderada ao lado do conjunto da obra de Le Guin, não se quer informada apenas por uma vertente anarquista da utopia, antes ela nos aproxima também das cosmovisões indígenas de etnias localizadas ao longo do Napa Valley, na Califórnia, com as quais Le Guin conviveu durante sua infância enquanto filha de pai e mãe antropólogos. Tendo isso em vista, qual é a liberdade que Le Guin nos intima a lembrar?

No ensaio “A Non-Euclidian View of California as a Cold Place to be” (1982), ela parece nos oferecer uma resposta quando põe em xeque a noção de utopia conforme imaginada pelo homem branco e europeu, voltando-se aos povos originários do território do Napa Valley — muitos dos quais foram empurrados para o Oeste do continente conforme avançava a corrida do ouro nos Estados Unidos, sendo obrigados a reimaginar sua dinâmica comunitária para sobreviver — para assim pensar uma outra forma de se imaginar o convívio com a diferença, tanto no passado quanto no presente. Le Guin argumenta, portanto, que “a Utopia tem sido euclidiana, ela tem sido europeia, e ela tem sido masculina. [...] a natureza da utopia que estou tentando descrever é tal que se ela há de vir, ela já deve existir em algum lugar” (Le Guin, 1989, p. 88)³. O eco do qual me recorro quando leio essa frase vem da epígrafe do livro *Futuro Ancestral* (2022), escrito pelo ambientalista e líder indígena Ailton Krenak, no qual ele registra uma anedota sob os seguintes dizeres:

Nesta invocação do tempo ancestral, vejo um grupo de sete ou oito meninos remando numa canoa: Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam o remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido de que seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: “Nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente”. Eu achei tão bonito que aqueles meninos ansiavam por alguma coisa que os seus antepassados haviam ensinado, e tão belo quanto que a valorizassem no instante presente. Esses meninos que vejo em minha memória não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum outro canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui, neste lugar ancestral que é seu território, dentro dos rios (Krenak, 2022, p. 5-6).

Deslocar a utopia talvez seja a única forma interessante de mantê-la no escopo de estudo da obra de Le Guin. Assim, tal coletivização da percepção do tempo, passado e futuro, marca de

¹ Original: “[...] lucky to discover him so young, so that I could live with his book my whole life long”. Todas as traduções não indicadas nas referências bibliográficas são de minha autoria.

² Original: “We’ll need writers who can remember freedom — poets, visionaries — realists of a larger reality”.

³ Original: “Utopia has been euclidian, it has been European, and it has been masculine. [...] the nature of the utopia I am trying to describe is such that if it is to come, it must exist already”.

maneira significativa a abrangência da narrativa histórica de um povo. A antropóloga Rita Segato chega a falar que um povo é uma espécie de “sujeito coletivo” (Segato, 2021, p. 92), mas não podemos perder de vista que essa formulação didática da autora não visa apagar o processo de construção de uma herança cultural que é fruto de concordâncias e dissidências. No texto “Cartografias para depois do fim”, Krenak inicia com uma bela passagem de reformulação narrativa do centro de um mundo no contexto global contemporâneo:

De ré, poderíamos dizer que no princípio era a folha. Outras narrativas vão dizer que no princípio era o verbo. Outras ainda vão criar paisagens bem diversas, e isso é maravilhoso. Entre tantos mundos, me sinto especialmente tocado pelas histórias que nos aproximam dos seres invisíveis aos olhos turvos de quem não consegue andar na Terra com a alegria que deveríamos imprimir em cada gesto, em cada respiro. Os antigos diziam que quando a gente botava um mastro no chão para fazer nossos ritos, ele marcava o centro do mundo. É mágico que o centro possa estar em tantos lugares, mas de que mundo estamos falando? (Krenak, 2022, p. 31-32).

De quais mundos estará falando Le Guin? De universos inteiros. Certamente muitos dos quais são humanos, ou ao menos humanoides, mas não todos. Ainda assim, a formulação de Le Guin em que a autora encena um povo falando sobre si mesmo e reiterando que “We are the people who live at the center of the world”, acaba produzindo uma reflexão análoga a de Segato e Krenak. O interesse de Le Guin, na realidade, parece se deter antes sobre o caráter compartilhado dessa narrativa.

É no mesmo texto que a autora afirma como “Seres humanos sempre se juntaram em grupos para imaginar a melhor maneira de se viver e de ajudar uns aos outros a seguir um plano” (Le Guin, 2004, p. 208)⁴. Esse plano ao qual ela se refere guarda uma relação íntima com o fato de que um povo costuma pensar não apenas no seu passado, mas também no seu “futuro comum”. Sendo assim, tal direcionalidade do sujeito coletivo pode ser traduzida, nos termos da própria escritora, segundo uma forma particular de escuta aos seus pares no mundo contemporâneo: “O que uma criança precisa, o que todos precisamos, é encontrar alguma outra pessoa que tenha imaginado a vida conforme certas linhas que nos façam sentido e nos permitam alguma liberdade, e deixar que as escutemos. Não ouvi-las passivamente, mas escutá-las” (Le Guin, 2004, p. 209)⁵. Essa escuta ativa, atenta, é o que pode desvelar algum resquício de nossa humanidade comum, ainda que o termo tenha sido esgarçado pelo mau uso. Indo uma vez mais a Krenak, ele pode nos dar uma boa pista sobre o desafio subscrito à ficção científica de Le Guin: “[...] proponho [...] imaginar cartografias, camadas de mundos, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito ao evocar diferentes histórias de fundação” (Krenak, 2022, p. 32).

Acontece que o conflito oriundo dessas diferentes histórias de fundação costuma se originar no pressuposto de que o centro de um mundo específico é mais relevante do que outros. Em outras palavras, esse é o sentido por trás da afirmativa de Le Guin naquele ensaio de 1982 quan-

⁴ Original: “Human beings have always joined in groups to imagine how best to live and help one another carry out the plan”.

⁵ Original: “What a child needs, what we all need, is to find some other people who have imagined life along lines that make sense to us and allow some freedom, and listen to them. Not hear passively, but listen”.

do diz que “Um dos nossos mais refinados métodos de esquecimento organizado é chamado de descoberta” (Le Guin, 1989, p. 83)⁶. Não surpreende que uma das preocupações da autora recaia justamente sobre a maneira como a produção de narrativas utópicas sobre o futuro das civilizações do Ocidente marca o centro deste mundo como um lugar acima, ou sobreposto, a outros centro de mundo. Isto é,

[...] quando uma cultura orientada para o futuro se impõe sob uma que é centrada no presente, o método se torna compulsão. Coisas são esquecidas por atacado. O que são os nomes “Costanoan”, “Wappo”? Eles são como os espanhóis chamavam as pessoas no entorno da *Bay Area* e do *Napa Valley*, mas do que essas pessoas chamavam umas às outras nós não sabemos: os nomes foram esquecidos antes mesmo das pessoas terem sido exterminadas. Não havia passado. Tabula rasa (Le Guin, 1989, p. 83)⁷.

Um olhar ficcional incapaz de encontrar a liberdade de encontrar a utopia nessa simultaneidade imaginário entre passado e presente figura no âmago de uma autora como Ursula K. Le Guin. Nesse sentido, ela nos propõe subverter o olhar corrente para uma utopia engessada na tirania eurocêntrica e, no caminho de tal elaboração, permite-nos entrever o taoismo subscrito ao seu pensamento:

Se utopia é um lugar que não existe, então certamente (como diria Lao Tzu) o caminho para chegar lá é pelo caminho que não é um caminho. [...] O maior elemento utópico do meu romance *The Dispossessed* é uma variedade de anarquismo pacifista, o qual é o mais *yin* que a ideologia política pode chegar. O anarquismo rejeita a identificação da civilização com o estado, e a identificação do poder com a coerção; contrário à violência inerente às sociedades “quentes”, ele afirma o valor de um comportamento tão anti social como a rejeição generalizada do porte de armas para mulheres durante a guerra; dentre outros dispositivos de coitote. Nessas áreas, o anarquismo e o taoismo convergem tanto em matéria como em maneira, e assim eu fui ao seu encontro para brincar com meus jogos ficcionais (Le Guin, 1989, p. 93)⁸.

É de tal maneira, aqui ilustrada pela forma como o anarquismo e o Taoísmo diversificam as nuances do tema da liberdade e dos jogos ficcionais em Le Guin, que as instâncias de encontro entre diferentes vertentes político-filosóficas apreciadas pela autora acabam por desaguar em uma gramática estética muito mais complexa do que nos intima o recorte singular da forma utópica. Personagens, motivos e reestruturações de temáticas recorrentes em sua obra ganham tonalidades e nuances que partem de uma epistemologia muito particular a Le Guin — formada

⁶ Original: “One of our finest methods of organized forgetting is called discovery”.

⁷ Original: “[...] when a future-oriented culture impinges upon a present-centered one, the method becomes a compulsion. Things are forgotten wholesale. What are the names ‘Costanoan’, ‘Wappo’? They are what the Spanish called the people around the Bay Area and in the Napa Valley, but what those people called themselves we do not know: the names were forgotten even before the people were wiped out. There was no past. Tabula rasa.”.

⁸ Original: “If utopia is a place that does not exist, then surely (as Lao Tzu would say) the way to get there is by the way that is not a way. [...] The major utopic element in my novel *The Dispossessed* is a variety of pacifist anarchism, which is about as yin as a political ideology can get. Anarchism rejects the identification of civilization with the state, and the identification of power with coercion; against the inherent violence of the ‘hot’ society it asserts the value of such antisocial behavior as the general refusal of women to bear arms in war; and other coyote devices. In these areas anarchism and Taoism converge both in matter and manner, and so I came there to play my fictional games”.

por contribuições muito diversas abrangendo do taoísmo e das cosmovisões ameríndias até a confusão propositiva entre *genre* e *gender* derivada de sua relação com o movimento feminista e com a leitura de Virginia Woolf. Pensar Le Guin no Brasil é uma oportunidade de descortinar sua obra para além de um limite ainda não transposto pela crítica. Assim, incentivar a sua tradução no contexto nacional é uma oportunidade de reavaliar nossa relação leitora com o conjunto de uma obra voltada para o gesto constante de rememorar a liberdade conforme o idioma íntimo de sua autora.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor não tem conflitos de interesse a declarar.

REFERÊNCIAS

- JAMESON, Fredric. **Arqueologias do Futuro: Um Desejo Chamado Utopia**. Trad. Carlos Pissardo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LE GUIN, Ursula K. **Dancing at the Edge of the World**. New York: Grove Press, 1989.
- LE GUIN, Ursula K. **The Wave in the Mind: Talks and Essays on the Writer, the Reader, and the Imagination**. New York: Shambhala, 2004.
- LE GUIN, Ursula K. Introduction. In: TZU, Lao. **Tao Te Ching: A Book about the Way and the Power of the Way**. Trad. Ursula K. Le Guin. 1. ed. 1997. Boulder: Shambhala, 2019a.
- LE GUIN, Ursula K. **Words are My Matter: Writings on Life and Books**. New York: Mariner Books, 2019b.
- LE GUIN, Ursula K. **The Wind's Twelve Quarters**. Harper Perennial Olive Editions: New York, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- RÜSCHE, Ana. O nome do mundo é floresta. In: SECCHES, Fabiane (org.). **Depois do Fim: conversas sobre literatura e antropoceno**. São Paulo: Editora Instante, 2022.
- SANTIAGO, Silviano. **Uma Literatura nos Trópicos**. Pernambuco: Cepe Editora, 2019.
- SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Trad. Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.





Translating *Mrs. Dalloway*: from German to Urdu, 1928-2024

Jeanne Dubino

Appalachian State University, Carolina do Norte, Estados Unidos da América

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0517-5745>

E-mail: dubinoja@appstate.edu

ABSTRACT

From the time *Mrs. Dalloway* was first published in 1925, it has been a global novel. Within three years of its publication, it was translated into German, and through the decades the number of different translations has grown. By the hundredth anniversary of its publication, it was translated into 42 languages, with the latest, Urdu, in 2024. One cannot overestimate the crucial role that translators have played in making *Mrs. Dalloway* such a global phenomenon. Along with further describing its global presence via translations, I explore the vital importance of translators and the many dimensions of translation, especially in the context of *Mrs. Dalloway* alone. Woolf was interested in these many dimensions and undertook translations herself, even during the writing of *Mrs. Dalloway*. She was aware of the protean receptions of translations. Next, I trace some of the ways that the translations of *Mrs. Dalloway* in multiple regions and through the decades have been received. Translation, of course, does not function alone; it is part of a larger process that includes variables like paratexts and facets of the publishing industry. Translation itself is, of course, a complicated endeavor involving myriad vectors; to examine *Mrs. Dalloway* within the discipline of Translation Studies is to show the complexity of these considerations. Finally, examining some of the translations of *Mrs. Dalloway* is to show that there are issues peculiar to this novel alone, as the rich field of criticism on the translations of this novel shows.

KEYWORDS: Virginia Woolf, *Mrs. Dalloway*, translation, global literature



Traduzindo *Mrs. Dalloway*: do alemão ao urdu, 1928-2024

RESUMO

Desde a sua primeira publicação em 1925, *Mrs. Dalloway* tornou-se um romance global. Em apenas três anos, foi traduzido para o alemão e, ao longo das décadas, o número de traduções só aumentou. No centenário da sua publicação, já havia sido traduzido para 42 idiomas, sendo o urdu a tradução mais recente, em 2024. Não se pode subestimar o papel crucial que os tradutores desempenharam na transformação de *Mrs. Dalloway* num fenómeno global. Além de descrever a sua presença mundial através das traduções, exploro a importância vital dos tradutores e as múltiplas dimensões da tradução, especialmente no contexto de *Mrs. Dalloway*. Woolf interessava-se por estas dimensões e realizou traduções ela própria, mesmo durante a escrita de *Mrs. Dalloway*. Estava ciente da mutabilidade das traduções na sua recepção. Em seguida, analiso algumas das formas como as traduções de *Mrs. Dalloway* foram recebidas em diversas regiões e ao longo das décadas. A tradução, naturalmente, não funciona isoladamente; faz parte de um processo mais amplo que inclui variáveis como paratextos e aspectos da indústria editorial. A tradução em si é, sem dúvida, uma tarefa complexa que envolve inúmeros fatores; examinar *Mrs. Dalloway* dentro da disciplina de Estudos da Tradução é demonstrar a complexidade dessas considerações. Por fim, examinar algumas das traduções de *Mrs. Dalloway* é mostrar que existem questões peculiares a este romance, como demonstra o vasto campo da crítica literária sobre as traduções desta obra.

PALAVRAS-CHAVE: Virginia Woolf, *Mrs. Dalloway*, tradução, literatura global

“Was für ein Spaß! Was für ein Sprung!”
 “گنال هج کی اے کی کرا ل کی اے کی” (“*kiya ek laark kiya ek chhlang*”)
 (“What a lark! What a plunge!”)¹

From the time *Mrs. Dalloway* was first published in 1925, it has been a global novel. Within three years of its publication, it was translated into German, and the number of different translations has grown in the century to follow. By the hundredth anniversary of its publication, it was translated in up to 42 languages, with the latest, Urdu, in 2024. The number 42 does not include the different translations within the same language. One cannot overestimate the crucial role that translators have played in making *Mrs. Dalloway* such a global phenomenon. Along with further describing its global presence via translations, I explore the vital importance of translators and the many dimensions of translation, especially in the context of *Mrs. Dalloway* alone. Woolf was deeply interested in these many dimensions and undertook translations herself, even during the writing of *Mrs. Dalloway*. She was aware of the protean receptions of translations. In the next section of this article, I trace some of the ways that the translations of *Mrs. Dalloway* in multiple regions and through the decades have been received. Translation, of course, does not function alone; it is part of the larger process that includes multiple variables like paratexts — the other apparatuses of a text such as book jackets — and facets of the

¹ Woolf, 1953, p. 1. The translations in German and Urdu are from Google translate.

publishing industry. Translation itself is, of course, a complicated endeavor involving myriad vectors; to examine *Mrs. Dalloway* within the discipline of Translation Studies is to show the complexity of these considerations. Finally, examining some of the translations of *Mrs. Dalloway* is to show that there are issues peculiar to this novel alone, as the rich field of criticism on the translations of this novel shows.

1. *Mrs. Dalloway*: global presence

Table 1 provides a history of the translation of *Mrs. Dalloway* from 1928 through 2024.²

TABLE 1

German	1928	Korean	1965	Farsi (Persian)	1983
French	1929	Slovenian	1965	Russian	1984
Catalan	1930	Bosnian	1966	Arabic (1994?)	1987
Spanish (Argentina; Spain: 1945)	1939	Greek	1967	Chinese	1988
Danish	1945	Macedonian	1967	Bulgarian	1989
Italian	1946	Romanian	1968	Lithuanian	1994
Portuguese (Brazil; Portugal: 1954)	1946	Hebrew (1975?)	1974	Estonian	1998
Dutch	1948	Czech	1975	Albanian	2004
Hungarian	1948	Slovak	1976	Thai	2005
Japanese	1954	Turkish	1977	Latvian	2006
Serbian	1955	Swedish	1977	Ukrainian	2016
Croatian	1955	Norwegian	1980	Armenian	2021
Finnish	1956	Serbo-Croatian	1981	Indonesian	2023
Polish	1961	Punjabi	1982	Urdu	2024

Within a year of its translation into German, it was translated into French and then, interestingly, into Catalan. With the fourth translation *Mrs. Dalloway* sailed across the ocean, to Argentina in 1939, and seven years after that, to Brazil in 1946. The first East Asian translation appeared in Japan, in 1954; Middle Eastern, in Israel, in 1974 or 1975; South Asian, in India, in 1982; and Southeast Asian, in Indonesia, in 2023. In the meantime, several dozen translations appeared throughout Western, Central, and Eastern Europe. In *Virginia Woolf icon*, Brenda Silver details the widespread popularity of Woolf, so much so that her image has attained iconic status by the end of the twentieth century (1999, p. xv-xvii). To cite one example: Guanglan Jin refers to “Woolf fever” in the “the field of foreign literary criticism in China” (2009, p. 3). In the collection *Recycling Virginia Woolf in contemporary art and culture*, the editors write that the “various literary and artistic recyclings of Woolf — both her oeuvre and iconic figure — [...] constitute a sign of Woolf’s contemporary relevance: eighty years after her death, she is still at the heart of topical aesthetic, cultural and political debates” (Latham; Marie; Rigeade, 2022, p. 16).

² This chart is based on the following sources: *Mrs. Dalloway*, 2001-2025; Kirkpatrick; Clarke, 1997; and Caws; Luckhurst, 2002, p. xxi-xxxvi.

The year 2025 has been marked by hundreds of newspaper articles and sites commemorating the hundredth anniversary of the publication of *Mrs. Dalloway*. What Figure 1 suggests, however, is that Woolf's global presence started even as her own writing career began to take off. Table 2, on the number of editions of *Mrs. Dalloway* in selected countries, provides more evidence of the ubiquity of the novel; the parentheses that follow each language indicate the number of editions.³

TABLE 2

English (152)	Hungarian (5)	Finnish (1)
Undetermined (28)	Norwegian (Bokmal) (4)	Galician (1)
German (23)	Portuguese (4)	Latvian (1)
Italian (23)	Catalan (3)	Lithuanian (1)
Spanish (21)	Danish (3)	Macedonian (1)
French (20)	Croatian (3)	Polish (1)
Russian (14)	Persian (3)	Slovak (1)
Chinese (13)	Romanian (3)	Thai (1)
Korean (13)	Serbian (3)	Ukrainian (1)
Swedish (13)	Bulgarian (2)	Bosnian (1)
Greek, Modern (7)	Norwegian (2)	Indonesian (1)
Japanese (7)	Slovenian (2)	Farsi (6)
Arabic (5)	Turkish (2)	Urdu (1)
Dutch (5)	Albanian (1)	Estonian (2)
Hebrew (5)	Basque (1)	Portuguese (6+)
	Czech (1)	

2. Translators and translations

To talk about the role of translators in the popularization of *Mrs. Dalloway* is, of course, to argue on behalf of their centrality in global literary production. Translations make novels like *Mrs. Dalloway* more available to Woolf's common readers; otherwise only people versed in the original language would read her.⁴ Translations open up new worlds and new perspectives, such as feminism. Oriana Palusci writes, "when travelling across cultures, Woolf's opus in translation usually opened the door to new feminist outlooks" (2012, p. 10). Raili Marling considers how translation "creates new modes of reading" (2021, p. 155). Translators function as interpreters, or "shapers"; Daniel Göske and Christian Weiß count translators among those, including "literary agents, publishers, [...] and reviewers, [all] elusive makers and mediators of world literature,"

³ This table is based on *Mrs. Dalloway*, 2001-2025 in WorldCat. WorldCat omits many non-English publications. For example, WorldCat indicates that "Polish translations of *Mrs Dalloway* were published only once. In fact, according to data from Poland's National Library, there were at least [...] five editions of *Mrs Dalloway* (1961, 1997, 2003, 2008 and 2016)" (Pająk; Dubino; Hollis, 2021, p. 15n.24).

⁴ See Zohreh Gharaei and Hossein Vahid Dastjerdi, who write, "translation is an important step toward making Woolf's style known and her works of literature recognized in foreign languages" (2012, p. 2).

who shape her work and how it is received (2021, p. 26). In the preface to *The reception of Virginia Woolf in Europe*, Mary Ann Caws emphasizes that reception and translation style affect the ways Woolf is read (2002, xix). Translators themselves, writes Charlotte Bosseaux, provide the “feel” of a text; Bosseaux writes that queries about texts do “not have to stem from reading an original; [they] can also originate from reading a translation” (2007, p. 9). Palusci calls the translator an “interpreter,” especially when “the act of re-writing is clearly creative writing, as in the case of famous authors wording and adapting Virginia’s oeuvre in other linguistic and cultural contexts” (2012, p. 13). Two recent collections, *The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature* (2021) and *The Edinburgh companion to Virginia Woolf and transnational perspectives* (2025), include many chapters on the way writers around the world are influenced by her.⁵

Indeed, translators are globalizers and connectors. Translation is a form of globalization; it enables texts to traverse the world. Palusci writes of the ways Woolf’s own texts “increasingly travel around the world through translation according to different publishing projects and interests, often sowing in a new soil the seeds of the language of difference, of a feminist epistemology and aesthetics” (2012, p. 12). For Marling, “Translation creates [...] new ways of coming together across the limiting national barriers” (2021, p. 155). And, as Zohreh Gharaei and Hossain Vahid Dastjerdi write, “Translation is one way of introducing the literature of one culture into another” (2012, p. 2). Translators are mediators (Kamal, 2021, p. 169), not just between cultures, but between writers and their audiences, and between cultures and disciplines. Emily Dalgarno notes how translation is a “cultural process,” one that is connected “with literary criticism, philosophy, and other disciplines” (2012, p. 4). As part of globalization, translation makes cultural encounters possible: “With every translation of Woolf a new and particular cultural encounter is made” (Luckhurst, 2002, p. 17). In a postcolonial context, as Dalgarno writes, the kinds of encounters that are made through translation are “unsettling”; what are the readers’ relationships with their mother tongue? (2012, p. 11).

Translation can contribute “to the development of fluid identity processes” (Palusci, 2012, p. 9), both those of the reader and of the author. Silver famously writes about the many “versionings” of Woolf (1999, p. 1-31), and Maria Oliveria concurs. She notes that in her “search of a South American Woolf”, she “found many possibilities for a writer who could not be labeled or categorized as in one literary movement. When her writing crosses the boundaries of Europe and America she assumes also a multidimensional aspect, kaleidoscopic as her writing is” (2018, p. 214). The contributors to *Recycling Virginia Woolf* speak to the multifaceted ways Woolf’s writing and very being re-emerge — in the forms of art and music, dancing and drama, fiction and biofiction, and tattoos and virtual astrology, among others (Latham; Marie; Rigeade, 2022, p. v-vii).⁶

⁵ Chapters on translation from *The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature* will be referenced through my own chapter. For chapters devoted to translation from *The Edinburgh companion to Virginia Woolf and transnational perspectives*, see those by Anne-Laure Rigeade, Helen Southworth, Valérie Favre, Manuela Barral, Maria Rita Drumond Viana, Linara Bartkuvienė, Esra Almas and Alev Bulut.

⁶ See Dojčinović-Nešić, who seeks to extend the definition of translation from “linguistic translation, cultural translation, transposition, import, imposition, transcription, even certain kinds of cultural pressure” to something “closer to inspiration” (2010, p. 1).

3. Woolf herself as translator

Woolf herself thought about the many dimensions of translation over the course of her life. Her very writing, as Palusci notes, was an act of translation: “Virginia Woolf moulds and plays with language: she treats it as if it were a form of translation.” She adds that Woolf’s moments of being — “flashes of awareness connecting past with present experiences — can be seen as attempts to translate the internal worlds of her characters” (2012, p. 9). Claire Davison makes the point, in *Translation as collaboration: Virginia Woolf, Katherine Mansfield and S. S. Koteliensky*, that, for Woolf, translation was a metaphor for reading. Davison writes about the ways “Woolf and Mansfield define the art of reading in terms of the translator’s arts: possessing oneself of the whole, desiring to write it all over again as a sign of successful reading, tracking the authors down to their omissions and word usage, becoming the author’s accomplice” (2014, p. 18-19).

When it comes to the actual act of moving from one language to another, Woolf did learn early, as Emily Dalgarno writes, that translation is not just about substituting one word for another (2012, p. 3). In translation, one needs to entertain larger questions, and, citing Woolf’s diary, Dalgarno refers to her awareness of “the immeasurable difference between the text & the translation” (from D1: 184; quoted in Dalgarno, 2012, p. 3). Throughout her life Woolf read and wrote about translations. She knew other languages to varying degrees: Greek and Latin, French and German, some Italian, and enough Russian to be able to translate, along with her husband Leonard and the Ukrainian émigré and translator S.S. Koteliensky, “‘Stavrogin’s Confession,’ a suppressed chapter of Dostoyevsky’s *The Possessed*” (Dalgarno, 2012, p. 6). Thus, Woolf was a translator. But her translation work did not stop there. Through the Hogarth Press she and Leonard marketed and published Russian fiction (Dalgarno, 2012, p. 1). From 1917-1925, Woolf reviewed translations from the Russian, and, notes Dalgarno, “helped to create the British market for work by Dostoyevsky and Tolstoy” (2012, p. 6). Woolf, furthermore, thought about her own work in translation. Marling notes that there is evidence that Woolf took an interest in the translation of her own writing (2021, p. 154) — even, perhaps, when she was writing *Mrs. Dalloway*. At the time she was at work on it, she was translating Greek texts, notably *Agamemnon* (Dalgarno, 2012, p. 1), and reading, taking notes, and marking passages from C.K. Scott Moncrieff’s translation of Proust (Dalgarno, 2012, p. 13). Woolf wondered “whether this next lap [of *Mrs. Dalloway*] will be influenced by Proust” (quoted in Dalgarno, 2012, p. 13).

4. *Mrs. Dalloway*: reception

Translation Studies bears out the idea that “translation is not just a linguistic endeavour but also a social phenomenon” (Marling, 2021, p. 155). Nóra Séllei argues that “both the source culture and the target culture [...] are deeply involved in the process” and that one must strongly take into account the cultural context of the “‘importing’ country” (2012, p. 55). Jin would concur; she argues that the “[c]ontext and culture of the two languages are essential to translation, particularly literary translation” and adds that the translator needs to know about “the original culture [and] author” (2009, p. 5). The field of Woolf studies is rich with criticism on the

translations of Woolf's writing, especially *Mrs. Dalloway*, within social and historical contexts. This criticism attests to the ways the practice of translation is deeply affected by a host of factors, including cultural milieu, geography, politics and war, gender, academic climate, and the market. One of the most important cultural events that took place and helped to popularize the novel was the release of Stephen Daldry's film *The hours* (2002), based on Michael Cunningham's *The hours* (1998), itself a widely popular work. Sitem İnce (2017, p. 85-86), Séllei (2012, p. 69), Maria Oliveira (2018, p. 208) and Marta Ortega Sáez (2011, p. 176-185) write about the way the film especially prompted widespread interest in, respectively, Turkey, Hungary, Brazil, and Catalonia. Another significant cultural event that helped to popularize *Mrs. Dalloway* was when her work entered the public domain. İnce (2017, p. 77) and Elisa Bolchi are among those who remark on the way this expiration of copyright led to many more editions; Bolchi writes, "Three reprints in under a year for an eighty-seven-year-old novel, already available to the public in several other editions, is a considerable success in a country in which 59.5 per cent of the population have not read a book in one year" (2021, p. 186-187). (It is notable that much of my own article draws from publications that were written shortly after Woolf's works entered the public domain.)

The number of avenues through which *Mrs. Dalloway* entered countries is rife. Sometimes it took a circuitous route. For example, in Romania, Spain and Portugal, English literature, such as Woolf's work, entered the country first through French translations and because of their previous popularity in France. Adriana Varga writes of the way Woolf's work, in Romania, was often first read in French translation (2021, p. 45). Graça Abranches notes the primacy of French culture in Portugal up through the Second World War (2002, 312-313), and how the popularity of Woolf's contemporaries, such as Joseph Conrad, in France sparked Portuguese interest in these and other British writers (2002, p. 313). Alberto Lázaro writes of the way Woolf "received little attention among the Spanish critics of the time, partly because French rather than English culture still dominated the Spanish literary intelligentsia" (2002, p. 247); indeed, "French was the main foreign language at Spanish schools and universities" (2002, p. 247n1).

There are other reasons besides the dominance of the literary language that affect the entry of Woolf's work beyond the borders of her own country, and I will provide a brief survey of some of them here. In "Holland and Virginia Woolf: The reception of Virginia Woolf's translated work in the Netherlands" (2004, p. 131-48), AnneMarie Bantzinger writes of the way there was little interest in Woolf in the Netherlands before the Second World War — but then there was little interest in English literature in general (2004, p. 133). *Mrs. Dalloway* was the first of Woolf's novels to be translated into Dutch — fairly early on, in 1948 (133-34) — for no apparent reason at all: the choice may very well have been a "random" one (Bantzinger, 2004, p. 140). The publication of the translation was not a great success (2004, p. 134), and it took a long time, 33 years, before a second translation appeared in 1981 (Kirkpatrick; Clarke, 1997, p. 314). Now that more than 90 per cent of Dutch people speak English fluently (Huetter, 2024), there is not as great a need for English translations (Bantzinger, 2004, p. 140). That said, translations into Dutch do continue, as Meike Roosmarijn van de Wardt writes about her own translation of *Mrs. Dalloway*. Such a translation, van de Wardt notes, would enable her to "prove that the difference[s] between the English and Dutch language most certainly *are* bridgeable" (2010, p.

297; see discussion below). One can see, at work, the power of translators to create bridges, even in climates that do not seem conducive to them.

Bantzinger's recounting of the translation history in the Netherlands is one example of how the reception of an author's works is overdetermined by multiple factors. One can especially see evidence of that in former socialist countries. Urszula Terentowicz-Fotyga explains how Woolf's writing was overlooked in Poland not just because of its difficulty — a point that comes up again and again when one reads of the reception of her work — but because her fiction was considered to be too bourgeois (2002, p. 130). As such, it ran counter to social realism, which is measured by “its devotion to social and political issues,” with its characters serving “as models personifying progressive socialist ideas” (Terentowicz-Fotyga, 2002, p. 130). Experimental fiction such as Woolf's was thought to hide a “coded” and subversive political message, one that could be “dangerous and harmful” to Soviet ideology (Terentowicz-Fotyga, 2002, p. 130). Through much of the second half of the twentieth century, Poland, like other Eastern European countries, was embracing social realism (Terentowicz-Fotyga, 2002, p. 130); thus it is that, in this first phase of Woolf in Poland, her work, emblematic of decadent, western modernism, was generally disregarded. In the second phase, Woolf's major works were translated, but she was “read mainly as a canonical writer, interesting from a historical perspective yet not truly significant for the contemporary literary scene” (2002, p. 127). In the third phase, after multiple translations of her writing appeared in the 1990s, Woolf has become so renowned that, as of 2001, she is the third most popular woman British novelist (after Jane Austen and Iris Murdoch) (Terentowicz-Fotyga, 2002, p. 146). Now she serves as an inspiration for many Polish women writers (Pająk, 2001, p. 332).

Marling and Séllei trace similar reception trajectories in, respectively Estonia and Hungary. Marling notes that Woolf's work could not be published in Soviet-era Estonia “because its modernism did not fit the socialist realist ideological framework” (2021, p. 156) but that later, when translations were subject to less Soviet scrutiny, her works could be published (2021, p. 156). Séllei writes of the way that Woolf's modernism was considered bourgeois in Hungary and so did not align with the social realism of the day (2012, p. 58). At the same time, her Englishness did not fit “when the country was submerged in anti-West, anti-capitalist, communist ideology” (Séllei, 2012, p. 71). By the 1990s, however, “her life and works seem to have taken root in Hungary” (Séllei, 2012, p. 72).

Dictatorships and war played important roles in the translation of Woolf in Portugal, Spain, and Romania. Before the 1974 Revolution that overthrew the fascist *Estado Novo* (New State) regime, only three Portuguese translations of Woolf's work appeared in Portugal, such as *Mrs. Dalloway* in 1954, the translation of which did not take place in Portugal, but rather in Brazil (Abranches, 2002, p. 317). A combination of the Spanish Civil War (1936-1939), the economic depression and cultural and political isolation that followed, and the censorship under Franco's fascistic and patriarchal rule — all made Spanish translations of English works difficult. That said, translations of Woolf's work did appear, including *Mrs. Dalloway* in 1945, which, like that of the novel into Portuguese, was undertaken in South America; in the case of the Spanish edition, the translation was first done in Argentina (Lázaro, 2002, p. 251). Romania's history is

different, but, like those of Portugal and Spain, was affected by a dictator — Nicolae Ceaușescu. Under communist rule and the Soviet regime, translations of Woolf and other authors came to a near halt (Varga, 2021, p. 42). Interestingly, it was under Ceaușescu's "two-faced policy" (Varga, 2021, p. 42) — one that seemed to support liberalization even as it became rabidly censorious — that translations of Woolf's works flourished. These "translations may be seen as co-opted by the new regime in an attempt to gain legitimacy at home and abroad" (Varga, 2021, p. 43).

At the same time, as Varga writes, Woolf's influence on Romanian literature and culture was "subdued," and rarely felt outside of academic circles (2021, p. 46). At least, one could argue, Woolf was accepted into academia. That is not the case in other countries. Ida Klitgård notes that, in Denmark, the cultural climate in and outside of the academy was inseparable until the 1990s. In Denmark, Woolf, unlike Joyce and Eliot, was not considered worthy of serious scholarship (2002, p. 165). That is true in Hungary as well. Séllei writes of the way the first Hungarian translation of *Mrs. Dalloway* in 1947 — with the title "*Clarissa*" — "went completely unnoticed in critical terms" (2012, p. 58). Myunhgee Chung writes of "some hesitancy" in the Korean academic world toward Woolf. Her characters were perceived to be "trapped and limited in some esoteric English social class and circle of life" (2012, p. 99); she was not worthy of a "lifelong object of study" (2012, p. 99). In South Korea, the "bright" students "turned to presumably more solid and substantial male novelists such as Joseph Conrad, D. H. Lawrence, and especially, Joyce" (2012, p. 99).

This last quotation shows the impact of both the academic climate and patriarchy on the reception of translations of Woolf's works. Chung reports that, because she wrote her dissertation on Woolf, her colleagues "usually make a joke out of her name that is synonymous with the pronunciation of 'wolf'" (2012, p. 99). But by the end of the twentieth century, Korean attitudes toward Woolf underwent a sea change. According to Chung, Woolf has become "a star, a celebrity, and a cultural icon in Korea" (2012, p. 100); "[a]ny Korean housewife can use the phrase, a room of one's own, for their own advantage" (2012, p. 103). The problem, though, Chung writes, is that though Woolf may be a feminist icon, few read her novels nor do they care for the "authentic Woolf" (2012, p. 101).

That said, it is Woolf's status as a feminist icon that has led to her popularization in many countries. Marling writes of the way feminism is attractive to the young generation in Estonia. Because Estonia currently lacks a context of feminist theorizing, Woolf "as a classic modernist," Marling writes, "may act as a gateway to a deeper engagement with feminist thought" (2021, p. 153). In the course of her discussion, Marling refers as well to the work of Biljana Dojčinović-Nešić, who suggests "that the translation of Woolf's *A Room of One's Own* [in Serbia] can be viewed as an Eastern European country opening itself to feminist theory" (quoted in Marling, 2021, p. 153). Hala Kamal writes that Woolf was introduced as a modernist writer in Egypt in the 1960s and, with the third wave of feminism, as the author of *A Room of One's Own* in the 1990s (2021, p. 167). Bolchi explains that Italy's fascist regime, "exalting manliness and patriarchal ideals, would not have welcomed the publication of novels such as *Mrs Dalloway*, which explores a woman's psyche and portrays a distraught shell-shocked veteran who commits suicide" (2021, p. 185). Following the Second World War, however, "a resurgence of

popular interest in her work took place in concomitance with the rise of feminism in Italy” (Bolchi, 2021, p. 184).

These examples indicate how the rise of feminism led to increasing interest in Woolf and also how Woolf herself served as an inspiration. Marling observes that the “core of this vision of translation is not linguistic transposition but inspiration” (2021, p. 153). These examples furthermore show how deeply translation is imbricated in Woolf’s changing reputation. Oliveira demarcates four stages in the reception of Woolf’s works in Brazil. At the time of the first translation in 1944, she was read only by a small number of well-educated people. With the introduction of English studies in Brazilian universities in the 1960s, Woolf’s work was integrated into the curriculum, and so the number of readers grew. As happened in other countries, the second wave of feminism in the 1970s increased her popularity. Finally, as noted above, the film *The hours* resulted in *Mrs. Dalloway* attaining bestseller status in Brazil (Oliveira, 2018, p. 208).

The hours also led to another translation of *Mrs. Dalloway* in Catalan. Sáez compares this second translation with the first one, which was published early in the history of the novel’s translations, in 1930. The first translation appeared during the *Noucentisme*, a movement that “rebuked the romanticism and the realism of the nineteenth century and [was] inspired by the features of classicism” (2011, p. 174). Sáez writes of the way “anti-novels,” novels that deconstruct narrative, like *Mrs. Dalloway*, were important to the movement (2011, p. 174). Now, though, with the 2003 translation of the novel, Sáez writes, translation is “privileging commercial interests over the truth” (2011, p. 185). Once publishing houses such as Proa were at the forefront in their “defense and support of the Catalan language” but now, it seems, they may undermine their former work which had supported “the lingua-cultural system of Catalonia” (Sáez, 2011, p. 185).

5. Marketing

As this last example indicates, marketing, marketability, and economics, as Woolf herself knew well, are a crucial part of what makes a work translatable. In their chapter on the translation history of Woolf in Germany, Göske and Weiß write that publishers want books that will sell (2021, p. 26); translated books, in the marketplace, are commodities. Even Woolf seemed to recognize that goal in the first German translation of *Mrs. Dalloway*. Katharina Kippenberg, one of the owners of the publishing company Insel Verlag, wanted to change the title to *Eine Frau von fünfzig Jahren* (A Lady of Fifty Years) because “the original title was ‘not advantageous to the German public who will find it difficult to pronounce and remember’” (Göske; Weiß, 2021, p. 29). Kippenberg also believed that “German readers would catch the allusion in the main title to Goethe’s ‘celebrated novel *Der Mann von fünfzig Jahren* (The Man of Fifty)’” (Göske; Weiß, 2021, p. 29). While Woolf, write Göske and Weiß, was probably unfamiliar with Goethe’s work, she agreed, writing back to Kippenberg, “I am quite ready to agree to this and hope that you will find the edition successful” (2021, p. 29). Woolf, that is, saw the value of marketing.



Book jackets matter in marketing. To promote translations, publishers, through the years, packaged Woolf's in new wrappings — in, literally, new covers, one form of a paratext, or, more specifically, in the instance of a book jacket, a “peritext,” or that which physically accompanies a text. Cansu Canseven emphasizes that the “study of paratexts is highly important as they offer valuable insights into the presentation and reception of translated texts within the target literary system” (no date, p. 1). Canseven and İnce write about the specific connections between book jackets and translation. Canseven explains the Turkish translator E. Meriç Selvi's decision to title the novel *Bayan Dalloway* in an effort to domesticate it (no date, p. 4). In her case study of *Mrs. Dalloway*, İnce analyzes the book covers of *Mrs. Dalloway* that have appeared since the novel was first translated in Turkey. She discusses, for example, how the translator Tomris Uyar, unlike Selvi, does not domesticate the title of the novel; instead, Uyar maintains its original title so that, presumably, readers do not assume that are reading about a Turkish woman; “Mrs.” conveys the main character's social and cultural identity (2017, p. 88). İnce also includes illustrations of the many book covers of *Mrs. Dalloway* that make it seem as if it were a work of popular fiction; she suggests that publishers may have sought to “reach out to new readers and increase the sales figures of the book” (2017, p. 93).⁷

In terms of marketing, as we have seen in the case of the 2003 translation of *Mrs. Dalloway* into Catalan, retranslations affect sales as well. In her article, Canseven offers an analysis of the translation of the novel by Tomris Uyar (1977), İlknur Özdemir (2012) and E. Meriç Selvi (2013) (no date, p. 2). Canseven explains that Uyar's translation was at first praised by critics and accepted as the “ideal” — that is, until “another translation was offered by İlknur Özdemir” 35 years later (no date, p. 1); Özdemir's retranslation received positive reviews while the formerly highly-regarded one by Uyar was criticized (no date, p. 1). Canseven asks an important question: were the retranslations published for only literary concerns? (no date, p. 6). Given the publication dates of Özdemir's and Selvi's translations, within one year of each other, one might infer that the entry of Woolf's works into the public domain allowed for more translations. In any event, Canseven concludes, previously translated books that were praised are then questioned when retranslated versions of them appear (no date, p. 9).

Another dimension of retranslations is the length of time between them. Working with Anthony Pym's *Method in translation history* (1998), İnce examines passive and active retranslations. A passive retranslation is undertaken after a long span of time or in another site, one far away from the previous translation — such as the length of time, 35 years, between Uyar's and Özdemir's translations. An active retranslation shares the same location and takes place within the same generation (İnce, 2017, p. 56) — such as the one-year gap between Özdemir's and Selvi's translations. By studying active retranslations, writes İnce, one can more effectively understand the nature and workings of translation itself (2017, p. 56), and that is what Canseven does in her own study on retranslations. She concludes, overall, that critics value the translations that are closer to the source text on the “lexical, structural and linguistic” levels (Cansu, no date, p. 9).

⁷ See also Falcetta, who writes about some of the versions of book covers of *Mrs. Dalloway* (2010, p. 239-241).

6. Some translation strategies

The field of critical studies on the translations of Woolf's works is vast. Even a cursory overview of this criticism reveals the many techniques and strategies that translators have used in their approaches to Woolf. For example, in *Hermeneutic lacunae and ways of dealing with them in translating Mrs. Dalloway*, Galina Yanovskaya focuses on "lacunae," or the gaps between the levels of, first, narrative — "the surface of the textual space of a work" — and, second, meta-narrative — the author's intended meaning (2004, p. 121). Yanovskaya addresses the lacunae in a translation of *Mrs. Dalloway* (2004, p. 121-130). For example, the passage "life, London, this moment in June" can be perceived, at the narrative level, as "linked by subject-cum-location-cum-temporal characteristics" and, at the meta-narrative level, as containing the following intentions: expressing life, showing London, and fixing this moment (2004, p. 129). Paola Faini addresses lacunae as well; she introduces her chapter by writing, "[t]ranslating Virginia Woolf, in addition to appropriating impressions and techniques, inevitably entails bridging the gap between the perception of feelings and the way they are worded" (2012, p. 39).

In *Translating allusions as complex cultural resources for translators: The case of Virginia Woolf's Mrs. Dalloway*, Hamidreza Abdi homes in on two of the strategies translators use for *Mrs. Dalloway* — "proper-name allusions (PN) and key-phrase (KP) allusions" (2023, p. 85) — and concludes that translators tend to retain proper names for PN and minimize the change for KP (2023, p. 85). Unfortunately, Abdi observes, these practices seem to thwart a "deep understanding for the target audience" (2023, p. 85). A more effective approach would be to use "translation strategies that make the meanings of allusions explicit and easily understandable to the target readers" (2023, p. 99).

In her chapter on the translation of *Mrs. Dalloway* in Catalonia, Sáez addresses the field of Descriptive Translation Studies (DTS), or descriptivism. DTS requires translators to have some knowledge of the "target culture"; as such, translators are crucial to "the decision-making process in translation" (2011, p. 172). With their focus on the target culture, translators shift their focus away from the source text (ST) and place it on the target text (TT), read by the receiving culture (2011, p. 172). As a form of Translation Studies, descriptivism's focus is on translation output (2011, p. 173); its interest is on the decisions made by translators (2011, p. 173). Sáez notes the way Catalan translators of the 1930 edition of *Mrs. Dalloway* chose to translate references to English culture in Catalan, so that, for example, Big Ben is "Gros [big] Ben" and the Broad Walk becomes "Passeig Ample" (2011, p. 179). However, the translators of the 2003 edition left these names in English. One can see here a connection between Abdi's focus on allusions and Descriptive Translation Studies. Abdi's article and Sáez's chapter connect as well to Szabina Stercli's examination of "realia" in *Mrs. Dalloway*. In the field of translation studies, realia are the "signs and words or more purely terms denoting items of a material culture, particularly with relation to a regional culture" (Stercli, 2024, p. 6). Realia are "a set of lexical items of the source language which denote objects and phenomena characteristic of the source language community and which have no direct lexical counterparts in the target language" (Stercli, 2024, p. 6). Stercli considers realia such as Peter Walsh's "bandanna handkerchief," English tea-shops,



and English manor houses and their translations into Hungarian and Ukrainian. She observes that translators typically use “functional analogues” (2024, p. 57) to more effectively reach their readers.

In her discussion of translating Woolf, Jin writes about the transition from Itamar Even-Zohar’s polysystem theory to Mary Snell-Hornby’s cultural studies model (2009, p. 13-14).⁸ Polysystem theory, in short, considers literature as part of a network of systems that interact with one another; like Descriptive Translation Studies, polysystem theory considers the target culture and focuses on linguistic equivalence (Jin, 2009, p. 13). The cultural studies model, on the other hand, embraces multiple disciplines such as psychology, sociology, ethnology, and philosophy, among others, and addresses “the creative side of translation as well” (Jin, 2009, p. 14). In her discussion of these approaches to Woolf, Jin does not address *Mrs. Dalloway*; rather, she critiques Chinese translators’ lack of knowledge about the source culture in their 2001 translation of *Three Guineas*. Jin writes that “the translators’ lack of understanding of Woolf’s life experience, as well as the historical, political, cultural, and literary context in which Woolf wrote, and their failure to grasp the essence of the original text poses many problems, of which the most severe is the mistranslation of Woolf’s most important argument in *Three Guineas*” (2009, p. 5-6). Jin’s call is, clearly, for the cultural studies model propounded by Snell-Hornby.

7. *Mrs. Dalloway* and specific translation issues

A cursory review of the criticism on the strategies used to translate *Mrs. Dalloway* reveals the many kinds of approaches available to translators and the choices they make. It is also noteworthy to consider the translation issues specific to *Mrs. Dalloway*. One of the biggest challenges for translators is Woolf’s use of free indirect speech or discourse, as Paola Faini indicates by the title of her chapter, “The challenge of Free Indirect Speech in *Mrs Dalloway*.” Translators, Faini argues, must resist the temptation to simplify in order to produce a “smooth and easy text” (2012, p. 41). If the text, she writes, “is deprived of the stylistic subtleties of Free Indirect Speech and of its intonation pattern, it will also be deprived of some of its evocative power and of the shade of life this speech is likely to offer” (2012, p. 41). Faini’s argument on behalf of rendering Woolf’s style is passionate: “Why should one trivialize her varied melodic patterns?” Her questions continue: “If Woolf’s objective was a densely polyphonic and evocative discord, can we allow Free Indirect Speech to get lost in translation? And, if in the unfortunate case that it does, what are the consequences of this loss?” (2012, p. 41). Gharaei and Dastjerdi also address free indirect speech in their article, *Free indirect discourse in Farsi translations of Woolf’s Mrs. Dalloway*. They counter those who claim that the structural differences between Farsi and English are too great to overcome so that translators are forced to “domesticate” Woolf’s language. Rather, they argue, free indirect discourse has been used in Farsi novels; thus, it is not alien to Farsi (2012, p. 8).

⁸ Snell-Hornby elaborates upon the multiple forms of translation studies, such as postcolonial translation, gender-based Translation Studies, the “globalization turn,” and technology and the translator, in her monograph *The turns of Translation Studies* (2006, p. vii-viii).

Free indirect discourse is not a translation issue limited to *Mrs. Dalloway*, of course, and that is true as well of the notion of gender. Referring to Jane Marcus's *Virginia Woolf and the language of patriarchy*, Eleonora Federici comments on Woolf's struggles with patriarchal language and her uses of "her use of absences, ellipses, unfinished sentences and uncompleted thoughts" (p. 218-219). Is this feminist language? Are there feminist translations? If so, Palusci asks in her introduction to *Translating Virginia Woolf*, "which strategies are adopted?" (2012, p. 12). Palusci comments on the way several contributors to the collection "investigate the problematic issues of translating gender, where the passage from English, a neutral language, to a gendered one (Spanish, German, Croatian and Italian) nourishes a vivacious debate on translation choices" (2012, 12-13). Van de Wardt (not one of the contributors to Palusci's volume) describes the challenges she faced in translating *Mrs. Dalloway* into Dutch. Citing the translator James Brockway⁹ (who is himself quoted in Andringa 214), van de Wardt writes of the supposedly "unbridgeable difference between the English and the Dutch language." Woolf's writing is "highly refined," it seems, in contrast to the Dutch language, which "has a tendency to clumsiness." Thus, the translator of Woolf's writing into Dutch, Brockway claims, must have a "highly woman-like" ability to handle her English (Van de Wardt, 2010, p. 6). In her translation of *Mrs. Dalloway* — an example of which is addressed at the end of this article — van de Wardt shows that she is woman enough to rise to the task.

Faini brings up the consideration of translating the quality of orality — of conveying the spoken. She asserts, "If it is orality Woolf aims at, then orality it should be, and what is seemingly lost in translation can be made up for by adapting the translated sentence to give it the sound of oral speech" (2012, p. 43). To provide orality means including markers in the target language and not translating word-for-word. Faini provides several examples "such as the use of the article before the surname (la Perry, la Rosseter), thus stressing the difference between the narrator's role (dicevano Benson e la signorina Rosseter) [they said Benson and Miss Rosseter] and the role of the Free Indirect Speech" (2012, p. 43). Along with orality, translators must contend, as Göske and Weiß write, with the dense texture of Woolf's writing: "the meticulous musicality and imagistic density of her prose provided peculiar problems, and her early translators — who could of course not yet resort to helpful criticism, annotated editions, computers or digitised texts — also had to keep the complex web of her dense textures in mind" (2021, p. 26). About Theresia Mutzenbecher's translation of *Mrs. Dalloway*, Göske and Weiß note that "Woolf's lyrical prose, her metaphorically dense texture, feels more laboured in Mutzenbecher's version" (2021, p. 28). "However," they add, "this is not so much owing to the translator's lack of time and talent, or her attempts to fill in some details, but to the structures of the German language: its polysyllabic morphology, penchant for compounds and complex, highly subordinated syntax" (2021, p. 28).

Cultural, linguistic, and dictionary differences come into play in translation, and one can see how that is evident in Korean translations of English texts. Hee Jin Park describes how hierarchy

⁹ James Brockway is renowned for his translations of English novels into Dutch and Dutch poetry into English (James Brockway).



is of utmost importance in South Korea so that “the order of seniority is overemphasized.”¹⁰ In English, on the other hand, “gender difference is stressed.” One can see that in the words for siblings; in English there is only one word each for “brother” and “sister” whereas, in Korean, there are four words for brother and sister which are based on seniority. In Korean there is one word for both niece and nephew; that word is equivalent to nephew. Korean uses only commas and periods — no colons and semi-colons. Given Woolf’s love of the semi-colon, one can see what a challenge it would be to translate her writing into Korean. Korean has no passive voice. In “pure Korean,” there is only one word for both blue and green; how then, one wonders, does one translate Woolf’s short story, “Blue and Green”?

8. Frustrations with translations of Woolf

Many critics express frustrations with translations of *Mrs. Dalloway*. Ida Klitgård remarks that the first translation of *Mrs. Dalloway* by Aage Brusendorff into Danish may sound “old-fashioned and grandiose” to the ears of contemporary readers (2002, p. 169). Klitgård writes that the critic Jens Kruuse acknowledges, however, that Brusendorff “has a magnificent feel for poetry and the novel as a whole,” even if, adds Klitgård, Kruuse “deplores [Brusendorff’s] painfully deficient knowledge of English language and customs” (2002, p. 170). Klitgård compares Jørgen Christian Hansen’s 1984 translation of *Mrs. Dalloway* to Brusendorff’s; Hansen’s is, Klitgård believes, “a little too relaxed” at times (2002, p. 179). Klitgård points to Hansen’s translation of the end of the novel, when “Peter Walsh asks what it is that fills him with ‘extraordinary excitement.’” Hansen “translates ‘excitement’ into ‘ophidselse’” which, in Danish, “can relate only to agitation or to sexual excitement.” Brusendorff’s “‘bevægelse,’ which is the equivalent of ‘movement’ and affection, something that touches the heart, is thus more adequate and attentive to Peter Walsh’s emotions” (2002, p. 179).

A major criticism of translations is of the way, in the past, they regularized Woolf’s prose. Sergio Perosa’s critique of the early translations of Woolf’s work centers on their “regularization” (2002, p. 201). Translators made her Free Indirect Speech and interior monologue explicit by inserting inverted commas or turning both into straight third-person narratives. Woolf was thus “appreciated as, and turned into, an example of normalized *bello scrivere* (fine writing) [...] the revolutionary nature of her writing remained hidden” (2002, p. 200-201). Recent translations, such as those by Nadia Fusini, accommodate Woolf’s free indirect speech and do not provide the inverted commas. Perosa writes that, for Fusini, “poetry lay not in cream-like sequences, but in an adherence to facts; her new version kept this very much in the foreground” (2002, p. 205). Like Perosa, Oliveira comments on the way Woolf’s early translators in Brazil “normalize[d] her innovative language” (2018, p. 213). Now, as is the case with retranslations around the world, translators in Brazil are trying “to capture Woolf’s revolutionary language . . . which involves a constant dialogue with the contemporary reader” (2018, p. 213).

¹⁰ This entire discussion is drawn from p. 116.

In her review of translations of Woolf in Sweden, Catherine Sandbach-Dahlström reports on the way they “vary in quality needless to say” (2002, p. 154). It would seem that, with time, they improve in quality, but as Sáez writes about the 2003 translation of *Mrs. Dalloway* in Catalan, and Klitgård about the 1984 version in Danish, that is not always entirely the case. Moreover, as Séllei observes, errors appear in Woolf criticism alone; how, then, can one trust the translation? Séllei writes, for example, that “[e]ven decades later there are factual errors in Hungarian Woolf-criticism, when e.g. Marcell Benedek misspells Woolf’s name (“Woolff”), and thinks that *Mrs Dalloway* takes place in one hour” (2012, p. 56). Jacqueline A. Hurlley critiques Cèsar-August Jordana’s translation into Catalan of the following passage from *Mrs. Dalloway*: “Clarissa muses on Peter Walsh’s return from India: ‘He would be back one of *these days*.’” Hurlley comments on the way Jordana turns Woolf’s Free Indirect Speech of “He would be back one of *these days*” to indirect speech: “Tornaria un d’aquells [those] dies” (He would be back one of *those* days). Then, later in his translation, Hurlley writes, Jordana turns “*this* moment of June” to “*aquell* [that] moment de juny” (*that* moment in June) (2002, p. 299). Hurlley writes, “This would seem to illustrate Jordana’s obliviousness to what Woolf is attempting to do, that is, to reproduce the intimacy and immediacy of the character’s thought process” (2002, p. 299).

And yet — to study the careful work that translators typically conduct is to see how much they do, in fact, get right — as right as they can make it. Van de Wardt justifies her insertion of one word — “*dat*,” or that — in her translation of the first line of *Mrs. Dalloway*, “Mrs. Dalloway said she would buy the flowers herself.” Van de Wardt translates it as “Mrs. Dalloway zei **dat** ze zelf de bloemen zou kopen” (2014, p. 74; boldfaced added) or, literally, “Mrs. Dalloway said **that** she would buy the flowers herself” (boldfaced added). Van de Wardt writes, “The insertion of the subordinating conjunction ‘dat’ in the translation is inevitable even if English allows for its absence.” She notes that if the conjunction “*dat*” were left out, the translation would be “Ze zou de bloemen zelf wel kopen, zei Mrs. Dalloway,” or, in English, “She would buy the flowers herself, Mrs. Dalloway.” However, van de Wardt rightly concludes, a novel titled “*Mrs. Dalloway*” should start with the lead character’s name (2010, p. 74n.14).

9. Conclusion

To offer an overview of even a fraction of the prodigious amount of scholarship on the translation of *Mrs. Dalloway* in the past century is to get a glimpse into the many dimensions of Translation Studies and to see how global the novel has been, ever since the first translation appeared in 1928. It is to explore worlds of languages and cultures and to experience the joys of difference. The many dimensions of Woolf’s translatability are part of what makes all her work, especially *Mrs. Dalloway*, so wide in its reach.

CONFLICT OF INTEREST

There was no conflict of interest.

FUNDING

There was no source of funding.

REFERENCES

- ABDI, Hamidreza. Translating allusions as complex cultural resources for translators: The case of Virginia Woolf's *Mrs. Dalloway*. **transLogos Translation studies journal**, v. 6, n. 2, p. 85-102, 2023. Available at: <https://www.researchgate.net/publication/377002962>. Last access: October 14, 2025.
- ABRANCHES, Graça. The Portuguese reception of Virginia Woolf. In: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe**. London and New York: Continuum, 2002. p. 312-327.
- BANTZINGER, AnneMarie. Holland and Virginia Woolf: The reception of Virginia Woolf's translated work in the Netherlands. In: REINHOLD, Natalya (Org.). **Woolf across cultures**. New York: Pace University Press, 2004. p. 131-148.
- BOLCHI, Elisa. Solid and living: The Italian Woolf Renaissance. In: DUBINO Jeanne; PAJAK, Paulina; HOLLI, Catherine W.; LYPKA, Celiese; NEVEROW, Vara (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. p. 183-198.
- BOLCHI, Elisa; DRUMOND VIANA, Maria Rita; KEANE, Alice Davis; LATHAM, Monica; OKUMURA, Sayaka; ÖZYURT KILIÇ, Mine (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and transnational perspectives**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2025.
- BOSSEAUX, Charlotte. **How does it feel?** Point of view in translation: The Case of Virginia Woolf into French. Amsterdam: Rodopi, 2007.
- CANSEVEN, Cansu. Do translators die?: Paratextual analysis of Virginia Woolf's *Mrs. Dalloway* in Turkish. **Academia.edu**. No date. Available at: https://www.academia.edu/30329426/Do_Translators_Die_Paratextual_Analysis_of_Virginia_Woolfs_Mrs_Dalloway_in_Turkish. Last access: May 11, 2025.
- CAWS, Mary Ann. Preface: Virginia Woolf's Crossings. In: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe**. London and New York: Continuum, 2002. p. xix-xxi.
- CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola. Timeline: European reception of Virginia Woolf. In: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe**. London and New York: Continuum, 2002. p. xxi-xxxvi.
- CHUNG, Myunghye. Mediating Virginia Woolf for Korean readers. In: REINHOLD, Natalya (Org.). **Woolf across cultures**. New York: Pace University Press, 2004. p. 95-109.
- DALGARNO, Emily. **Virginia Woolf and the migrations of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- DAVISON, Claire. **Translation as collaboration**: Virginia Woolf, Katherine Mansfield and S.S. Kotliansky. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- DOJČINOVIĆ-NEŠIĆ, Biljana. Translation as border-crossing: Virginia Woolf's case. **TRANS - Revue de littérature générale et comparée**, v.9, 2010, p. 1-10. Available at: <https://doi.org/10.4000/trans.417>. Last access: May 11, 2025.



FAINI, Paola. The challenge of free indirect speech in *Mrs Dalloway*. In: PALUSCI, Oriana (Org.). **Translating Virginia Woolf**. Bern, Switzerland: Peter Lang, 2012. p. 39-47.

FALCETTA, Jennie-Rebecca. Don't judge a cover by its Woolf: Book cover images and the marketing of Virginia Woolf's work. In: DUBINO, Jeanne (Org.). **Virginia Woolf and the literary marketplace**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 237-252.

FEDERICI, Eleonora. Translating feminist discourses in Virginia Woolf's "Anon." In: PALUSCI, Oriana (Org.). **Translating Virginia Woolf**. Bern, Switzerland: Peter Lang, 2012. p. 215-225.

GHARAEI, Zohreh; DASTJERDI, Hossein Vahid. Free indirect discourse in Farsi translations of Woolf's *Mrs. Dalloway*. **CLCWeb: Comparative literature and culture**, v.14, n.1, 2012, p. 1-9. Available at: <https://doi.org/10.7771/1481-4374.177fain1>. Last access: May 11, 2025.

GOOGLE translate. Available at: translate.google.com. Last access: May 15, 2025.

GÖSKE, Daniel; WEIß, Christian. "What a curse these translators are!" Woolf's early German reception. In: DUBINO Jeanne; PAJAK, Paulina; HOLLIS, Catherine W.; LYPKA, Celiese; NEVEROW, Vara (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. p. 25-41.

HUETTER, Alexandra. Why are the Dutch so good at speaking English? **DutchReview**. <https://dutchreview.com/culture/why-are-dutchies-so-good-at-speaking-english/>. Last access: September 21, 2025.

HURTLEY, Jacqueline A. Modernism, nationalism and feminism: Representations of Virginia Woolf in Catalonia. In: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe**. London and New York: Continuum, 2002. p. 296-311.

İNCE, Sitem. **The Role of Re/Translations in the reception of Virginia Woolf in Turkey**. MA Thesis, Dokuz Eylül University, 2017. Available at: https://www.academia.edu/35525291/THE_ROLE_OF_RE_TRANSLATIONS_IN_THE_RECEPTION_OF_VIRGINIA_WOOLF_IN_TURKEY. Last access: May 11, 2025.

James Brockway. **Wikipedia**. Last updated August 14, 2025. Available at: https://en.wikipedia.org/wiki/James_Brockway. Last access: September 15, 2025.

JIN, Guanglan. **East meets west: Chinese reception and translation of Virginia Woolf**. University of Rhode Island. Open Access Dissertations. Paper 228ji7. 2009. Available at: https://digitalcommonns.uri.edu/oa_diss/2287. Last access: May 11, 2025.

KAMAL, Hala. Virginia Woolf in Arabic: A feminist paratextual reading of translation strategies. In: DUBINO Jeanne; PAJAK, Paulina; HOLLIS, Catherine W.; LYPKA, Celiese; NEVEROW, Vara (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. p. 166-182.

KIRKPATRICK, B. J.; CLARKE, Stuart N. **A bibliography of Virginia Woolf**. 4. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.

KLITGÅRD, Ida. Waves of influence: The Danish reception of Virginia Woolf. In: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe**. London and New York: Continuum, 2002. p. 165-185.

LATHAM, Monica; MARIE, Caroline; RIGEADE, Anne-Laure. Introduction: On recycling Virginia Woolf in contemporary art and culture. In: LATHAM, Monica; MARIE, Caroline; RIGEADE, Anne-Laure (Orgs.).



Recycling Virginia Woolf in contemporary art and literature. Milton Park, Oxfordshire, Routledge, 2022. p. 1-19.

LÁZARO, Alberto. The emerging voice: A review of Spanish scholarship on Virginia Woolf. *In*: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe.** London and New York: Continuum, 2002. p. 247-262.

LUCKHURST, Nicola. Introduction. *In*: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe.** London and New York: Continuum, 2002. p. 1-18.

MARLING, Raili. Virginia Woolf's feminist writing in Estonian translation culture. *In*: DUBINO Jeanne; PAJAK, Paulina; HOLLIS, Catherine W.; LYPKA, Celiese; NEVEROW, Vara (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. p. 152-165.

Mrs. Dalloway. World Cat, 2001-2025. Available at: <https://search.worldcat.org/search?q=mrs.+dalloway+-translated&offset=1>. Last access: May 11, 2025.

OLIVEIRA, Maria. Translation, reception and impact in Brazil. *In*: WILSON, Nicola; BATTERSHILL, Claire (Orgs.). **Virginia Woolf and the world of books: The centenary of the Hogarth Press: Selected papers from the twenty-seventh annual international conference on Virginia Woolf.** Clemson, South Carolina: Clemson University Press, 2018. p. 208-219.

PAJAK, Paulina. Trans-Dialogues: Exploring Virginia Woolf's feminist legacy to contemporary Polish literature. *In*: DUBINO Jeanne; PAJAK, Paulina; HOLLIS, Catherine W.; LYPKA, Celiese; NEVEROW, Vara (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. p. 332-353.

PAJAK, Paulina; DUBINO, Jeanne; HOLLIS, Catherine W. Introduction: Planetary Woolf. *In*: DUBINO Jeanne; PAJAK, Paulina; HOLLIS, Catherine W.; LYPKA, Celiese; NEVEROW, Vara (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. p. 1-21.

PALUSCI, Oriana. Introduction: Virginia Woolf in many languages. *In*: PALUSCI, Oriana (Org.) **Translating Virginia Woolf.** Bern, Switzerland: Peter Lang, 2012. p. 7-14.

PARK, Hee Jin. Translation of Virginia Woolf in Korea. *In*: REINHOLD, Natalya (Org.). **Woolf across cultures.** York: Pace University Press, 2004. p. 111-119.

PEROSA, Sergio. The reception of Virginia Woolf in Italy. *In*: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe.** London and New York: Continuum, 2002. p. 200-217.

SÁEZ, Marta Ortega. The publication of *Mrs Dalloway* in Catalonia: Is it possible to reconcile commercial interests and culture? *In*: FEDERICI, Federico M. (Org.). **Translating dialects and languages of minorities: Challenges and solutions.** Bern, Switzerland: Peter Lang AG, International Academic Publishers, 2011. p. 171-185.

SANDBACH-DAHLSTRÖM, Catherine. "Literature is no one's private ground": The critical and political reception of Virginia Woolf in Sweden. *In*: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe.** London and New York: Continuum, 2002. p. 148-164.



SÉLLEI, Nóra. The problem of Englishness, modernism, and gender — The critical reception of Virginia Woolf in Hungary. *Focus*, v.6, 2012. p. 55-78.

SILVER, Brenda R. **Virginia Woolf icon**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

SNELL-HORNBY, Mary. **The turns of Translations Studies**: New paradigms or shifting viewpoints? Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2006.

STERCLI, Szabina. **Peculiarities of realia translation in Jane Austen's *Pride and Prejudice* and Virginia Woolf's *Mrs Dalloway* novels**. MA thesis. Ferenc Rákóczi II Transcarpathian Hungarian College of Higher Education, 2024. Available at: <https://dspace.kmf.uz.ua/jspui/handle/123456789/4207>. Last access: May 11, 2025.

TERENTOWICZ-FOTYGA, Urszula. From silence to a polyphony of voices: Virginia Woolf's reception in Poland. In: CAWS, Mary Ann; LUCKHURST, Nicola (Orgs.). **The reception of Virginia Woolf in Europe**. London and New York: Continuum, 2002. p. 127-147.

VAN DE WARDT, Meike Roosmarijn. **What a plunge!**: Translating Virginia Woolf's *Mrs. Dalloway*. MA Thesis. Utrecht University, 2010. Available at: <https://studenttheses.uu.nl/bitstream/handle/20.500.12932/5543/What%20a%20Plunge!.pdf?sequence=1>. Last access: March 29, 2025.

VARGA, Adriana. The translation and reception of Virginia Woolf in Romania (1926-89). In: DUBINO Jeanne; PAJÁK, Paulina; HOLLIS, Catherine W.; LYPKA, Celiese; NEVEROW, Vara (Orgs.). **The Edinburgh companion to Virginia Woolf and contemporary global literature**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. p. 42-61.

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. 1925. New York and London: Harcourt Brace Jovanovich, 1953.

YANOVSKAYA, Galina. Hermeneutic lacunae and ways of dealing with them in translating *Mrs. Dalloway*. In: REINHOLD, Natalya (Org.). **Woolf across cultures**. New York: Pace University Press, 2004. p. 121-130.



Pós-autonomia e seus outros: apontamentos sobre uma tópica argentina

Maurício Chamarelli Gutierrez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3721-9949>

E-mail: chamarelligutierrez@gmail.com

RESUMO

Este texto busca investigar alguns aspectos da ideia de pós-autonomia, crucial para certo ensaísmo argentino recente. Segundo autores como Florencia Garramuño e Reinaldo Laddaga, além, é claro, da pioneira Josefina Ludmer, estaríamos vivendo a exaustão do paradigma moderno da arte ou, ao menos, de alguns de seus elementos; entre esses estaria a especificidade do discurso literário que implica que, em sua vertente moderna, a literatura teria definido a si mesma e sua diferença de outros discursos de forma relativamente cômoda. Recentemente, essa concepção moderna do literário teria começado a perder seu rendimento crítico, e veríamos emergir uma literatura pós-autônoma, que transborda toda fronteira de definição possível, se colocando fora e dentro da rubrica “literário”. A meu ver, porém, tal inespecificidade da arte é algo inerente à experiência da modernidade estética, um traço coextensivo ao modo contraditório e paradoxal pelo qual a literatura se (in)define no contexto do que Rancière (2002) denomina revolução estética. Isso implica que a tópica da ruptura ou da exaustão do moderno, tão crucial para os teóricos da pós-autonomia, essa cronologia que separa o momento autônomo moderno de sua contraparte mais recente se deve, na verdade à leitura e circulação dos autores associados ao “pós-estruturalismo” francês (como Derrida e Deleuze), referências frequentes nas obras desses teóricos

PALAVRAS-CHAVE: Pós-autonomia; Josefina Ludmer; Revolução Estética; Literatura Moderna; Teoria Francesa.

Post-autonomy and its others: notes on an Argentinian criticism

ABSTRACT

This article seeks to investigate some aspects of the idea (crucial to certain Argentinean critics) of post-autonomy. Among others, Florencia Garramuño, Reinaldo Laddaga and naturally the pioneer Josefina Ludmer, argue that recently we have come to witness the decline of some aspects that defined modern art. Amongst these features, we find the specificity of literary discourse, which in its modern configuration could — allegedly with relative ease — be defined and characterized as a particular type of discourse, different from all others. Some decades ago (according to the post-autonomy theoreticians) such modern conception started deteriorating and made way to a post-autonomic literature, one that crosses all borders and definitions, appears as literature but at the same time does not fit in this category. My hypothesis however is that such non-specificity of art is inherent to all modern art — or, to put more precisely, it is present in the contradictory and paradoxical ways through which literature (un)defines itself in the context of what Jacques Rancière (2002) denominates “aesthetic revolution”. In this case, the topics of decline of modernity, so crucial to these Argentinean critics, the chronology that separates the autonomous modern epoch of art from its more recent counterpart is actually due to the reading and reception of authors associated with French “post-structuralism” (such as Derrida and Deleuze).

KEYWORDS: Post-autonomy of art; Josefina Ludmer; Aesthetic Revolution; Modern Literature; French Theory.



Ao citar este artigo, referenciar como: GUTIERREZ, Maurício Chamarelli.

Pós-autonomia e seus outros: apontamentos sobre uma tópica argentina.

Matraga, v. 33, n. 67, p. 162-175, jan./abr. 2026.

DOI: 10.12957/matraga.2025.92605

Recebido em: 30/06/2025

Aceito em: 29/10/2025

1. Introdução

Em 1985, após o fim do período da ditadura Argentina, Josefina Ludmer ministra o célebre curso que, trinta anos depois, seria organizado por Annick Louis e publicado como *Classes 1985: Alguns problemas de teoria literária*. Na aula do dia 24 de setembro, quando confrontada por uma aluna que diz não entender nada das aulas, Ludmer responde recorrendo à curiosa figura de uma “compreensão retroativa”: “Vocês devem pensar que há, neste tipo de aprendizagem, um processo de compreensão retroativa, que é muito importante, quase mais importante que a compreensão instantânea” (Ludmer, 2016, p. 180).¹ Creio que nunca me ocorreu responder assim ao desconforto dessa cena que acredito ser familiar aos professores de teoria da literatura (senão a todos): o momento em que ouvimos essa fórmula — sucinta, lacônica, lapidar... — proferida em tom de confissão, mas que ressoa como sentença, palavra final em que ressoa o martelo de um juiz, “Eu não entendo nada” (Ludmer, 2016, p. 180).²

Por outro lado, a compreensão retroativa de que fala Ludmer, não parece uma ideia radicalmente inovadora; talvez pudéssemos dizer se tratar de um avatar pedagógico do tipo de anacronismo produtivo que nos habituamos a comentar quanto tratamos de textos célebres, como *Kafka e seus precursores*, de Borges, ou *Tradição e talento individual*, de T. S. Eliot. Ainda que não da mesma forma (e referindo processos tão diversos quanto podem ser a compreensão de uma aula e o olhar histórico sobre a literatura), nos dois casos é como se o passado fosse plasmável, se alterasse a partir do presente, como se obras ou leituras posteriores alterassem ou pudessem alterar (quicá radicalmente) o sentido de textos ou discursos que os antecederam. E, se isso vale para a história e a tradição literária, por que não poderiam também as aulas sofrerem a ação dessa curiosa magia que parece entrar em ação onde quer que produzamos sentido? Esse princípio alquímico que faz com que aquilo que antes passava despercebido, caía como o chumbo pesado do não sentido, transmute-se posteriormente num farelo de ouro que nos permite ver algo, entender alguma coisa, aceder (às vezes fugazmente) a algum sentido?

Se inscrevo no início de minha reflexão essa resposta, que julgo corajosa em um momento de certa fragilidade (a fala sempre tão exposta do professor, o lugar um pouco vulnerável daquele que — à parte sua posição de autoridade e poder — toma a palavra diante de um público que se cala um pouco como um psicanalista...) é porque, à sua maneira, essa pequena fábula sobre o tempo da compreensão abre o espaço da pergunta que pretendo fazer. É um pouco uma questão de “tempo” que pretendo levantar, um problema que diz respeito à história e a certa cronologia; a certa maneira de ler a modernidade estética e de situar, em relação a ela, a literatura contemporânea. Isso é, de situar esses termos — carregados de sentido temporal, epocal — em relação a um outro termo, que por sua vez não recusa essa mesma qualidade temporal: a ideia de uma pós-autonomia da literatura.

¹ No original: “Además, ustedes tienen que pensar que hay, en todo este tipo de aprendizaje, un proceso de comprensión retroactiva, que es muy importante, es casi más importante que la comprensión instantánea”.

² No original: “Yo no entiendo nada”.



Mais do que um termo, trata-se de um complexo de figuras e conceitos (pós-autonomia, heteronomia, anautonomia, regime prático, arte fora de si ou do fora de campo...), que, a meu ver, retira ao menos parte de seu poder provocativo de certa teoria francesa, por assim dizer, ou dos autores ligados ao dito pós-estruturalismo (sobretudo Deleuze e Derrida) e que marca de forma significativa certo ensaísmo argentino recente (dos anos 00 para cá): autores como Florencia Garramuño, Reinaldo Laddaga, Diana Klinger, talvez Tamara Kamenzsain — além, é claro, da já referida e pioneira na formulação do conceito, Josefina Ludmer. Entre esses diversos autores (muitos dos quais não terei tempo de analisar) e as muitas conceituações que propõem, teorias e leituras críticas que desenvolvem, um pivô se mantém: a hipótese de uma exaustão da modernidade, a percepção (para eles mais ou menos evidente) de que, nos anos recentes, vivemos uma ruptura, um corte, a falência do projeto moderno ou, ao menos, a exaustão de alguns de seus elementos fundamentais. Essa, tentarei mostrar, é a ideia norteadora, em torno da qual se organizam empreendimentos críticos de média ou longa duração; a meu ver, ela funda uma tópica, um regime de produção de discursos cuja variabilidade se deixa circunscrever pela visita a algumas sedes argumentativas: variam os conceitos, obras lidas e enfoques dados, mas alguns *topoi* permanecem.

Neste artigo, focarei somente uma dessas sedes, um dos elementos ou aspectos que, segundo esses ensaístas, são retrabalhados ou ressignificados — e que recentemente teriam deixado de ter a pertinência e a posição relativa que tinham na modernidade estética: a ideia de que a literatura é algo de específico, um tipo de discurso diferente de outros, que porta certas características próprias e que garante as fronteiras que a separam de seu exterior. A isso chamarei o tema da especificidade da arte moderna. Em relação a isso, a pergunta que gostaria de inscrever no início deste texto toca justamente em uma questão “de tempo”: a partir de quando podemos falar em pós-autonomia? Desde quando haveria uma arte ou literatura não específica ou pós-autônoma? A meu ver, a autonomia da arte não foi senão um sonho (irrealizado) de parte da arte moderna (a parte talvez menos interessante), além do que, como poderei tão somente apontar, certa inespecificidade e mesmo uma negação da autonomia é inerente à concepção moderna de arte e literatura, ou antes ao conjunto amplo e recheado de contradições que Jacques Rancière (2002) denomina “revolução estética”.

Porém, se essa clivagem antes/depois, “pós” e “pré”, não faz sentido, isso não diz respeito somente a um problema de cronologia, mas também a certa “compreensão retroativa”, como propunha Ludmer. Recuperando (e subvertendo um pouco) outra das palavras que os antigos gregos dispunham para se referir ao tempo, diria que a questão não toca somente *chronos*, mas também *kairós* — esse tempo da oportunidade, da ação oportuna ou inoportuna. Mais especificamente, porque, na resposta de Ludmer que comecei por relatar, creio ouvir ressoar certa “cairologia” da compreensão, da leitura; o cálculo sempre difícil, quiçá impossível, a imprevisibilidade do momento crítico em que o sentido reluz, em que se compreende alguma coisa que — depois nos damos conta — já estava lá, dita, exposta, diante dos olhos. Nesse sentido, a pergunta “desde quando podemos falar em pós-autonomia?” significa também desde quando pudemos dela nos dar conta, quando ela pode se tornar consciente e patente para nós — mesmo se ela já estivesse lá, dita sem que se soubesse ouvi-la, exposta sem que se pudesse vê-la.

2. Do que falamos quando falamos de pós-autonomia?

A noção de pós-autonomia emerge primeiramente em algumas entrevistas e textos curtos de Josefina Ludmer no início dos anos 2000; ela será posteriormente formalizada no livro *Aqui, América latina: uma especulação*, publicado em 2010, mas nunca perderá a formulação algo deslizando que recebe nessas entrevistas:

Imaginemos isso. Muitos textos dos 2000 atravessam a fronteira da literatura (os parâmetros que definem o que é literatura) e se colocam fora e dentro [...]. Aparecem como literatura, mas não podem ser lidos com critérios ou categorias literárias, como autor, obra, estilo, escrita, texto e sentido. Não são lidos como literatura porque aplicam à literatura uma drástica operação de esvaziamento [...]. Representariam a literatura no fim do ciclo da autonomia literária, na época das empresas transnacionais do livro, ou das lojas dos livros nas grandes cadeias de jornais, rádios, notícias, televisão e outros meios; a literatura na indústria da língua. Esse fim de ciclo implica novas condições de produção e circulação do livro, que modificam os modos de ler (Ludmer, 2010, p. 149-50).³

A ideia é lançada no gênero da provocação especulativa, indicada pelo subtítulo do livro (*uma especulação*) e reforçada pelo início condicional (*Imaginemos...*). Como ela mesma indica, Ludmer faz teoria com tonalidades de livro de fantasia ou de ficção científica (p. 10), menos descrevendo ou emitindo um juízo sobre um estado de coisas do que imaginando outras possibilidades de vida ou, no caso, outras formas de pensar. É um convite que parece querer se inserir na linhagem de algumas frases de efeito de Nietzsche ou Deleuze, mas aqui sem as elaborações mais sistemáticas que em geral as acompanham nesses outros autores. Enfatizo isso na medida em que essa forma de pensar como convite permite a Ludmer — e em parte a constrange a — oferecer uma elaboração teórica parca e algumas vezes genérica, provável razão pela qual os críticos que recuperarão algo de suas ideias irão, cada um a sua vez, precisar reelaborá-las, ao menos em parte, e muitas vezes renomeá-las à sua maneira: Garramuño (2014) falará em heteronomia; Reinaldo Laddaga (2012) em regime prático, e ambos darão maior espessura teórica à provocação de Ludmer.

A ideia-guia, porém, comparece: a de uma literatura fora de si, ao mesmo tempo fora e dentro do que se considera literatura; algo que se inscreve sob a rubrica do literário, ao mesmo tempo em que não porta as características e propriedades que esperaríamos que caracterizassem essa espécie de discurso ou de uso das palavras. A princípio, portanto, parece que a proposta é flagrar objetos de natureza nova, textos ou obras que se constituem de forma inovadora, atravessando uma fronteira que limitava seus antecessores; rapidamente, no entanto, Ludmer desliza para outro aspecto, o dos modos de leitura: “Esses textos não admitem leituras literárias; isso quer dizer

³ No original: “Imaginemos esto. Muchas escrituras de los 2000 atraviesan la frontera de la literatura (los parámetros que definen qué es literatura) y quedan afuera y adentro [...] Aparecen como literatura pero no se las puede leer con criterios o categorías literarias como autor, obra, estilo, escritura, texto y sentido. No se las puede leer como literatura porque aplican a la literatura una drástica operación de vaciamiento [...] Representarían a la literatura en el fin del ciclo de la autonomía literaria, en la época de las empresas transnacionales del libro o de las oficinas del libro en las grandes cadenas de diarios, radios, TV y otros medios: la literatura en la industria de la lengua. Ese fin de ciclo implica nuevas condiciones de producción y circulación del libro que modifican los modos de leer”.



que não se sabe ou não importa se são ou não literatura” (Ludmer, 2010, p. 149).⁴ Ser literatura em condições de pós-autonomia significa aqui imprimir ou exigir uma outra forma de ler, diversa da “leitura literária” (o que quer que se entenda sob esse significante). A tal ponto que, em outro momento, é em termos de um novo regime de leitura que a pós-autonomia é caracterizada:

As escritas pós-autônomas podem exibir ou não suas marcas de pertencimento à literatura e aos padrões da autorreferencialidade, que marcaram a era da literatura autônoma. [...] Podem se colocar ou não, simbolicamente, dentro da literatura e continuar ostentando os atributos que a definiam antes, quando era totalmente “literatura”. [...] Isso não altera seu estatuto de literaturas pós-autônomas. [...] Tudo depende de como, ou a partir de onde, é lida a literatura atualmente. Ou se percebe a mudança no estatuto da literatura no interior da indústria da língua, e aí estamos frente a novos modos de ler. Ou não se vê ou se nega (não se imagina que estamos em outro mundo), e então continua havendo literatura e não literatura, ou má e boa literatura (Ludmer, 2010, p. 155).⁵

Como se vê, o trecho radicaliza a ênfase nos modos de leitura, e sobrepõe a instância da recepção à das características intrínsecas aos textos; e o que antes era um convite ao pensamento, agora se torna uma alternativa um pouco coercitiva: podemos perceber ou não a mudança, acompanhá-la ou seguir insistindo em formas um pouco antiquadas de lidar com nossos objetos de estudo. Participando ou não dessa nova forma de nos relacionarmos com os textos, nós nos mostramos ora mais, ora menos antenados com certas alterações estruturais da sociedade. Ao primeiro deslizamento, que ia de características objetivas dos textos para o regime de recepção, adiciona-se um outro, que associa um pouco apressadamente esse regime de recepção a algumas mudanças sociais em seu modo material de circulação: o “fim do ciclo da autonomia literária” corresponde aqui à “época das empresas transnacionais do livro”, à época da literatura inserida nas mais diversas mídias da “indústria da língua”. Ludmer raramente situa a coisa nesses termos, mas somos convidados a pensar que a pós-autonomia desdobra uma possibilidade da internet — ou do velho sonho da *world wide web* como um espaço de livre trânsito, de percursos imprevisíveis que não se deixam reter por categorias estanques. Tudo se passa como se o contexto pós-autônomo da literatura correspondesse grosso modo à rede como outro regime possível de circulação de textos e como se certa fluidez, frequente no modo como esse meio lida com as unidades textuais, fosse impressa ou incorporada nos modos de ler ou em algumas obras verbais contemporâneas. Para retomar alguns termos colocados pela autora argentina: fluidez na atribuição de autoria, no modo como se cita, se extrai trechos, se “copia e cola” e, portanto, parco respeito pela integridade da “obra”; agilidade no modo como se escreve e se lê (que resultaria em textos com menor densidade de sentido, como diz Ludmer).

⁴ No original: “Estas escrituras no admiten lecturas literarias. Esto quiere decir que no se sabe o no importa si son o no son literatura”.

⁵ No original: “Las escrituras posautónomas pueden exhibir o no sus marcas de pertenencia a la literatura y los tópicos de la autorreferencialidad que marcaron la era de la literatura autónoma. [...] Pueden ponerse o no simbólicamente adentro de la literatura y seguir ostentando los atributos que la definían antes, cuando eran totalmente ‘literatura’. [...] Eso no cambia su estatuto de literaturas posautónomas. [...] Todo depende de cómo se lea la literatura hoy o desde dónde e la lea. O se ve el cambio en el estatuto de la literatura en el interior de la industria de la lengua, y entonces aparecen otros modos de leer. O no se lo ve o se lo nega (no se imagina que estamos en otro mundo), y entonces seguiría habiendo literatura y no literatura, o mala y buena literatura”.

A tópica da pós-autonomia nunca se descolará desse tipo de deslizamentos. Em suas muitas formulações e avatares, ela seguirá sendo ora uma característica de um conjunto de objetos, privilegiados pelas leituras, ora um modo de ler essas obras (modo ao qual elas convidam, mas que é sempre possível não seguir, dando à formulação conceitual um caráter optativo e parecendo desenhar um contraste entre leituras “antenadas” e “antiquadas”), ora ainda um contexto mais amplo de circulação e produção de obras de arte (e, quanto a esse último aspecto, a referência a certas instituições é importante: à internet se adicionam o abandono ou tensionamento do formato livro, os novos modos de sua circulação em formato digital, bem como o questionamento ou a saída/expulsão do museu).⁶

A novidade desse contexto/modo de ler/conjunto de obras se formula, como disse, enquanto certa ruptura com a modernidade. Trata-se, para Ludmer, do “fim da literatura autônoma, aberta por Kant e a modernidade. O fim de uma era, na qual a literatura teve uma lógica interna e um poder crucial. O poder de se definir e ser regida por suas próprias leis” (Ludmer, 2010, p. 153).⁷ Essa novidade do contemporâneo, no entanto, é mais bem caracterizada em termos conceituais do que históricos; Ludmer não lança mão de uma marcação cronológica precisa, situando, a princípio, a diferença pós-autônoma na primeira década dos anos 2000, mas muitas vezes fazendo a clivagem incidir sobre os anos 1980 (voltarei a isso): “isso é o que diferencia nitidamente a literatura dos anos de 1960 e 1970 dos escritos de hoje”, escreve ela entre 2007 e 2010 (p. 154).⁸ Tal limite cronológico, no entanto, é matéria polêmica, e flutua entre as diversas formulações que mencionei. Florencia Garramuño, por exemplo, falará de “uma lenta transformação do estatuto do literário que veio se manifestando nas práticas de escrita desde os anos 70” (Garramuño, 2012, p. 19). Mesmo falando em heteronomia — e recusando, assim, o prefixo “pós” com o evidente esquema cronológico que ele implica —, Garramuño ainda precisa de um pivô histórico, precisa situar certo ponto de inflexão que poderíamos fazer recuar um pouco até meados dos anos 1960, a tirar ao menos pela centralidade, em sua teoria, da leitura dos parangolés de Oiticica.

Reinaldo Laddaga (2012) reconhece tão frequentemente quanto Garramuño a precedência de algumas experimentações da vanguarda (a *pop art* de Warhol, mas também os *happenings* surrealistas). Tal abertura para antecessores pós-autônomos, porém, nunca parece recuar para antes do século XX e, mesmo que de forma cronologicamente imprecisa ou aberta (o que não é por si só um problema), a tópica da pós-autonomia sempre se formula em termos de novidade: trata-se sempre de flagrar o presente, algo que é possível na arte e literatura atuais, em contra-

⁶ Sobre a expulsão ou saída do museu, ver a leitura que Garramuño (2014) faz dos parangolés de Hélio Oiticica, que, a meu ver, é paradigmática para compreender a heteronomia que ela propõe e que passará também pelo tensionamento do livro (ver também Laddaga, 2012, p. 199-200), nos cadernos de Ana Cristina César, pela ideia de obra estriada pelo exterior, em Waly Salomão, e que retornará na análise posterior das obras multimediais. Por ocasião de uma apresentação oral de versão anterior deste texto, devo a Nabil Araújo ter chamado minha atenção para o fato de que esse aspecto “anti-institucional” da tópica pós-autônoma parece nunca se voltar contra a instituição mais fundamental, aquela que efetivamente sustenta a produção e circulação desse discurso, isto é, a universidade.

⁷ No original: “el proceso del cierre de la literatura autónoma. abierta por Kant y la modernidad. El fin de la era en que la literatura tuvo una lógica interna y un poder crucial. El poder de definirse y ser regida por sus propias leyes”.

⁸ No original: “... esto es lo que diferencia nítidamente la literatura de los 60 y 70 de las escrituras de hoy”.

posição à arte moderna. Como diz Reinaldo Laddaga (2013), emulando o tom condicional-especulativo de Ludmer:

Suponhamos [...] que o vocabulário que construímos nos permita dizer de que maneira algumas das coisas que esses artistas fazem não poderiam ter sido feitas em nenhum outro momento (ou teria sido extremamente improvável que fossem feitas em outro momento) (Laddaga, 2013, p. 7).

Trata-se de propor um vocabulário capaz de dar conta da singularidade da arte do presente e, mesmo que o trecho admita que seria possível que ela fosse produzida em outra época, essa produção permanece “extremamente improvável”. É o mesmo sintoma que emerge quando, no livro anterior, Laddaga se apoia de forma discordante na terminologia de Rancière para propor que estaríamos vendo a emergência de um novo regime das artes, denominado “regime prático” (Laddaga, 2012, p. 269). Não cabe descrever aqui esse conceito e polêmica, mas tão somente pinçar o sintoma que venho apontando e que chamarei de *presentofilia*: a pós-autonomia se formula sempre como uma leitura da arte do presente — de um presente que só excepcionalmente ela faz recuar e mesmo assim algumas décadas; ela depende ou ela se apoia na afirmação da novidade não moderna dessa arte atual, na singularidade histórica de nossa época.⁹ Seu poder de sedução me parece inseparável disso: ela nos devolve a imagem de nosso tempo como a de um ponto culminante, superior, mais radical que os anteriores. Isso depende de um amor pelo presente e por sua novidade: as obras atuais, ao menos algumas delas, de todo modo aquelas privilegiadas por esses autores, são novas, singulares, exploram um terreno antes inexplorado, fazem coisas impossíveis — ou extremamente improváveis — para a arte moderna. Ou então, como vimos acima, o ineditismo se situa nas condições materiais de sua circulação, ou ainda no modo como nos relacionamos com essas obras etc. Mas é, em todo caso, sempre de novidade que se trata.

3. Inespecificidade, impropriedade: nosso agora ou teoria francesa?

O traço mais fundamental da alegada novidade pós-autonômica é a já referida ideia de uma literatura fora de si, de objetos estranhos que são e não são literatura, ou que se apresentam como literatura, mas convidam leituras ditas “não literárias”. Essa faceta, a denominarei inespecificidade, para usar um conceito de Garramuño (2014), mesmo que não no mesmo sentido

⁹ Esse ainda me parece ser o caso de Graciela Speranza (autora que não pude ainda analisar com calma, só tendo vindo a conhecê-la muito recentemente, aliás pela indicação de Guilherme Resende a quem deixo aqui meu agradecimento), que inscreve seu projeto como “olhar a literatura e arte argentinas *através* das transformações estéticas que sua [de Duchamp] obra materializa ... [Seu] efeito, como se verá, é meramente especulativo e não necessariamente implica relações de influência ou contato direto; em vez disso, o ‘entre dois’ do pensamento crítico deixa ler as inovações estéticas de alguns escritores centrais da literatura argentina da segunda metade do século XX” (Speranza, 2006, p. 27; no original: “mirar la literatura y el arte argentinos *a través* de las transformaciones estéticas que su obra [de Duchamp] materializa ... El efecto, como se verá, es meramente especulativo y no necesariamente implica relaciones de influencia o de contacto directo; el ‘entre dos’ del pensamiento crítico, más bien, deja releer las innovaciones estéticas de algunos escritores centrales de la literatura argentina de la segunda mitad del siglo XX”, grifos da autora). Como se vê, a cronologia (segunda metade do século XX) permanece, mesmo recorrendo a Duchamp, que funciona aqui menos um marco fundador epocal (o que o faria recuar quando muito para os anos 1920) do que uma lente, um operador de leitura de elementos que se tornam mais palpáveis ou frequentes em tempos mais recentes. Vale ressaltar ainda o recurso ao vocabulário deleuzeano (o pensamento do “entre”), ao qual retornarei.

que ela (o termo, porém, já está latente em Ludmer (2010, p. 153): “Autonomia, para a literatura, significou especificidade e autorreferencialidade”).¹⁰ Assim, a pós-autonomia da literatura contemporânea significa sobretudo uma tensão de sua própria condição de literatura ou a abolição das características que nos permitiam reconhecer um texto literário enquanto tal, com suas particularidades.

A maneira como isso se configura em obras ou leituras específicas varia, mas frequentemente essa ideia de arte não específica se liga à ideia de campo expandido, proposta por Rosalind Krauss (1999) para entender algumas obras de arte que não se situam claramente em nenhum dos suportes ou “meios” em que estamos habituados a organizá-las (pintura, escultura, literatura etc.). Nesse caso, a inespecificidade proposta por Garramuño (2014) implica um flerte ou a mistura com outras práticas ou expressões artísticas: livros de literatura que incorporam algo das artes visuais, experimentações gráficas ou fotográficas (Laura Erber, J. G. Noll), textos que passam de instalações de arte visual para um outro suporte, o livro (Nuno Ramos). Trata-se, como dirá Garramuño (2014), de “frutos estranhos”, que não pertencem enquanto tal a nenhum dos campos artísticos autônomos, regidos por regras e convenções específicas de cada uma das belas artes.

A essa exploração intermedial, a tópica da pós-autonomia dá alguns sentidos bastante radicais. Para Garramuño não se trata de expandir os limites da linguagem poética ou de outras “disciplinas artísticas” (Garramuño, 2014, p. 97), como, para ela, faziam as vanguardas; mas de um questionamento da lógica da espécie e da propriedade: por meio de uma relação instável com seu suporte, por não se deixarem reter pelas categorias classificatórias do tipo “pintura”, “escultura”, “literatura”, as obras de arte inespecífica questionam o discurso da identidade, desmantelando a lógica da propriedade, a ideia do próprio como “idêntico a si mesmo”, “puro” e como “característica que diferencia, por que seria própria, uma espécie da outra” (p. 85). Analogamente, Ludmer referia a literatura pós-autônoma a uma quebra do “pensamento das esferas”:

A situação de perda da autonomia da literatura (ou do “literário”) é a do fim das esferas, ou do pensamento das esferas (para praticar a imanência de Deleuze). Como se disse muitas vezes, hoje se dissolvem os campos relativamente autônomos (ou se dissolve o pensamento que opera em esferas mais ou menos delimitadas) (Ludmer, 2010, p. 153).¹¹

Vê-se que a tópica da pós-autonomia não oculta a filiação a certa filosofia “pós-estruturalista” francesa. Garramuño recorre muito evidentemente a um vocabulário derrideano e as extrapolações da arte inespecífica mencionada acima poderiam surgir em uma página selvagem de *Essa estranha instituição chamada literatura*. Já para Ludmer (nos anos 2000), Deleuze parece ser o intercessor mais importante: sua pós-autonomia parece uma aplicação (um tanto rasa) de certa ontologia deleuzeana dos devires que suspende a valência universal de (id)entidades estáveis, pensando conexões aberrantes, passagens não hierarquizadas entre ordens diversas (co-

¹⁰ No original: “Autonomía, para la literatura, fue especificidad y autorreferencialidad”.

¹¹ No original: “La situación de pérdida de autonomía de la literatura (o de lo ‘literário’) es la del fin de las esferas o del pensamiento de las esferas (para practicar la immanencia de Deleuze). Como se ha dicho muchas veces: hoy de desdibujan los campos relativamente autónomos (o se desdibuja el pensamiento en esferas más o menos delimitadas)”.

mo literatura, delírio e real ou homem/animal), encontros “imediatos” que não se apoiam em instâncias molares (“esferas”, para usar o termo de Ludmer) como um tipo de interioridade que mediatiza o encontro “molecular” com outra multiplicidade (Deleuze; Guattari, 1995). Laddaga (2012) se refere — arrevesada e timidamente — à análise foucaultiana das sociedades disciplinares, enquanto o “último” Foucault, o das práticas de si éticas e da história da sexualidade, é referência importante para o livro em que o conceito de heteronomia é diretamente formulado por Garramuño (2012, p. 234). Por outro lado, vale dizer, que a ideia de ler “a literatura na indústria da língua” (a “Imaginação Pública”, de Ludmer [2010, p. 11]) não deixa de ser uma tentativa de ler a literatura como um discurso entre outros, abolindo qualquer privilégio aurático de “grande arte” de que pudesse gozar. Nesse sentido, talvez a tópica da pós-autonomia beba algo da ordem dos discursos de Foucault (ou de seu uso nos ditos estudos culturais; Garramuño dá indicações nesse sentido e se posiciona a esse respeito; ver Garramuño, 2014, p. 35).

Não se trata de uma filiação exclusiva: há referências a outros pensadores mais recentes, sejam eles franceses (como Jean-Luc Nancy, Jacques Rancière e geralmente o “último Barthes”, com ênfase para seu canto de cisne, *A preparação do romance*), sejam de outras nacionalidades (como Giorgio Agamben e Roberto Esposito), além de uma gama muito diversa de críticos e teóricos estadunidenses e, é claro, autores latino-americanos. Se enfatizo tanto essa herança “pós-estrutural” francesa (que vem no modo “teoria de bolso”, fazendo um uso muitas vezes deslizante de termos e conceitos, referências ágeis ou superficiais a problemáticas mais amplas ou complexas) é para aventar a hipótese de que é a essa “teoria francesa” que a tópica da pós-autonomia deve seu esquema cronológico (por mais que ele seja um esboço, mais do que uma periodização).

Isso porque o *topos* que me parece infundado e que nunca é demonstrado nos teóricos da pós-autonomia é sua leitura — simplista — da modernidade estética. A literatura e a arte modernas não me parecem ter sido nunca uma prática cômoda, regida por leis estáveis que se podia conhecer ou que se conheciam a si mesmas. Se Garramuño se propõe a “pensar uma literatura contemporânea que enfatiza o transbordamento de alguns dos limites mais conspícuos que haviam definido o literário com relativa comodidade, pelo menos até os anos 1960” (Garramuño, 2014, p. 33), devo confessar que não sei que limites conspícuos teriam sido esses. Pelo contrário, diria que, desde que há literatura — isso é, desde que à poesia “antiga” e ao paradigma das artes poéticas se opôs essa outra maneira de escrever e de situar a relação com as artes verbais — a partir de meados ou final do século XVIII, ela se caracterizou por definições contraditórias, por uma inquietante identificação entre arte e não-arte, entre o literário e seu fora.

Nesse sentido, os textos de Jacques Rancière me parecem cruciais. Por um lado, trata-se de mais um autor que poderia ser anexado à *French Theory* e um que ademais não escapa à referência voraz dos teóricos argentinos. Por outro lado, no entanto, sua teoria da arte é marcadamente uma leitura arqueológica do passado, especificamente dos fundamentos da arte moderna, desde meados do século XVIII. Se retomamos seus comentários da leitura schilleriana da estátua de Juno, ou da descoberta do “verdadeiro Homero” por Vico (ver Rancière, 1999; 2002) o que encontramos é uma pós-autonomia avant la lettre, uma heteronomia fundamental à própria

modernidade estética.¹² A ideia de literatura se origina na impossibilidade de sua própria diferenciação:

todos os critérios de diferenciação entre as formas da arte e as formas da vida de que ela é expressão [...] se esvaem. Passa-se o mesmo com o princípio de diferenciação entre as artes e, finalmente, com a própria diferença entre arte e não-arte. Em resumo, a autonomia estética da arte não é senão outro nome de sua heteronomia. A identificação estética da arte é o princípio de uma desidentificação generalizada (Rancière, 2023, p. 78-79).

A “literatura fora de si” não teria, portanto, esperado a segunda metade do século XX para aparecer; e entre o teórico francês e os críticos argentinos a discordância não é só quanto ao “diagnóstico do presente”, como quer Laddaga (2013, p. 269), mas sobretudo quanto à leitura da modernidade que, do lado argentino, apazigua muitas das contradições que marcam o discurso e a prática da literatura moderna. Nesse sentido, se Garramuño propõe ainda que “seria interessante fazer uma genealogia da literatura num campo expansivo, bem como estender conexões possíveis a outras formas em que a literatura tentou sair de si ainda antes dos anos 1960” (Garramuño, 2014, p. 34; grifos meus), devo dizer que aceitaria de bom grado essa proposta de genealogia enquanto circunscrição de minha pesquisa atual a partir de Rancière. Mas voltando um pouco a tópica da pós-autonomia contra ela mesma, isso é, enxergando esse “campo” da literatura como expandido desde sempre, desde que há uma ideia de literatura, de um tipo de circulação de textos propriamente moderna.¹³

4. Compreensão retroativa (ou quando a ficha cai)

Vimos a pertinência, para esses autores argentinos, de certa *presentofilia*; tentei mostrar como a tópica da pós-autonomia depende de uma defesa da singularidade histórica das artes atuais ou das circunstâncias em que elas circulam hoje, sobretudo no século XXI; além disso, vimos também que, quando seus autores se arvoram a especular sobre o passado dessa pós-autonomia, quando tentam fazer recuar seu “hoje”, esse recuo não consegue ultrapassar os anos 1960 (a não ser a título de rara exceção). Qual o sentido dessa cronologia, porém, se podemos encontrar aspectos “pós-autônomos” muito tempo antes disso? A meu ver, esse esboço de periodização, essa clivagem — tão crucial para os autores argentinos — entre modernidade/autonomia e pós-autonomia/contemporaneidade, na verdade, indica menos uma mudança na literatura ou no

¹² Rancière, 2002. Ver também Gutierrez, 2024 e o que denominei, a partir de Rancière, “poética generalizada” do primeiro romantismo alemão.

¹³ Não pretendo defender que tal “modernidade” seja unânime em sua concepção da arte e da literatura; pelo contrário ela é atravessada por uma leitura autonomista, a que Rancière denomina “modernismo”, um “pensamento da arte que quer a identificação estética da arte, mas recusa as formas de desidentificação nas quais ela se efetua, que quer a autonomia da arte, mas que recusa a heteronomia que é seu outro nome” (Rancière, 2023, p. 79). Não cabe desenvolver aqui essa discussão, mas tão somente apontar que é contra essa leitura (majoritária sobretudo no século XX) que os teóricos da pós-autonomia se insurgem. O curioso é que acabam ocupando uma posição ambígua em relação a ela: são seus adversários, porque buscam flagrar uma possibilidade de entender literatura e arte que escapa a seu paradigma; mas são acima de tudo seus aliados, uma vez que se apoiam, reiteram e em última instância reforçam sua compreensão da modernidade estética.

modo de sua circulação do que a presença silenciosa, a leitura, circulação e recepção dos autores do “pós-estruturalismo”.

Os últimos 50 ou 60 anos não seriam aqueles em que começa um novo regime ou um novo tipo de experimentação estética, esses “anos 1960/1970” não são aqueles em que emerge uma arte inespecífica em sua singularidade pós-autônoma que virá se desdobrar e se tornar mais frequente nos anos 2000 — mas os anos em que emergem os autores da dita “teoria francesa” e em que suas obras começam a circular. É isso que torna esse momento o “presente”, o tempo que a tópica da pós-autonomia é capaz de reconhecer como “nossa época”. É esse o elemento chave para tornar verossímil essa “trama” epocal, o *plot* da *presentofilia*: a exaustão do paradigma moderno acompanhado pela singularidade histórica das obras de arte recentes ou do regime de sua de circulação.

A título de conclusão, gostaria de retornar ao curso ministrado por Ludmer em 1985; não só à já referida resposta de Ludmer à sua aluna, mas também para lembrar da presença, nesse curso, de três aulas sobre Derrida — isso é, um dos autores associados ao chamado “pós-estruturalismo” (associação que Ludmer reitera enfaticamente). Ludmer centra suas aulas em “Preconceitos: Diante da lei”, texto em que Derrida (1985) comenta o relato quase homônimo de Kafka. Seguindo à sua maneira o jogo que o filósofo francês faz com a lei — isso é, com a instância de universalidade que permitiria definir um discurso como literário¹⁴ — Ludmer fala em termos que nos serão familiares:

A literatura então, para terminar com o específico, não se sabe o que é, ou seja, não tem identidade própria; não se sabe o que ela é porque joga com o outro, porque joga com não adaptar-se aos cânones que lhe dariam uma identidade. Como não se adapta ao esquema, poderíamos dizer, não tem identidade e trabalha justamente com o que não se sabe, também nesse sentido. Portanto, o que é a literatura é uma pergunta que escapa, porque o específico da literatura é não ser nunca ela mesma sem transcender a literatura, transcender as normas que dizem o que é literatura (Ludmer, 2016, p. 260; grifos meus).¹⁵

Ora, se o específico da literatura é não ser nunca ela mesma, não ser o que é sem, ao mesmo tempo, transcendê-lo, qual a novidade “pós-autônoma” daqueles “textos dos 2000 [que] atravessam a fronteira da literatura (os parâmetros que definem o que é literatura) e se colocam fora

¹⁴ “Mas não é toda a literatura que transborda da literatura? O que seria uma literatura que fosse somente o que é, somente literatura? [...] Sem dúvida, não se pode falar da ‘literariedade’ como de um pertencimento à literatura, como a inclusão de um fenômeno ou de um objeto, quicá de uma obra, em um campo, um domínio, uma região cujas fronteiras seriam puras”, Derrida, 1985, p. 133-134 (grifos do autor). No original: “Mais n’y a-t-il pas lieu, pour toute la littérature, de déborder la littérature? Que serait une littérature qui ne serait que ce qu’elle est, littérature? [...] Sans doute ne peut-on parler de la ‘littérarité’ comme d’une appartenance à la littérature, comme une inclusion d’un phénomène ou d’un objet, voire d’une oeuvre, dans un champ, un domaine, une région dont les frontières seraient pures”.

¹⁵ No original: “La literatura entonces, para concluir con lo específico, no se sabe qué es, o sea, no tiene identidad propia; no se sabe qué es porque juega a lo otro, porque juega a no adaptarse a los cánones que le darían una identidad. Como no se adapta al esquema, podríamos decir, no tiene identidad y trabaja justamente con lo que no se sabe, también por eso. Por lo tanto, qué es la literatura es una pregunta que se escapa, porque lo específico de la literatura es no ser nunca ella sino transcender la literatura, transcender las normas que dicen lo que es la literatura”.

e dentro” (Ludmer, 2010, p. 149)?¹⁶ Em que esse atravessamento de fronteiras difere daquela “juridicidade subversiva” proposta por Derrida (e comentada por Ludmer), e que “supõe que a identidade a si não seja jamais segura ou assegurada”, uma vez que a literatura se utiliza “do poder legiferante da performatividade linguística para inverter as leis existentes das quais ela retira, entretanto, suas garantias e suas condições de surgimento” (Derrida, 1985, p. 134)?¹⁷

Vale ressaltar que Derrida declara especificamente se referir à singularidade moderna da literatura, e não a outros arranjos de modos de fazer/ver, como as belas letras ou a poesia.¹⁸ Se isso parece situá-lo nos antípodas da cronologia pós-autonômica, não creio que esgote nossa questão “de tempo”. O relato de Kafka é do início do século XX; a leitura de Derrida — que extrapola, para esse relato, uma leitura da literatura em geral —, dos anos 1980. Sua filosofia (com os postulados filosóficos que essa leitura de Kafka põe em jogo), por outro lado, emerge por volta dos anos 1960, mesmo que seja somente em 1985 que ela se torne acessível na Argentina (segundo o prólogo de Annick Louis, esse curso de Ludmer é o primeiro momento em que se ensinou publicamente Derrida na universidade argentina; ver Ludmer, 2016, p. 7). Se lembrarmos ainda que Ludmer esboçava uma periodização que situava sua formulação da pós-autonomia a partir dos anos 80 (ver acima; Ludmer, 2010, p. 154), veremos que mais do que cronologia, o que está em questão aqui é aquela “cairologia” da leitura e da compreensão que tentei flagrar na pequena fábula da “compreensão retroativa” com que abri este texto: a pós-autonomia já estava lá, perpassando toda a literatura, mas foi somente depois que se pôde percebê-la. Depois dos anos 1960, quando emergem os autores que defendem essa concepção? Ou depois dos anos 1980, quando, com a queda da ditadura, se pôde falar publicamente dessa teoria? Ou ainda depois dos anos 2000, quando podemos olhar para essas décadas passadas com certo distanciamento...? Mais do que uma defesa do anacronismo produtivo, ou uma indicação de como ele se inscreve nos destinos da revolução estética (lembremos que a ideia de arte é sonhada enquanto avatar moderno do que teria sido a grande arte dos antigos, enquanto “reinterpretação do que a arte faz, ou daquilo que a faz ser arte”, Rancière, 2009, p. 36), essa é minha forma de acertar contas com a tópica da pós-autonomia. Tópica essa que não sou mais capaz de acompanhar, mas que de todo modo marcou minha formação e marca ainda minha leitura da literatura — mesmo que daquela literatura de que ela se dissocia, isso é, a moderna.

¹⁶ No original: “[...] escrituras de los 2000 atraviesan la frontera de la literatura (los parámetros que definen qué es literatura) y quedan afuera y adentro”.

¹⁷ No original: “juridicité subversive [qui] suppose que l’identité à soi ne soit jamais assurée ou rassurante [...] elle peut user du pouvoir légiférant de la performativité linguistique pour tourner les lois existantes dont elle tient pourtant ses garanties et ses conditions de surgissement”.

¹⁸ “Se digo literatura ao invés de poesia ou belas letras, é para marcar a hipótese segundo a qual a especificidade relativamente moderna da literatura enquanto tal guarda uma relação essencial e estreita com um momento da história do direito” (Derrida, 1985, p. 132). No original: “Si je dis ‘littérature’ plutôt que poésie ou belles-lettres, c’est pour marquer l’hypothèse selon laquelle la spécificité relativement moderne de la littérature comme telle garde un rapport essentiel et étroit avec un moment de l’histoire du droit”.



CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse a declarar.

FINANCIAMENTO

Este estudo foi financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI -260003/004532/2025 (Jovem Pesquisador Fluminense).

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 1**. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995. pp. 10-36.
- DERRIDA, Jacques. Préjugés: devant la loi. In: DERRIDA, Jacques *et alii*. **Faculté de juger**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.
- GARRAMUÑO, Florencia. **A experiência opaca**: literatura e desencanto. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- GARRAMUÑO, Florencia. **Frutos estranhos**: sobre a inespecificidade na estética contemporânea. Tradução Carlos Nogué. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- GUTIERREZ, Maurício Chamarelli. Alguma poesia, poesia alguma. **Aletria: revista de estudos de literatura**. v.34, p. 41-56, 2024.
- KRAUSS, Rosalind. **A voyage on the north sea**: art in the age of post-medium condition. London: Thames and Hudson, 1999.
- LADDAGA, Reinaldo. **Estética da emergência**: a formação de outra cultura das artes. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2012.
- LADDAGA, Reinaldo. **Estética de laboratório**: estratégias das artes do presente. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2013.
- LUDMER, Josefina. **Aquí America Latina**. Una especulación. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.
- LUDMER, Josefina. **Clases 1985**: algunos problemas de teoría literaria. Edição e prólogo de Annick Louis. Editor digital Titivillus, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. **La parole muette**: essay sur les contradiction de la littérature. Librairie Arthème Fayard: França, 1999.
- RANCIÈRE, Jacques. **The aesthetic revolution and its outcomes**: emplotments of Autonomy and Heteronomy. *New Left Review*, 14, mar/abr 2002.



RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O espaço das palavras: de Mallarmé a Broodthaers**. Tradução de Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. Belo Horizonte: Relicário, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **Mal-estar na estética**. Tradução de Gustavo Chataignier e Pedro Hussak. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Editora PUC-Rio, 2023.

SPERANZA, Graciela. **Fuera de campo: arte y literatura argentinos después de Duchamp**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2006.





“Do you know what it is to wrestle with a madwoman?”: loucura e vingança em *Lady Audley's Secret*

Paula Pope Ramos

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9148-9240>

E-mail: ppoperamos@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a representação da loucura e da vingança como formas de resistência à opressão social em *Lady Audley's Secret* (1862), de Mary Elizabeth Braddon. Embora Lady Audley invoque a loucura hereditária como justificativa para seus crimes, sua trajetória revela não uma perda de razão, mas uma recusa consciente em aceitar os limites impostos à mulher vitoriana. Em uma sociedade que naturaliza a inferioridade feminina, a vingança torna-se, para a protagonista, o único meio de restaurar um senso de ordem em um mundo que a desposuira de direitos. Seus atos criminosos (bigamia, falsidade ideológica, assassinato) não derivam de irracionalidade, mas de uma ambição por autonomia e de um desejo de reparar injustiças. Assim, a vingança não é apenas resposta pessoal, mas um gesto simbólico de reestruturação do seu universo ético e emocional, um esforço para impor uma nova lógica onde antes havia caos e impotência. A loucura, nesse contexto, é menos um diagnóstico do que uma estratégia: a única identidade socialmente aceitável para justificar sua revolta. O romance, portanto, tensiona os limites entre sanidade e insubmissão, e expõe as contradições do ideal feminino vitoriano.

PALAVRAS-CHAVE: Loucura; Vingança; Mulher vitoriana; *Lady Audley's Secret*.

“Do you know what it is to wrestle with a madwoman?”: madness and revenge in *Lady Audley's Secret*

ABSTRACT

This article examines the representation of madness and revenge as forms of resistance to social oppression in *Lady Audley's Secret* (1862), by Mary Elizabeth Braddon. Although Lady Audley invokes hereditary madness as a justification for her crimes, her trajectory reveals not a loss of reason, but a conscious refusal to accept the limitations imposed on Victorian women. In a society that naturalises female inferiority, revenge becomes, for the protagonist, the only means of restoring a sense of order in a world that has stripped her of rights. Her criminal acts (bigamy, identity fraud, murder) do not stem from irrationality, but from a desire for autonomy and a need to redress injustices. Thus, revenge is not merely a personal response, but a symbolic gesture aimed at restructuring her ethical and emotional universe, an effort to impose a new logic where previously there was only chaos and powerlessness. In this context, madness is less a diagnosis than a strategy: the only socially acceptable identity through which to justify her revolt. The novel, therefore, challenges the boundaries between sanity and insubordination, exposing the contradictions at the heart of the Victorian ideal of femininity.

KEYWORDS: Madness; Revenge; Victorian woman; *Lady Audley's Secret*.



*Thro' time's long ages I shall wait
To lead the victims to their fate;
With callous heart, to hidden rocks decoy,
And lure, in seraph-strains, unpitying, to destroy.*
(Anne Bannerman)

1. Introdução

Por mais que a vingança seja considerada um ato altamente condenável, ela é, talvez, um dos atos mais recorrentes no cotidiano. Seja na forma de atos pequenos, quase furtivos, como na postagem de uma mensagem invertida em redes sociais, ou também em níveis mais violentos e apoteóticos, como, por exemplo, a amputação do pênis de um abusador ou incursões militares em comunidades periféricas como reação a um ataque fatal sofrido anteriormente. Nesse quadro, a condição humana parece englobar a vingança como parte de sua natureza. Assim, reagir a um ato que consideramos injusto pode ser a única maneira de encontrar justiça, sobretudo quando ele escapa da lei em virtude de sua futilidade ou por resultado da negligência ou conivência estatal. Em um quadro social e político em que há poucas opções de ação para minorias sociais, quando um sujeito se depara com a impossibilidade de justiça pela inação do Estado, restam poucos caminhos que levam à correção do abuso sofrido.

Levando o nosso olhar para o século XIX na Inglaterra, objeto de estudo deste artigo, deparamo-nos com um tabuleiro social ainda mais restrito. As mulheres vitorianas eram ensinadas que o casamento era o seu objetivo de vida, manuais de conduta encorajavam-nas a transformar suas casas em abrigos sagrados que poderiam ser, ao mesmo tempo, uma prisão onde ela era forçadamente confinada pelo marido. As mulheres solteiras gozavam de certa liberdade, que cessava após o casamento. Esposas não podiam assinar contratos, iniciar processos ou preparar seus testamentos. Elas viviam sob a tutela dos maridos, que tinham completo controle sobre as suas vidas financeira e pessoal, seus rendimentos e até mesmo dos seus filhos.

No caso de divórcio, o *Matrimonial Causes Act* de 1857 estabelecia que o marido poderia divorciar-se da esposa por adultério, mas se ela quisesse se divorciar, deveria provar o adultério e outra ofensa como incesto, crueldade, bigamia, estupro ou abandono por mais de dois anos. Isso mudou, em alguns aspectos, no *Matrimonial Causes Act* de 1884, que definiu que uma esposa abandonada pelo marido adúltero poderia pedir o divórcio imediatamente. De todo modo, as despesas de um divórcio eram altas e a mulher burguesa, que geralmente não trabalhava, não teria dinheiro para custeá-lo. Nesse contexto de privação de direitos civis, os caminhos de uma mulher para a justiça são restritos e, na literatura, a resposta a esse tipo de ofensa surgiu de maneiras diferentes, sob forma de resignação e resiliência, ou loucura e vingança — que poderiam ainda vir juntas.



Neste artigo, o foco é o romance de Mary Elizabeth Braddon, *Lady Audley's Secret* (1862), que se encontra justamente nesse ponto focal vitoriano de restrições e reivindicações por direitos das mulheres. Como um romance sensacionalista, que floresce na Inglaterra na década de 60 do século XIX, muitas vezes se caracteriza por ser um recorte de um crime, geralmente episódios reais que foram vertidos em ficção. Como relembra Maria Conceição Monteiro, em artigo “O romance sensacionalista inglês” (2000), essa ficção emerge após a ascensão do jornal popular moderno inglês, caracterizado pelo preço baixo, pela invasão da privacidade e rapidez de sua circulação.

Um exemplo notável é o caso de Jane Crosby, ficcionalizado em *St. Martin's Eve* (1862), de Ellen Wood. Fora das páginas da ficção, Jane mata a filha mais nova em um incêndio porque, de acordo com o *The Times*, ela tinha o hábito de relatar ao pai o que a mãe havia feito durante a semana e, “por esse motivo, a mãe de tempos em tempos manifestava antipatia e ódio arraigado e desumano pela filha mais nova” (1845 *apud* Mangham, 2007, p. 1). No romance, a viúva Charlotte St. John é encarregada dos cuidados do enteado, que morre em decorrência de um incêndio misterioso. O final da narrativa revela a loucura hereditária de Charlotte, herdada do pai, e a suposição de que ela teria trancado o menino no quarto para que morresse queimado e a herança da família ficasse para o seu filho. Ao contrário de Jane Crosby, que é absolvida, Charlotte é presa em um hospital psiquiátrico. Esse tipo de violência, sobretudo quando praticada por mulheres, ganha espaço midiático justamente em uma sociedade conhecida por suas visões consideradas mais conservadoras. Como causa ou consequência disso, a mulher também se torna objeto central de investigação no romance sensacionalista, quando sua vida, ambições, escolhas e eventuais crimes ficam sob escrutínio.

2. Mary Elizabeth Braddon

Mary Elizabeth Braddon (1837-1915) nasceu em Londres, a filha mais nova de Fanny White e Henry Braddon, um advogado com dificuldades financeiras. De acordo com Natalie M. Houston, organizadora da edição da Broadview de *Lady Audley's Secret* (2003, p. 12), seus pais se separaram em 1839, e as crianças ficaram com a mãe. A situação financeira da família era sensível, e Braddon foi educada em casa pela mãe e por uma preceptora. Isso não a impediu de, aos 11 anos de idade, começar a escrever histórias, demonstrando desde cedo a inclinação e o gosto pelo poder da criatividade.

Braddon é conhecida por seus romances sensacionalistas, mas ela foi, antes de tornar-se escritora profissional, atriz. Com o nome artístico “Mary Seyton”, ela atuou por sete anos em cidades pequenas e depois no Surrey Theatre, em Londres, por uma temporada. Uma escolha arriscada para uma jovem moça de classe média, já que as atrizes eram consideradas moralmente suspeitas em virtude das longas horas de trabalho, que se estendiam até tarde da noite, além da visibilidade pública de seus corpos. Na década de 1850, Braddon, ainda como Mary Seyton, publicou alguns poemas em jornais e escreveu uma peça, *The Loves of Arcadia*, com montagem no Strand Theatre em Londres, em 1860. Foi também nesse ano que ela publicou o seu primeiro



romance seriado, *Three Times Dead*. Com o auxílio financeiro de um patrono, John Gilby, Mary Elizabeth Braddon retornou a Londres com a mãe no final da década de 1860, quando começou a publicar ficção em formato mais breve sob o nome M.E. Braddon. Foi também quando conheceu John Maxwell, editor de diversas revistas para a classe trabalhadora e para a classe média. Maxwell republicou o seu primeiro romance com um novo título, *The Trail of the Serpent* (1861), que vendeu mil cópias na primeira semana (Houston, 2003, p. 13).

Quanto à vida pessoal de Braddon, sabe-se que ela mantinha um relacionamento romântico com Maxwell, que tinha cinco filhos e uma esposa, Mary Anne Crowley Maxwell, que estava internada em uma instituição para a saúde mental. Sua vida profissional e a pessoal estavam conectadas, já que Maxwell era editor de diversas revistas em que ela publicava suas histórias, em muitas das quais sua mãe era editora. Mary e a mãe vivam com Maxwell, com quem ela teve seis filhos entre 1862 e 1870 — e dois tornaram-se escritores, Gerald e William.

Essa união, por mais “ilegal” que fosse, era harmoniosa: os filhos do primeiro casamento de Maxwell visitavam o pai em feriados e eventualmente tornaram-se próximos de Mary. Contudo, mesmo que relacionamentos “não convencionais” não fossem incomuns em meios artísticos e de classes média e alta, Braddon e Maxwell eram objetos de fofoca e de censura. Em uma tentativa de evitar esse tipo de crítica, Maxwell publicou nos jornais, em 1864, que o casal havia se casado, o que logo foi publicamente desmentido por seu cunhado, já que a esposa de Maxwell ainda estava viva. O caso de Braddon com um homem casado logo tornou-se fato de conhecimento público, o que alimentou o tipo de crítica moral feita à própria Braddon e aos seus romances, que passaram a ser reconhecidos como pioneiros da tendência de romances sobre bigamia.

Braddon tinha o hábito de escrever mais de um romance ao mesmo tempo, e isso aconteceu também com os seus dois romances mais famosos: *Lady Audley's Secret* e *Aurora Floyd*, ambos de 1862. A sua produção literária é extensa e intensa, tendo publicado, entre 1862 e 1866, sete romances com três volumes, além de outros sete romances anônimos no *Halfpenny Journal*, editado por Maxwell, entre 1861 e 1865. Esse tipo de ficção, chamada de “penny fiction”, contribuía financeiramente para que ela pudesse manter a sua família e investir em seus romances mais “respeitáveis”. Em carta a Sir Edward Bulwer-Lytton, ela reconhece a situação complexa em que se encontrava:

Sei que meus escritos estão repletos de erros, absurdos, contradições e incoerências; mas nunca escrevi uma linha sequer que não tenha sido feita às pressas — às vezes com o tipógrafo esperando do lado de fora da porta. Escrevi com a maior consciência possível, entretanto, mais pensando nos interesses dos meus editores do que com grande preocupação pela minha própria reputação. A maldição da escrita seriada e da composição de última hora deixou sua marca em mim, e tive que escrever muitas coisas ao mesmo tempo (Braddon, 1862 *apud* Wolff, 1974, p. 10).

A angústia de Braddon revela uma preocupação que afligiu escritores vitorianos, e que foi amplamente criticada por autores do século seguinte, como Virginia Woolf. Uma vez que o mercado editorial havia crescido exponencialmente nesse período, era preciso que a produção literária atingisse essa demanda. Os romances seriados, por exemplo, deveriam ter certo número de capítulos que justificasse o investimento emocional e financeiro dos leitores: quanto mais longa



a narrativa, por mais tempo os leitores comprariam as revistas. Até mesmo os romances que não eram seriados deveriam seguir um padrão de três volumes. A livraria itinerante de Charles Edward Mudie, *Mudie's Lending Library*, uma das mais bem-sucedidas do período, orgulhava-se de manter um padrão moral elevado, garantindo a maridos e pais que suas filhas teriam acesso somente aos títulos mais respeitáveis. O que, como consequência, impõe uma pressão em autores quanto aos temas que poderiam abordar, além da necessidade dos “three-deckers”, os três volumes do romance: a membresia das livrarias garantia apenas o empréstimo de um volume, de modo que um romance publicado em três volumes asseguraria, ao menos, mais dois empréstimos para cada membro.

Com o sucesso de seus romances sensacionalistas, Braddon consegue, de certo modo, burlar a restrição de Mudie, mas não foge da demanda tirana das editoras e dos seus leitores. Além dos romances sensacionalistas e de suas *penny stories*, cujo conteúdo, ela diz a Bulwer-Lytton, “faria seus cabelos ficarem em pé, se você visse” (Braddon, 1862 *apud* Wolff, 1974, p. 11), Braddon publicou também ficção de conteúdo mais social. O romance *The Doctor's Wife* (1894) é uma adaptação livre de *Madame Bovary* (Gustave Flaubert, 1856) e inclui também uma representação satírica do romancista de ficção sensacionalista através da personagem Sigismund Smith. Como nota Houston (2003, p. 15), Braddon reconhecia que muita da ficção que ela produzia não seria considerada arte de “alta qualidade”, sobretudo porque ela não tinha o tempo necessário para tentar alcançá-la. Outros de seus romances de problemas sociais são *The Ladies Mile* (1866), *Joshua Haggard's Daughter* (1876) e *Vixen* (1879), mas seu nome ainda é associado ao sucesso massivo de seus romances sensacionalistas.

Braddon começou a escrever *Lady Audley's Secret* no verão de 1861, após a desistência de um autor inicialmente convidado por Maxwell para publicar um romance seriado na nova revista *Robin Goodfellow*. A revista durou apenas três meses, com 18 capítulos publicados, e Braddon abandonou o projeto do romance. No entanto, leitores interessados na história escreveram pedindo sua continuação. Assim, Braddon retomou a publicação mensal do romance na *Sixpenny Magazine*, outra revista de Maxwell, de janeiro a dezembro de 1862. A versão completa foi lançada em outubro pela Tinsley Brothers, tornando-se um sucesso imediato, com oito edições diferentes vendidas até dezembro. Em 1863, a obra já havia sido adaptada três vezes para o teatro e republicada em 22 edições semanais na *London Magazine*.

Lady Audley's Secret acompanha a investigação do desaparecimento de George Talboys conduzida por seu amigo de longa data, Robert Audley. Ao retornar da Austrália, George descobre que sua esposa (a quem abandonara quando já não podia mais sustentá-la) faleceu, o que o mergulha em um longo luto. Após uma visita a Audley Court, residência do tio de Robert, George desaparece misteriosamente. As pistas reunidas por Robert, um advogado preguiçoso e pouco promissor, apontam para Lady Audley, a nova e encantadora esposa de seu tio, que ele suspeita, com base em evidências circunstanciais, ser a esposa supostamente morta de George. À primeira vista, Lady Audley encarna a feminilidade vitoriana tradicional: loira, de olhos azuis, com modos infantis e dedicação ao marido e aos pobres. Mas, ao ser confrontada por Robert, revela que anjo e demônio podem habitar o mesmo corpo. Robert, por fim, a confronta, e ela, sem saída, alega insanidade. Lady Audley justifica seus crimes (bigamia, falsidade ideológica e

assassinato) pelas dificuldades enfrentadas após ser abandonada por George. Para evitar escândalos e vergonha pública, ela é internada em um hospital psiquiátrico na Bélgica, onde morre. George, enfim, reaparece vivo, para o alívio de Robert.

3. A mulher louca na sala de visitas

Considerando as restrições impostas às mulheres vitorianas, o verdadeiro segredo de Lady Audley não parece ser a loucura hereditária que ela reivindica ao final da narrativa, mas a sua lucidez. Após escapar, às vezes por um triz, das investidas acusatórias de Robert, ela se vê encurralada. Resolve, então, buscar a única saída que poderia livrá-la de consequências legais de seus crimes:

“Encontre Sir Michael”, ela gritou, “traga-o aqui, e eu confessarei qualquer coisa — tudo! O que me importa? Deus sabe que eu sofri o suficiente contra você, e você lutou nessa batalha pacientemente. Mas você ganhou, sr. Robert Audley. É um grande triunfo, não é? Uma vitória maravilhosa! Você usou o seu intelecto frio, calculista e frígido para um propósito nobre. Você conquistou — uma LOUCA!” (Braddon, 2012, p. 294).

A loucura que ela reivindica é herdada de sua mãe, mas, para além da conexão materna, essa afirmação opera o *religare* com muitas mulheres dos anos 1800 (reais e fictícias) que, talvez lúcidas demais, cruzaram a linha tênue entre a sanidade e a insanidade, “louco hoje e são amanhã, louco ontem e são hoje” (Braddon, 2012, p. 176). Ao declarar-se louca, Lady Audley encontra a última rota de fuga da responsabilização por seus crimes.

Apesar de alegar loucura, Lady Audley é profundamente consciente de sua posição no mundo. O romance de Braddon, ainda que a autora não o concebesse dessa forma, oferece uma leitura aguda da condição precária, social e política da mulher vitoriana. Lady Audley sabe que o casamento com Sir Audley representava a possibilidade de, finalmente, levar uma vida tranquila na opulência e no luxo: “sem dependência, sem trabalho pesado, sem humilhações” (Braddon, 2012, p. 16). Uma consciência compartilhada com a sra. Dawson, sua patroa, que a encoraja a se casar com o velho rico quando ela titubeia: “claro que seria uma combinação magnífica. Ele tem uma renda esplêndida e é um homem tão generoso. Sua posição seria elevada e você poderia fazer muitas caridades” (Braddon, 2012, p. 13). Tendo poucas opções de subsistência, casar-se com um homem rico seria a sua sorte e sobrevivência. Algo que ela parecia reconhecer como direito desde a juventude, quando via a sua beleza como instrumento para ascensão:

de uma maneira ou de outra, como mais cedo ou mais tarde cada colegial aprende, entendi que o meu destino inegável na vida dependia do casamento e conclui que se eu fosse de fato mais bonita que as minhas colegas, deveria casar melhor do que qualquer uma delas (Braddon, 2012, p. 298).

Era isso o que ela conseguia com Sir Audley, e o que esperava de George. Enquanto Helen Maldon, a jovem moça com quem ele se casou, ela via no soldado de cavalaria a promessa do resgate do constrangimento da pobreza. Confessando seus crimes a Robert e Sir Audley, ela

diz: “Seu pai era rico, sua irmã vivia com luxo e respeitabilidade e eu, sua esposa e mãe de seu filho, era uma escrava relegada para sempre à mendicância e à obscuridade” (Braddon, 2012, p. 300). Se os seus votos de lealdade e amor incondicional ao marido no casamento foram quebrados, foi ele primeiro quem não fora capaz de cumprir a sua promessa de sustentá-la e ao filho. Depois de ter sido abandonada, Helen foge e se torna Lucy Graham, preceptora na casa dos Dawson, vizinhos de Audley Court. Quando se casa com Sir Audley, além de Lady, ela também se torna bígama.

Como qualquer relação comercial, o casamento também opera nos termos de uma transação, que deve produzir vantagens para as partes envolvidas. E, como acontece com toda relação comercial, espera-se dela reciprocidade. Um elemento essencial que, de acordo com Pietro Marongiu e Graeme Newman, em *Vengeance* (2019, p. 5), refere-se a um “reflexo visceral sobre o qual toda a vida social, moral e econômica se baseia e [que] não se limita apenas a quando coisas ruins acontecem”. Na literatura, esse tipo de reciprocidade pode se tornar vingança. Trata-se daquele sentimento que Sir Francis Bacon, no final do século XVI, aborda em “Da vingança” (*Ensaaios*, 2005 [1597], p. 35): “a vingança é um tipo de justiça selvagem” que, apesar de reprovável, tem o seu tipo mais tolerável contra aqueles “erros que escapam da lei”. Portanto, vingar-se, mesmo que condenável, é ato legítimo quando o ofensor escapa da lei. Assim, praticar esse tipo de justiça selvagem é, às vezes, o único caminho para se obter o troco.

Como Helen Talboys, a protagonista de Braddon não poderia esperar dois anos para iniciar o processo de divórcio e tampouco teria dinheiro suficiente para custeá-lo. Era preciso, portanto, encontrar caminhos para ocupar o espaço que o marido havia deixado vago. Tendo rompido a reciprocidade, entra em cena o sentimento elementar de injustiça: a sensação de que um sujeito foi submetido a um ato tirânico contra o qual não pode se opor diretamente. Reconhecer-se lesado e impotente é fator imprescindível no desenrolar de uma trama vingativa. Afinal, somente se vinga aquele que primeiro experimenta uma ofensa à sua dignidade moral, econômica ou social. No âmbito do casamento, o mesmo esquema de reciprocidade se faz necessário. Como nota Simone de Beauvoir, no segundo volume d’*O Segundo Sexo* (1949 [2016], p. 187, grifo original), “o encargo que a sociedade impõe à mulher é considerado um *serviço* prestado ao esposo: em consequência, ele deve à esposa presentes ou uma herança e compromete-se a sustentá-la”. Na literatura, como às vezes acontece na vida real, as mulheres se revoltam contra esse tipo de abandono e violência. Essa revolta pode ser verbal, simbólica ou física. Lady Audley escolhe todos esses caminhos.

Sobre a vingança, é importante notar o efeito revolucionário que ela pode ter. Considerando a sua preocupação com igualdade, justiça e reciprocidade, ela pode ser virtuosa. Isso retira dela o aspecto puramente negativo, já que, apesar de não ser o meio ideal para agir no mundo, é, às vezes, o único disponível, pois desse modo é possível reordenar o cosmos e garantir o seu funcionamento moral. Nessa mesma esteira, podemos observar outro elemento importante nesse esquema: a ideia de compensação, presente desde a lei de talião que prega “olho por olho” e “dente por dente”. Assim, entendemos a vingança como resposta a um agravo cometido contra um indivíduo ou um terceiro que pode escapar de penalidade legal, de modo que corre o risco de impunidade. Portanto, somente se vinga aquele que tem a coragem e a von-

tade de cobrar, com as próprias mãos, a injúria sofrida e exigir ressarcimento. Do contrário, estanca-se no ressentimento, um eterno estado de lamentação que não permite ou não deseja a superação da ofensa.

Em *Ressentimento* (2020), a psicanalista Maria Rita Kehl aprofunda esse tema. Para Kehl (2020, p. 9), ressentir-se “significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Um outro a que delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo pelo que venha a fracassar”. Isto é, o ressentido não assume a sua parte da responsabilidade no agravo sofrido e a atribui exclusivamente ao seu ofensor. Desse modo, o ressentimento talvez seja o elemento mais importante que compõe a vingança. Porque não esquece e tampouco perdoa, o ressentido vive o agravo e adiciona à sua constelação afetiva de rancor, raiva, maldade, ciúmes, inveja e malícia (Kehl, 2020, p. 10) o desejo de vingança. Mas é preciso superar o ressentimento caso não se queira viver em função de uma vingança adiada. E porque da vingança “não se pode gozar sem sujar as mãos” (Kehl, 2020, p. 17), o ressentido precisa passar para o papel de vingativo alguém que tem a superioridade de não esquecer o agravo, mas busca a retribuição e, por fim, o ultrapassa.

Deslocando a discussão para a literatura, é interessante observar como algumas personagens femininas reagem quando são confrontadas pela falta de possibilidades em vidas extremamente limitadas. Sem poder assumir o controle de seus destinos, veem-se enjauladas na domesticidade e, portanto, impossibilitadas (ou não desejosas) de esquecer o agravo. Quando não optam pelo esquecimento e pelo perdão, resta-lhes a vingança. É o que fazem as personagens de *Mulheres Empilhadas* (Patrícia Melo, 2019) que, fortalecidas em uma comunidade de mulheres vingadoras quando adentram o plano onírico possibilitado pelo uso de enteógeno, desempenham-se quando desforram nos homens, seus agressores no plano real, na vida cotidiana, a vingança que de outra maneira nunca seria permitida. É no campo da imaginação que a passagem do ressentimento ao gozo da vingança encontra desfecho e uma expiação que não traz o arrependimento, mas a purificação através da ação.

Lady Audley cruza esse caminho constantemente no decorrer da narrativa. Como o romance é desenrolado majoritariamente pela perspectiva de Robert Audley, somente sabemos do desaparecimento de George alguns capítulos depois da cena relatada a seguir, mas uma segunda leitura permite a compreensão da crueldade fria (e aliviada) de Lady Audley quando ela retorna de uma caminhada curta pela propriedade “não vindo da fileira de limão [aonde ela disse que iria], mas da direção exatamente oposta, carregando um livro aberto na mão e cantarolando” (Braddon, 2012, p. 72). Isso acontece depois de ela ter atirado o marido em um poço desativado na propriedade. Uma vez que a ameaça à sua nova vida estava extinta pelas suas próprias mãos, ela poderia retornar ao estado de espírito gracioso que sempre emanava. Em conversa com o segundo marido e o sobrinho, ela sequer parece afetada pelo homicídio que acredita ter cometido há pouco tempo e inclusive debocha de George dizendo que “parece ser quase cruel da parte de sra. Talboys morrer e deixar seu pobre marido tão infeliz” (Braddon, 2012, p. 78).

Como sua violência não é gratuita ou desmotivada, Lady Audley sabe a quem dirigi-la: aos homens que representam algum tipo de risco ao seu estado atual. Phoebe Marks, sua empregada pessoal, por exemplo, apesar de ser sua confidente, conta os segredos de sua senhora ao marido,



Luke, que não hesita em chantageá-la. Quando se dá conta da situação embaraçosa em que se encontra, ela reage da seguinte maneira:

Lady Audley levantou-se de seu assento, olhou o homem firmemente no rosto até que seu olhar determinado afundasse sob o dela. Depois, caminhando diretamente em direção à criada, ela disse em voz alta e penetrante, peculiar a ela em momentos de intensa agitação: “Phoebe Marks, você contou a este *homem!*” (Braddon, 2012, p. 98, grifo original)

Dois pontos em especial são interessantes nessa passagem. O primeiro é notar como a figura de Lady Audley, que é sempre descrita em termos harmoniosos e delicados, quando ameaçada, é capaz de transformar-se em algo assustador o suficiente para silenciar um homem violento como Luke. Essa “infidelidade” a um padrão de feminino imposto ao longo do século XIX revela a facilidade com que personagens femininas transitam entre o Anjo e o Demônio do Lar, fazendo com que os atributos que constituem o primeiro tornem-se armamento para o segundo. Sugerindo, então, que as fronteiras que dividem essas figuras não são tão nítidas, mas, na verdade, facilmente transponíveis. O segundo ponto que chama a atenção é como Lady Audley parece mais ofendida pelo fato de Phoebe ter contado os seus segredos ao marido do que com a chantagem. Algo que parece apontar para a impossibilidade de comunidade entre elas, que foi rompida quando Phoebe infiltrou um homem naquele pequeno círculo de intimidade, o que parece ser uma traição maior do que ter quebrado a reciprocidade que existia entre elas.

No romance, mesmo que a sua vingança seja contra George, são as trocas que Lady Audley tem com Robert que revelam a sua disposição violenta. Em seu papel detetivesco, o jovem investiga o desaparecimento do amigo e logo conclui, a partir de provas circunstanciais, que sua tia parece estar envolvida no crime de alguma maneira. Nesse jogo erótico, ambos trocam acusações, mesmo que veladas por parte de Robert, que temia a vergonha que os atos de Lady Audley trariam para a família caso fossem revelados publicamente. Sua tia, por outro lado, cada vez mais encurralada e em desespero, o diagnostica com monomania¹ e recomenda o uso de cânfora, lavanda vermelha ou sal volátil como tratamento, remédios receitados para mulheres que sofriam dos nervos, de modo que acaba também por feminilizá-lo ao fragilizá-lo, na tentativa de deslegitimar seus argumentos. A inteligência de Lady Audley leva-a a recorrer ao marido, quem usa como escudo e espada, ao dizer que o sobrinho parecia intoxicado com uma obsessão por ela e roga para que ele fosse convidado a retirar-se de sua casa. De maneira muito interessante, isso revela a consciência, por parte da protagonista, da imaterialidade de seu poder naquele mundo de homens, a não ser quando é perpetrado através da violência, que é quando ela se inscreve nesse mesmo mundo ao causar efeitos permanentes na narrativa.

A prova dessa agressividade, que antes era apenas circunstancial, é trazida à tona quando Robert declara sua intenção de fazer uma busca pelo corpo de George em Audley Court, o que a deixaria em apuros:

¹ Termo introduzido pelo psiquiatra francês Étienne Esquirol que trata de uma fixação singular por um objeto, considerado um tipo de insanidade parcial.

Seus braços lentamente caíram e ela ficou encarando Robert Audley, o rosto branco brilhando através da escuridão, os olhos azuis cintilando e dilatados. “Você nunca viverá para fazer isso”, ela disse. “*Eu o matarei primeiro*. Por que você me atormentou tanto? Por que você não me deixou em paz? Que mal eu já fiz a você para que se tornasse o meu perseguidor, seguisse meus passos, observasse minha aparência e me espionasse? Você quer me enlouquecer? Você sabe o que é lutar com uma mulher louca? Não”, gritou minha senhora com uma risada, “você não sabe, ou você nunca —” (Braddon, 2012, p. 235, grifo original).

A partir da passagem acima, é possível ver como a personagem de Braddon se deixa tomar pela violência quando é intimidada. A ameaça de Robert significava o retorno à instabilidade e à insuficiência de sua antiga vida miserável, daí estar disposta a tentar todos os meios para garantir a sua situação atual. À medida que se vê mais encurralada por Robert que, para ela, não tinha motivo suficiente para persegui-la a não ser uma conexão *queer*² com o amigo, responde com mais violência. Declara ao sobrinho que “se a luta entre nós é um duelo até a morte, você não me verá abaixando a minha arma” (Braddon, 2012, p. 270). Aqui, Lady Audley deixa transparecer a sua violência potencializada por um sentimento de injustiça: por que Robert a perseguia a ponto de enlouquecê-la se ela nunca havia investido contra ele?

Lady Audley entende que não poderia fugir e desaparecer como George porque ela não tinha dinheiro, uma vez que a chantagem de Luke e de Phoebe a forçou a vender a maioria de suas joias, e porque tampouco teria para onde ir. Voltar para a antiga vida de miséria e de pobreza seria apenas desgastar-se “naquela longa luta e morrer, como minha mãe morreu, talvez” (Braddon, 2012, p. 269). Ao rejeitar um futuro que se parecia demais com o seu passado, ela decide agir da única maneira que lhe resta para preservar a sua integridade: através da violência. Quando decide incendiar a hospedagem em que o sobrinho está, pensa consigo mesma: “Atrevo-me a desafiá-lo? [...] Ele parará agora que já foi tão longe? Ele parará por medo de mim? [...] Alguma coisa o impedirá exceto a morte?” (Braddon, 2012, p. 253). Ela pronuncia a última palavra, o narrador diz, em um “sussurro horrível” e com a “cabeça inclinada para frente, com os olhos dilatados e os lábios entreabertos” (Braddon, 2012, p. 254), o que se lê quase como um orgasmo estimulado pelo prazer causado pela ideia de livrar-se de seu inimigo.

Lady Audley incendeia o quarto que Robert alugava na hospedagem gerenciada por Luke e Phoebe, comprada com o dinheiro da chantagem. Robert escapa da tentativa de homicídio, a mesma sorte que Luke não tem: ele morre logo em seguida. Tendo já se afastado da cena do crime com Phoebe e retornando a Audley Court, elas olham de longe o incêndio tomar conta de Castle Inn. Enquanto Phoebe se desespera com aquela visão, Lady Audley apenas a observa enquanto treme “de frio, talvez, porque o vento arrancou a capa pesada de seus ombros e deixou a sua figura esbelta exposta à explosão” (Braddon, 2012, p. 277). Cena que Andrew Mangham, em *Violent Women and Sensation Fiction* (2007, p. 89), lê como um estado de nudez que pode ser confundido com o fim de um encontro sexual em vez de uma cena

² A pesquisadora Savannah Elaine Baggett, em *Monomania and same-sex desires in Lady Audley's Secret* (2023), investiga a maneira como Braddon representa o desejo homoerótico de Robert por George não por um viés patológico, mas, sim, positivo em sua jornada de exploração e de autodescobrimento. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00092726/00001> Acesso em: 29 jun. 2025.



em que ela infligiu uma violência assassina. O pesquisador faz essa leitura porque, algumas páginas antes, a personagem é descrita como uma sereia furiosa, uma figura mítica que, no imaginário vitoriano, significava a combinação de destruição e sexualidade. Phoebe logo faz a conexão entre a visita de Lady Audley e o incêndio e, em angústia, pergunta se ela cometeu aquele crime. A senhora se recusa a respondê-la, mas diz: “O seu marido é uma barganha tão preciosa para você estar rastejando, lamentando e gemendo por ele? O que Robert Audley significa para você para se comportar como uma maníaca só porque acha que ele está em perigo?” (Braddon, 2012, p. 278). É interessante observar como essas indagações ratificam a argumentação feita anteriormente sobre o casamento como um negócio feito entre duas partes, no qual a mulher fica em desvantagem.

É após esse episódio que Robert, vítima da tentativa de homicídio, entende não poder mais adiar o derradeiro final de sua investigação. Ao acusar Lady Audley, como vimos anteriormente, ela reivindica a loucura compartilhada com a mãe: “ele não sabia da mácula oculta que eu havia absorvido com o leite materno” (Braddon, 2012, p. 335). No entanto, essa instabilidade mental é contestada pelo Dr. Mosgrave, médico convidado por Robert Audley para atestar a loucura de Lady Audley e, com sorte, resolver esse grande impasse sem “manchar” o nome da família. Depois de avaliar o quadro da paciente, o médico diz que não acredita na sua loucura:

Porque não há evidência de loucura em nada do que ela fez. Ela fugiu de casa porque o seu lar não era agradável e o deixou na esperança de encontrar um melhor. Não há loucura nisso. Ela cometeu o crime de bigamia porque com esse crime obteve fortuna e posição. Não há loucura aí. Quando ela se viu em uma posição desesperadora, ela não ficou desesperada. Empregou os meios mais inteligentes e realizou uma conspiração que exigia frieza e deliberação em sua execução. Não há loucura nisso (Braddon, 2012, p. 321).

Nos atos de Lady Audley, Dr. Mosgrave encontra, na verdade, planejamento deliberado em vez da imprevisibilidade da insanidade. Desse modo, ele resgata a sua vingança do esmagamento pela patologização da loucura e impede que, assim como acontece com algumas leituras de Bertha Mason em *Jane Eyre* (Charlotte Brontë, 1848), ela seja limitada pelo diagnóstico de um distúrbio mental. Seu comentário final é de que ela não é louca, mas “tem a astúcia da loucura com a prudência da inteligência. Vou dizer-lhe o que ela é, sr. Audley. Ela é perigosa!” (Braddon, 2012, p. 323).

Sobrevivendo a uma vida extremamente limitada, Lady Audley se vê forçada a traçar os caminhos mais suspeitos e condenáveis que uma mulher vitoriana poderia encontrar. A loucura, portanto, algo que, para Elaine Showalter, em *The Female Malady* (1985, p. 5), é a “comunicação desesperada dos impotentes”, serve como rota de escape. Ao contrário de personagens femininas como Edna Pontellier em *The Awakening* (Kate Chopin, 1899), que prefere morrer a enfrentar a crueldade do mundo dos homens, Lady Audley se aproxima da narradora do conto “The Yellow Wall-Paper” (Charlotte Perkins Gilman, 1892), que encontra na insanidade a liberdade. No entanto, a sua insanidade, como vimos, é fingida. Isso revela, no imaginário vitoriano, o perigo absoluto contido no corpo da mulher, a figura angelical que sustenta o pilar da família burguesa.

Se Bertha Mason, corpo estrangeiro e tornado exótico, é isolada involuntariamente no sótão de Thornfield Hall, Lady Audley ocupa a sala de estar da casa vitoriana, frequenta a igreja e os círculos sociais da elite inglesa.

4. Considerações finais

Ao contrário do que Braddon parecia pensar, *Lady Audley's Secret*, seu romance mais famoso, mesmo que seja um sensacionalista, não se ausenta da arena do debate político. Nele há um argumento importante, mesmo que disfarçado pelo desejo e pelo crime, sobre a condição precária da vida da mulher vitoriana: a impossibilidade do divórcio, a sua desvantagem no casamento, a falta de oportunidades e a sua vulnerabilidade. Nessa esteira, Lady Audley somente consegue avançar através da ação, às vezes premeditada e violenta.

O motivo por trás do abandono de George é o reconhecimento de sua incapacidade de sustentar a família, então ele resolve ir para a Austrália sem avisá-la. É somente então que Helen Talboys se engaja na sua vida de crimes, sendo o primeiro deles a falsidade ideológica. Apesar da raiva e do ressentimento, ela segue em frente. Ao saber do retorno de George, ela toma precauções para que ele não a encontrasse: havia encontrado uma jovem moribunda parecida com ela para que pudesse enterrá-la em seu lugar. A necessidade de matar George se faz necessária quando ele, por acaso, entra em seu novo círculo familiar. É quando ela, ao atirá-lo em um poço da propriedade, é capaz de ultrapassar o ressentimento, e volta desse episódio cantarolando.

Os eventos que conduzem Lady Audley ao crime e à violência revelam, acima de tudo, sua recusa em se conformar a uma existência limitada, fruto de uma ambição que busca, sobretudo, sua própria soberania. É apenas ao retaliar seus ofensores que ela consegue, com prazer, elevar-se acima deles e romper com a impotência imposta. Quando se estabelece uma hierarquia na qual a realização de uma vida vale mais do que a de outra, a vingança surge como única forma possível de reparação. É por meio da violência da vingança que Lady Audley corrige os crimes cometidos contra ela. Assim, é somente pela ação que alcança algum grau de emancipação. Se Lady Audley é louca, é porque escolheu ser.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

- BACON, Francis. Da vingança. In: BACON, Francis. **Ensaios**. São Paulo: Edipro, 2015 [1597], p. 35-36.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. vol. 2. Tradução por Sérgio Millet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016 [1949].
- BRADDON, Mary Elizabeth. **Lady Audley's Secret**. Nova York: OUP, 2012 [1862].



BRONTË, Charlotte. **Jane Eyre**. Tradução por Fernanda Abreu. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2021 [1847].

CHOPIN, Kate. The Awakening. In: SEYERSTED, Per. (org.). **The complete works of Kate Chopin**. Louisiana: Louisiana State UP, 2006 [1899]. p. 881-1000.

GILMAN, Charlotte Perkins. The Yellow Wallpaper. In: KNIGHT, Denise D. (org.). **The Yellow Wall-Paper, Herland, and selected Writings**. Nova York: Penguin Books, 2009 [1892]. p. 166-182.

HOUSTON, Natalie M. Introduction. In: BRADDON, Mary Elizabeth. **Lady Audley's Secret**. Nova York: Broadview, 2003 [1862], p. 9-29.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MANGHAM, Andrew. **Violent Women and Sensation Fiction**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

MARONGIU, Pietro; NEWMAN, Graeme. **Vengeance**. Nova York: Harrow & Haston, 2019.

MELO, Patrícia. **Mulheres Empilhadas**. São Paulo: Leya, 2019.

MONTEIRO, Maria Conceição. O romance sensacionalista inglês. **Matraga**. v.13, n. 19, 2000. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga13/matraga13conceicao.pdf> Acesso em: 29 jun. 2025.

SHOWALTER, Elaine. Introduction: The Female Malady. In: SHOWALTER, Elaine. **The Female Malady**. Nova York: Penguin Books, 1985, p. 1-22.

WOOD, Ellen. **St Martin's Eve**. Londres: Forgotten Books, 2018 [1866].

WOLFE, Robert Lee. Devoted disciple: the letters of Mary Elizabeth Braddon to Sir Edward Bulwer-Lytton, 1862-1873. **Harvard Library Bulletin**, v. 1, n. XXII, p. 5-35, jan. 1974.



Ieda Magri entrevista Elena Losada, tradutora de Clarice Lispector na Espanha

Ieda Magri interviews Elena Losada, translator of Clarice Lispector in Spain

Elena Losada é hoje uma das principais tradutoras de Clarice Lispector ao espanhol: traduziu treze de seus livros, entre romances, contos, crônicas e cartas. Uma dessas traduções — *Queridas mías* (*Minhas queridas*) — ganhou o Prêmio Giovanni Pontiero para melhor tradução de português para espanhol em 2012. Também traduziu Machado de Assis. Como Professora Titular de Literatura Portuguesa na Universidade de Barcelona, onde se doutorou em 1986, trabalha em seus cursos autores já clássicos de nossa literatura como Jorge Amado e Rubem Fonseca, além de contemporâneos como Ana Paula Maia e Patricia Melo. Com uma generosidade própria de grande conhecedora e conversadora, ela me recebeu em seu gabinete na Universidade de Barcelona em dezembro de 2022, onde passamos uma excelente tarde entre seus livros mais queridos.

IEDA MAGRI: Para começar, gostaria de situar meu interesse pelo seu trabalho com a tradução de Clarice Lispector, principalmente, dentro de minha pesquisa: tento entender de que maneira a literatura brasileira contemporânea estaria em circulação na língua espanhola. Minha pesquisa original é sobre a circulação na América Latina. Mas muitas das coisas que estão na América hispânica vêm de casas editoriais daqui da Espanha.

ELENA LOSADA | Isto tem a ver com o fato de Barcelona ter sido um dos centros editoriais mais importantes da Europa — e durante muito tempo da Espanha. Agora já não é assim, Madrid tem o posto número 1. Mas para responder a sua pergunta sobre a difusão da literatura brasileira, eu acho que é preciso fazer uma diferença grande e óbvia entre o que é a difusão pública entre os leitores e a difusão acadêmica. A difusão pública geral da literatura brasileira na Espanha sempre foi minoritária, mas isso não é uma coisa especialmente triste para o Brasil: também é minoritária a difusão da literatura grega moderna, da literatura italiana moderna. A não ser a literatura francesa ou a dos Estados Unidos ou de língua inglesa, é muito difícil obter



uma difusão geral. Então, a língua portuguesa — eu acho, e, às vezes, não concordo com alguns dos meus colegas — não foi pior tratada do que foram outras línguas europeias. Também temos fases. Nos anos 1950 e 1960, a literatura brasileira na Espanha era Jorge Amado. Era aquilo que foi imensamente difundido. Também a tarefa do João Cabral de Melo Neto foi imensa. Ele colocou no mapa espanhol, embora de maneira muito minoritária, alguns outros nomes da literatura brasileira, como, por exemplo, Machado de Assis.

IEDA | Drummond.

ELENA LOSADA | Drummond. Depois houve um momento no qual foram feitas duas traduções — para castelhano e para catalão — do *Grande Sertão: Veredas*, e foram excelentes, as duas. Houve um pequeno surto de Guimarães Rosa, mas não chegou a ser mais do que um surtinho. Depois se traduziram alguns livros pontuais e, claro, Paulo Coelho. Então, eu diria que chegou o tempo da Clarice, há uns dez, quinze anos. Clarice Lispector entrou na Espanha não como escritora brasileira, mas como escritora, como mulher, pela mão do feminismo francês. A partir do sucesso em certos círculos feministas, começou a atrair atenção de um público majoritariamente feminino. Isso também eu devo dizer: claramente feminino. Por outro lado, há um público que atende ao prestígio do selo editorial e pensa: “Olha, se esta editora propõe isto, não deve ser mau”. O selo editorial de prestígio tem alguma coisa a dizer aqui também. E depois, aos poucos, foi se criando um núcleo de afeiçoados a Clarice Lispector que já não é mínimo. Quer dizer, já tem um nome. Mesmo para os meus alunos do primeiro ano, que não reagem para nada ao nome de Guimarães Rosa, não reagem para nada nem ao do Jorge Amado, que já passou o tempo dele... Mas alguns deles leram algum conto da Clarice Lispector. O que quer dizer claramente que é um fenômeno interessante o que está se produzindo aqui.

IEDA | Sim, talvez seja a primeira escritora... não só como escritora: o primeiro escritor brasileiro a se inserir num outro sistema literário mesmo, porque uma coisa é a circulação, outra coisa é realmente entrar, digamos assim, no cânone. E me parece que Clarice entrou, de alguma maneira.

ELENA LOSADA | Eu acho que sim, sempre pela mão do feminismo. E da crítica literária feminista. Também nas universidades. É claro que há uma difusão ali onde há um departamento ou uma seção de estudos portugueses, língua portuguesa, é óbvio, mas também pela mão da teoria da literatura, por exemplo. Em outros lugares onde não há departamento de estudos de língua portuguesa, Clarice encontrou também o caminho.

IEDA | Como você está falando da questão do feminismo, as primeiras traduções de Clarice na França são muito criticadas...

ELENA LOSADA | Eu traduzi agora *Todas as Cartas*. Ali estão aquelas cartas furiosas da Clarice às irmãs dela dizendo “que disparate, esta tradução francesa não tem pés nem cabeça”. E tem as cartas com o diretor da Gallimard, nunca vi Clarice tão zangada como naquelas cartas.



IEDA | E o interessante é que você diz que ela se impõe num outro sistema literário justamente a partir desse lugar do feminismo.

ELENA LOSADA | Sim, mas são lugares completamente diferentes, porque essa tradução, que foi feita num contexto de grandíssima editora, como é a Gallimard, não teve sucesso nenhum na França nos anos 1950, isso ficou completamente esquecido. Isso acontece só depois, com a editora Des Femmes, já nos anos 1980, com a Helene Cixous — e que, aliás, não fala português. Ela leu Clarice nas traduções fundamentalmente inglesas, eu acho. Então é ali que entra na parte do feminismo, mas essas primeiras e desgraçadas traduções não têm nada a ver com isso.

IEDA | Você diz em “La palabra rigurosa¹”: “Una mirada de mujer, quizá también una escritura de mujer. Clarice Lispector hincó en el mundo su mirada de mujer inteligente — esta es una precisión necesaria — capaz de captar las mínimas sensaciones, los mínimos detalles y de saber que nada, por pequeño o banal que parezca, carece de importancia”. Você acha que dizer que Clarice tem “uma escrita de mulher”, hoje, contribui para o interesse na sua obra? Pergunto isso porque, há alguns anos, seria o mesmo que diminuí-la. Tínhamos que defender o tempo todo a sua literatura da tentativa de colocá-la num nicho, menor, menos universal do que a literatura escrita por homens. Talvez isso apareça na sua “precisão necessária” — “mirada de mujer inteligente”, como se dissesse: um olhar de mulher, uma escrita de mulher, mas de uma mulher inteligente.

ELENA LOSADA | Exatamente. Eu não queria que fosse confundida de maneira nenhuma com um *best seller*, ou com aquela típica escrita feminina a olhar por trás dos cortinados como a chuva cai. Não, não é isso. Mas é verdade que os textos da Clarice são um primor pela minúcia, pela coisa pequena que é típica do mundo feminino, quer dizer, a mulher que é capaz de criar uma mística como em *A Paixão Segundo GH*, e ao mesmo tempo, conta-nos, acho que em *Uma aprendizagem, ou o livro dos prazeres*, como tudo pode começar ao compor uma fruta. Ou ao descobrir que há pó num lugar determinado, coisa que nunca um homem é capaz de reparar. O que eu queria dizer com um olhar de mulher não era o estereótipo do feminino, era um olhar, ainda mais na geração da Clarice, marcado por uma educação de gênero muito óbvia, mas uma mulher que era capaz de ultrapassar completamente todos esses limites da sua educação.

IEDA | Sim, isso é muito interessante, porque senão nós temos Clarice como uma escrita só para mulheres, e claramente não é isso...

ELENA LOSADA | Não é, e claramente não deveria ser, mas continua a ser porque eu faço essa estatística cada ano com os meus alunos. Nessa cadeira do primeiro ano eu tenho 80 alunos. Homens e mulheres, mais mulheres do que homens, porque já sabemos o que acontece numa cadeira de Humanidades, mas mesmo assim. Assim como eles ficam absolutamente

¹ <https://webs.ucm.es/info/especulo/numero4/lispecto.htm> Pesquisado em: 27 nov. 2022. Texto publicado em: *Mujeres y Literatura* [Àngels Carabí y Marta Segarra Eds.], PPU, Barcelona, 1994, pp. 123-136.



rendidos a Fernando Pessoa, com o *Livro do Desassossego*, que é um deslumbramento, elas ficam prendidas em Clarice. Claramente ali há qualquer coisa que lhes fala mais diretamente do que a eles.

IEDA | É interessante essa percepção.

ELENA LOSADA | o menos é essa minha mínima percepção que não tem vocação nenhuma de inquérito sociológico, nem muitíssimo menos. E de fato há um problema que se observa na web, essas páginas de mulheres que desatam a escrever “ao estilo de” Clarice Lispector, ou a inventarem, a transformarem Clarice Lispector numa espécie de Paulo Coelho, em literatura de autoajuda, que é uma coisa que eu detesto absolutamente. E também a inventar coisas que Clarice nunca fez, poesia que Clarice nunca escreveu e que são simplesmente fragmentos de Água-viva, postos assim em verso.

IEDA | Sim, tem um uso de Clarice Lispector na web que é terrível, que diminui Clarice de alguma maneira. Para quem não vai fundo na literatura dela.

ELENA LOSADA | Mas isso também, de alguma maneira, confirma a dimensão da sua difusão, porque isso não acontece com Cecília Meireles, não acontece com Raquel de Queiroz, então... não acontece com Nelida Piñon.

IEDA | Eu tenho uma curiosidade: como você chegou a Clarice, como você se tornou a tradutora de Clarice Lispector na Espanha?

ELENA LOSADA | em eu sei muito bem como. Vamos lá. Eu sou filha de Basílio Losada, que foi grande tradutor de literatura portuguesa e brasileira na Espanha.

IEDA | Ele foi o primeiro tradutor de Clarice aqui.

ELENA LOSADA | Foi. Foi, sim, com *Perto do Coração Selvagem*, nos anos 1970. Depois eu li Clarice Lispector e fiquei completamente fascinada, e no final dos anos 1980 uma revista ligada à editora Siruela, *El Passeur*, que era uma revista de arte e literatura, interessantíssima, fez um número monográfico sobre literatura brasileira. E o Antonio Maura me contatou e pediu-me a tradução de um fragmento, não era texto completo, de *Um Sopro de Vida*. Este foi o meu primeiro contato como tradutora de Clarice Lispector. E depois, fizemos juntos um número monográfico da revista *Anthropos*, que foi a primeira publicação acadêmica dedicada a Clarice Lispector na Espanha e isto foi em 1997. E um dia contatou-me a diretora de Siruela para me propor a tradução de *A Maçã no Escuro*. Siruela tinha já alguns livros de Clarice Lispector traduzidos, *A Hora da Estrela*, *Uma Aprendizagem*, por exemplo. Muito depois conseguiu também os direitos para *A Paixão Segundo GH*, numa outra tradução. Eram traduções latino-americanas que foram adaptadas para a Espanha, mas eles, àquela altura, tomaram a decisão de publicar tudo de Clarice Lispector.

IEDA | Foi quando fizeram a biblioteca Clarice Lispector?

ELENA LOSADA | Naquele momento, ainda não se chamava biblioteca, porque não se sabia bem o que seria feito, o que podia ser, mas eles compraram todos os direitos de autor para Espanha de Clarice Lispector. E, então, propuseram uma tradução de *A Maçã no Escuro*, que saiu em 2003. E depois, pela ordem que eu tenho aqui, foi *Água Viva*, em 2004, *A Cidade Sitiada* em 2006, *O Lustre* em 2006 também, *Para não esquecer...* Claro, o problema aqui é que esse processo dependeu em grande parte de como era publicada a Clarice no Brasil. Então, primeiro, tínhamos um tipo de antologias, um tipo de seleções que depois se transformaram numa outra coisa, o que quer dizer que agora, por exemplo, grande parte desse volume *Todas as Crônicas* já foi traduzido num volume chamado *Aprendiendo a Vivir*, que era a versão espanhola de *Aprendendo a Viver*, que tinha sido publicado antes. Então isso complicou um pouco. Depois chegou a hora dos textos nas revistas femininas de Clarice Lispector: *O Correio Feminino*. Ali eu tinha um bocado de receio, quero dizer... aquilo que Clarice nunca quis assinar com o nome dela. Que criou pseudônimos. Um volume, como amostra de que ela também se dedicou a isso, eu até podia entender. Agora dois, porque tivemos dois volumes, continuo pensando que foi um excesso. Não valia a pena, porque sobrecarrega a imagem dela precisamente dessa ideia de escritora feminina. Eu queria muito traduzir os contos para crianças de Clarice Lispector, mas não entravam no projeto da Siruela, porque era uma coisa muito diferente. E então, consegui que uma editora de Madri — que trabalha lindamente contos para crianças — se interessasse por isso, e traduzimos os contos. Depois publicamos, de novo em Siruela, *Minhas Queridas*, as cartas familiares, as cartas para as irmãs.

IEDA | Esse que ganhou o prêmio de tradução.

ELENA LOSADA | Exatamente. Essa tradução para mim foi interessantíssima, porque era uma imersão no mundo feminino dos anos 1950. Eu precisei até de ajuda de minha mãe, porque as peças de roupa e coisas assim eu não sabia bem imaginar como eram. E minha mãe dizia “Isso era assim, assim... Nós também usávamos aqui”. Então foi muito interessante. E depois chegou a fase dos primeiros contos. A Siruela comprou uma edição mexicana que tinha quase todos os contos, mas não todos. Em edições sucessivas, foram sendo acrescentados. Até a última edição, que tem verdadeiramente os primeiros contos dela — que foram os que eu traduzi, alguns contos dispersos, publicados num desses volumes já grandes, que foram aparecendo a partir da repercussão da biografia do Benjamin Moser.

IEDA | Sim, ele faz a abertura do livro. O prefácio.

ELENA LOSADA | Exatamente, o prefácio. E depois, chegaram já em colaboração com a minha ex-aluna Teresa Matarranz, porque era uma fase em que eu tinha muito trabalho e não podia enfrentar aquele volume gigantesco. Traduzimos *Todas as crônicas*, que é verdadeiramente a coletânea geral dos textos da imprensa de Clarice Lispector. E agora está para sair *Todas as Cartas*. Mas no total eu acho que tem sido 13 ou 14 títulos. E eu queria muitíssimo que me

permitissem retraduzir *A Hora da Estrela*. Mas não consigo nenhuma... por enquanto, porque ainda hei de continuar a teimar!

IEDA | Que pena. Por que gostaria de retraduzi-la?

ELENA LOSADA | Porque é um texto que eu gosto particularmente. Se eu devo recomendar a alguém como se iniciar na leitura de Clarice Lispector, ou é através da alguns contos ou é através de *A Hora da Estrela*. Não vou mandar ninguém começar pela *Paixão Segundo GH*.

IEDA | Ou *O Lustre*.

ELENA LOSADA | Ou *O Lustre*. Não faz sentido nenhum. Mas eu gostaria de traduzir [*A Hora da Estrela*] porque é um texto de que eu gosto muito e também porque a tradução que temos é melhorável. Especialmente para um público da Espanha, tem algum som um bocado estranho.

IEDA | Não é uma tradução espanhola?

ELENA LOSADA | Eu diria que é uma tradução latino-americana revisada.

IEDA | Fiquei curiosa com isso que você falou, que algumas das primeiras circulações de Clarice Lispector eram edições latino-americanas adaptadas, ou seja, se adapta a linguagem. Como é isso?

ELENA LOSADA | Não, não é muito frequente, é mais frequente o contrário, quero dizer, quando uma editora espanhola quer vender o texto em alguns países latino-americanos, faz uma revisão pelo uso de *tu* e *usted* que nós usamos de maneira muito diferente, por exemplo. E também para evitar palavras terríveis como *coger*, que no México e na Argentina não se pode pronunciar, mas, para nós, é absolutamente comum. Coisas desse tipo. Não é uma transformação de texto.

IEDA | É interessante pensar como uma questão de vocabulário pode influenciar no livro, não é?

ELENA LOSADA | Nós sentimos imediatamente isso como leitores europeus. Imagino que do outro lado acontece exatamente a mesma coisa.

IEDA | Sim, como a literatura brasileira e a portuguesa. Para Portugal a nossa coloquialidade é um pouco agressiva, me parece, e para nós, o português de Portugal é muito formal. Você falou de *A Hora da Estrela* e me lembrei que há uma tradução recente ao catalão, feita pelo Josep Domenech Ponsatí.

ELENA LOSADA | Sim, Josep Domenech Ponsatí é um grandíssimo tradutor. O meu colega Pere Comellas Casanova, um outro grande tradutor, também fez uma antologia de contos de Clarice Lispector.

IEDA | *Restes de Carnaval*. Me intriga essa ideia da circulação literária aqui, em Barcelona, especialmente, que se dá pelo catalão e pelo espanhol. Quer dizer, são os mesmos leitores das duas línguas? Como funciona isso? Há dois sistemas literários, um numa língua, outro na outra? Como você vê?

ELENA LOSADA | Os leitores que lêem catalão podem perfeitamente ler em espanhol. É uma questão de fidelidade à própria língua, de defesa da própria língua, de construção de um sistema literário de prestígio que faz com que os autores sejam traduzidos também para o catalão. Há uma grande polêmica, porque houve uma tradução do Quixote e toda a gente imagina que não há nenhum catalão que precise de uma tradução para catalão do Quixote. É claro que não, mas é uma questão de flexibilizar a língua, de dar-lhe as máximas possibilidades de expressão e de dar-lhe também um cânone literário. Embora seja um cânone traduzido. Então, a Catalunha sempre fez um grande esforço para traduzir grandes obras universais.

IEDA | Isso é um sinal de muito prestígio para Clarice Lispector, porque são poucos autores que têm as duas traduções para as duas línguas.

ELENA LOSADA | Sem dúvida. Muito poucos. É, estou pensando na grandiosa tradução de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: veredas*. É claro, a Clarice, e alguns poemas... poesia é mais fácil. As revistas literárias publicam poemas soltos de Drummond, de João Cabral de Melo Neto. Nem sei se Jorge Amado está traduzido para o catalão, eu agora estou pensando. Talvez, talvez sim, alguma coisa sim.

IEDA | Machado de Assis também. *O Alienista* e *Dom Casmurro*.

ELENA LOSADA | E *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

IEDA | Você também traduziu Machado. E aliás, fizeram uma edição tão linda, tão linda, de *Memórias Póstumas*...

ELENA LOSADA | Eu adoro Machado!

IEDA | Como você escolhe os autores que quer publicar? Ou você é escolhida pelas editoras? Como isso funciona?

ELENA LOSADA | Eu escolho e escolho muito. Para me comprometer a fazer uma tradução, preciso em primeiro lugar de muito tempo... quer dizer, o que um tradutor profissional resolve em três meses, eu preciso seis. Mínimo. E eu digo “não” frequentemente se não é uma coisa que me interessa especialmente. Com Clarice eu nunca consegui dizer não. É claro, fiquei imensamente contente, fiquei imensamente honrada de ser escolhida para esse trabalho. Mas também há coisas assim, mais populares, digamos, que eu digo que não, porque não tenho tempo, simplesmente.

IEDA | Eu perguntei isso porque a literatura brasileira, especialmente a contemporânea, circula muito pela vontade pessoal, pelo afeto pessoal de alguns tradutores. A Paula Abramo, no México, o Ponsatí, o Aníbal Cristobo, que fez um catálogo lindo de poesia, e que são escolhas pessoais, investimentos pessoais. Quer dizer, traduzem e depois procuram uma editora que queira publicar. É um trabalho imenso também.

ELENA LOSADA | Mas, mesmo assim, há mistérios que eu nunca compreenderei. Meu pai, com o nome que tinha e o que ele era, teimou que queria Rubem Fonseca e fez duas ou três traduções magníficas. O Rubem Fonseca, porém, nunca conseguiu entrar na literatura espanhola como eu acho que devia ter entrado. Não há maneira. E mais recentemente também eu teria gostado de fazer alguma coisa com Patrícia Melo ou mesmo com Ana Paula Maia.

IEDA | Sim, eu vi que você estuda Ana Paula Maia nos seus cursos.

ELENA LOSADA | É, eu acho que *A Guerra dos Bastardos* devia funcionar lindamente como texto. Não. Ninguém quer.

IEDA | Porque ainda não tem nome. Mas Rubem Fonseca é um nome importante.

ELENA LOSADA | É, eu sempre fico muito triste quando encontro os exemplares do Rubem Fonseca nos saldos, de arremate de livros, ninguém quer.

IEDA | Mas também acho que tem um certo preconceito com o gênero policial, não?

ELENA LOSADA | Não, porque há 20 anos que nós estamos num surto imenso de literatura policial.

IEDA | Verdade. Com Bolaño. Vila-Matas.

ELENA LOSADA | Pois. Figuras de um certo prestígio da literatura decidiram num momento determinado escrever um romance policial, porque era o que estava na moda naquele momento. Então eu não percebo por que o Fonseca não é reconhecido como policial.

IEDA | Talvez muitas marcas brasileiras?

ELENA LOSADA | Pode ser, mas mais marcas brasileiras tinha Jorge Amado e foi um sucesso.

IEDA | Você acredita que existe algo como uma “linguagem Brasil”, algo próprio da literatura brasileira que interessaria para a circulação internacional? Ou é o contrário: a literatura que apaga essas marcas e é um pouco mais universalizante circularia melhor?

ELENA LOSADA | Olha, a linguagem da Clarice é absolutamente universalizante. A não ser por algum nome de flor, de planta ou de fruta, aquilo poderia ser qualquer lugar no mundo.

IEDA | Será que a circulação dela se dá justamente por essa marca?

ELENA LOSADA | Eu acho que tem alguma coisa a ver com isso, não é “exótica”. Isto nunca foi estudado em profundidade, porque os germanistas não sabem português e os portugueses lusitanistas não sabem alemão, mas há qualquer coisa que bate muito perto entre Kafka e Clarice Lispector. E é universal. Toda a gente é capaz de compreender as desgraças do Joseph K., que vai ser condenado e não sabe nem porquê. E toda a gente é capaz de compreender as desgraças da Macabéia. No entanto, no caso de Jorge Amado era o contrário, era o lado “exótico” que fazia o interesse daquela literatura.

IEDA | Talvez esse seja o cabo de guerra. Clarice Lispector circula mais, interessa mais e está em destaque justamente porque é mais cosmopolita. Então seria um momento de circulação da literatura brasileira que tende mais ao cosmopolitismo. No entanto, observo neste momento um grande sucesso de Martha Batalha por aqui, e justamente com um livro chamado *Un Castilho en Ipanema* e que promete falar do Brasil e das mazelas do Brasil. O que vendeu esse livro em todas as matérias que busquei, e mesmo na contracapa, é isso: essa marca de Brasil. Talvez sejam as duas coisas que interessam a públicos diferentes ou a estratégias diferentes.

ELENA LOSADA | É capaz. Eu não consigo ter uma explicação para isso, mas é claro que existem essas três linguagens brasileiras: uma que é a de Clarice, outra que é a de Jorge Amado, e a terceira, a de Guimarães Rosa. Mas Guimarães Rosa levanta problemas terríveis de tradução, não apenas de tradução, de compreensão daquele mundo.

IEDA | Sim, sim, mas é um livro que precisaria ser traduzido para o português...

ELENA LOSADA | Eu acho que sim, porque os meus colegas portugueses têm muita dificuldade em ler.

IEDA | Não, os brasileiros também. Se você lê buscando uma analogia com a língua portuguesa que nós usamos, você não vai encontrar lendo de frase a frase. Quer dizer, muito leitor brasileiro abandona o livro por dificuldade de compreensão. Sem intuir que é preciso se deixar levar por um significado mais amplo que o da frase, porque aí o próprio ritmo te leva e te abre um mundo. Mas eu reconheço que, para o brasileiro, também é um livro difícil. Imagina numa tradução. Deve ser um trabalho terrível para um tradutor.

ELENA LOSADA | Foi. Eu conheci Angel Crespo, que fez a primeira tradução para espanhol, e depois o Xavier Pàmies, que fez a tradução para catalão. E ele fez uma coisa extraordinária, inventou uma espécie de dialeto meio rural do catalão, que não existe em parte nenhuma. Ninguém fala assim, mas todos nós percebemos o que é que isso quer dizer.

IEDA | Sim, isso é a beleza desse livro, desse grande livro, eu acho. E é preciso uma tradução meio transcrição. Como você pensa o embate ou talvez a relação amorosa entre as vozes do escritor traduzido e a do tradutor? Você gosta de respeitar, digamos assim, a voz do autor, e absolutamente se apaga na tradução? Ou você acha que é preciso também colocar a sua voz, como é isso?

ELENA LOSADA | Depende, depende do autor. No caso da Clarice, eu tento ser o mais fiel possível, embora, claro, se eu tivesse que traduzir Clarice para russo, nem sei o que eu faria. Mas entre duas línguas tão próximas, pode-se manter uma proximidade grande. Aliás, tive uma grande discussão com meu primeiro revisor, porque ele lê aquilo, mas soa para ele muito estranho em espanhol. É que em português também é estranho, porque ela podia ter dito isto assim e seria muito mais lógico, muito mais fácil e muito mais simples, mas não quis. Se ela não quis, que direito tenho eu de facilitar a frase, de simplificar, normalizar a frase? Nenhum. É claro que há momentos em que há uma estranheza no português que eu não posso passar para o espanhol. Paciência. Tem de ser normalizado, mas sempre que essa estranheza possa ser transferida sem um grande dano para a língua de destino, deve passar. E a língua que manda numa tradução é a língua de destino, não é a língua de origem. Agora, a língua de destino entre duas línguas românicas tão próximas tem uma flexibilidade muito grande também. E se o autor, ou autora, trabalhou linguisticamente o texto dela com uma vontade de estranheza de palavra rara, deve passar também para o espanhol. E Clarice avisou repetidamente ao linotipista “Não modifique a minha pontuação”. Porque a pontuação é uma respiração. “Não mexa nas minhas vírgulas”. Pois, então, que direito tenho eu?

IEDA | E você interfere na apresentação do livro? Por exemplo, as capas, o modo como apresentar Clarice?

ELENA LOSADA | Do ponto de vista técnico do desenho, eu não intervenho absolutamente em nada, entre outras coisas porque sou uma inútil total, não tenho critério nenhum para isso. Talvez teria gostado uma vez de poder acrescentar um prefácio meu ou uma coisa assim, mas nem sempre é possível. A editora compra o volume completo, tal como está, e cria grandes problemas acrescentar um prefácio.

IEDA | Isso é uma novidade para mim.

ELENA LOSADA | Sim, é complicado, é preciso pedir autorização da editora brasileira. Não posso intervir, pois o que vale é a edição brasileira original, a que foi comprada.

IEDA | Para você, como tradutora, o apoio da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil nessas traduções tem alguma relevância? Porque a Siruela, apesar de ser uma editora enorme, cheia de prestígio, buscou esse apoio da Biblioteca Nacional...

ELENA LOSADA | Isso é uma questão técnica da editora, eu recebo o que recebem todos os tradutores de Siruela. Não é uma ajuda para o tradutor o que dá a Fundação Biblioteca Nacional.

É uma ajuda à edição numa língua estrangeira, então é a editora que recebe. Mas é fundamental. Se não houvesse essa ajuda, ninguém traduzia. Clarice, sim, porque já está num outro nível, mas autores menores, autores novos não seriam traduzidos, com certeza.

IEDA | David Damrosch afirma que “uma obra só tem vida efetiva enquanto literatura mundial quando e onde for ativamente presente num sistema literário diferente daquele da sua cultura original”. Só há algo internacionalizado quando há comentário, há verdadeira recepção, inserção e não “apenas” circulação pontual. Acha que a circulação cria, de fato, alguma interlocução entre as literaturas? Acha que a literatura brasileira tem alguma inserção na de língua espanhola ou catalã?

ELENA LOSADA | É que este é um outro problema. Num primeiro nível a ajuda governamental para a tradução é fundamental, mas as redes culturais de cada país, as críticas, a distribuição dos livros, têm também uma importância enorme. É o comentário. Também tem o trabalho das bibliotecas e dos grupos de leitura: o fato de propor a alguém que vá trabalhar com o grupo de leitura e essa pessoa propõe um livro brasileiro. Evidentemente isso cria já um pouso, porque depois é muito possível que quem gostou daquele primeiro livro daquele autor brasileiro vá procurar outros livros desse autor ou até mesmo outros livros brasileiros.

IEDA | Sim, eu tive acesso ao mapa dos empréstimos dos livros de Clarice e de Machado de Assis na rede de bibliotecas catalã e foi muito interessante, porque Machado de Assis tem livros com três empréstimos nos últimos anos, outros 20. Mas *O Alienista* tem 400 empréstimos, justamente porque houve um clube de leitura, então esse livro circulou de outra maneira. E Clarice Lispector é surpreendente. Tem um dos livros com 800 empréstimos. Mas a maioria dos livros são 500, 400 empréstimos. Ela é muito lida... E tem algum outro autor nos seus planos de traduções futuras?

ELENA LOSADA | Eu insisto, eu gostaria muito de traduzir alguma coisa da Ana Paula Maia ou da Patrícia Melo. Ou... eu tenho queda por um romance “antigo”, mas nunca na vida vou conseguir um editor para isto, que é *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo.

IEDA | Ah, eu amo esse livro também!

ELENA LOSADA | Bom, ainda bem, porque eu tinha um complexo de solidão [risos].



***Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso*, de Diego Leite de Oliveira e Karen Sampaio B. Alonso**

Roberto de Freitas Junior

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6237-1040>

E-mail: robertofrei@letras.ufrj.br

Iulo Almeida Alves

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7289-1514>

E-mail: iuloalmeida@gmail.com

Nesta resenha, apresentamos algumas das principais ideias desenvolvidas na obra *Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso*, dos professores Diego Leite de Oliveira e Karen Sampaio B. Alonso, docentes da Faculdade de Letras da UFRJ.

De modo geral, é possível afirmar que a obra em foco se caracteriza a partir de um principal objetivo: apresentar discussões contemporâneas sobre a denominada Linguística Baseada no Uso (LBU), revisitando não apenas os tópicos teóricos mais atuais e de interesse do campo, mas também discussões acerca dos fundamentos cognitivos, sociais e epistemológicos daquilo que contemporaneamente chamamos de LBU, seus modelos de gramática e visão de entendimento sobre a linguagem.

Dessa forma, começemos pelas palavras finais dos autores, que, ao concluírem toda discussão densa e profunda que o livro nos propõe, resumem certa hora o que de fato caracteriza modelos linguísticos baseados no uso, a saber, o compromisso com a visão que defende que

a representação gramatical como conhecimento subjacente decorre da experiência linguística, a partir da associação de processos cognitivos de domínio geral — não exclusivamente linguísticos — às instâncias de uso com as quais um indivíduo se depara no decorrer da vida (Oliveira; Alonso, 2024, p. 323).

O resumo do ponto revela a preocupação dos autores, identificada ao longo da leitura do livro, em apresentar ao público leitor discussão técnica, aprofundada e com linguagem acessível sobre um assunto de imensa importância, muitas vezes não tão bem compreendido mesmo por especialistas do campo da Linguística.



Ao citar esta resenha, referenciar como: FREITAS JR., Roberto de; ALVES, Iulo Almeida. *Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso*, de Diego Leite de Oliveira e Karen Sampaio B. Alonso. **Matranga**, v. 33, n. 67, p. 200-205, jan./abr. 2026.

DOI: 10.12957/matranga.2025.94170

Recebido em: 30/06/2025

Aceito em: 06/11/2025

Nesse mesmo trecho, os professores destacam o fato de que, em diferentes áreas de atuação e investigação, pesquisadores podem se valer de situações reais de uso linguístico apesar de não trabalharem com uma linguística tipicamente baseada no uso, foco de discussão da obra. Também destacam a possibilidade de que tantos outros modelos podem abrir mão de desenvolverem pesquisas com foco em “dados empiricamente atestados” (Oliveira; Alonso, 2024, p. 323) e serem, ainda assim, representantes da denominada LBU, na medida em que encaram a realidade da representação cognitiva gramatical como resultante da interação entre experiência e princípios cognitivos gerais que levam à emergência do conhecimento linguístico.

O resumo, desenvolvido pelos autores em suas Palavras Finais, sobre o que seja um modelo linguístico baseado no uso leva em boa medida à reflexão e à esmiuçada discussão sobre as bases conceituais do que contemporaneamente se entende por uma LBU. Dessa forma, voltemos, ao todo da obra, na tentativa de apresentarmos seu fluxo de pensamento e organização, o que, em nossa opinião, a define como leitura obrigatória para interessados em Linguística, particularmente em LBU e suas bases epistemológicas.

Após a apresentação do primeiro capítulo, “Primeiras considerações sobre uma teoria baseada no uso”, o livro se desenvolve em cinco macropartes, cada qual apresentando uma linha de pensamento que constrói junto ao leitor um fluxo lógico e fácil de discussão sobre modelos baseados no uso.

A obra se desenrola, portanto, a partir da Parte I, que focaliza aspectos relativos à visão da língua como fenômeno heterogêneo e complexo; seguida pelas partes: II, que apresenta discussões sobre as bases biológicas/cognitivas para a linguagem; III, que inicia a discussão sobre o conceito de redes; IV, que descreve a visão de conhecimento linguístico como representação em rede gramatical de itens simbólicos e suas inter-relações; e V, que destaca o papel exercido por redes sociais, na relação entre língua e sociedade.

No primeiro capítulo, os autores resumem o que desenvolverão em termos teóricos ao longo do livro, mas iniciam suas discussões destacando o sentido experientialista do termo “baseado no uso”, proposto por Ronald Langaker em *Foundations of Cognitive Grammar* (1987). Mais à frente, destacam o fato de ser a LBU uma proposta teórica afastada das perspectivas formalistas/estruturalistas da Linguística e assim a rotulam, posto que concebe, entre outros pontos, a língua como objeto de caráter heterogêneo, baseado na inter-relação de unidades simbólicas convencionalizadas, e não em um objeto composto por um “componente computacional (gramática) e um conjunto de unidades combinatórias (léxico)” (Oliveira; Alonso, 2024, p. 29), sendo ainda emergente a partir da atuação de faculdades cognitivas não especificamente linguísticas, mas de domínio geral.

Ainda na definição sobre LBU, destacam a visão que defende que a formação e reformulação da língua é vista como diretamente dependente de experiências linguísticas particulares vividas em múltiplas oportunidades de trocas comunicativas, o que leva, em última instância, à emergência de gramáticas individuais, dotadas de especificidades refletidas na produção e na aceitabilidade gramatical no nível do indivíduo e no das comunidades em que estão integrados. Assim, dando início ao processo de discussão sobre as bases epistemológicas utilizadas na formação do pensamento da LBU, os autores, na Parte 1 do livro, abordam em dois capítulos temas sobre a heterogeneidade e complexidade da língua.



Inicialmente, ao tratarem dos aspectos heterogêneos da língua, destacam a visão de LBU, tendo em vista três dicotomias discutidas em Saussure (2012): (1) a distinção entre gramática e uso; (2) a divisão entre análise linguística sincrônica e diacrônica; e (3) a separação entre um domínio de regularidades (gramatical) de um de idiossincrasias (lexical). Para modelos formalistas, os três pontos seriam explicados pela hipótese de que a língua seja objeto homogêneo e estável, passível de análise independente da temporalidade e de fatores externos diversos. A LBU, entretanto, refuta os pontos ao defender, a partir da base epistemológica que a fundamenta, o caráter heterogêneo, complexo, dinâmico e emergente com os quais se constituiria a gramática, via associação entre experiência linguística e processos cognitivos de domínio geral.

Ao tratar dos aspectos referentes à complexidade da língua, a Parte I do livro aborda a definição de sistema adaptativo complexo, na defesa de que a língua em si seja representante de tal tipo de configuração organizacional. Tipicamente, um sistema adaptativo complexo, de acordo com os autores, constitui-se como resultante da atuação de uma gama de elementos participantes em interação, o que implica relações de maior grau de dinamicidade, não linearidade, não previsibilidade, (re)acomodação e emergência de produtos resultantes dessa interação. A visão que sustenta a hipótese de ser a língua um exemplo de um sistema adaptativo complexo está diretamente ligada a fatores relativos à neurologia/cognição humana, à heterogeneidade de falantes, de comunidades de fala e de tipos de interações sociais, além da própria natureza arquitetônica da representação gramatical. São destacados, portanto, nesse momento, três aspectos em interação, ligados ao processo de emergência, formação e (re)formulação da língua, caracterizados a partir dos conceitos de redes neurais, sociais e gramaticais (assuntos retomados, mais à frente e com maior atenção, nas Partes III, IV e V do livro).

A Parte II da obra versa sobre a emergência da cognição e capacidade de linguagem da espécie humana, desdobrando-se em três capítulos, que focalizam diferentes aspectos da discussão, incluindo-se aqueles com os quais a própria LBU não se alinha. Obviamente, assim fazem os autores na tentativa de apresentar um debate calcado e responsável sobre os temas, tendo por objetivo justificar, de modo fundamentado e com a perspectiva do contraditório, seus pontos de vista.

Entre outros aspectos, no capítulo 4 são discutidas questões referentes às habilidades cognitivas associadas a espécies em geral, comparadas com a realidade das “habilidades cognitivas surpreendentemente complexas” (Oliveira; Alonso, 2024, p. 97) de nossa espécie. Assim, os autores revisitam discussões sobre cognição animal e possíveis correlações com a capacidade da linguagem. No capítulo, são apresentados casos marcantes da literatura, como o do famoso bonobo Kanzi e sua “espontânea” e extraordinária capacidade de memória, simbolização e produção de protosentenças, o que produziu grandes debates no âmbito dos interessados em biologia da linguagem.

Ao provocarem a discussão sobre a relação entre cognição e linguagem em diferentes espécies, os autores trazem à baila de nossas reflexões a diferença abissal da relação entre pensamento, linguagem e comunicação humana frente às outras espécies. Dessa forma, revisitam conceitos, como os de “cognição social”, “intencionalidade compartilhada”, “transmissão cultural”, e tantos outros, presentes em obras como a de Tomasello (2019), que apresentam explicações sociointe-

racionais e de base cognitiva baseada no uso, para a questão do desenvolvimento da linguagem humana, condizentes com princípios previstos na lógica da própria teoria da evolução.

O capítulo 5 aborda a discussão sobre a possibilidade de existência de um gene especificamente voltado para a aquisição da linguagem em nossa espécie. Os autores revisitam pesquisas e discussões acerca do gene FOXP2, o qual, a partir de evidências surgidas de situações de distúrbios de linguagem de uma mesma linhagem familiar, seria apontado como o responsável pela base genética da linguagem na espécie humana. Após desenvolverem o ponto, os autores salientam que, ao lado dos que suportam tal hipótese, estão os que defendem a ideia de que, no fim das contas, a questão da linguagem estaria muito mais associada a “habilidades superiores nas quais os humanos se apoiam para desenvolver uma língua” (Oliveira; Alonso, 2024, p. 113). O capítulo enfatiza, assim, o profícuo campo de discussão em que tal ponto se encerra.

Na sequência, no capítulo 6, os autores abordam a questão da criatividade linguística: a possibilidade de criação de enunciados de diferentes graus de complexidade e expressividade e fator diretamente associado à emergência de padrões linguísticos, a partir da experiência com o uso da língua e dos processos cognitivos de domínio geral.

Abrindo as discussões sobre os tipos de redes, a Parte III do livro centra-se na discussão sobre redes neurais. No capítulo 7, os autores abordam a questão, mostrando que o funcionamento integrado e os diferentes valores de peso e ativação de neurônios explicariam, entre outras coisas, o funcionamento dos processos cognitivos responsáveis pela emergência do conhecimento, incluindo-se o conhecimento linguístico. Ademais, os autores salientam a importância de um modelo de redes na explicação de uma visão de arquitetura gramatical de base conexionista.

O capítulo 8 versa, por sua vez, sobre os processos cognitivos que atuam na emergência, formação e reformulação da linguagem. De modo muito particular, versa sobre o fato de toda realidade — incluindo-se a gramatical — ser forjada a partir das experiências particulares, submetidas ao domínio das faculdades cognitivas de domínio geral. Assim, no capítulo são discutidas questões relativas (1) ao papel dos sistemas sensoriais na percepção individualmente forjada, (2) à capacidade de convencionalização entre formas e significados via associação intermodal, (3) à formação de representações gramaticais, associada aos processos de categorização e analogia, (4) ao papel da memória e capacidade de armazenamento dos dados da experiência e (5) ao *chunking*, processo cognitivo que produz efeito de facilitação da memória, em um contexto em que interagem frequência e sequencialidade. Os processos descritos não se restringem, obviamente, à explicação sobre a emergência do conhecimento linguístico, mas atuam de modo particular nesse contexto, ponto amplamente discutido no referido capítulo.

Em “Modos de estar e ver o mundo”, os autores, baseados em Diessel (2019), focalizam a relação entre linguagem e cognição, centrando-se em outro grupo de processos cognitivos relacionados ao ponto: aqueles relativos à cognição social e à conceptualização. Nesse sentido, abordam conceitos como os de atenção conjunta, leitura de intenções e base comum, particularmente relevantes para o entendimento da aquisição de linguagem em perspectiva baseada no uso. Ademais, abordam pontos como os de perspectivização, metáfora, metonímia e figura-fundo, relevantes para o entendimento sobre como seres humanos constroem e transmitem a experiência de modo subjetivo e cognitivamente orientado.



Na Parte IV do livro, os autores tratam do conceito de redes gramaticais. A partir do ilustrado entre os capítulos 10 e 13, apresentam a perspectiva que defende ser a língua uma rede conceptual de unidades simbólicas, construções, com diferentes graus de complexidade e esquematicidade. Assim, mostram como as construções são entendidas como pareamentos conexionalmente organizados, a partir de diferentes tipos de relações básicas (sequenciais, simbólicas e taxonômicas), associadas ao papel exercido por processos cognitivos, em função da compreensão e organização dos dados da experiência. Focalizam, ainda, a discussão sobre dois outros tipos de relações mantidas entre construções: as de preenchimento de *slot* e as horizontais.

A Parte IV é finalizada com a discussão sobre a representação da variação e do contato linguístico. Especificamente, o fazem no capítulo treze, no qual os autores revisitam, entre outras coisas, o modelo representacional da fonologia de uso (Bybee, 2010) e o modelo representacional da Gramática de Construções Diassistêmica (Höder, 2014), destacando que tanto a variação como a linguística de contato ainda são áreas prósperas de investigação no âmbito da LBU.

Na Parte V do livro, no capítulo 14, são abordadas questões relativas à noção de redes sociais no âmbito da Sociologia e da Sociolinguística Variacionista. Os autores revisitam as características morfológicas e interacionais das redes sociais, observando-as no âmbito da variação, conservação e mudança linguística, tanto no nível do indivíduo quanto no de comunidades linguísticas, tendo em vista a noção de arquitetura de redes densas e multiversas. Nesse mesmo capítulo, discutem o trabalho de Barlow e Kemmer (2000), texto clássico para o entendimento da LBU, segundo o qual falantes que mantêm maior incidência de interação verbal entre si apresentam maior probabilidade de uso linguístico convergente, assim como, de modo inversamente proporcional, indivíduos com menor grau de interação apresentam maior potencial de variação inter-sujeitos. Os autores explicam o fato por fatores como a frequência de uso e seu impacto na (re)formulação da rede gramatical, ratificando a hipótese sobre o afetamento da gramática através da experiência com o uso da língua.

No capítulo 15, é discutida a hipótese do nicho linguístico, segundo a qual a estrutura linguística se acomoda à estrutura social dos usuários da língua. O ponto dos autores consiste na defesa de que a LBU e sua práxis voltada para a investigação da língua na interface entre uso, cognição e sociedade possam se constituir em uma área de fundamental importância para o aprofundamento dessas discussões.

Diante do exposto ao longo desta reflexão, concluímos essa resenha retornando às Palavras Finais da obra *Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso*. Em suas considerações, os autores acentuam a importância do avanço das ciências cognitivas e sua consequente contribuição para a ratificação da hipótese geral da LBU de que seja possível “derivar a língua da não língua”, tal como defende Bybee (2010). Sem dúvidas, a referida obra deixa-nos um legado importante para a reflexão sobre a hipótese.

REFERÊNCIAS

- BYBEE, Joan. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. **Usage-Based Models of Language**. Stanford: CSLI Publications, 2000.
- HÖDER, Steffen. Constructing diasystems: grammatical organisation in bilingual groups. In: ÅFARLI, Tor A.; MÆHLUM, Brit. **The Sociolinguistics of Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 137-152.
- LANGACKER, Ronald. **Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites**. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.
- OLIVEIRA, Diego Leite de; ALONSO, Karen Sampaio Braga. **Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.
- TOMASELLO, Michael. **Becoming Human: a theory of ontogeny**. Cambridge: The Belknap Press, 2019.





Do poema à canção: a vocoperformance, de Leonardo Davino de Oliveira

Lucas Leite Borba

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0040-2344>

E-mail: lucasleiteborba98@gmail.com

Ruth Finnegan, em “O que vem primeiro: o texto, a música ou a performance?” (2008), postula que os recursos emotivos e acústicos da voz são comuns tanto à canção quanto à poesia. Para a autora, “O som e a voz são essenciais em todos os gêneros de arte verbal performatizada (e isso não é parte do que entendemos por ‘poesia’?)” (Finnegan, 2008, p. 29). A união entre os elementos verbais e não verbais, bem como as confluências — e distensões — entre letra e poema, delineiam o campo dos estudos cancionais, cuja proposta é valorizar a canção, muitas vezes negligenciada em comparação à poesia. Nesse contexto, a obra *Do poema à canção: a vocoperformance* (2023), do professor Leonardo Davino de Oliveira, alinha-se à proposta de Finnegan, Zumthor e Tatit. O autor tece uma complexa tapeçaria de análises, examinando as oscilações entre o eu lírico e voz cancional, letra e verso, nos encontros e desencontros desses gêneros, que se reúnem na performance vocal — no som que ecoa da página para a mente, e dos palcos aos ouvidos.

A anotação de Tatit, quando afirma que “tudo que a letra desconecta da enunciação, a melodia se encarrega de reconectar” (Tatit, 2016, p. 78), em *Estimar canções*, utilizada por Oliveira na análise da reinterpretação de Socorro Reis da literatura de Maria Firmina dos Reis, percorre toda base filosófica dos seus ensaios. As pontes que o autor faz entre as vozes do cancionário brasileiro e da literatura nacional revestem essa reconexão entre o que é dito e como é dito, dirimindo o golfo entre a palavra e o som. Há uma filosofia da reanimação que permeia essa *práxis* — pensando o enovelamento teórico à prática de analisar essas vocoperformances — de Oliveira, na qual o poema cantado é um modo de ler o eu lírico. É uma forma de recolocar a palavra escrita na voz, em uma estética sonora baseada em uma ética do resgate histórico.

A proposta central de Oliveira é explorar, em diversas instâncias do cancionário brasileiro, o potencial inerente à poesia musicada. Pensando nos meandros ético-estéticos da leitura poética, sua obra oferece uma contribuição plural aos estudos cancionais, apresentando ensaios-laboratório que investigam as escolhas dos artistas ao musicarem poemas. A base filo-



sófica do livro reside, portanto, no movimento de “devolver a voz ao poema”, como o autor aponta em sua apresentação. É daí que o termo “vocoperformance” ganha notoriedade em seu título: o interstício da performance, o processo que ocorre na musicalização e transforma a experiência do poema em algo sonoramente contingente e multifacetado, situa-se entre a palavra escrita e a entoada.

Cada capítulo da obra apresenta uma análise que contempla tanto quem interpreta as canções quanto quem as escreveu sob a forma de poema. Os textos foram produzidos em momentos distintos da carreira de Oliveira, sendo alguns rascunhados inicialmente no blog *Lendo Canção*¹, como resultado das suas pesquisas sobre a relação entre palavra escrita e palavra cantada. Tais ensaios estão profundamente imersos em um contexto de sala de aula: o próprio Oliveira aponta que as inflexões e os debates com seus alunos da UERJ — membros do projeto de pesquisa Poesia e Vocoperformance — foram basilares para a formação dos textos. Portanto, o livro é também uma afirmação do lugar da canção no ambiente acadêmico, especialmente no contexto da pesquisa universitária.

A tarefa de transformar a estrutura autotética da poesia escrita na heterotética canção requer do cancionista conhecimentos interarte. Cantar um poema é encontrar a entonação embrionária das palavras; é reativar o uso primário da linguagem. E reafirmar que a palavra cantada é anterior à palavra escrita. No plano textual, versos viram refrão, há cortes enxertos e deslocamentos de palavras. E assim quem canta inventa uma parceria com quem escreveu (Oliveira, 2023, p. 105-106).

Baseado na premissa de que a palavra cantada antecede a escrita, Oliveira argumenta que a musicalização de um poema é um ato de tradução interartística; um processo que transforma o poema, de estrutura autotética, em uma canção heterotética aberta à performance. Tal tarefa exige que o cancionista atue como um coautor, resgatando a essência sonora e performática primária da linguagem. No plano textual, isso implica fazer cortes, enxertos e deslocamentos de versos — que podem virar refrões — culminando na invenção de uma parceria criativa entre o poeta e o músico. Se a vida primária do poema é ser lido (assim como peças são feitas para encenação e partituras para toque), o que Oliveira propõe é que essa vida se metamorfoseie na experiência da canção. Por meio da análise de obras que vão de Caetano Veloso e Nara Leão a Cazuza e Cid Campos, o autor instiga o leitor a conhecer as “sobrevidas” do poema na melodia e na composição desses intérpretes. No lugar de definir o espaço literário que habita a canção, Oliveira se preocupa com a canção enquanto gênero:

A canção, o teatro, a escultura, a arquitetura, a pintura, a poesia são *linguagens em progresso*, são exercícios de experimentação do gesto artístico. Até chegar ao formato consolidado que temos hoje — e que, por resistência e conformismo com o mercado, ainda vai imperar por longo tempo — a canção passou (passa) por várias transformações. Muitas dessas impostas pelo suporte. Mas, se no século XX a forma-canção parecia definitivamente assentada, consensualmente, os sons eletrônicos e a internet vieram destruir essa certeza. São muitas e descentradas as possibilidades de fazer canção hoje (Oliveira, 2023, p. 179).

¹ Disponível em: <https://lendocancao.blogspot.com/>.

Na tessitura das canções, os poemas não apenas ganham novas particularidades, mas também suscitam novas discussões teóricas. José Wisnik, em “Algumas questões de música e política no Brasil” (1992), afirma que “o canto potencia tudo aquilo que há na linguagem, não de diferença, mas de presença. E presença é o corpo vivo: não as distinções abstratas dos fonemas, mas a substância viva do som, força do corpo que respira” (Wisnik, 1978, p. 12). É nesse lastro conceitual que Oliveira mergulha, explorando esse corpo vivo, a substancialização da palavra, as camadas do canto e a nova voz nascida desse encontro.

O livro de Oliveira abrange um público diversificado: desde aqueles que já possuem familiaridade com os estudos cancionais, até o leitor que se interessa por poemas ou canções individualmente, ou que é simplesmente um apreciador da música popular brasileira — foco central da obra. Para quem tem a curiosidade de desvendar os mecanismos que ligam canção e poema, e entender como a voz cantada faz surgir um novo significado na palavra escrita, a obra oferece uma generosa oportunidade de reflexão e aprendizado. Esse processo investigativo é constante em cada ensaio. Ao refletir sobre a reinterpretação de Mário de Andrade por Iara Rennó, por exemplo, Oliveira observa: “Quando lemos um texto, entre outros artifícios, os sinais oferecidos pelo narrador são os que nos auxiliam a distinguir as intenções” (Oliveira, 2023, p. 77). É com essa escuta atenta que o autor examina as idiosincrasias da poesia e da canção, os contornos da palavra escrita e as camadas da palavra cantada. Assim, *Do poema à canção: a vocoperformance* se estabelece como um espaço fértil de reflexão e um importante exercício metodológico para aqueles que se dedicam ou se interessam pela pesquisa que une canção e literatura sob a lente da performance.

REFERÊNCIAS

- FINNEGAN, Ruth. Which comes first: the words, the music or the performance?. Tradução de Fernanda Teixeira de Medeiros. In: MATOS, Cláudia Neiva de; TRAVASSOS, Elizabeth; MEDEIROS, Fernanda Teixeira de (Orgs.). **Palavra cantada**: ensaios sobre poesia, música e voz. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008, p. 15-45.
- LENDO CANÇÃO. **Lendo Canção**. Disponível em: <https://lendocancao.blogspot.com>. Acesso em: 15 out. 2025.
- OLIVEIRA, Leonardo Davino de. **Do poema à canção: a vocoperformance**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023.
- TATIT, Luiz. **Estimar canções**: estimativa e gosto na canção popular. Cotia: Ateliê, 2016.
- WISNIK, José Miguel. Onde não há pecado nem perdão. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; PRADO JR., Bento (Org). **Almanaque 6**: cadernos de literatura e ensaio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.



Editoras e colaboradores

EDITORAS

Patricia Marouvo

ORCID: 0000-0001-5506-953X

É doutora em Letras na área de Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisando o quarteto sazonal de Ali Smith. Atua como professora de Literatura Inglesa na graduação e na pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Participa como pesquisadora dos grupos de pesquisa NOA – Narrar o agora (UERJ), KEW – Kyklos de Estudos Woolfianos (UFSC) e Poéticas Identitárias (UERJ).

✉ patriciamarouvo@yahoo.com.br

Julia Scamparini

ORCID: 0000-0001-9081-6991

É doutora em Letras Neolatinas - Italiano, mestre em Linguística pela UFRJ e graduada em Letras e Linguística pela Unicamp. Professora Associada do Depto. de Letras Neolatinas - Setor de Italiano e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPGLILP) da UERJ. Além da docência nas áreas de língua e cultura italiana, traduz do italiano ao português e desenvolve pesquisa em Linguística Cognitiva, Tradução e Intermidialidade. É membro do Núcleo de Estudos em Língua(gem) em Uso e Cognição (NELUC-UERJ/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Literatura Italiana e Tradução (PLIT-ILUFBA).

✉ juliascamparini@gmail.com



COLABORADORES

Alan de Paula Brusco

É graduado em Letras pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é mestrando em Letras pela mesma instituição, onde desenvolve pesquisa na linha de Estudos Discursivos, com foco na Teoria Semiociológica do discurso.

✉ alandepaulabruscob@gmail.com

Aleph Danilo da Silva Feitosa

É doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL); mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL); graduado em Letras/Espanhol pela mesma instituição de ensino.

✉ q.danillo@gmail.com

Analice de Sousa Gomes

É doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás. Mestra pela mesma instituição. Graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (2006) e em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2020), com especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa com Habilitação em Língua Inglesa pela Faculdade Montes Belos (2009). Professora efetiva na Secretaria Municipal de São Luís de Montes Belos (SME) e Professora efetiva na Secretaria de Educação de Goiás (SEDUC-GO). Professora adjunta na Faculdade de Jussara (UniFAJ).

✉ prof.analicegomes@gmail.com

Cassio Bitencourt de Oliveira

É aluno de Licenciatura em Letras: Português/Alemão na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp-Assis, e desenvolve o projeto de Iniciação Científica “Entre o Popular e o Erudito: Contribuições dos Entremezes de Ariano Suassuna para a Consolidação do Teatro Brasileiro Moderno e Formação da Identidade Cultural Brasileira”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo n. 2024/16229-1.

✉ cassio.bitencourt@unesp.br

Cátia Veneziano Pitombeira

É doutora e mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ambos na linha de pesquisa de Linguagem, Tecnologia e



Educação. Graduada em Letras: Português/Inglês com habilitação em Tradução e Interpretação pela Faculdade Ibero-americana (1992) e em Comunicação Social com habilitação em Rádio e TV pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (1993). Atualmente é professora efetiva de Linguística Aplicada e ensino de língua inglesa na UFAL (FALE/UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura na UFAL (PPGLL/FALE/UFAL).

✉ catia.pitombeira@fale.ufal.br

Elena Losada

É uma das principais tradutoras de Clarice Lispector ao espanhol: traduziu treze de seus livros, entre romances, contos, crônicas e cartas. Uma dessas traduções — *Queridas mías* (*Minhas queridas*) — ganhou o Prêmio Giovanni Pontiero para melhor tradução de português para espanhol em 2012. Também traduziu Machado de Assis. Como Professora Titular de Literatura Portuguesa na Universidade de Barcelona, onde se doutorou em 1986, trabalha em seus cursos autores já clássicos de nossa literatura como Jorge Amado e Rubem Fonseca, além de contemporâneos como Ana Paula Maia e Patricia Melo.

✉ losada@ub.edu

Francisco Cláudio Alves Marques

É doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp-Assis.

✉ fransclau@gmail.com

Francisco Felipe de Oliveira Rocha

É doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGL/UERN), na condição de bolsista CAPES. Mestre em Letras pelo mesmo programa da mesma instituição, também como bolsista CAPES. Graduado em Letras (Língua Portuguesa) pela UERN. Participou das edições 2019/2020 e 2020/2021 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação na condição de bolsista CNPq. Tem interesse na área de Linguística Textual, com ênfase no processo de referenciação.

✉ felopeoliveira.rocha@gmail.com

Gabriel Leibold

É doutor em Literaturas de Língua Inglesa pela UERJ, tendo defendido em 2024 sua tese “Arquiteturas da Casa, Poéticas do lar: Virginia Woolf, Toni Morrison e Ursula K. Le Guin”. É professor do Colégio Teresiano, o Colégio de Aplicação da Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É também membro do grupo de pesquisa CNPq KEW - Kyklos de Estudos Woolfianos.

✉ gleibold6@gmail.com

Ieda Magri

É doutora em Literatura Brasileira pela UFRJ, professora de Teoria da Literatura da UERJ e pesquisadora do CNPq. É autora dos romances *Um crime bárbaro* (Autêntica Contemporânea, 2022) e *Uma exposição* (Relicário, 2021) e dos livros de ensaios *Da dificuldade de nomear a produção do presente: literatura latino-americana contemporânea* (7Letras, 2023) e *Três histórias com Piglia* (Compouco Edições, 2021). Sua pesquisa atual, “Linhas de força da literatura contemporânea”, é apoiada pela FAPERJ no programa Cientista do Nosso Estado (CNE) e pelo Prociência (UERJ).

✉ iedamagri@gmail.com

Iulo Almeida Alves

É doutorando em Letras: Linguagens e Representações na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) (2014); bacharel em Comunicação Social - Jornalismo também pela UESB (2009); licenciado em Letras: Língua Portuguesa (2022). Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor de Ensino Superior e da Educação Básica durante nove anos.

✉ iuloalmeida@gmail.com

Jeanne Dubino

É professora de Inglês, Estudos Globais e Estudos Animais na Appalachian State University, Carolina do Norte, EUA. Já teve várias bolsas Fullbright e posições como professora em países como Turquia, Quênia, China, Egito e Brasil. Suas publicações incluem coleções, ensaios, artigos e resenhas sobre Virginia Woolf, literaturas anglófonas dos séculos XX e XXI, Estudos Animais, viagem e gênero. Atualmente, está trabalhando em um livro sobre animais de rua na literatura.

✉ dubinoja@appstate.edu

João Oliveira da Silva Junior

É licenciado em Letras: Inglês pela UFAL, especialista em Gestão Educacional pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL (PPGLL/UFAL), com inserção na linha de pesquisa em Linguística Aplicada.

✉ joao.oliver.jr@gmail.com



José Mauro Pinheiro

É doutorando em Linguística e mestre em Linguística pela UERJ. Graduado em Letras: Português/Inglês pela UFRJ. Atuou como bolsista do Vice-versa: Relações interculturais na prática (DEPEXT) e como membro do Metaphor Bibliography Brasil-UERJ, afiliado à editora acadêmica John Benjamins e em parceria com a Universidade de La Rioja (Espanha). Atua nas seguintes áreas: ensino de alemão como língua estrangeira (ALE/DaF), linguística/semântica cognitiva, Teoria da Metáfora Conceptual, Análise Crítica do Discurso, material didático em línguas adicionais, competência intercultural.

✉ josemauro2010@yahoo.com.br

Karen Sampaio Braga Alonso

É mestre e doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ). É Professora Associada III do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da UFRJ. É docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas e do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), todos da UFRJ. Bolsista de Produtividade do CNPq e recebe Auxílio à Pesquisa - APQ1, da FAPERJ. Atua na área da Gramática de Construções Baseada no Uso e é coautora do livro *Conhecimento em rede: laços e entrelaços da língua em uso*.

✉ karensampaio@letras.ufrj.br

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra

É graduada em Letras pela UERN (2001), especialização em Linguística Aplicada pela UERN (2003), mestrado (2006) e doutorado (2013) em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É professora efetiva do Departamento de Letras Estrangeiras da UERN. É pesquisadora do GP em Produção e Ensino de Texto (GPET) e docente permanente do PPG em Letras da UERN. Tem experiência em Linguística Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: referencialização, recategorização, argumentação no discurso, texto escrito, produção textual, textos de mídia digital.

✉ lidianemoraes@uern.br

Líneker Trajano dos Santos

É doutor em Estudos da Linguagem, com ênfase em Linguística Teórica e Descritiva, pela UFRN (2023), onde também concluiu o mestrado na mesma área (2017) e a licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas (2014). Integra o grupo de pesquisa Discurso & Gramática, com foco na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Seus interesses de pesquisa abrangem modalização, gramática de construções, formação docente e o ensino de Português como Segunda Língua (PL2), Língua Não Materna (PLNM) e Língua de Acolhimento.

✉ prof.linekertrajano@gmail.com



Lucas Leite Borba

É professor graduado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do grupo de trabalho Literatura Inglesa Brasil. Suas publicações mais recentes, ambas pela Editora Senhora Bennet, incluem o livro *Virginia Woolf: Uma breve introdução* (2024) e *Canção e performance em língua inglesa* (2025), coorganizado com Marcela Santos Brigida.

✉ lucasleiteborba98@gmail.com

Maurício Chamarelli Gutierrez

É doutor (2015) em Ciência da Literatura pela UFRJ, professor adjunto do Departamento de Literatura Brasileira e Teoria da Literatura da UERJ e bolsista Jovem Pesquisador Fluminense pela FAPERJ. Publicou diversos artigos, ensaios e resenhas, sempre trabalhando na interface entre literatura e filosofia. Atualmente se dedica a estudos de estética e literatura moderna pensadas contra o pano de fundo da revolução estética de Jacques Rancière.

✉ chamarelligutierrez@gmail.com

Paula Pope Ramos

É doutora pela UERJ/CAPES, professora substituta de literaturas e língua inglesa na UERN (campus central), integrante do grupo Poéticas Identitárias (UERJ/CNPq), da International Gothic Association e do projeto de extensão Literatura Inglesa Brasil. Sua pesquisa concentra-se na poética gótica, vingança e relações entre gênero e corpo feminino em suas representações na literatura e em mídias audiovisuais.

✉ ppopperamos@gmail.com

Renata Rocha Ribeiro

É bacharel, mestre e doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás (UFG), onde atualmente é professora de Literatura Brasileira e Ensino de Literatura. É professora da área de Estudos Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL/UFG). Realizou dois estágios pós-doutorais: o primeiro junto ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais, com bolsa CAPES/Fapeg (2018-2019) e o segundo junto à Università degli Studi Gabriele d'Annunzio Chieti-Pescara, UDA, Itália (2023-2024), ambos com temáticas voltadas à relação literatura e ditadura nos contextos brasileiro e argentino.

✉ renataribeiro@ufg.br

Roberto de Freitas Junior

É graduado em Português/Inglês pela UFRJ, especialista em Língua Inglesa pela PUC-Rio, mestre e doutor em Linguística pela UFRJ e pós-doc pela Universidade de Birmingham (Inglaterra).



Professor Adjunto de Estudos Linguísticos do Departamento de Letras-Libras/UFRJ. Professor do PPG em Linguística da UFRJ e do PPG em Letras e Linguística da UERJ/FPP. Membro do GT Descrição do Português da ANPOLL. Interessado em estudos sobre a representação cognitiva gramatical (L1 e L2), com ênfase na interface estrutura argumental/informacional à luz da Gramática de Construções Baseada no Uso e Gramática de Construções Diassistêmica.

✉ robertofrei@letras.ufrj.br

Welton Pereira e Silva

É professor adjunto de Língua Portuguesa no Instituto de Letras, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando na graduação e na Pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Letras Vernáculas: Língua Portuguesa (UFRJ/CAPES). Mestre em Letras: Estudos Linguísticos (UFV/CAPES). Licenciado em Letras: Português e Literatura (UFV).

✉ weltonpereira@id.uff.br

